

INDÚSTRIA
HISTÓRIA
PATRIMÓNIO

ATAS DO IV ENCONTRO

INDÚSTR
IA HISTÓ
RIA PATR
IMÓNIO

SUSTENTABILIDADE

EDIÇÃO

José Manuel Brandão

Maria Fernanda Rollo

Maria da Luz-Sampaio

Susana Domingues

Título	Atas do IV Encontro Indústria, História, Património: sustentabilidade
Coordenação	Maria Fernanda Rollo; Catarina Neto; Catarina Santos; Diogo Ferreira; Filipe Silva; Graça Filipe; Inês Castaño; Inês José; José M. Brandão; Luísa Seixas; Sofia Diniz; Susana Domingues
Edição	IHP - Indústria, História, Património, HTC História, Território, Comunidades / CEF - NOVA FCSH
Editores	José Manuel Brandão, Maria Fernanda Rollo, Maria da Luz Sampaio, Susana Domingues
Proémio	Elisa Pinheiro
Revisão científica	Graça Filipe, José M. Brandão, Maria da Luz Sampaio, Maria Fernanda Rollo, Susana Domingues
Capa	Isabel Sampaio Soares
ISBN	978-972-9347-42-9
DOI	
Local de edição	Lisboa, 2021

Índice

Apresentação	7
Jorge Vultos Sequeira	
<u>Indústria, História, Património: sustentabilidade</u>	9
Maria Fernanda Rollo	
<u>Proémio</u>	15
Elisa Calado Pinheiro	
<u>Museu de Santa Maria de Lamas, também “Museu da Cortiça”, uma memória popular que perdura</u>	25
José Carlos de Castro Amorim e Susana Gomes Ferreira	
<u>Os fornos de cal de Pataias – Património, História e Memória</u>	51
Tiago Filipe Duarte Inácio	
<u>A Conserveira Pinhais: fábrica centenária e museu vivo (Matosinhos, 1920-2021)</u>	71
Maria Otilia Pereira Lage	
<u>O conjunto de imóveis ligados à atividade industrial e à obra social da Companhia União Fabril (C.U.F.) no Barreiro. A classificação do património industrial e os seus desafios para o futuro</u>	95
Ana Paula Clemente Gonçalves	
<u>Tennessee Valley Authority (EUA) e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Brasil): Produção energética e dinâmica capitalista (1930-1950)</u>	117
Jamile Silva Silveira	
<u>A geologia no universo dos engenheiros: proposta de uma nova área expositiva no Museu Mineiro do Lousal (Grândola, Portugal)</u>	131
Margarida D. Oliveira, José M. Brandão, Jorge M. S. Relvas e Álvaro M. Pinto	
<u>A Indústria Mineira do antimónio no concelho de Gondomar no final do século XIX</u>	145
Guilherme Silva	
<u>Patrimónios esquecidos em resgate: a indústria da cal da Serra do Marão – Memórias do povo</u>	163
Luís Filipe Pereira e Alexandra Aguiar Alves	
<u>Identificación, localización e inventario del patrimonio industrial del área metropolitana de Tucumán como expresión del desarrollo productivo de la provincia</u>	185
Anahí Ferreyra	
<u>O individual e o coletivo: as estações da Memória Ferroviária</u>	201
Fernanda Reis Ribeiro	

<u><i>Os bens da ferrovia ressignificados no museu do trem na década de oitenta</i></u>	217
Cinara Isolde Koch Lewinski	
<u><i>Complexo Cultural e Turístico MAESA: o resgate de uma história</i></u>	227
Rubia Ana Mossi Frizzo e Sílvia Rafaela Scapin Nunes	
<u><i>Azulejos dos monumentos construídos em 1919 em São Paulo</i></u>	245
Renata Poliana Cezar Monezzi	
<u><i>Lourinhã empreendedora – Da fábrica de “gazozas” pirolitos e licores ao Café Avenida de Sabino José Maria</i></u>	259
Sofia D’Oliveira Pina	
<u><i>Notas biográficas dos autores</i></u>	279

Apresentação

O IV Encontro Indústria, História, Património, realizado em S. João da Madeira, em fevereiro de 2021, destacou as questões da sustentabilidade, na sua relação com a atividade industrial e na valorização do património que lhe está associado.

O debate em torno destas matérias assume uma importância crescente, num momento em que nos deparamos com o repto de redefinir o nosso relacionamento – enquanto indivíduos e enquanto comunidades – com o território e as marcas da nossa identidade.

A afirmação do turismo cultural e, com particular ênfase para S. João da Madeira, do turismo industrial, tanto no mercado nacional, como internacional, motiva-nos a uma reflexão em torno destas temáticas, no sentido da definição de estratégias que permitam dar resposta adequada aos desafios que resultam do desenvolvimento registado nos últimos anos, mas também aos condicionamentos provocados pela pandemia da Covid-19.

O programa do evento realizado em S. João da Madeira no início deste ano traduziu esse espírito de resiliência e a ambição de continuar a crescer, tendo incluído uma sessão inteiramente dedicada à apresentação do Plano Estratégico para a estruturação do produto Turismo Industrial em Portugal, pelo Turismo de Portugal e com a presença da Senhora Secretária de Estado do Turismo Rita Marques e Luís Araújo, Presidente do Turismo de Portugal.

Este encontro permitiu, assim, dar passos consistentes no sentido de uma cada vez maior valorização do trabalho de recolha e de preservação do património de interesse turístico e cultural, que tem vindo a ser realizado no nosso país e no qual o nosso município - pioneiro na organização em Portugal de um programa estruturado de turismo industrial – tem assumido um papel central.

Como ficou patente durante o IV Encontro Indústria, História, Património, esse é um caminho que queremos continuar a percorrer, ou não fosse S. João da Madeira um concelho marcadamente empreendedor, que tem na sua génese a indústria e que aposta decisivamente na salvaguarda dessa memória.

Por isso, o nosso município pretende consolidar-se como um novo polo de investigação científica sobre a indústria. Nesse sentido, a autarquia tem em andamento o processo que levará a criação do Centro de Memórias da Indústria, a instalar num dos mais emblemáticos edifícios do concelho: o Palacete do Rei da Farinha.

Jorge Vultos Sequeira

Presidente da Câmara Municipal de S. João da Madeira

Indústria, História, Património: sustentabilidade

Prevê-se a concentração em S. João da Madeira, principal centro desta indústria, das oficinas hoje dispersas, reunidas numa só unidade devidamente apetrechada e dirigida; assim se tira o melhor proveito do material que existe e se transforma a luta de pequenos industriais numa colaboração construtiva, porque todos ali terão, se o desejarem, a sua posição de cotistas na proporção do valor das unidades atuais. (Decreto-lei nº 33 049, de 15 de setembro de 1943).

A 15 setembro de 1943, estando o mundo em Guerra e Portugal a sentir de forma cada vez mais crítica os seus impactos, foi publicado, por ação de José Nascimento Ferreira Dias Júnior, o decreto-lei nº 33 049 com o propósito de reorganizar a indústria nacional de preparação do pêlo que, ato imediato, levaria à criação da Cortadoria Nacional de Pêlo. A missão estava confiada à Comissão Reorganizadora da Indústria de Chapelaria, somando-se ao encargo, cometido em 1938, de empreender um plano de reorganização da indústria de chapelaria.

A Cortadoria reuniu as 24 unidades dedicadas ao corte do pêlo existentes a nível nacional, 14 eram mecânicas e 10 manuais, na sua maioria de carácter oficial. Todas participaram, com o património, equipamento, de que dispunham, contrastando os portadores de um banco velho de madeira e uma tesoura com os detentores de escanhoadeiras, cortadeiras de pêlo e suflosas, máquinas quase de última geração. Estas, previamente autorizadas, ou não...

Foi o primeiro e único sector, a única indústria, que realizou o desígnio concentracionista que Ferreira Dias pretendeu cumprir através da Lei do Fomento e Reorganização Industrial, de 1945, sequela do propósito que o ministro de Salazar, Costa Leite (Lumbrales), determinara relativamente aos chapéus através da autoridade da Comissão Reorganizadora da Indústria de Chapelaria. Pouco antes, porém, outro ministro de Salazar, Pedro Teotónio Pereira, tinha determinado a sujeição do sector chapeleiro ao condicionamento

industrial – significando que nada poderia acontecer em matéria de alteração da produção sem prévia autorização da Direção Geral da Indústria.

A Cortadoria concentrou, superou uma ampla diversidade de vicissitudes e afirmou-se, alcançando posição dianteira no sector. Passados mais de 75 anos, a Cortadoria é hoje a principal empresa do sector a nível mundial.

É uma das indústrias de referência de São João da Madeira, onde o sector dos chapéus encontrou e concentrou o seu ponto de afirmação e projecção à escala internacional. A primeira fábrica estabelecida em S. João da Madeira terá sido fundada por J. Gomes de Pinho em 1802, embora anteriormente já lá se fabricassem chapéus, sobretudo de lã. A produção de chapéus terá mesmo sido a primeira atividade industrial de S. João da Madeira. Em 1858 fundou-se uma nova fábrica, propriedade de José António da Costa, e, poucos anos depois, em 1862, deu-se a fundação da fábrica de chapéus de lã de Francisco Dias de Pinho. Por junto, em 1867, existiriam 15 oficinas dedicadas ao fabrico de chapéus na vila de S. João da Madeira.

Foi, na verdade, a indústria dos chapéus que retirou S. João da Madeira, esse núcleo de habitantes que viveu esquecido no seu estatismo até meados do século XIX (...), do seu sono letárgico (...) e mercê dum intenso e progressivo impulso da sua indústria, do seu comércio e da sua agricultura, em breve ocupou lugar primacial entre as demais terras do distrito de Aveiro.

A primeira fábrica de chapéus finos usando pelo cortado das peles de coelho e de lebre foi estabelecida já no final do século, em 1891, por António José de Oliveira Júnior. Poucos anos mais tarde, quando começou a Grande Guerra, em 1914, o industrial expandiu a sua atividade, construindo um edificio novo, equipado com maquinaria moderna, dando origem à criação da Empresa Industrial de Chapelaria, Lda. (veio a ser a maior fábrica da península, dedicando-se mais tarde também ao fabrico de calçado de sola de borracha da marca “Sanjo”).

A modernidade ia chegando a S. João da Madeira. Já em 1908 D. Manuel II tinha inaugurado o troço da linha de caminho de ferro entre Espinho e Oliveira de Azeméis; o órgão de imprensa local, O Regional, começou a publicar-se no dia 1 de janeiro de 1922, e, em breve, em julho de 1923, a luz elétrica chegou à população. Tudo isso valeria a S. João da Madeira a concessão da categoria de vila, ainda sob os auspícios da I República.

Não tardou muito para que, breves meses passados sobre o golpe que instituiu a Ditadura Militar, a pequenina Manchester (como a nomearam o médico, o agrónomo e o economista autores da Monografia de S. João da Madeira) fosse desanexada de Oliveira de Azeméis e promovida a concelho, ficando consagrados no articulado o protagonismo económico e o estatuto de autêntico centro industrial, o mais importante do distrito de Aveiro.

Entretanto, o crescimento do sector tornava-se cada vez mais expressivo, envolvendo novas fábricas e gerando, na verdade, o ambiente que consagraria a concentração da indústria de chapelaria em S. João da Madeira, e a perda de relevo ou mesmo o seu desaparecimento progressivo no Porto e em Lisboa.

De referir que muitas das unidades de indústria de chapelaria que se foram instalando integravam outras atividades, não apenas em domínios de maior proximidade, mas também de produção de artigos de borracha, de lápis ou mesmo serrações consagrando de forma cada vez mais expressiva São João da Madeira como um centro industrial de referência.

Foi precisamente por tudo isso que o IV Encontro Indústria, História, Património aconteceu em São João da Madeira. Sob o signo da palavra Sustentabilidade, na amplitude do que convoca e das questões que suscita, na sua relação com a indústria, mas também com o património industrial. Destaque-se o protagonismo que São João da Madeira tem também desempenhado no plano da valorização e divulgação do património industrial, em particular através do seu núcleo museológico, e da dinâmica que tem assumido no plano do turismo industrial.

O presente livro reúne as intervenções apresentadas no Encontro Indústria História Património realizado entre 3 e 5 de fevereiro de 2020 que se concretizaram sob a forma de texto.

É devido um agradecimento ao Presidente da Câmara Municipal de São João da Madeira, Jorge Vultos Sequeira, pelo acolhimento da iniciativa e também pela ação que tem assumido no sentido da valorização do património e da história da indústria, sendo grandes as expectativas que reservamos ao anunciado novo polo de investigação científica sobre a indústria e a criação do Centro de Memórias da Indústria, a instalar num dos mais emblemáticos edifícios de São João da Madeira, o Palacete do Rei da Farinha.

Um reconhecimento muito sentido também ao acompanhamento, a cumplicidade, a participação, à Dra. Alexandra Alves, Chefe da Unidade de Turismo, e à equipa que coordena, em especial à Dra. Mariana Silva.

O IV Encontro Indústria História Património concedeu ênfase às questões da sustentabilidade, na sua relação com a atividade industrial e na valorização do património industrial. Numa altura em que somos obrigados a redefinir o modo como nos relacionamos uns com os outros e com o território, é inquestionável a premente necessidade de promover e debater meios de intervenção sobre o património industrial, convocando em particular uma reflexão em torno dos conceitos de conservação e perenidade.

Assim foi, o Congresso permitiu conhecer, discutir, aprofundar temas do maior interesse, organizando as intervenções nos painéis subordinados aos títulos: Património Industrial, Salvaguarda e Comunidades, Indústria e Comunidades, História e Património Minero-Industrial, Património Industrial: espaços e memória, Indústria, património e território, Museus, Exposições e Património industrial. Complexo cultural e turístico MAESA: o resgate de uma História; Património industrial: território e comunidades e compreendendo ainda um tempo de Flash talks dedicado à apresentação de investigações, projetos e atividades em curso.

A Comissão Organizadora, que tive o gosto de integrar, era composta por Catarina Pimentel, Catarina Santos, Diogo Ferreira, Elisa Pinheiro, Filipe Silva, Graça Filipe, Inês Castaño, Inês José, José Manuel Brandão, Luísa Seixas, Maria da Luz Sampaio, Sofia Diniz e Susana Domingues.

Contou com a inestimável colaboração de vários colegas, professores, investigadores cujo empenhados acompanhamento e colaboração na realização do Encontro, nomeadamente moderando e animando sessões, agradecemos. Este e-book mereceu a edição, que tenho o privilégio de integrar, de José Manuel Brandão, Maria da Luz Sampaio e Susana Domingues. Um impressionante trabalho de que ficamos tributários.

Tratou-se do IV Encontro promovido pela rede Indústria, História e Património (<http://historia-patrimonio-industria.blogspot.com>). A rede reúne um conjunto amplo de investigadores e diversas entidades que se interessam pela indústria enquanto realidade social global determinante na história do

mundo contemporâneo, nomeadamente na sua relação com o desenvolvimento económico e social, compreendendo o património cultural imaterial e material (tecnologia e saber-fazer técnico, práticas sociais e culturais, infraestruturas, construções, equipamentos e objetos, sítios e paisagens) que lhe está associado.

A rede Indústria, História e Património é promovida por História, Territórios e Comunidades pólo de investigação do Centro de Ecologia Funcional – Ciência para as Pessoas e o Planeta – da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

O HTC tem como foco principal a História, na sua relação intrínseca com os territórios e as comunidades, compreendendo a amplitude das interligações essenciais das Ciências Sociais e das Humanidades com outras áreas disciplinares suscitadas pelos desafios societais contemporâneos em interação com a complexidade do compromisso global para a sustentabilidade. Tem como um dos seus eixos, o estudo do património, compreendendo a sua diversidade, a sua contextualização histórica e sua inscrição territorial.

A presente obra Indústria, História, Património: sustentabilidade fica agora disponível, partilhando os textos de um conjunto de autores aos quais agradecemos. Constituem, sem reservas, uma contribuição para o aprofundamento do conhecimento e a reflexão sobre os tópicos que orientam a atividade da rede Indústria, História e Património, para a reflexão sobre os temas que animaram o IV Encontro, confirmando a indispensabilidade do cruzamento interdisciplinar, a importância da história no reconhecimento e estudo do património da indústria e na interligação com outras abordagens científicas, valorizando a importância e o potencial do cruzamento da indústria, da história e os territórios, na contemporaneidade e na busca de sustentabilidade.

Maria Fernanda Rollo
História, Territórios e Comunidades – CFE NOVA FCSH
Laboratório Associado TERRA

Proémio¹

A publicação desta obra resulta de mais uma das atividades desenvolvida pela rede Indústria, História, Património – RIHP. Esta, constituída em Novembro de 2012, congrega a participação de diversas instituições e investigadores, visando concretizar a reflexão e análise interdisciplinares nos domínios genericamente abarcados pela designação que adoptou. Desde então, promoveu a realização de quatro encontros científicos, o último dos quais em 3 e 4 de Fevereiro de 2021, em S. João da Madeira, que veio a constituir uma intensa e inspiradora jornada de trabalho, na origem da presente publicação. Foram então apresentadas vinte e sete comunicações e divulgados os resultados de diversos projectos de investigação e de um significativo número de actividades então ainda em curso, distribuídos por nove painéis subordinados às seguintes temáticas:

Painel 1 – *Património Industrial, Salvaguarda e Comunidades*, que acolheu três comunicações; Painel 2 – *Indústria e Comunidades*, que integrou quatro comunicações; Painel 3 – *História e Património Mineiro-Industrial*, com três comunicações; Painel 4 – *Património Industrial: Espaços e Memória*, com quatro comunicações; Painel 5 – *Indústria, Património e Território*, com quatro; Painel 6 – *Museus, Exposições e Património Industrial*, igualmente, com quatro; Painel 7 – *Complexo Cultural e Turístico MAESA: o Resgate de uma História*, com duas; Painel 8 – *Património Industrial: Território e Comunidades*, com três e o Painel 9 – *Flash talks*, que proporcionou a apresentação de um significativo número de projetos e actividades de índole patrimonial variada.

Deste vasto leque temático, foram apresentadas para publicação treze comunicações que corporizam a presente obra. Deste total, oito versam diversificados contextos nacionais, quatro incidem sobre diversas experiências patrimoniais a decorrer no Brasil e duas reportam-se a Tucumán, na Argentina. Dez destas comunicações abordam temas que podemos considerar mais genericamente focados nos domínios da História da Indústria e do Património

¹ N. Eds. - Por opção da autora, o presente texto não segue o acordo ortográfico em vigor.

Industrial, enquanto três se enquadram mais diretamente no campo da Museologia.

A diversidade das abordagens patrimoniais apresentada nos textos incluídos na presente publicação resulta quer das diferentes tipologias em que se inserem as “evidências” que foram objecto de análise, quer das metodologias aplicadas na análise das mesmas, ou ainda por várias delas se apresentarem então como pouco estudadas ou divulgadas, situação que constituirá, seguramente, um incentivo à leitura. Por outro lado, os textos ora publicados refletem várias das mais significativas interrogações com que se debatem atualmente todos quantos se dedicam ao estudo e à salvaguarda do Património Industrial, surgindo especialmente evidenciadas pelo confronto possível entre as políticas e/ou metodologias de salvaguarda patrimonial empreendidas a nível nacional e as aplicadas na Argentina e no Brasil, salvaguardando as naturais diferenças quanto à dimensão dos casos em presença e ao perfil dos atores ou agentes que os implementam.

Ao intentar uma apresentação sucinta das comunicações inseridas nesta publicação, começo por referenciar as que se enquadram mais diretamente no domínio da História da Indústria, passando, seguidamente, às que versam temáticas mais do âmbito do Património Industrial ou surgem na confluência entre ambas estas áreas, dando sequência às que se desenvolvem na área da Museologia ou na interseção desta com o Património Industrial e terminando com a apresentação de alguns casos de estudo.

Começa por salientar-se, no âmbito da História da Indústria e na confluência desta com a História Empresarial e a História Local, a comunicação intitulada “*Lourinhã empreendedora - da fábrica de gasosas, pirolitos e licores ao café Avenida de Sabino José Maria*”, da autoria de Sofia D’Oliveira Pina. O texto em presença contextualiza a criação de uma pequena unidade industrial afecta à produção de bebidas de grande consumo popular, acompanhando a evolução da mesma ao longo do século XX. Recorrendo a uma profusão de fontes documentais e iconográficas, a autora enquadrou a evolução desta empresa no tempo e no espaço permitindo-nos acompanhar o impacto da mesma a nível local.

Versando a temática da indústria extrativa e do património mineiro, Guilherme Silva apresenta-nos a comunicação intitulada “*A indústria do antimónio no concelho de Gondomar no final do século XIX*”. O autor definiu com

precisão o âmbito do tema que desenvolveu, tendo enquadrado histórica e geograficamente a evolução desta atividade, com uma maior incidência entre 1880 e 1890, problematizando ainda os condicionalismos que ditaram a extinção da mesma. Devidamente fundamentado pela recolha e análise aprofundada de um conjunto de fontes de natureza documental, estatística, cartográfica e iconográfica, o autor clarificou o processo de concessão das licenças de extração mineira, de que sobressaem as sessenta e três identificadas na *Carta da Região Mineira do Douro*, das quais vinte e nove localizadas no concelho de Gondomar. Chama-se ainda a atenção para a necessária intervenção de salvaguarda das “evidências” deste significativo património mineiro que subsistem no território objecto de análise.

Pela importância do tema abordado, destaca-se a comunicação, da autoria de Ana Paula Clemente Gonçalves, intitulada “*O conjunto de imóveis ligados à atividade industrial e à obra social da Companhia União Fabril (C.U.F.) no Barreiro. A classificação do património industrial e os seus desafios para o futuro*”. A autora começa por enquadrar no tempo e no espaço este tão vasto quanto icónico complexo industrial português, que se desenvolve por uma extensa área de 223 hectares, recentemente classificado como *Conjunto de Interesse Público*. Apresenta-nos uma bem documentada caracterização dos imóveis incluídos no mencionado processo de classificação, reportados à importância histórica da atividade industrial e social da C.U.F. e que abarcam diferentes tipologias, nomeadamente, quanto à função, estado de conservação e estrutura do edificado. A autora problematiza a importância dos novos usos de natureza cultural introduzidos neste vasto complexo empresarial e elenca um conjunto de novos desafios que se colocam tanto ao Parque Empresarial Baía do Tejo, a atual detentora do complexo empresarial da Companhia União Fabril (C.U.F.), como a diversas outras empresas ali sediadas, para além da cidade do Barreiro e de toda a comunidade envolvente.

No âmbito do património intangível associado ao Património Industrial, Fernanda Reis Ribeiro, através de um apelativo texto de natureza conceptual, apresenta-nos a comunicação “*O individual e o coletivo: as estações da Memória Ferroviária*”, questionando diferentes aceções e a própria evolução do conceito de memória. A autora fundamentou a evolução do termo e do conceito de *Memória Ferroviária*, tendo por base a situação verificada com a desativação da estação de caminhos de ferro de Brasília e o sentimento de perda que a mesma gerou em diversos indivíduos que a utilizaram, desde trabalhadores ferroviários

a simples passageiros. Partindo da clarificação da metodologia a aplicar na análise do tema, começou por confrontar os conceitos de *Memória* e *História*, segundo diversos autores, nomeadamente, Pierre Nora (1993), Hartog (2013) e Paul Ricoeur (2000). Neste percurso identificou um nível individual (“primeira estação: o individual”) e um estágio coletivo (“segunda estação: o coletivo”), formulação que lhe permitiu sedimentar o conceito de *Memória Ferroviária* enquanto categoria que emana das noções de “lugar de memória”, “memória social” e “memória colectiva”, associando ainda memória e identidade, enquanto pressupostos que devem presidir à preservação do património ferroviário brasileiro. Foram equacionadas as consequências do que considerou ser o fim da “Era Ferroviária” e do processo de privatização da Rede Ferroviária Federal, em 1992, contexto em que deve ser equacionado o futuro a dar aos bens ferroviários.

Através da comunicação intitulada “*Complexo cultural e turístico MAESA: o resgate de uma história*”, as autoras, Rubia Ana Mossi Frizzo e Sílvia Rafaela Scapin Nunes, apresentaram um estudo de caso no domínio do Património Industrial reportado à desactivação da Metalúrgica Abramo Eberle S/A – MAESA, o mais importante complexo industrial do nordeste do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil). Trata-se da preservação de um complexo industrial de cerca de 45 mil m² edificadas, de arquitectura industrial manchesteriana, numa área de 53 mil m², localizada no Município de Caxias do Sul. O plano de intervenção em curso prevê a instalação de um diversificado conjunto de equipamentos de natureza sociocultural e administrativa, nomeadamente um Museu da Metalurgia, uma Biblioteca, salas de espetáculos e um Mercado Público. Através de um texto devidamente documentado, as autoras enquadram a formação desta empresa, acompanhando aprofundadamente a sua evolução histórica, o processo de classificação que veio a suscitar e os novos usos previstos no âmbito de uma intervenção urbanística planeada que envolveram uma ampla participação da comunidade.

Focada na contribuição do Património Industrial para o desenvolvimento estratégico de um território, foi apresentada, por Anahí Ferreira, a comunicação intitulada “*Identificación, localización e inventario del patrimonio industrial del área metropolitana de Tucumán como expresión del desarrollo productivo de la provincia*”. Trata-se de uma área localizada no NW da Argentina, tradicionalmente caracterizada pela localização dos engenhos de açúcar que lhe garantiram a especialização açucareira. A partir de meados do século XIX, com

a chegada do caminho de ferro, registou uma acentuada dinâmica económica, que a arquitetura urbana claramente reflecte, nomeadamente pela forte presença ferroviária no centro da cidade de San Miguel de Tucumán. A partir de um projecto de investigação desenvolvido pelo Instituto de Historia y Patrimonio da Facultad de Arquitectura y Urbanismo da Universidad Nacional de Tucumán, encontra-se em fase de execução o inventário do Património Industrial da mencionada área. Através de um texto devidamente documentado ficamos a conhecer as metodologias aprovadas, bem como as questões com que se debate a equipa de projecto, face à existência de “bens patrimoniais que só podem ser entendidos e valorizados quando se conservam no conjunto e não isoladamente”, como se salienta neste texto.

No domínio do Património Industrial distingue-se a comunicação, da autoria de Tiago Filipe Duarte Inácio, sob o título: “*Os fornos de cal de Pataias – Património, História e Memória*”. Através dela o autor enfatiza a importância das evidências ainda preservadas destes fornos, cuja laboração nos permite acompanhar desde 1721 até 1995, data de encerramento do último. Salienta-se que, no século XX, constituiu o maior núcleo de fornos artesanais de cal do nosso país, num total de trinta e um. O autor integra o desenvolvimento desta atividade no tempo e no espaço, caracterizando o ciclo de produção e apresentando uma cartografia e iconografia de suporte à inventariação patrimonial que tem vindo a ser efectuada, a partir de 2015. Fundamenta ainda a proposta de classificação patrimonial do conjunto, atendendo à importância de que se revestiu esta atividade a nível nacional, testemunhada pelas estruturas e equipamentos ainda preservados.

Abordando uma similar temática, destaca-se a comunicação da autoria de Luís Filipe Pereira e Alexandra Aguiar Alves, intitulada “*Patrimónios esquecidos em resgate: a indústria da cal da Serra do Marão – Memórias do povo*”. Através dela os autores pretenderam acompanhar o processo de produção de cal na vertente oeste da Serra do Marão, abarcando os concelhos de Amarante, Mondim de Basto e Vila Real. Trata-se de uma atividade confirmada por fontes documentais, ao longo de cerca de 700 anos, desde as primeiras referências medievais, até inícios dos anos noventa do século XX. Dela subsistem quarenta e três evidências patrimoniais, reportadas a vinte e sete ruínas de fornos, cinco pedreiras, oito minas e três fábricas, para além das marcas impressas na memória das comunidades abrangidas, que constitui um património intangível, em fase de reconhecimento e recolha oral.

No domínio da Museologia destaca-se a comunicação “*Museu de Santa Maria de Lamas, também» Museu da Cortiça» uma memória popular que perdura*”, da autoria de José Carlos de Castro Amorim e Susana Gomes Ferreira. Os autores questionam com pertinência a política de acervo de um museu criado por um industrial da cortiça que usufruiu de uma significativa projeção económica e social na sua região e no país (Henrique Amorim, 1902-1977). Este empresário, a par da fundação, em 1922, do importante complexo corticeiro da “Amorim & Irmãos, Lda.”, constituiu vastíssimas coleções de arte das mais diversas tipologias, bem como de equipamentos de natureza científica, etnográfica e industrial. Estas coleções deram origem a este museu com a finalidade de encenar o diversificado acervo existente e, simultaneamente, valorizar a faceta de mecenas e filantropo do fundador. Aos núcleos da vertente artística aliou-se ainda um Pavilhão da Cortiça, pejado de bens de natureza arqueológico-industrial, para além de uma vastíssima coleção de esculturas em cortiça. Ao procurar tornar inteligível e coerente o percurso museológico, a equipa responsável pela reestruturação do programa expositivo tem-se deparado com diversos condicionalismos, nomeadamente quanto à proveniência e história dos objectos que integram a coleção, acentuando-se de igual modo a ponderação quanto aos limites da intervenção a efectuar.

Ainda no âmbito da Museologia, destaca-se a comunicação da autoria de Margarida Oliveira, José Manuel Brandão, Jorge M. S. Relvas e Álvaro M. Pinto, intitulada “*A geologia no universo dos engenheiros: proposta de uma nova área expositiva no Museu Mineiro do Lousal (Grândola, Portugal)*”. Trata-se de uma iniciativa resultante de uma investigação desenvolvida no âmbito de um mestrado em Museologia, tendo por finalidade a conservação, salvaguarda e valorização do património móvel e documental do acervo incorporado. O papel da Geologia e a intervenção dos geólogos na exploração mineira é enfatizado através da recriação museográfica do gabinete de trabalho do distinto geólogo alemão Günter Strauss, que ali desenvolveu a sua atividade. Os autores apresentam-nos um estruturado enquadramento histórico da mina do Lousal, para além do programa e acervo do Museu Mineiro do Lousal.

Cruzando os domínios da Museologia e do Património Industrial, procurando ainda no quadro teórico-metodológico enfatizar a interdisciplinaridade e esbater fronteiras entre a História e a Sociologia, distingue-se a comunicação apresentada por Maria Otilia Pereira Lage, intitulada “*A Conserveira Pinhais: fábrica centenária e museu vivo (Matosinhos,*

1920-2021)”. Através dela é possível acompanhar o processo de desenvolvimento de uma icónica e centenária empresa conserveira de Matosinhos e testemunhar a intervenção em curso visando transformá-la no futuro *Museu da Indústria Conserveira de Matosinhos – Fábrica Pinhais de Matosinhos*. Para além de se intentar uma desenvolvida e bem fundamentada análise de natureza sócio-histórica à empresa “Pinhais & Cia, Lda”, problematiza-se o âmbito e natureza dos museus de empresa, equacionando-se algumas das suas virtualidades, procurando acompanhar os processos de patrimonialização e musealização da cultura técnico-industrial desenvolvidos em Portugal.

No âmbito do processo de industrialização levada a efeito no Brasil, na primeira metade do século XX, Jamila Silva Silveira apresenta-nos a comunicação intitulada “*Tennessee Valley Authority (EUA) e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Brasil): Produção energética e dinâmica capitalista (1930-1950)*”. Pretende-se questionar o impacto, em território brasileiro, do modelo de desenvolvimento americano da produção de energia hidroelétrica, aplicado, em 1933, na bacia do rio Tennessee, pela *Tennessee Authority* (TVA - EUA), levado a efeito no âmbito da presidência de F. Roosevelt, com a intervenção realizada pela Companhia Hidroelétrica de São Francisco (Brasil). Trata-se de uma área definida pelo rio São Francisco, na Cachoeira de Paulo Afonso, uma das maiores do Brasil, abarcando os estados da Bahia, Alagoas e Sergipe e que viria a ser conhecido como “Brazilian TVA”, constituindo uma das últimas decisões políticas do presidente Getúlio Vargas. Tendo por base o modelo de cidade planificada sob o figurino de “Company Town”, visa moldar a vida dos trabalhadores nos diversos ambientes que lhe pautam o quotidiano, sendo a empresa promotora proprietária da totalidade do parque edificado, situação comparável com o modelo genericamente aplicado nas vilas operárias. Este texto parte de uma focada revisitação da bibliografia disponível sobre o tema, com a finalidade de questionar a política de desenvolvimento estratégico do Brasil, ancorada pela “política de desenvolvimento estadunidense de expansão internacional do capitalismo”, como a autora caracteriza a intervenção em análise. Sublinha, igualmente, que a mesma incide sobre a apropriação dos recursos naturais, nomeadamente, a bacia dos rios, justificada por teorias desenvolvimentistas, ancoradas na propagação das ideias de modernidade e progresso, com um enorme impacto na vida das populações.

A comunicação de Renata Poliana Cezar Monezzi, intitulada “*Azulejos dos monumentos construídos em 1919 em São Paulo*”, apresenta-nos uma visão sintética e bem documentada da produção industrial azulejar brasileira, nas duas primeiras décadas do século XX. Começando por revistar a tradição azulejar portuguesa e o impacto da mesma na arquitectura brasileira, nomeadamente em grandes cidades, como S. Paulo, identificam-se os figurinos decorativos aplicados sobretudo em painéis figurativos e historiados, salientando-se a influência que tiveram na criação de um imaginário arquitetónico que procurava veicular os ideais de progresso difundidos no período em análise.

Terminada esta sucinta apresentação, resta-nos sublinhar a contribuição que ela proporcionará, seguramente, quer quanto ao alargamento de âmbito do conhecimento e à frutuosa troca de experiências nos domínios do Património Industrial e da Museologia, quer relativamente às reflexões que naturalmente propiciará aos seus leitores. Trata-se de contribuir, igualmente, para se questionar a atual conjuntura de desproteção do Património Industrial que se vive em Portugal, em nome de políticas economicistas de curto prazo. Trata-se de uma situação premente, sobretudo quando, concomitantemente, se assiste, a nível internacional, a uma cada vez mais acentuada consciencialização do valor da salvaguarda do Património Industrial para o desenvolvimento sustentado dos territórios. Daqui a urgência e importância da sua divulgação, a nível nacional. Como claramente se encontra explicitado pelos Princípios de Dublin (2011) “(...) *O património industrial constitui uma fonte de aprendizagem que precisa de ser comunicada nas suas múltiplas dimensões. Ele ilustra aspectos importantes da história local, nacional e internacional e as interações através dos tempos e das culturas (...) A consciencialização e a compreensão públicas e empresariais do património industrial são meios importantes para alcançar a sua conservação bem-sucedida*”.

Encontram-se vertidos nos textos que integram esta publicação muitos dos *Princípios de Dublin*, nomeadamente quando neles se refere que “(...) *O conhecimento aprofundado da história industrial e socioeconómica de uma cidade, de uma região ou de um país, assim como dos seus vínculos com outras partes do mundo é necessário para compreender o valor patrimonial das estruturas ou dos sítios industriais. Estudos de contexto industrial único, estudos*

*tipológicos ou regionais, realizados numa perspectiva comparativa, voltados para sectores ou tecnologias industriais importantes, são muito úteis para avaliar o valor patrimonial inerente a estruturas individuais, sítios, áreas ou paisagens. Estes estudos devem ser acessíveis e pesquisáveis pelo público, por académicos assim como por gestores*².

É esta mais uma das finalidades que através desta obra se pretendem alcançar.

Elisa Calado Pinheiro
Fundadora do Museu do Lanificio da UBI
História, Territórios e Comunidades – CFE NOVA FCSH

² Cf. <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2017/12/Princi%cc%81pios-de-Dublin.pdf>.

Museu de Santa Maria de Lamas, também “Museu da Cortiça”: uma memória popular que perdura

José Carlos Amorim e Susana Gomes Ferreira

Resumo: Na maioria do acervo, o Museu de Lamas, apesar de acolher o desconcertante epíteto de “Museu da Cortiça”, dista daquilo que podemos classificar como museu industrial. A sua matriz é devedora do colecionismo e vincada na exposição de diferentes objetos artísticos, científicos e etnográficos. Porém, o termo indústria é indissociável desta obra que, no seu corolário, não deixa de abranger um compartimento pejado de espólio arqueológico e escultórico do ofício corticeiro. Desde logo, o fundador deste Museu, Henrique Amorim (1902-1977), obtém excedente económico para tal realização na prosperidade industrial. Embora predominem zonas de obscuridade que mitigam a perceção da sua biografia, o legado discernível identifica-o como agente e ator da sociedade industrial que o rodeou. Exemplo disso mesmo foi a fundação, em 1922, do complexo corticeiro da “Amorim & Irmãos, Lda.”. A primeira fábrica rolheira desta magnitude restrita a capital lusiada e com repercussões indeléveis na paisagem industrial e economia local. Ao largo deste empreendimento Henrique dissemina uma vasta obra filantrópica. Revolucionaria urbanismo, assistencialismo, educação, património e associativismo. E, por forma a suprir carências escolares que a entrada precoce no labor fabril lhe exasperou, erigiu um Museu de raiz. É este espaço eclético, devedor da prosperidade industrial do seu fundador, que o artigo em causa expõe. Abordando, a partir das coleções e dos poucos documentos que existem, a biografia de um empresário do setor corticeiro. E o lugar do património industrial desse ramo no ecletismo do Museu que organiza. Comparando-o e diferenciando-o no quadro da atualidade museológica nacional.

Palavras-chave: Museu de Lamas; colecionismo privado; Pavilhão da cortiça; arqueologia industrial; estética do excesso.

Abstract: In most of his collection, the *Museu de Lamas*, despite the disconcerting nickname “Cork Museum”, is far from what we can classify as an industrial museum. Its matrix is dedicated to collecting and exhibition of different artistic, scientific, and ethnographic objects. However, the term industry is inseparable from this work, which, in its corollary, does not cease to include a compartment full of archaeological and sculptural remains from the cork transformation. Also, the proper founder of this Museum, *Henrique Amorim* (1902-1977), obtained an economic surplus for such museum in industrial prosperity. Although areas of obscurity predominate that mitigate the perception of his biography, the discernible legacy identifies him as an agent and actor of the industrial society that surrounded him. An example of this was the foundation, in 1922, of the modern factory complex of “*Amorim & Irmãos, Lda.*”. The first stopper factory of this magnitude restricted to Portuguese investment and with repercussions on the local and municipal industrial landscape and economy. Alongside this enterprise, it disseminates a vast philanthropic work. It revolutionizes urbanism, welfare, education, heritage, and local associations. And, to supply school needs that exasperated him because the early entry into the industrial work, he erected a Museum from scratch. It’s the eclectic space, resulting by the industrial prosperity of its founder, that the article in question exposes. Describing, based on the collections and the few documents that exist, the biography of a businessman in the cork industry. And the place of the industrial heritage of this branch in the eclecticism of the Museum it organizes. Comparing and distinguishing it within the framework of current Portuguese Museology.

Keywords: *Museu de Lamas*, private collecting, Cork pavilion, industrial archeology, aesthetics of excess.

Museu como espaço eclético, de acervo devedor da prosperidade industrial do seu fundador

Em grande parte do acervo exposto, o Museu de St.^a Maria de Lamas (Santa Maria da Feira, Aveiro, Portugal), apesar do desconcertante epíteto de “Museu da Cortiça” (Dias & Gonçalves, 1979), dista daquilo que classificamos como museu industrial. A sua matriz é devedora do colecionismo privado, dedicado à aquisição maioritária de objetos de arte, ciência ou etnografia.

Porém, a indústria é indissociável desta obra. É na prosperidade do setor corticeiro que o seu fundador, Henrique Amorim (H.A.), usufruiu de excedente económico para sustentar 27 anos de adição pelo ato de colecionar. E, conseqüentemente, a possibilidade de erigir um espaço museológico (Fig. 1) cujo corolário, subsecutivo ao apetrechamento de 15 salas com artefactos diversos, coincidiu com a estruturação de um compartimento de área, pé direito e museografia sem igual neste contexto. Repleto de espólio arqueológico e escultórico do ofício corticeiro (Cleto & Faro, 2000).



Figura 1. Inauguração em 25 de maio de 1972, e diante do MSML, da estátua de Henrique Amorim. Arquivo do MSML.

Sob desígnio “Pavilhão de / da Cortiça”, vulgo “Sala da Cortiça”, essa superfície assumiu o cariz de “espaço-síntese” dos valores próprios do seu obreiro. De partilha de si mesmo, dos diferentes recantos da sua biografia, gosto pessoal, premissas sociopolíticas ou culturais. E, por fim, cumprir o estrito propósito de, nesta que é a derradeira realização de Henrique Amorim, preítear o arrimo para o legado magnânimo que confere à comunidade lamacense. Ou seja, a matéria-prima, tanto cortiça natural como derivados, celebrando-os na dimensão industrial (rolhas, outros vedantes,

aparas, etc.), e de suporte escultórico, bem como e pela arqueologia industrial, a atividade transformadora de cortiça.

Todavia, na antecâmara da abordagem historiográfica capital, que visa direcionar os conteúdos deste escrito para a revelação do Museu como espaço de memória de um dos atores mais proeminentes da sociedade industrial do séc. XX. A primeira parcela deste artigo assevera a contextualização do histórico e património deste Museu. Cujo discernimento é obrigatório, preparando e proporcionando a especialização dos capítulos seguintes. Esses sim de fundamento industrial. Nomeadamente a biografia de Henrique, empresário do setor corticeiro. E o lugar do património industrial no ecletismo da sua coleção.

Principiado, mediante número reduzido, as primeiras quatro / cinco salas apenas, mas rematado na cifra de 16 áreas constituintes, o Museu de Santa Maria de Lamas (MSML), de arquitetura orgânica, congruente com o ritmo e volume de aquisições do seu criador, sobressai na paisagem do Parque que o acolhe³ e no qual cresce de 1950/53 a 1977. Tal evidência advém desde logo pela peculiaridade da estrutura arquitetónica e opção de fachada patroneada. À qual acresce uma envolveria expositiva externa antecessora da densidade patrimonial interna e que abrange não só estatuária diversa, fragmentos pétreos provindos de igrejas ou capelas demolidas. Assim como, azulejaria oriunda, na generalidade, da histórica Fábrica de Cerâmica do Carvalhinho (1841-1977) de V. N. de Gaia.

Desprovido de qualquer assinatura na sua planta, este empreendimento, único no contexto museológico lusíada (e, porventura, internacional), denota em diferentes pormenores da sua estética uma clara ascendência dos pressupostos socioculturais da época de estabelecimento, o regime político do Estado Novo (1926-1974). Aliás, muitos desses padrões doutrinários conservadores, tais como a evocação da trilogia Deus, Pátria e Família, agremiados aos princípios construtivos religiosos e profanos em voga, foram do agrado de Henrique que os reproduziu de forma explícita nas dependências e imediações do próprio Museu (Coelho, 2005; Amorim, 2018).

É essa mesma arquitetura e miscelânea decorativa que sugere, associada ao método de ensablagem e exposição do acervo, algum ilusionismo na perceção, *à priori*, tanto do edificado como de certas ambiências interiores do Museu. Ou seja, de

³ O dito “Parque velho”, ícone de St.^a Maria de Lamas, também ampliado e pejado de património natural e escultórico sob mecenato de Henrique Amorim (de 1940 a 1970) (História da Indústria em Portugal, 1961).

assimilação de funcionalidades que objetivamente nunca foram as suas, de residência, escola, casa-museu ou capela por exemplo, dada a disposição selecionada.

Apesar das semelhanças com outros tipos de edifícios públicos ou privados, a construção e apetrechamento faseado do MSML obedeceu, desde o início, ao ensejo utilitário de incremento em Santa M.^a de Lamas de um equipamento cultural rico e aberto à comunidade. Um Museu (Fig. 2) e não uma Casa-Museu ou Museu-empresa, pois a única função que este complexo assumiu foi a de expor objetos colecionados em massa por um privado, que os dispôs muitas vezes numa mistura sobrelotada. Devedora e imitadora do “horror ao vazio” que prevalece nalguns exemplos de colecionadores particulares predecessores ou coevos à sua ação (Mateo, 2010; Ribeiro, 2013; Silva, 2020).



Figura 2. Edifício do MSML (pormenor).
Arquivo do MSML

Não obstante a escassez, talvez propositada, de fontes escritas ou testemunhos plausíveis, é possível sinalizar desde logo e como um dos marcos fundacionais deste museu o intervalo de 1950 a 1953 (Botelho & Ferreira, 2005). Um hiato que se justifica pela construção dos primeiros espaços dedicados ao museu, análogo ao exórdio e desenvolvimento da pesquisa e aquisição, por parte de H.A., da sua primeira coletânea. A densa coleção de arte sacra portuguesa⁴, sem dúvida um dos setores mais significativos deste complexo. Extensível ao piso superior, presença simbólica no andar

⁴ A chegada, após 22/04/1960, dos três retábulos de talha dourada provindos da demolida Igreja Paroquial de Delães (V. N. de Famalicão), demonstram que nesta coleção a aquisição de torêutica transpôs pontualmente o interlúdio identificado (Amorim, 2020).

inferior e que congrega, sem critério de origem, estilo ou cronologia, despojos⁵ de obras ocorridas em estruturas religiosas de Norte a Sul do país⁶ (Fig. 3).

Dada a magnitude desta primeira incursão colecionista e os objetivos que granjeava atingir, Henrique assumiu a necessidade de erguer todo um edifício de origem, para preencher na totalidade e disponibilizar à frequência de público. Em concordância com os ditames museográficos que almejava instituir, de 1953 a 1959 ocorre o período que medeia o início e o fim dos trabalhos construtivos da primeira configuração do MSML (Moreira, 1984).

Paralela ao término desta etapa, e a 5 de março de 1959, num assumo de apreço pelos concidadãos, Henrique oficializa a doação deste edificado e competente recheio em benefício da Casa do Povo de Santa Maria de Lamas. Nessa escritura⁷, do ponto de vista do património mobiliário e imobiliário, o Museu de Lamas continha quatro/cinco compartimentos apenas, a “Casa de Numismática” (dividida desde 2004 entre a receção e a primeira sala do percurso hodierno), a “Capela alta”, a “Galeria dos Arcos com o teto em pinturas” e a “Capela funda”⁸ (Figs. 3 a 5). Divisórias copiosamente marcadas pelo uso extensivo de talha dourada de fontes dispersas, disseminada por paredes e tetos, ocasionalmente com *pastiches* (colagens ou recriações), intentando unidade dissimulada. Às quais acrescia, entre outras variantes, algum mobiliário, pintura e esculturas de imaginária religiosa, alfaias litúrgicas, *ex-votos*, missais, azulejaria, tapeçaria ou numismática.

Uma equação, por certo onírica e conseqüente com os objetivos do fundador, imbuído pelo apanágio do “horror ao vazio” (discutido tanto na história secular da arte e arquitetura civil e religiosa (Braguez, 2017; Hatzfeld, 2000) como no quadro da museologia e colecionismo (Roque, 2010), do qual importava apenas o número e a densidade, a estética do excesso e do preenchimento de todas as superfícies. Obstrutiva, desde esse momento e até 2004, de atentar nas peças *de per se*. O próprio facto de Henrique desvalorizar a preservação de ficheiros ou depoimentos capazes de

⁵ Talha, imaginária, pintura, alfaias litúrgicas e similares.

⁶ Com incidência maioritária a Norte. Mas cuja exatidão geográfica das igrejas, capelas, ermidas, mosteiros ou conventos de precedência é, ao momento atual, impossível de determinar. Excetuando-se os três retábulos famalicenses e as menções inócuas, órfãs de dados suplementares, a transações em antiquários do Porto, Braga, Póvoa de Varzim, Viseu ou Vila Nova de Famalicão (Casa do Povo de St.^a M.^a de Lamas, 1985).

⁷ Reforçada pelo Testamento pessoal de H. A. (12/02/1977). Contemplativo da soma colecionista, arquitetónica e filantrópica que se seguiu a 1959 (União. Mensário de St.^a M.^a de Lamas, 1978).

⁸ Superfícies que, até ao presente, permutaram de nomenclatura: a “Receção” e “Sala de N.^a Sr.^a do “Ó” (porções da da “Casa de Numismática”); a “Sala da Capela” (anterior “Capela Alta”); a “Sala dos Evangelistas” (provinda da “Galeria dos arcos com o teto em pinturas”), e a “Sala da Capela de Delães” (concernente à “Capela Funda”) (União. Mensário de St.^a Maria de Lamas, 1974, p.1).

localizar o passado e a naturalidade das suas coleções é sintomático disso mesmo. A sua motivação seria devedora de uma tentativa declarada de incutir “vivências renovadas” aos objetos adquiridos. Dissipando-os, pela orquestração incomum, das suas realidades materiais, históricas ou artísticas.

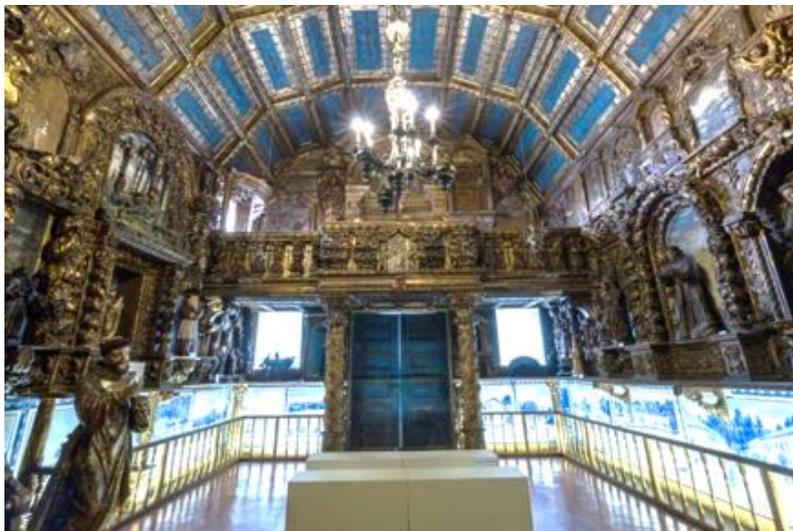


Figura 3. “Sala da Capela”. Arquivo do MSML.

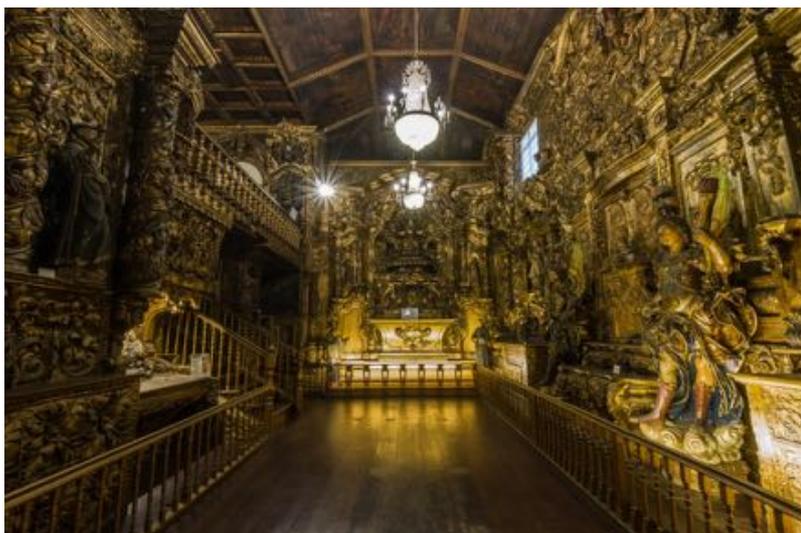


Figura 4. “Sala da Capela de Delães”. Arquivo do MSML.

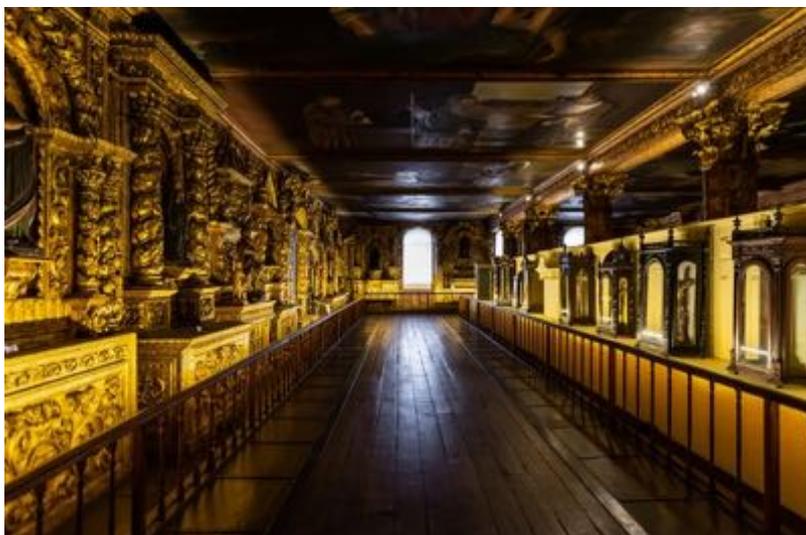


Figura 5. “Sala dos Oratórios”. Arquivo do MSML.

Logo após o desfecho da primeira etapa estrutural do Museu, o interesse e a cadência desenfreada de aquisições, das quais nunca mais abdica até ao final da sua vida, levaram este Mecenas a avançar, de 1959 a 1968, para a construção de uma quantidade considerável de novas salas, adoçadas ao edifício preexistente. E, também elas, opulentas no seu conteúdo. É até curiosa a inscrição visível no solo do pórtico de entrada no pátio exterior do Museu que associa o nome de Henrique Amorim, à divisa “1968”. Pois remontará a essa chancela o epílogo da tal segunda fase construtiva deste complexo (Cleto & Faro, 2000).

Na efeméride sinalizada, o Museu terá inaugurado grande parte do formato terminal da sua planimetria. Uma larga panóplia expositiva que acabaria por continuar a crescer e moldar-se entre 1968 e a morte de Henrique, nove anos mais tarde a 20/02/1977. Culminando num coeficiente de 16 salas, saturadas e distribuídas por dois patamares (Coelho, 2005). Aos compartimentos antecessores, os aditamentos de 1968 e 1977 acrescentaram não só artefactos similares aos da primeira parcela construtiva, mas também alguns segmentos inusitados neste contexto. Em particular, esboços de estatuária pública, etnografia, ciências naturais, cerâmica, mobiliário, artefactos indo-portugueses, afro-portugueses, *chinoiserie*, gravura, litografia, papel-moeda, paramentaria, crucifixos, medalhística, falerística, armaria ibérica, asiática e africana, lustres e candelabros, instrumentos musicais, iconografia do fundador⁹, curiosidades diversas. E, por fim, o cerne deste artigo, a arqueologia industrial corticeira¹⁰.

Toda a versatilidade narrada tem como alicerce a abastança da qual H.A. logrou pela condição de industrial corticeiro. Contudo e na prática, tamanha realização manifestou-se altamente proveitosa no seu intuito de obter erudição, cultura, estatuto, cosmopolitismo ou mesmo extravagância. Encetando a possibilidade de minorar, por esta via, o lastro de inferioridade que atribuíra à sua mímica de estudos mais avançados.

Na perspetiva concetual, embora prevaleçam incertezas quanto à solidez dos cânones sugeridos, em virtude de determinadas opções estruturais, colecionistas e cenográficas é plausível enunciar que, nos seus primórdios, o Museu de Lamas plasmou

⁹ Respeitante a 31 retratos a óleo sobre madeira, com autoria de António Leite de Azevedo (pintor bracarense de séc. XX), figurativos de Henrique Amorim (Twardowsky, 1994). E expostos, copulativamente com as insígnias que lhe foram atribuídas (1952), um modelo para o seu busto e dezenas de fotografias da sua vivência e contexto familiar na “Galeria do Fundador”. O 6.º repartimento do piso superior do MSML, consecutivo dos acrescentos da sua 2.ª campanha construtiva (1959-1968).

¹⁰ Uma panóplia de utensílios e maquinaria de transformação corticeira, datável de entre os séculos XIX e XX.

certas prerrogativas do ecletismo museológico e museográfico presente nalguns exemplos de Museus ou Casas-Museu de colecionadores diversos. Portugueses sobretudo e chegados ao conhecimento de Henrique por visitas ou leituras.

Nesse pretenso quadro de referências consultadas / imitadas / interpretadas salientam-se, entre outros, os casos de Guerra Junqueiro (1850-1923) - “Casa-Museu Guerra Junqueiro” (Porto); José Relvas (1858-1929) - “Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça”; Anastácio Gonçalves (1888-1965) - “Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves” (Lisboa); António de Medeiros e Almeida (1895-1986) - “Casa-Museu Medeiros e Almeida” (Lisboa); José Régio (1901-1969) - “Casas-Museu de Portalegre e de Vila do Conde”; Abel de Lacerda / 1921-1957) - “Museu do Caramulo”. E, por fim, Fernando de Castro (1889-1946) e a sua Casa-Museu situada no Porto (Ribeiro, 2013), preliminar ao caso lamacense mas, porventura, com a disposição interna na qual sobressai maior similitude face ao MSML¹¹.

Até à morte de Henrique o espólio emparelhado, caracterizado pela evidência de uma certa bipolarização entre cultura erudita e popular (Figs. 6 e 7), misturada quase sem critério, correspondia a um arco temporal alargado, extensível desde a pré-história à hodiernidade, à década de 1970. É nessa mesma década, precisamente no ano de 1977, que o Museu cessa o crescimento e atinge a magnitude que lhe é conhecida, congruente com 27 anos de ação ininterrupta (1950-1977). A ligação umbilical à figura do seu fundador é de tal ordem que, com a sua morte, o MSML principia um novo e inesperado hiato de 27 anos no seu histórico (1977-2004). Ao período áureo sucede uma espiral recessiva, uma espécie de “semi-adormecimento” no seu tratamento e conservação, cuja soturnidade quase condenou este empreendimento à destruição.

¹¹ A Casa-Museu Fernando de Castro poderá estar nos antípodas da observância de presumíveis paradigmas para a obra de H.A.. Esta tese, embora admissível, carece de estudos complementares até ser tomada como inequívoca. Contudo, são notórias as semelhanças nalguns segmentos do acervo de ambos os espaços e no privilégio dado pelos dois colecionadores à disseminação da talha dourada “numa laica apropriação cenográfica” (Silva, 2020, p. 5).



Figura 6. “Sala dos Escultores”. Arquivo do MSML.

Na tentativa de reverter esta situação, enunciando sentido de responsabilidade perante o património herdado, a direção da Casa do Povo de Santa Maria Lamas celebrou um protocolo, operacionalizado entre janeiro de 2004 e julho de 2005, com o Departamento de Arte e Conservação e Restauro da Universidade Católica Portuguesa (18/12/2003 - “Projecto de reorganização museográfica e conservação das coleções do Museu de Santa Maria de Lamas – Janeiro de 2004 a Julho de 2005”). Nos seus objetivos, este acordo acautelou o relançamento, conservação, restauro e consecutiva reestruturação museográfica deste Museu. Esgotado o protocolo, o MSML passou a albergar uma equipa própria, dando continuidade ao estudo e intervenções previstas no projeto¹².



Figura 7. “Sala da Etnografia”. Arquivo do MSML.

¹² Cujo resultado proporcionou ao Museu de Lamas a credenciação, a 27/08/2018, na Rede Portuguesa de Museus.

Atualmente e na sequência das diferentes etapas deste “Projeto de reorganização museográfica”, dos 16 compartimentos prévios, permanecem acessíveis ao público, reestruturadas e organizadas, 10 áreas específicas. Ou seja, carecem de intervenção outras seis. O percurso expositivo contemporâneo denota maior critério na distribuição das coleções e suas variáveis. Sendo o piso superior exclusivo à apresentação de arte sacra, disseminada por seis salas, às quais acresce um perímetro de “Galeria do Fundador”.

Já o piso inferior, não obstante a presença de sanefas de talha dourada e de dois retábulos (resquícios de arte sacra), restringe-se à estatuária contemporânea, à etnografia, às ciências naturais e à interpretação de património artístico e ainda de objetos de arqueologia industrial do ramo corticeiro.

Henrique Alves Amorim (1902-1977): uma nota biográfica de um empresário do setor corticeiro

Henrique Alves Amorim nasce a 25 de maio de 1902, sendo um dos onze filhos, o último e talvez mais destacado, resultante do matrimónio celebrado em 1886 entre António Alves Amorim (1832-1922) e Ana Pinto Alves (1867-1926).

Para além do legado associado à origem e doação do Museu de Lamas à comunidade local, na sua biografia este Homem fomenta um sem número de realizações que o definem como filantropo, na total aceção da palavra. Uma “figura de proa” das oito primeiras décadas do século XX, não só de Santa Maria de Lamas, como do próprio concelho de Santa Maria da Feira. Arquiteturas culturais e de lazer, desideratos sociais, benfeitorias religiosas, escolares, assistenciais, viárias, artísticas, desportivas, patrimoniais e habitacionais totalizam um extenso rol de investimentos de usufruto público, com os quais dotou a sua terra natal (Santos, 1997). Desde a década de 1930 até à sua morte, a 20/02/1977 e na iminência dos 75 anos, transforma Santa Maria de Lamas numa das localidades mais modernas do distrito de Aveiro.

No decorrer de uma parcela bastante significativa da sua trajetória, Henrique (Fig. 8), solteiro e sem filhos, desfrutou de uma condição social e financeira notável. Tal característica derivou, em grande medida, da atividade industrial gizada que permitiu o crescimento exponencial do Grupo Amorim. Criando os alicerces, desde os anos 1920, para que esta chancela ascendesse ao patamar de referência da transformação corticeira nacional e mundial.



Figura 8. Henrique Amorim no Parque junto ao museu. Postal ilustrado. Arquivo do MSML.

Curiosamente, o ingresso de Henrique na liderança industrial e financeira da sua família ocorre de forma precoce, em 1916, quando tem apenas 14 anos de idade. Com base nalguns testemunhos locais, a sua participação ativa nos negócios da família resultou da sua capacidade inata, da observância atenta e aprendizagem, desde os primeiros anos, das “artes da cortiça”, da ida do seu irmão António para o Brasil, como “escapatória ao cumprimento de serviço militar na Primeira Guerra Mundial” (1914-1918) (Santos, 1997, p. 47) e, por fim, da posição dos seus pares no negócio, favorável à sua chefia. A partir daí, embora aconselhado de perto pela sapiência de alguns dos seus irmãos mais velhos – à cabeça José Amorim –, H.A. exprimiu, pelos atos e normativas escolhidas, uma faculdade de vanguarda industrial. Discernível, por exemplo, na importância que deu à constante modernização de estruturas e serviços, à audácia nos investimentos, ao crescimento de instalações, maquinaria, capacidade produtiva, recursos do operariado e filiais nacionais e estrangeiras, assim como, dos métodos de negociação da matéria-prima, do acompanhamento da evolução tecnológica e das estratégias comerciais. Sintomas de uma visão distinta dos demais corticeiros da região e localidade santamariana, capaz de incutir progresso numa área onde muitos dos seus agentes, apesar de se encontrarem já no séc. XX, permaneciam fiéis a modelos socioeconómicos obsoletos, muito próximos ainda dos alpendres de Cortiça do século XIX¹³. É este caminho e filosofia de gestão empresarial que lhe subsidiam o sucesso e permitem a fundação, poucos anos após a sua entrada na indústria e em plena década

¹³ Muita da indústria corticeira lamacense e feirense só atinge a partir de 1950 / 1960 determinados níveis qualitativos que a chancela “Amorim” privilegia desde os anos 1920 / 1930 (Matos & Pinto, 2003).

de 1920, daquele que será não só o pilar do consórcio familiar, como um dos primeiros complexos fabris modernos da transformação corticeira a norte¹⁴, a “Amorim & Irmãos, Lda.” (Figs. 9 a 12).

Constituída legalmente a 11 de março de 1922, esta unidade corticeira advém de uma sociedade encabeçada por Henrique, congregando alguns dos seus irmãos. Primeiro oito (José, Manuel, Américo, Ana, Rosa, António, Joaquim e Bernardina), e, por fim, quatro (José, Américo, Rosa e Ana). Em laboração diária e salvo exceções pontuais desde os anos 1920 à contemporaneidade, do ponto de vista da arquitetura e apetrechamento, a construção primordial deste empreendimento corresponde ao interlúdio de 1920 a 1924. Prospetando no seu historial e ainda sob comando de H.A., uma notável empreitada de reconstrução e aumento verificada entre 1944 e 1948, após um incêndio de pavorosa gravidade (21 de março de 1944).

Extensa nas infraestruturas e arrojada, para a época, na sua maquinaria, a “Amorim & Irmãos, Lda.” assumiu índices exemplares de progresso e cariz de modelo diante das congêneres corticeiras. Tal condição adveio do pragmatismo com o qual a sociedade gestora desta firma e conseqüentemente do grupo familiar foi organizada e, em sentido inverso ao sucedido noutros clãs empresariais portugueses, reduzida àqueles que podiam dedicar-se em permanência aos desideratos desta indústria. E da forma diferenciadora, rigorosa, evoluída, estratégica e consciente de planear estruturas e futuras ramificações, incrementar os seus emissários em localizações privilegiadas, obter e distribuir a matéria-prima, os ensinamentos, os meios humanos e mecânicos pelas amplas secções de trabalho. Contribuindo decisivamente para elevar ao máximo os índices de produtividade da transformação corticeira em solo luso¹⁵ e reverter em definitivo o domínio estrangeiro sobre a cortiça nacional. No entanto, mais do que um núcleo produtor profícuo no rendimento gerado, identificado desde a década de 1930 pela divisa de “maior fábrica de rolhas do Norte de Portugal” (Santos, 1997, p. 51), o contexto de modernidade da “Amorim & Irmãos, Lda.” extravasou, *ab initio*, a

¹⁴ E é um dos poucos, desta magnitude, restrito a capital português na história da indústria transformadora de cortiça do aflorar do século XX (Santos, 1997).

¹⁵ Exportada em bruto na sua extensa maioria (apenas 5 % permanecia em Portugal para a transformação). Até ao eclodir de grupos como o clã Amorim, da consolidação da “Amorim & Irmãos, Lda.” e respetivas filiais, as empresas de capital estrangeiro (“Robinson, Mundet, Peix, Barracoza, Wicanders, Hauser, Herold, Frederic Wilkins, Ganiguer, H. zum Hingste, British Cork Mills, Andersen & Husum”, etc. – Santos, 1997, p. 61) capazes de impor preços, subjugar industriais e produtores portugueses e açambarcar as compras de matéria-prima, usavam Lisboa como entreposto para remeter a cortiça em bruto com destino às fábricas de transformação dos seus próprios países. Concentrando nelas, nas suas geografias e economias, a maior fatia do lucro gerado através dos diferentes produtos corticeiros.

componente industrial e demarcou-se por instituir um inédito paradigma de relacionamento entre patronato e operariado neste setor.



Figuras 9 a 12. Henrique Amorim na visita de Américo Thomaz (1894-1987) à "Amorim & Irmãos, Lda." em 14 de setembro de 1970. Arquivo do MSML.

É certo que na história industrial portuguesa há grandes exemplos de benemerência e consciência social perante a mão de obra. E os casos de Alfredo da Silva (1871-1942) – a sul, na CUF - ou do nortenho Manuel Pinto de Azevedo (1874-1959) – no têxtil, conservas, energia ou cortiça (em Portalegre) - são alguns dos seus expoentes. Porém, no quadro da indústria corticeira lamacense e da região Norte, a postura e as realizações de Henrique Amorim, porventura inspiradas por estas ou por outras referências, romperam as práticas dominantes. Arquitetura segura e engenhos apropriados ao labor em causa, remuneração justa, assistência médica, social e familiar, refeitório, creche, habitação de baixo custo e salubridade assegurada para cada operário e competente agregado familiar são alguns dos pormenores pelos quais, em pleno desenrolar da primeira metade do século XX, a “Amorim & Irmãos, Lda.” emerge como pioneira neste ramo (Boletim da Junta Nacional da Cortiça, 1938).

Vulnerável a falhas, indissociáveis de qualquer “ecossistema industrial”, a liderança de Henrique, fortíssima no poderio negocial e bem posicionada junto das chefias nacionais para beneficiar da política económica e corporativa do Estado Novo, discerniu que o júbilo dos agentes laborais poderia representar uma percentagem acentuada no sucesso. É a sensibilidade para as benfeitorias que este vulto denota, não só com os seus assalariados, mas extensível aos concidadãos no geral, uma das causas da consolidação da “Amorim & Irmãos, Lda.” sob sua égide. Aliás, mediante este prisma de empreendedor consciente e solidário, até permutar em definitivo a administração do Grupo empresarial para outras ramificações familiares¹⁶, expande-o pela região, país e globo. Exportando sobretudo para França, Inglaterra, Holanda, Bélgica, Alemanha, Suécia, Japão, Estados Unidos da América, Canadá, Brasil ou Argentina (União. Mensário de Santa Maria de Lamas, 1975).

A reboque dos resultados da “Amorim & Irmãos, Lda.” e dos complementos industriais que lhe seguem (filiais em Abrantes, Mozelos, São Paio de Oleiros, São Paulo (Brasil), Alemanha, etc.), H.A. propicia o corolário da retoma familiar e dá início à hegemonia do clã Amorim na atividade corticeira (História da Indústria em Portugal, 1961). Todavia, a montante na sua história industrial, esta estirpe viveu “na pele” momentos de menor fulgor. De alguma indigência até. Marcas indelévels que, concomitantemente e a par da abastança, desencadearam neste Homem determinados valores imateriais que transpõe para toda a obra que lhe é conhecida.

Ao escalpelizar a evolução biográfica deste industrial, é impreterível o recuo à sua “primeira infância”. Nas cercanias dos seis ou sete anos de idade (de 1902 a 1908 / 1909), o quotidiano de Henrique e decerto de sua mãe e irmãos, dividiu-se entre a residência santamariana e estadias assíduas na Rua dos Marinheiros, em Vila Nova de Gaia. Aí, junto ao Cais e às numerosas Caves de Vinho do Porto, o seu pai explorou, desde 1870 até à sua perda - por injusta imposição judicial decorrente de um inquinado veredito do Supremo Tribunal (de 1908/1909) - uma exígua Oficina de produção de rolhas e vedantes para barris. Nessa unidade gaiense, munida de um número restrito de garlopas, António Alves Amorim contaria com parco operariado, associando-lhe o forte auxílio da família, sobretudo da esposa e filhos, independentemente das idades.

Esta pequena Oficina rolheira, lucrativa no vínculo estabelecido com a exportação do Vinho do Porto para terras britânicas, está nos primórdios do elo secular da família

¹⁶ Algo que sucede por vontade própria de H.A. no desenrolar da década de 1960. Proporcionando-lhe a dedicação exclusiva, nos últimos anos de vida, à continuidade do colecionismo e filantropia que promove.

Amorim à esfera corticeira. Aliás, seria mesmo o único sustento, à época e a par de alguma lavoura, deste clã. Fator pelo qual a sua perda originou dolo e penumbra que viria a ser reparada nos anos subsecutivos. Entre 1908 e 1909 António Amorim, com 76 anos de idade e copiosamente agastado pela contenda que dirimiu e perdeu, vê-se obrigado, na companhia da esposa e dos filhos, a remeter-se ao território lamacense. Todavia, é nesta contingência de recolocação exclusiva em Santa M.^a de Lamas que este agregado estabelece os fundamentos necessários para redimir o bom nome e os negócios (Santos, 1997). Nos quais a entrada de Henrique no comando do consórcio familiar ditará maior audácia, prosperidade e desdobramento.

A despeito das boas recordações vividas nas imediações do Douro, o desfecho do negócio em V. N. de Gaia e os primeiros anos de incremento laboral em Santa Maria de Lamas obrigaram H. A. a abdicar de algumas regalias e projetos. Futuramente, ao aproximar-se dos derradeiros anos de existência, o próprio viria a revelar mágoa pelos cardos da vida o terem impedido de concretizar, à cabeça, estudos superiores.

Com seis ou sete anos de idade, a premência do auxílio diário à sua mãe e irmãos na lavoura, tarefas domésticas e labor corticeiro propiciaram a Henrique uma experiência escolar curta. Designadamente a “instrução primária” que frequenta numa freguesia limítrofe, Mozelos. E, por fim, a estância diminuta, de um ano apenas, no ensino complementar em Espinho. Cessados os hipotéticos quatro / cinco anos de formação oficial, este vulto, em pleno seio familiar e na companhia de um dos irmãos mais velho que seria Padre – Manuel Amorim – foi obrigado a levar a cabo leituras diárias e a desenvolver temas e exercícios de matriz geral e religiosa. Corporizando, talvez, uma reminiscência plausível para sustentar a futura adição que viria a demonstrar pelo colecionismo de todo o tipo de arte sacra portuguesa (Fig. 13).



Figura 13. Henrique Amorim no museu. Arquivo do MSML.

Esgotada a escolaridade possível de estabelecer, sumária para as suas pretensões e interrompida pela chegada prematura aos píncaros administrativos da sua família, o legado industrial que alicerça a pulso e desde os seus 14 anos é notório. E, como aferido previamente, detém a partir dos resultados da “Amorim & Irmãos, Lda.” uma fortuna da qual a sua célula doméstica nunca havia beneficiado. Conquanto, é na opulência, dilatável dos anos 1930 a 1970, que Henrique não esquece as etapas de maior assombro e menor ventura.

Ou seja, a obra meritória que promove deriva materialmente do desafogo financeiro acima da média que um portentoso Grupo Amorim lhe possibilita. Mas, nos antípodas destes melhoramentos, benemerências, colecionismo e cultivo próprio que preconiza até ao fim da sua vida, a carência económica pela qual padeceu na prossecução do termo desfavorável do negócio gaiense e a impossibilidade, atendendo ao dever laboral, de dar continuidade aos estudos, são marcas inapagáveis e incentivos indiretos à magnanimidade da sua partilha.

As vicissitudes desta trajetória estão de tal forma imiscuídas nas realizações legadas ao erário público que, por exemplo, anos mais tarde é o próprio Henrique o responsável por corrigir, com diferentes empreitadas, a escassez de equipamentos escolares verificada em Santa Maria de Lamas. Fator pelo qual, em plena infância e pré-adolescência, se viu obrigado à deslocação diária até Mozelos e Espinho para frequência dos poucos ciclos académicos que conclui. Já o Museu que idealiza e constrói de raiz, como o próprio sugeriu nalguns depoimentos, assume o preceito de meio alternativo para suprir a insuficiência formativa. E afirmar, de certo modo e em sentido autodidata, um índice cultural acima da média.

Tanto na veia industrial como na filantropia ou colecionismo, Henrique espelhou e desfrutou da circunstância sociopolítica em vigor. É esse mesmo regime, pautado pelo tríplice de valores Deus, Pátria e Família que o distingue, em 1952, com as insígnias de Oficial da Ordem de Instrução Pública. Mecanismos e personalidades que o instigam ao sucesso e fomentam, em prol do interesse comunitário, obras como a do Museu por exemplo (Figs. 14 e 15).

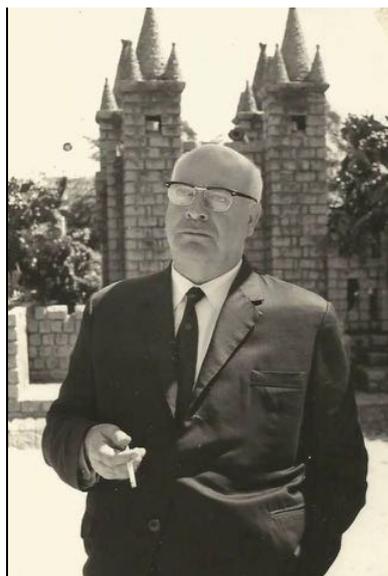


Figura 14. Henrique Amorim. Arquivo do MSML.



Figura 15. Pormenor da “Galeria do Fundador”. Arquivo do MSML.

Dentro das individualidades que auxiliaram de perto este Homem nas suas contendas destacam-se, em primeira linha, Alberto Alves Fernandes (um fiel colaborador, “anónimo” da vida pública, mas a quem H.A. incumbiu, no seu testamento, a missão de zelar, entre outros elementos, pelo próprio Museu). Mas, no desbloqueio burocrático ou orientação de toda a benemerência consolidada, figuram dois homens marcantes da História local, com os quais partilha uma intensa amizade: o pároco José Rodrigues Ferreira¹⁷ e Henrique Veiga de Macedo (1914-2005) – distinto político lamacense que, entre outros cargos assumiu, de 1955 a 1961, a pasta ministerial das “Corporações e Previdência Social” – com quem oficializa, em 1958, a

¹⁷ Apelidado de “Padre Zé” por paroquianos e forasteiros (com quem jaz, lado a lado, no Cemitério Paroquial de St.^a Maria de Lamas).

fundação da Casa do Povo de Santa Maria de Lamas. Será a esta que doa, a partir de 1959 e tal como referenciado anteriormente, o museu e outras realizações.

À tríade de vontades aprazadas com os conterrâneos Henrique Veiga de Macedo e José Rodrigues Ferreira, de modo a garantir a exequibilidade de determinados projetos, H.A. somou, por exemplo, relações de proximidade com Albino dos Reis (1888-1983) – “Ministro do Interior no Estado Novo” e Presidente da Assembleia Nacional, ou ainda com Frei João Diogo Crespo, membro da “Revista Flama” (um dos órgãos comunicativos da sociedade portuguesa de então, intensamente apreciado nas décadas de 1960 e 1970).

Resumidamente, o itinerário de vida de Henrique Amorim congrega, nas suas variantes, um compêndio de valores, gostos, vivências remotas e correlações sociais. Há na sua personalidade egos distintos, bipolarizados entre vaidade e altruísmo, agregados e explícitos numa obra gigantesca. Capaz de agrupar num “caldo de cultura” inusitado, o Industrial de sucesso, bem posicionado, identificado e aconselhado na sociedade que o rodeia. E o filantropo decorrente da riqueza, mas, sobretudo, da consciência que tem face aos momentos menos abastados do seu passado. Por todo este vínculo, sobeja em cada minudência das infraestruturas perpetradas o desejo de eternizar o seu lugar na obra legada. Aliás é comum encontrarmos o monograma “HA” disseminado pelos equipamentos que patroneou. E é essa ligação quase umbilical de Henrique com as suas edificações que justifica, por exemplo, a queda abrupta do Museu logo após a sua morte, em 1977.

O ecletismo do Museu de Santa Maria de Lamas e o lugar do património industrial do setor corticeiro

Historial do seu “Pavilhão / Sala da Cortiça”

No desfecho da sua obra museológica, porventura mediante diligências situadas entre 1968 e 1977, H. A. reservou um espaço destacado para preitear a Cortiça e sua Indústria transformadora. Não esqueceu o seu papel como agente preponderante no progresso deste setor que lhe garantiu a fonte de rendimento e uma das, senão a principal origem de riqueza, com maior incidência a partir do século XX, do concelho e território acolhedor do Museu (Lopes & Branco, 2013).

É certo que na sua essência o Museu de Lamas dista daquilo que é uma Casa-Museu ou de um Museu de Empresa (Mairesse, 2018) e estritamente industrial. Ou tampouco é uma adaptação museológica de uma antiga instalação industrial como sucede em vários casos nacionais desde o têxtil, à chapelaria, ao papel, ao calçado, ao

vidro, à conserva, à energia ou à própria cortiça (Mendes, 2012; Custódio, 2000). Mais do que isso, este complexo erigido de raiz é uma amálgama de influências destes e de outros segmentos da museologia contemporânea, colocados ao serviço de um projeto pessoal, único e implementado em vida pelo seu próprio fundador. O Museu de Lamas materializa a expressão do gosto colecionista de Henrique e, no seu ecletismo, tem na reunião de algum património industrial corticeiro um pequeno simbolismo à atividade socioeconómica deste vulto.

Para construir este Museu e segundo relatório que publica em 1974, investiu mais de “15.675.294 \$” e dessa verba “5.500.000 \$” equivaleram à montagem da “Sala da Cortiça” (União. Mensário de Santa Maria de Lamas, 1974, p. 7). Contudo, não foi sua intenção reproduzir ou remontar, adocada ao Museu, uma fábrica de transformação corticeira. Nem lhe passou sequer pela cabeça criar essa leitura da ciência, técnica ou “arqueologia da indústria” (Viterbo, 1896). O seu propósito foi o de sempre, acomodar diferentes coleções numa só área, uma das mais exageradas deste complexo, revestida de cortiça e pontuada por pequenas sugestões industriais, mas fortemente dominada pela presença de arte (seja de estatuária, talha ou pintura). Análoga, na magnitude e entrada de luz da sua cobertura, aos pavilhões fabris que este “corticeiro” patroneou, na “Amorim & Irmãos, Lda.” por exemplo. E, no excesso, às exposições industriais e artísticas de época, a estância denominada de “Pavilhão da Cortiça” (vulgo “Sala da Cortiça”), correspondia, na disposição pristina, ao dito “horror ao vazio” tão caro à museologia e museografia que Henrique estabeleceu no MSML. Isto é, de forma quase onírica, desconexa e asfixiante, orquestrava uma mescla de arte e indústria, com talha, pintura, exemplares de arqueologia industrial (dos séculos XIX e XX), e um vasto rol de esculturas em cortiça e derivados (Cleto & Faro, 2000). Sintomáticas de cultura erudita e popular, provindas do desígnio de celebrar a partir da arte os valores históricos, políticos, religiosos e pitorescos em voga (Figs. 16 e 17).



Figura 16. O “Pavilhão da Cortiça” antes da reformulação atual. Arquivo do MSML.

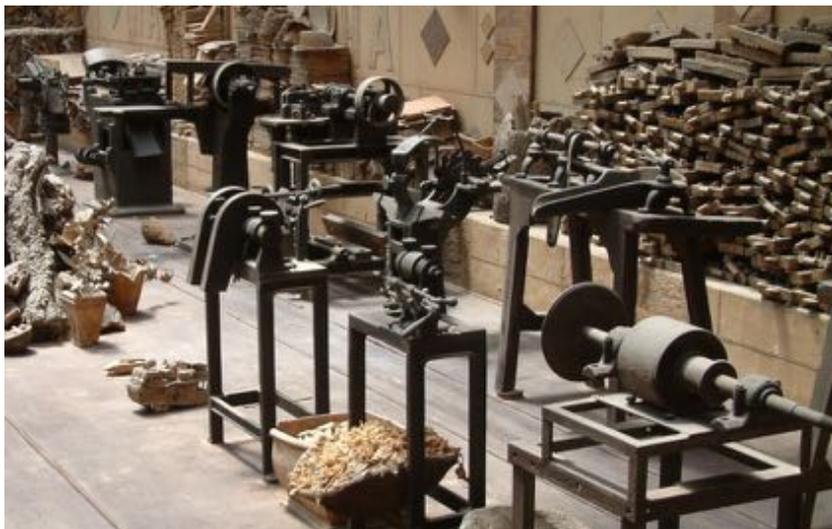


Figura 17. Arqueologia industrial corticeira antes da reformulação do “Pavilhão da Cortiça”. Arquivo do MSML.

Abordagens e potencialidades

No seguimento dos 27 anos de “semi-adormecimento” que assolaram o museu a partir de 1977 e dos procedimentos de recuperação providenciados desde 2004, este “Pavilhão”, pela notória degradação espacial e expositiva que enunciava, foi desmantelado. Com maior efetividade a partir de 2014, a desmontagem desta superfície visou a substituição da sua cobertura. Assim como, o estudo e conservação preventiva da estatuária e da maquinaria. Aproximando-se vagamente, neste setor da exposição e apenas no séc. XXI, a práticas típicas da valorização / musealização industrial contemporânea (Matos & Sampaio, 2014).

Mas sem esquecer que na sua essência este Museu, de arte sobretudo, mesmo que sinalize o seu património industrial e o legado técnico que cada engenho ou objeto possui, tem características que o distanciam de projetos como o do Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês (Silves), o Ecomuseu Municipal do Seixal – Núcleo da Mundet ou o Museu da Cortiça da Fábrica Robinson (Portalegre), por exemplo.

Hoje, em pleno processo que transformará a “Sala da Cortiça” num centro interpretativo e área multiusos, parte do seu acervo recuperado, agora deslocado espacialmente para um “núcleo temático” intitulado “Cortiça. Estórias da História”, proporciona ao visitante, após observância exaustiva do colecionismo, um breve interlúdio de abordagem industrial na sua visita ao MSML.

A narrativa apresenta as fases sequenciais que vão desde o descortiçamento no montado (cortes de sobreiro), à preparação (faca de traçar, pranchas e traços / rabanadas de cortiça) e produção rolheira tradicional. Com a evolução do uso da

Garlopa manual (1860¹⁸), até à Broca a pedal¹⁹ (1930) em evidência, equipamentos que nos remetem para a mecanização deste setor, cujo processo se inicia em finais do século XIX (Faisca, 2019). Associados à indicação da metodologia de escolha (banca de escolha manual) e acabamento da rolha (faca de corte e calibragem por meio de Ponçadeira). Por fim, este núcleo procura sensibilizar o público para a faceta artística e sustentável da cortiça natural e seus derivados. Destacando, num primeiro momento, os diferentes produtos resultantes da reutilização de aparas oriundas do método de brocagem e ainda algumas esculturas de matéria-prima corticeira representativas de um “Azeiteiro-vinagreiro”, da “Torre de Belém”, de uma “Nau / Carraca”, de um padrão, bustos e hidroavião associados à primeira travessia aérea Portugal-Brasil comandada, em 1922, por Gago Coutinho (1869-1959) e Sacadura Cabral (1881-1924) (Figs. 18 a 22).



Figura 18. “Núcleo museológico da Cortiça” deslocado do “Pavilhão da Cortiça”. Arquivo do MSML.

¹⁸ Maquinismo de produção de rolhas inventado na década de 1820 (sucedâneo de patente prévia remontante a 1805), mas chegado ao tecido industrial português apenas em 1860 (sobre este assunto ver: Pereda, I. G. (2016). *Dicionário Ilustrado da Cortiça*. Lisboa: Euronatura, pp. 74-75).

¹⁹ Transição que H. A. acompanha e marca a indústria neste território (Matos & Pinto, 2003).



Figuras 19 e 20. Amolador, faca de traçar, faca para corte de rolhas e garlopa manual. Arquivo do MSML.



Figuras 21 e 22. Broca a pedal e réplica em cortiça natural e escala diminuta da “Torre de Belém”. Arquivo do MSML.

Questões preponderantes e para concluir

O termo “Museu da Cortiça” associado ao espaço descrito é, claramente, desconcertante, mas não descabido de todo. No Museu de Lamas justapõem-se e vivem lado-a-lado a Arte, a Etnografia, a Ciência e um processo de colecionismo, que neste caso de estudo está associado à personalidade de Henrique Amorim. Mas a Indústria, nomeadamente a cortiça, está no âmago da sua existência, transpondo, por prerrogativa do fundador, essa característica de abono, intrometendo-se no espólio concreto.

Mesmo em minoria, é esta faceta um dos atrativos mais procurados do MSML, daí a valorização historiográfica e expositiva que, não obstante a escassez de meios, a

intervenção museográfica em curso desde 2004 intenta levar a cabo. Após introduzir o museu, respetivas dinâmicas e o empresário corticeiro na sua génese, refletimos sobre a especificidade do património industrial conservado, a par de o arrolar, no seu epílogo este estudo almeja responder a duas questões concretas. Uma delas sobre quais as potencialidades deste património industrial, seu estudo e difusão já operacionalizadas?

A resposta assenta na abordagem, tanto em visita geral como através do Serviço educativo escolar, do núcleo expositivo industrial presente na envolvente do Museu. “Cortiça: Do montado para o mundo” e “O misterioso desaparecimento das roupas do sobreiro”, são duas das propostas mais requisitadas (Fig. 23). Assim como, o fomento de residências artísticas (Fig. 24) e de investigação para a recolha de memórias de ex-operários do setor e cidadãos locais acerca de Henrique Amorim, como corticeiro, filantropo e colecionador.



Figura 23. Visita de Serviço Educativo ao MSML, com foco na cortiça (2019). Arquivo do MSML.



Figura 24. O “Pavilhão da Cortiça” desprovido do património corrente, albergando uma instalação artística (2019). Arquivo do MSML.

E a última questão, acerca daquilo que urge providenciar para futuro do museu neste contexto? Desde logo, uma adaptação total do “Pavilhão da Cortiça” para Centro Interpretativo da história da indústria corticeira, anfiteatro e área multiusos. Estabelecer, junto de antigos operários ou industriais do ramo, políticas de recolha documental, arquivística e memorial do quotidiano fabril ou manuseio de instrumentos e maquinismos longínquos. Por fim pretende-se que o Museu seja o polo agregador, e partindo dele encetar ou unir esforços para instituir uma Rota de Turismo industrial corticeiro nesta região, capaz de articular museologia e “indústria viva”, oportuna para cristalizar memórias, abordar a sustentabilidade da matéria-prima e contribuir para o conhecimento historicista e tecnológico deste setor.

Referências bibliográficas

- Amorim & Irmãos, Lda. *História da Indústria em Portugal* (janeiro de 1961), 11.
- Amorim, J. C. C. (2018). Hominum et Opus: O Homem e a Obra – Henrique Alves Amorim (1902-1977), Fundador do Museu de Santa Maria de Lamas. *Villa da Feira. Terra de Santa Maria*, 18 (49), 131-155.
- Amorim, J. C. C. (2020). Três Retábulos da Sala da Capela de Delães do Museu de Santa Maria de Lamas: Memória sob forma de Talha dourada, da demolida Igreja Paroquial do Divino Salvador de Delães. *Villa da Feira. Terra de Santa Maria* 19 (55), 91-168.
- Boletim da Junta Nacional da Cortiça* (dezembro de 1938), (2), 20.
- Botelho, M. L. & Ferreira, S. G. (2005). O Museu de Santa Maria de Lamas: História de um Museu e do seu relançamento. In M. L. Botelho & S. G. Ferreira (Eds.), *Imaginária Feminina na Arte Sacra Portuguesa. Processos de Conservação e Restauro* (pp. 15-19). Santa Maria de Lamas: Multitema.
- Braguez, J. R. C. (2017). *Do vazio ao sublime, percursos estéticos* (Tese de Doutoramento). Universidade de Coimbra Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/32236>.
- Casa do Povo de Santa M.^a de Lamas (1985). *Guia do Museu de Santa Maria de Lamas*. Santa Maria de Lamas: Casa do Povo de Santa Maria de Lamas.
- Cleto, J. & Faro, S. (2000). Museu de Santa Maria de Lamas, Feira. Um sonho de Cortiça. *O Comércio do Porto. Revista Domingo* (2000), 21-22.
- Coelho, S. T. (2005). Imaginária Feminina na Arte Sacra Portuguesa. Processos de Conservação e Restauro: Uma exposição sobre o universo interior da arte. In M. L. Botelho & S. G. Ferreira (Eds.), *Imaginária Feminina na Arte Sacra Portuguesa. Processos de Conservação e Restauro* (pp. 9-13). Santa Maria de Lamas: Multitema.
- Custódio, J. (2000). Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês. Um Museu de empresa, industrial e sua museologia (pp. 39-47). Lisboa: EPAL/GIC Gabinete de Imagem e Comunicação.
- Dias, P. & Gonçalves, A. N. (1979). Lamas. In Câmara Municipal de Santa M.^a da Feira (Ed.), *História e Arte: Concelho de Vila da Feira* (pp. 25-26). Santa M.^a da Feira.
- Faísca, C. M. (2019). Lagging behind or catching up? The mechanization of the Portuguese cork industry (1880-1914). *Revista de História Industrial*, 28 (76), 49-77.
- Hatzfeld, H. (2000). *L'architecture du vide*. Disponível em <https://halshs.archives-ouvertes.fr/cel-01620494/document>.
- Lopes, J. C. & Branco A. (2013). The Clustering of Cork Firms in Santa Maria da Feira: Why History Matters. *International Journal of Latest Trends in Finance & Economic Sciences* 3 (1), 354-364.

- Mairesse, F. (2018). Aux origines du musée d'entreprise : Musées industriels et commerciaux. *Recherches en communication* 45, 7-21. Disponível em <http://www.collectiana.org/images/notes-de-colloques/collections-et-communication-entreprise/02-aux-origines-du-musee-entreprise.pdf>.
- Mateo, S. (2010). El Interior Doméstico: Retrato del Coleccionista del Siglo XIX. In A. Semedo e E. Nascimento (Eds.), *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*, (vol. I, pp. 354-363). Universidade do Porto, Faculdade de Letras.
- Matos, A. C. & Sampaio, M. L. (2014). Património Industrial e Museologia em Portugal. *Museologia e Interdisciplinaridade*, 3 (5), 95-112. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/15472/13770>.
- Matos, C. R. S. & Pinto, M. R. F. (2003). A indústria transformadora de cortiça em Santa Maria de Lamas, nos anos 50 e 60. *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 3 (4), 297-341.
- Mendes, J. A. (2012). *O património industrial na museologia contemporânea: o caso português*. Disponível em <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-mendes-jose-amado-o-patrimonio-industrial.pdf>.
- Moreira, A. (1984, agosto). Alberto Fernandes há 35 anos a zelar pelo Museu H. Amorim. *União. Mensário de Santa Maria de Lamas* (10.95), 8.
- Pereda, I. G. (2016). *Dicionário Ilustrado da Cortiça*. Lisboa: Euronatura.
- Ribeiro, V. A. (2013). Fernando de Castro e a sua Casa-Museu. *Museu* 4 (20), 259-292.
- Roque, M. I. (2010). Museologia oitocentista do património religioso em Portugal. *Idearte – Revista de Teorias e Ciências da Arte* 6, 117-145.
- Santos, C. O. (1997). *Amorim. História de uma família (1870-1953)*. Mozelos: Grupo Amorim.
- Silva, R. H. (2020). A Casa-Museu Fernando de Castro: das coleções e das fantasmagorias. *Midas. Museus e estudos interdisciplinares* 11, 1-13.
- Twardowsky, K. (1994, maio). O Museu de Santa Maria de Lamas. *Jornal Actual*.
- Viterbo, S. (1896), Archeologia industrial portuguesa: Os Moinhos. *O Archeologo Português* 2 (8-9), 193-20.

Periódicos

União. Mensário de Santa Maria de Lamas (1974 - (1.5), 1-7; 1975 - (1.6), 6; 1978 - (4.39), 7-8.

Os fornos de cal de Pataias – Património, História e Memória

Tiago Filipe Duarte Inácio

Resumo: Os fornos de cal de Pataias constituem, atualmente, o maior núcleo de fornos artesanais de cal em território Português (31 fornos). Depois do levantamento geográfico e arqueológico realizado em 2018, encontram-se dois grandes núcleos: o núcleo dos Olhos de água / Ratoíinha e o núcleo da Brejoeira. Desde as primeiras referências, na primeira metade do século XVIII, até à década de 1960, os fornos de cal constituíram uma importante fonte de desenvolvimento socioeconómico para a região. Na década de 1940 atingiu-se o auge de fornos em laboração, contabilizando-se cerca de quatro dezenas. No entanto, foi na década de 60, com recurso a novos meios tecnológicos, que a indústria atingiu o auge da produção alguns a atingir 17 fornadas por ano. O último cessou atividade em 1995. Não se pode abordar apenas os fornos, mas sim o complexo industrial que incluía igualmente o barracão, os depósitos para o armazenamento de cal e ainda pequenos anexos que serviam de arrecadação. Relativo ao ciclo de produção, a pedra era extraída das pedreiras e transportada para junto do forno. De seguida eram colocadas dentro do forno, formando uma abóbada. Inicia-se a cozedura com dois forneiros alimentando continuamente o forno. O número de dias necessários para a cozedura variava entre os cinco e os sete. Por fim, era realizada a desenfora, armazenamento e comercialização da cal.

Palavras-chave: História Local, Etnografia, Arqueologia Industrial, Paisagem Industrial, Fornos de Cal.

Abstract: Pataias lime kilns are currently the largest group of artisanal lime kilns in Portuguese territory (31 kilns). After the geographic and archaeological survey carried out in 2018, we can conclude that there are two large groups: Olhos de Água/Ratoíinha and Brejoeira. From the first references, in the first half of the 18th century, until the 1960s, lime kilns were an important source of socioeconomic development for the region. In the 1940s, the peak of kilns was reached with 40 in operation. However, it was in the 60s, using new technological means, that the industry reached the peak of production, some reaching 17 batches of lime each year. The last one ceased activity in 1995. We cannot study only the ovens, but we have to study the industrial complex that also included the shed, the deposits for the lime storage and also small annexes that served as storage rooms. Concerning the cycle production, the stone was extracted from the quarries and transported to the kiln. Then the stones were placed inside the kiln, forming a dome. Cooking started with two men continuously feeding the kiln. The number of days required for cooking varied between five and seven. Finally, the lime was removed from the kiln, stored and commercialization was carried out.

Introdução

Os fornos de cal de Pataias constituem, atualmente, o maior núcleo de fornos de cal em Portugal. Um rico património que, ano após ano, tem sido alvo de demolições. Todavia, desde dezembro de 2017, uma equipa pluridisciplinar tem-se dedicado ao estudo dos fornos de cal com o apoio da União de Freguesias de Pataias e Martingança. Assim, a equipa tem realizado diversas entrevistas a antigos operários e industriais, um levantamento documental e fotográfico em diversos arquivos (pessoais, distritais e nacionais), inventários, levantamento e salvaguarda de ferramentas, limpezas de fornos, visitas guiadas, exposições, artigos de jornal, etc.

Pretende-se, desta forma, despertar as mentalidades de forma a preservar os fornos e criar um espaço museológico e arqueológico que preserve toda a memória e história da indústria de cal em Pataias e a sua classificação como Património de Interesse Municipal. Desta forma, inicia-se com uma breve contextualização histórica, seguindo-se a caracterização do complexo fabril, onde se incluem algumas conclusões do inventário arqueológico e uma breve descrição do processo de fabrico.

Localização

Na primeira metade do século XX os fornos encontravam-se dispersos numa área superior à atual. No entanto, nessa época, existiam já dois grandes núcleos denominados Brejoeira e Ratoinha / Olhos de Água e alguns fornos dispersos um pouco mais a sul, próximos do Apeadeiro. A instalação da fábrica de cimento Cibra, inaugurada em 1950, conduziu inevitavelmente à delimitação e concentração da indústria de cal nos dois grandes núcleos e ao desaparecimento de muitos dos fornos dispersos.

Atualmente os fornos artesanais de cal de Pataias ainda existentes concentram-se nos dois núcleos já referidos, delimitados a norte pelo caminho da mata, a sul com a Secil – Cibra, a leste com a rua da Estação e a Oeste com a estrada nacional 242-4. A figura 1 apresenta, a vermelho, a delimitação da zona dos núcleos e das pedreiras, que ocupa uma área aproximada de 45 hectares, a azul a núcleo da Ratoinha / Olhos de Água e a Amarelo a núcleo da Brejoeira.



Figura 1. Localização da Brejeira e Ratoíinha / Olhos de Água. Mapa elaborado pelo autor, 2020. *Fotografia aérea de Pataias*. (1958). [Registo de imagem]. Lisboa: Direcção-Geral do Território. p&b, TIFF. Acessível na Direcção-Geral do Território, ficheiro: 58.17.479.

Depois do primeiro levantamento geográfico e arqueológico realizado em 2015 pela União de Freguesias de Pataias e Martingança (*Pataias à Letra*, jun. 2015, p. 8) e revisto entre 2017 e 2019, encontram-se, atualmente, 12 fornos no núcleo da Ratoíinha / Olhos de Água, dispersos numa área aproximada de 3 hectares (Fig. 2) e 19 fornos no núcleo da Brejeira, dispersos numa área aproximada de 4 hectares (Fig. 3). Com recurso a uma fotografia aérea de Pataias de 1958, disponibilizada pela DG do Território foi possível identificar os fornos existentes nessa época e atualmente desaparecidos. Desta forma, nos mapas apresentados nas figuras 2 e 3, surgem os fornos que existiam em 1958: a amarelo os que mantêm ainda a sua existência e a azul os fornos já demolidos. Como se pode observar, dos 26 fornos existentes em 1958 no núcleo da Ratoíinha / Olhos de Água, 14 já desapareceram. No caso da Brejeira dos 21 existentes, apenas dois foram demolidos. No entanto, cerca de metade encontra-se já em avançado estado de degradação.

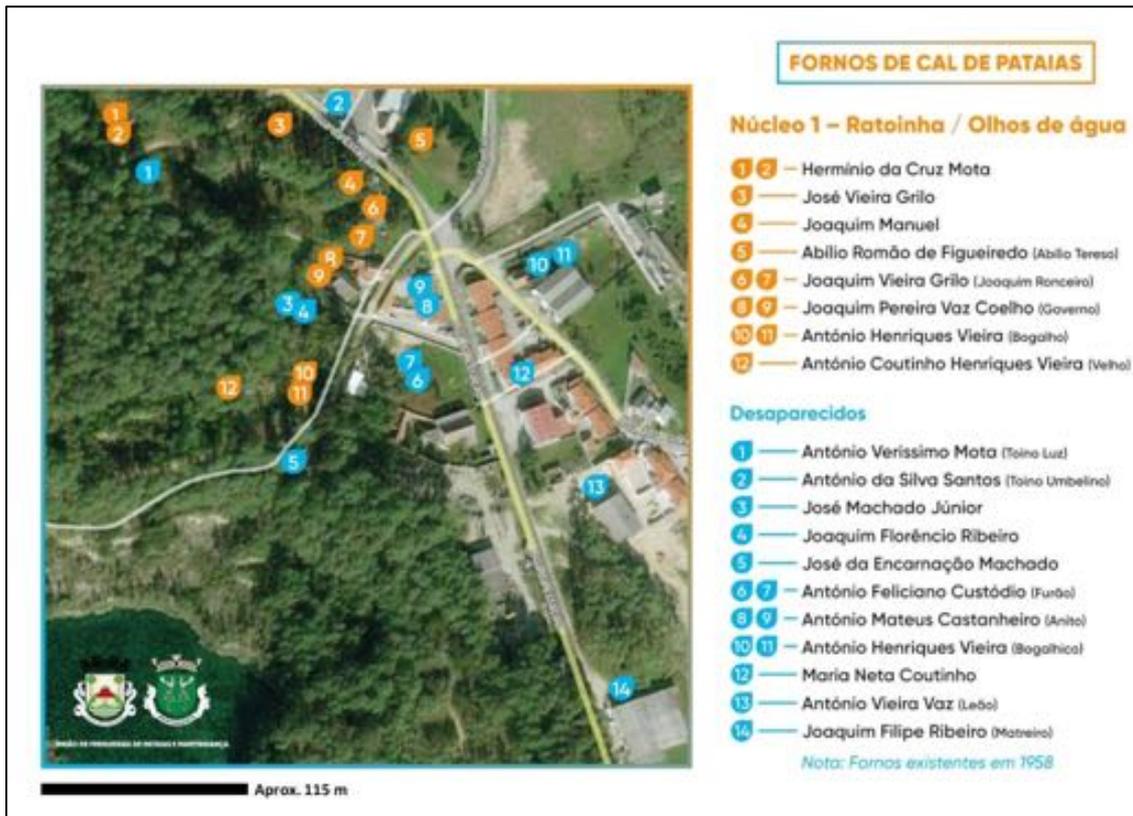


Figura 2. Fornos da Ratoinha / Olhos de Água. Mapa elaborado pelo autor, 2020. Fotografia aérea de Pataias. (1965). [Registo de imagem]. Lisboa: Direcção-Geral do Território. Acessível na Direcção-Geral do Território, ficheiro: 32.65_212.



Figura 3. Fornos de cal da Brejoeira. Mapa elaborado pelo autor, 2020. Fotografia aérea de Pataias. (1989). [Registo de imagem]. Lisboa: Direcção-Geral do Território. Acessível na Direcção-Geral do Território, ficheiro: 89.12-7716.

Contexto histórico

A referência mais antiga que se encontra sobre os fornos de cal em Pataias data de 12 de dezembro de 1721 numa escritura de empraçamento. Na escritura é referido “[...] um pedaço de vinha e um forno de cal e olival que está onde chamam os Amores” (Pinheiro, 1721, 130f). A 19 de Julho de 1729 encontra-se uma nova escritura que refere: “uma terra logo por baixo do forno de Pataias [...] mais uma vinha, por cima do forno” (Freitas, 1729). Através destas duas escrituras conclui-se que na primeira metade do século XVIII existiam pelos menos dois fornos de cal em Pataias. Um forno no atual Casal dos Amores, que se situa no limite da freguesia de Pataias com a Nazaré, e outro na Mata dos Fornos, provavelmente onde hoje se localiza a pedreira dos Olhos de Água, da Cibra.

Apenas se encontram novas referências a fornos em Pataias no século XIX. Em 1807, encontra-se a menção a dois fornos de cal num inventário orfanológico (Maria, 1807). Numa carta do Regedor de Pataias ao Administrador do Concelho de Alcobaça, datada de fevereiro de 1856 fica-se a saber que existiam oito industriais de cal: “José Cupertino Ribeiro, José Coutinho, Florêncio José Ribeiro, António José Ribeiro, Joaquim Sebastião, António de Sousa Luz, Vicente Ralo Moço e Joaquim Marujo” (Ribeiro, 1856). Em 1862, após o levantamento da estatística indústria do distrito de Leiria, Colaço & Albuquerque (1862, p. 37) referem a existência de 10 industriais de cal que exploravam 16 fornos, referindo que quatro já não laboravam

Na publicação, fica-se ainda a saber que José Ribeiro (sobrinho de Teotónia Maria), com dois fornos de cal, iniciou a sua atividade como industrial em 1814, seguindo-se Joaquim José Sebastião com três fornos em 1820 e José Cupertino com um forno em 1846. Os restantes industriais iniciaram atividade na década de 50. Apesar da publicação referir que José Ribeiro iniciou atividade em 1814, os fornos já existiam anteriormente e seriam, provavelmente, da sua tia Teotónia Maria. A publicação refere ainda que os 12 fornos produziam anualmente 10 219 hectolitros, que corresponde a 1 021,9 m³ ou aproximadamente a 1 178 toneladas (*Pesos específicos de materiais*, 2009). Desta forma, é possível afirmar que os 12 fornos produziam, por esta data, entre 25 a 30 fornadas de cal anualmente.

Em 1881, através das contribuições pagas à Câmara Municipal de Alcobaça, sabe-se que existiam 15 industriais de cal em Pataias (*Nota extrahida da matriz da contribuição industrial do anno de 1881*). O número de fornos ativos atingia já as duas dezenas. Seis dos industriais eram descendentes de José Ribeiro.

Em 1899, surgem cinco pedidos de licenciamento para 11 fornos de cal (Registo de Alvarás, 1899). O objetivo era licenciar os fornos de acordo com o decreto de 1863, que estabelecia a obrigatoriedade de licenciamento das indústrias perigosas e insalubres¹.

O ano de 1909 foi marcado pela chegada a Pataias de Manuel Serrano de Figueiredo, que construiu dois fornos junto da linha férrea em Pataias. Em novembro do mesmo ano celebrou um contrato com a Real Companhia de Caminhos de Ferro (Dinis, 1909) para a construção de um ramal ferroviário, paralelo à linha de comboio férrea em Pataias, para exportar a cal. Ao contrário dos restantes industriais, que construíam os seus fornos junto das pedreiras, situadas 1 km a norte da linha férrea, Manuel construiu uma linha *Decauville* (Fig. 4) que ligava os seus fornos à pedreira. Estes factos provam que Manuel Serrano foi um visionário sem precedentes e o mais importante industrial na freguesia no início do século XX, fazendo chegar a cal de Pataias a todo o país.



Figura 4. Foto aérea de Pataias-Gare. Arquivo fotográfico Cibra-Pataias, 1945.

Em 1917, Manuel celebrou um contrato de arrendamento com Silvério Taibner de Moraes Ribeiro, para a exploração de três fornos de cal e uma pedreira (Júnior, 1917). Desta forma, Manuel Serrano passou a explorar cinco fornos de cal. Depois do seu falecimento, em 1918, os seus irmãos Luís, Joaquim e Francisco, que continuariam o negócio do irmão, compraram a Silvério Taibner de Moraes Ribeiro os três fornos de cal (Nova, 1919, 34v). A partir de 1932, depois do falecimento de Joaquim, Luís assumiu o

¹ As indústrias foram divididas em três classes (consoante o nível de insalubridade), sendo os fornos de cal classificados como 2ª classe devido ao “muito fumo e risco de incêndio pela acumulação de combustível”. Seria responsabilidade aos Governos Cívicos conceder licença às indústrias de 1ª e 2ª classe e ao Administrador do Concelho para as da 3ª classe (Vasconcelos, 1864).

rumo do negócio em nome individual. Foi neste período que a indústria de cal dos Serranos atingiu o auge. Segundo Serrano (2005, p. 8) em 1933 Luís “chegou a fazer viagens para fomentar o negócio à Madeira e aos Açores. A cal que era vendida era embalada em barricas construídas no local” (Fig. 5).



Figura 5. Fornos dos Serranos, Fotografia cedida por Pedro Serrano, década de 1940

Entre as décadas de 20 e 40, a maior parte dos industriais de cal vendiam diretamente toda a produção aos Serranos. Verifica-se, portanto, uma certa monopolização da indústria de cal em Pataias por parte dos Serranos. A era dos Serranos terminou no final dos anos 40 com a venda de todos os terrenos à recentemente fundada Cibra, para aí instalar a sua fábrica de cimentos.

Através de cálculos estimativos, afirma-se que em 1944 (antes da instalação da Cibra) o número de fornos ativos era de 41². Tendo em conta a existência de ruínas e fornos sem laboração, pode-se afirmar que o número de fornos atingia os 50.

No ano de 1945, foram expedidos do Apeadeiro de Pataias, em vagões e em regime de pequena velocidade, 5 686,20 toneladas de cal, subindo para 6 833,633 no ano seguinte (Portugueses, 1945 e 1946). Tendo em conta uma produção média, por forno, de 45 toneladas, pode-se afirmar que mais de 150 fornadas de cal foram expedidas por comboio em 1946.

Apenas a partir de 1958 é possível, com recurso ao levantamento aéreo da Direcção-Geral do Território, identificar praticamente todos os fornos em laboração.

² O número apresentado tem por base o levantamento aéreo de 1958, acrescentando o número de fornos que a Cibra adquiriu e descontando o número de fornos que se sabe que foram construídos entre 1945 e 1958.

Desta forma, em 1958, existiam 14 fornos ativos na Brejoeira e 24 na Ratoíinha e Olhos de Água, totalizando 38 fornos ativos. Somando às ruínas existentes e fornos sem laboração, obtém-se um total de 46 fornos (*Fotografia aérea de Pataias*, 1958).

A indústria de cal em Pataias atingiu o auge³ de produção na década de 60, contabilizando-se, em 1965, 31 fornos em laboração (*Fotografia aérea de Pataias*, 1965), alguns a atingir 17 fornadas por ano (Ribeiro, 1965-1969).

Com recurso às guias de receita da exploração da Pedreira pública, propriedade da Junta de Freguesia, verifica-se uma diminuição acentuada do número de fornos ativos a partir de meados da década de 60 (Fig. 6). No entanto, o abandono da atividade pelos industriais, nem sempre conduzia à paralisação definitiva dos fornos. Durante os períodos de reparação do forno, que conduzia, inevitavelmente, à interrupção da laboração durante algumas semanas ou meses, era comum os industriais arrendarem fornos, normalmente já sem laboração, para continuar a sua atividade. Desta forma as guias de receita da JFP (1964-1979), além de referirem o nome industrial, mencionam para que forno se destinava a pedra. Desta forma, apesar dos industriais cessarem atividade, o arrendamento de fornos permitiu que estes se mantivessem durante mais algum tempo no ativo.

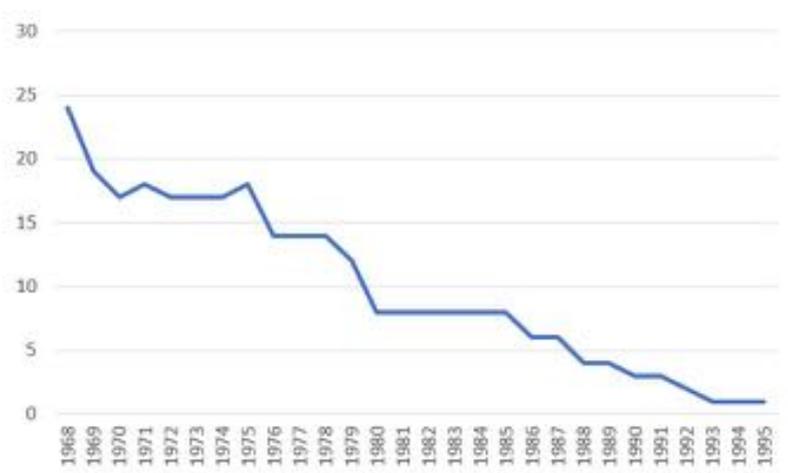


Figura 6. Fornos em atividade 1968-1995. Fonte: *Guias de receita JFP*, 1964-1979); Grilo, Vaz, Ribeiro, 2018.

Em 1981, existiam oito fornos de cal ativos e em 1990 apenas três fornos laboravam: um de António Vieira Vaz e dois de Joaquim Vieira Grilo. O último forno,

³ Deve-se ter em conta que o auge da produção não corresponde ao auge do número de fornos em laboração que, como se referiu, atinge o seu auge em 1944. Os novos meios de transporte, que surgiram em Pataias no final da década de 40, permitem reduzir consideravelmente o tempo do ciclo de produção, aumentando o número de fornadas anuais.

propriedade de Joaquim Vieira Grilo, encerrou em 1995 (*Jornal de Pataias*, ago. 1995, p. 1).

As razões invocadas pelos industriais para o encerramento da sua atividade fabril prendem-se, sobretudo, com a falta de mão-de-obra disponível, o horário, a dureza do trabalho e as remunerações que os trabalhadores exigiam. Também se verifica uma quebra nas vendas, uma vez que as grandes firmas compradoras de cal, como a Siderurgia Nacional, instalaram fornos elétricos para a produção de cal. Na fertilização dos campos verifica-se a substituição da cal por produtos químicos.

A partir da década de 50, Pataias tornou-se num grande polo industrial com dezenas de fábricas, principalmente de vidro, madeira, cimento, mobiliário, cerâmica e, mais tarde, também de moldes e plásticos. Na década de 80, António Vieira Vaz, em entrevista ao *Jornal de Pataias* (mar. 1981, p. 7), referia que os trabalhadores dos fornos da cal eram reformados, agricultores em part-time, trabalhadores que trabalham noutras fábricas e necessitam de aumentar o seu rendimento e os tradicionais trabalhadores da cal, que na sua maioria sempre aí trabalharam.

O complexo industrial

O forno

O forno (Fig. 7) é o centro da atividade fabril e a construção mais importante.

Em território nacional existem quatro tipos de fornos de cal: o forno de cozedura em camadas, pouco comum do qual não existe atualmente nenhum exemplar, observando-se apenas algumas ruínas desta tipologia no concelho de Bragança; o forno de cozedura mista, pouco comum e que cozia simultaneamente pedra e produtos cerâmicos, observando-se alguns exemplares no concelho de Miranda do Corvo; o forno de grelha e cinzeiro, pouco comum, observando-se alguns exemplares musealizados no Casal de Santo Amaro (Penacova); os fornos do tipo caldeira, de longe a tipologia mais comum em todo o território nacional (Gouveia & Carvalho, 2003) e onde se inserem os fornos de cal de Pataias⁴.

Os primeiros fornos em Pataias eram, por norma, construídos na própria pedreira. A pedra era extraída, formando-se uma cavidade, construindo-se, de seguida, na abertura, uma parede com portal, por norma em barro. O problema destes fornos é que

⁴ Alguns fornos do tipo de caldeira em território nacional apresentam no topo uma cúpula fixa ou chaminé. No caso dos fornos de Pataias, são de estrutura simples não apresentando qualquer estrutura no topo.

o revestimento interior, sendo em pedra calcária, também cozia. Algumas fornadas depois, a interior do forno ficava demasiado amplo e as pedras nas extremidades não coziavam. Efetivamente, no início década de 70, durante a exploração da pedreira da Mata, Silvério Jorge Bagagem descobre um forno deste tipo. Em 1981, Joaquim Grilo, em entrevista ao Jornal de Pataias, refere essa descoberta “...um facto curioso, que não teve a devida atenção, foi o aparecimento de um forno antiquíssimo há cerca de 10 anos” (*Jornal de Pataias*, mar 1981, p.7). Este tipo de fornos, utilizados provavelmente nos primórdios da indústria de cal em Pataias, não teriam, portanto, uma continuidade. Desta forma surgem os fornos de cal, construídos de raiz e seguindo uma determinada arquitetura que pouco difere dos fornos de cal tipo caldeira existentes em território nacional.

A altura interior dos fornos de cal de Pataias varia entre os 4,10 m e os 6,70 m. O diâmetro da base varia entre os 3,60 m e os 4,90 m e o diâmetro superior entre os 3,10 m e os 4,90 m. Já a altura do portal oscila entre 1,65 m e os 2,40 m.



Figura 7. Forno de cal.
Fotografia do autor,
2018.

Os materiais dos fornos

Verifica-se que os fornos mais antigos atualmente ainda existentes foram construídos apenas com pedra e barro. São poucos os fornos que ainda hoje sobrevivem utilizando estes materiais arcaicos, sendo possível afirmar que os fornos utilizando estes materiais são provenientes do século XIX. No século XX começaram a fabricar-se tijolos de argila, vulgarmente conhecidos como adobe, produzidos numa forma de madeira e secos ao sol. O calor da primeira fornada de cal realizada no novo forno cozia o próprio tijolo. A partir da década de 60 começavam a fabricar-se tijolos de burro de argila vermelha com brandura através de processos industriais. A maior parte dos fornos atualmente existentes encontram-se revestidos com este tipo de tijolo.

A partir da década de 70 começou-se a utilizar-se o tijolo refratário. Embora sendo um tijolo com um custo muito mais elevado, a durabilidade e a capacidade de retenção do calor eram muito superiores.

A construção dos fornos

A construção do forno iniciava-se pela abertura de um buraco entre 1,5 metros e 2 metros de profundidade, de forma a que o forno fosse parcialmente enterrado para não ficar demasiado alto e para facilitar o acesso ao topo. De seguida assentam-se os primeiros tijolos em círculo e com duas camadas, a interior e a exterior, formando uma parede dupla. Conforme a construção cresce em altura, vai-se criando o aterro em volta. O aterro possui uma dupla finalidade: sustentar a pressão exercida pela pedra, uma vez que a pedra aumenta de volume nas primeiras horas de cozedura e como acesso ao topo do forno para continuar o empedre. A partir dos três ou quatro metros o forno começa a estreitar. A base do forno era em terra e construía-se, por norma, o peal, que rodeava o interior da caldeira na base e de onde se começava a empedrar o forno.

Na base era aberto o portal para acesso ao seu interior. Dependendo da altura e do grau de inclinação do aterro, poderia existir um recorte no topo que se designa por portal superior de onde era lançada a pedra para o interior quando o empedre já se encontrava demasiado alto em relação à base do forno. Os fornos de cal mais antigos apresentam o topo do portal inferior em forma de V invertido, ao contrário dos mais recentes que apresentam em arco de volta perfeita. Por cima do portal eram colocadas vigas de madeira, posteriormente em cimento, que serviam para sustentar a parede frontal durante as primeiras horas de laboração. Enquanto o aterro cresce em altura começam a construir-se as paredes laterais ao do portal inferior em forma de cunha que servia para sustentar o aterro. Nessas paredes, denominadas “couraças”, assentava um pequeno telheiro coberto normalmente por telha canudo ou marselha. Nessas paredes laterais inseriam-se, por norma, duas copeiras que serviam para colocar o farnel, garrafa de vinho ou garrafa de aguardente. Mais próximo do portal existia uma copeira, popularizada por cigarreira onde se colocava, por norma, o tabaco.

Os barracões

Nos primórdios da indústria de cal em Pataias não existiam barracões para o resguardo do combustível. As fornadas de cal realizavam-se, provavelmente, no verão. Manuel Serrano de Figueiredo, que se estabeleceu em Pataias em 1909, foi, provavelmente, o primeiro industrial a construir um barracão.

Os barracões (Fig. 8) localizavam-se, por norma, frente aos fornos. Atualmente verifica-se que ocorreu uma evolução na sua construção. Os mais antigos eram constituídos por pilares cilíndricos, construídos unicamente em pedra e argamassa de cal. Com a utilização cada vez mais frequente de veículos pesados a partir do final da década de 40, verifica-se que alguns barracões foram ampliados. A cobertura, com telhado de duas águas, suportado por vigeamento em madeira, era inicialmente em telha canudo e posteriormente em telha marselha. Em 1976, depois de um incêndio que destruiu o barracão de Joaquim Filipe Ribeiro, este foi reconstruído com estrutura de metal e telha de fibrocimento (Ribeiro, 2018). Ainda na década de 70 e 80, outros industriais (Joaquim Vieira Grilo e António Vieira Vaz) utilizaram estes materiais na construção e ampliação dos seus barracões (Vaz, 2018).

Relativamente ao número de barracões existentes, sabe-se que em 1958 existiam 28, reduzindo para 24 em 1965 e 16 em 1989 (*Fotografia aérea de Pataias*, 1958, 1965, 1989). Atualmente apenas existem quatro, sendo que dois se encontram em avançado estado de degradação.



Figura 8. Barracão.
Fotografia do autor,
2018.

Os depósitos

Assim como os barracões, nos primórdios da indústria de cal em Pataias não existiam depósitos (Fig. 9) para o armazenamento da cal. Manuel Serrano de Figueiredo deverá ter sido o pioneiro na construção do primeiro depósito de cal em Pataias. Até início dos anos 40 existiam apenas dois depósitos: o dos Serranos, próximo do Apeadeiro e o de Joaquim Francisco Custódio a sul da linha de caminho de ferro.

Será a partir de meados da década de 40 que os industriais de cal começam a vender por própria conta, desvinculando-se do monopólio comercial dos Serranos.

Assim, começam a surgir novos depósitos, como o de Joaquim Vieira Grilo, construído em 1945 (Grilo, 1940-1948) e o de José Florêncio Ribeiro, construído em 1949. (Ribeiro, 2018). Muitos outros depósitos surgem ao longo da década de 50. Em 1958, existiam 14 depósitos em Pataias-Gare, aumentando para 18 em 1965 (*Fotografia aérea de Pataias*, 1958, 1965).

O depósito era constituído no seu interior por várias divisórias individuais (tulhas) para o armazenamento da cal. Cada divisória possuía uma capacidade que rondava três a quatro toneladas existindo algumas maiores, com capacidade aproximada de 6 toneladas.



Figura 9. Tulhas de depósito de cal. Fotografia do autor, 2018.

Os anexos

Associados ainda ao complexo fabril, existem ainda pequenos anexos que serviam de arrecadação de materiais ou de apoio aos forneiros. Mas nem todos os industriais possuem estas pequenas casas de arrumações. Atualmente existem na Brejoeira seis ruínas de arrecadações, cuja área varia entre os 9 m² e os 27 m². Todavia, será na Ratoíinha que se encontra o anexo mais antigo. Junto do forno duplo de António Henriques Vieira, ergue-se um pequeno anexo de dois pisos: o inferior servia de arrecadação de materiais e o superior como quarto. Possui formato quadrangular, idêntico a uma pequena torre (Fig. 10).



Figura 10. Anexo de António Henriques Vieira. Fotografia do autor, 2018.

Ciclo de produção

A extração da pedra

Os industriais que não possuíam as suas pedreiras privadas recorriam à pedreira da mata, propriedade da Junta de Freguesia. Para a extração utilizava-se um conjunto de ferramentas como brocas, alavancas, marretas, guilhos e, mais tarde, martelos pneumáticos.

A exploração da pedra era realizada com recurso à explosão com recurso à pólvora. Era feito um furo na pedra preenchendo-se o interior com pólvora, colocando-se de seguida o rastilho e por fim pó de pedra. Depois da explosão a pedra era “*marreada*”⁵, colocada num monte e pronta a ser transportada (Ribeiro, 2018).

A região de Pataias está localizada em plena Serra Rasa de Pataias (Choffat, 1891), no anticlinal que se estende de Pataias até S. Martinho do Porto, associado ao Vale Tifónico das Caldas da Rainha. Este anticlinal tem a sua origem em camadas depositadas num fosso, ao longo do litoral centro do país, denominado Bacia Lusitânica. Estas condições geológicas, tectónicas e geomorfológicas revelaram-se ideais para a formação de estratos rochosos calcários. A qualidade da pedra de Pataias é excepcional para a produção de cal. Para além das poucas impurezas encontradas, o teor de Carbonato de cálcio é superior a 99% (Cibra, 1952).

⁵ Expressão utilizada por Joaquim Filipe Ribeiro, referindo-se à utilização da marreta para a preparação da pedra.

O transporte

Nos primórdios, e até à década de 40 do século XX, a pedra era transportada até ao forno por carros de bois. A partir da segunda metade da década de 40, começam a surgir veículos pesados para o seu transporte, permitindo uma maior rapidez no ciclo de produção. Desta forma, reduzia-se consideravelmente o número de carradas de pedra necessárias. As pedras mais pesadas eram colocadas nos carros com a ajuda de dois madeiros. As pedras maiores rodeavam as mais pequenas suportando todo o conjunto durante o transporte (Maduro, 2001, p.177).

O empedre

À medida que a pedra era transportada das pedreiras para junto do forno, começava o empedre. O empedre era realizado, por norma, por três homens: dois serventes do empedrador que transportavam a pedra para o interior do forno e um empedrador no interior do forno a acomodar as pedras. As pedras maiores e mais pesadas eram transportadas com uma padiola.

O empedre iniciava com a colocação das pedras, com cerca de 25 a 30 centímetros, no peal. O peal é uma faixa de tijolo em redor da base do forno. As pedras que iniciavam no peal e formavam a abóbada eram designadas por “*armadeiras*”. À medida que as pedras eram colocadas umas por cima das outras, iam avançando para o interior até se juntarem os dois lados formando uma abóbada a cerca de 3,5 a 4 metros de altura. Quando o empedre atingia cerca de 1,5 metros de altura, começava-se a colocar mato na caldeira de forma a elevar o piso servindo de andaime. Esta técnica era denominada por “*desquente*”. Quando se atingia o topo do portal, a pedra era descarregada pelo topo. No topo do forno ficava a pedra mais pequena (cascalho) que formava o capelo que possuía uma altura de 1,5 a 2 metros de altura (Fig. 11).

A boca, por onde era alimentada a caldeira durante a cozedura, exigia um cuidado especial.

Antes do primeiro desquente eram colocadas as primeiras pedras de boca. Era colocada, à entrada do portal, uma grande pedra na horizontal, denominada “*corredoir*”, onde eram assentes, na vertical, as duas primeiras pedras de boca.

Quando o empedre se encontrava à altura do portal inferior eram colocadas as duas últimas pedras formando um V invertido. Por cima das pedras de boca eram assentes três “*armadeiras*” em cunha, denominadas pedras de fecho, que avançavam para o interior do forno. No fim do empedre e do capelo, o portal inferior era tapado com pedra e cal (Ribeiro, 2018).

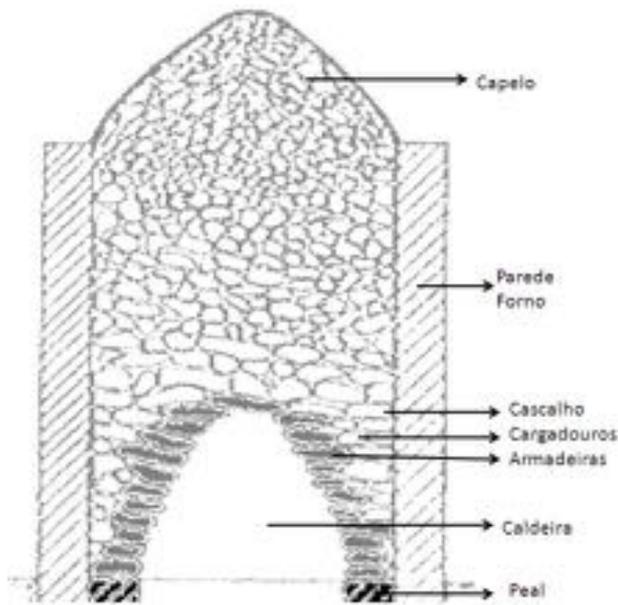


Figura 11. Empedre. Esboço elaborado pelo autor, 2018.

A cozedura

A cozedura iniciava, por norma, à segunda-feira de forma a permitir realizar uma fornada a cada três semanas (na década de 60). O desquite era o primeiro combustível a ser consumido. Duas ou três horas depois, entravam ao serviço os forneiros, um ou dois, consoante a necessidade. Enquanto um forneiro alimentava a caldeira, o outro transportava o combustível do barracão para junto do forno.

Os forneiros combinavam entre si o horário de trabalho. O primeiro forneiro trabalhava 12 horas, saindo às 8 horas da noite, enquanto o outro trabalhava 18 horas, saindo às duas da manhã, hora em que entrava ao serviço o forneiro que já teria descansado seis horas. Os horários de descanso eram feitos por um velador ou jornaleiro. O horário de trabalho do forneiro era vulgarmente conhecido por '*meias noites*'. A caldeira do forno tinha de estar continuamente a ser alimentada (Figs. 12 e 13). Um dos problemas era a acumulação das cinzas. Assim, aproximadamente de duas em duas horas, era necessário remexer na caldeira para dispersar as cinzas. A cozedura demorava, por norma, entre os cinco e os sete dias. No final da década de 70, recorreu-se a sopradores, que emitiam ar para o interior da caldeira permitindo o aceleração da combustão e a redução do tempo da cozedura para pouco mais de quatro dias (Ribeiro, 2018).

Nas primeiras 48 horas de cozedura, a pedra ganha volume e o fumo é branco. Nos restantes dias, a pedra reduz consideravelmente de volume e peso e o fumo é preto. A partir dos dois dias o capelo descia lentamente e os forneiros, com recurso a um ancinho, vão regularmente consertando a pedra (Maduro, 2001).

Sabia-se que a pedra já estava cozida quando o capelo se encontrava cerca de 1 metro abaixo do topo do forno e praticamente já não havia fumo. Assim, deixava-se de alimentar a caldeira e a boca era tapada com pedra e argamassa de cal de forma a não permitir a entrada de ar.

No início do século XX, o número de fornadas não deverá ter ultrapassado as quatro ou cinco, realizadas no verão. Na década de 40, alguns fornos atingiam as oito fornadas anuais e na década de 60 as 17 fornadas (Ribeiro, 1965-1969).



Figuras 12 e 13. Forno de Joaquim Vieira Grilo em laboração, 1983. Fotografias cedidas por Joaquim Ribeiro.

O combustível

Nos primórdios da indústria de cal, utilizava-se apenas o mato para alimentação da caldeira. Entende-se como mato tudo o que era encontrado nos pinhais, como caruma, tojeiros, carqueja, galhos de pinheiros, rama de pinheiro, etc. A partir da

década de 40, recorre-se ao *motano*⁶. No entanto, este apenas era utilizado em último recurso, uma vez que era um produto dispendioso. Uma fornada exclusivamente cozida com motano consumia uma média de 160 talhas (9 600 molhos). Nos anos 80, utilizou-se também serradura (Ribeiro, 2018).

A desenforna

Por norma, depois de tapada a boca, deixava-se arrefecer aproximadamente durante 48 horas. A desenforna demorava, normalmente, dois ou três dias. Se fosse inverno ou as condições meteorológicas fossem adversas, era colocada uma viga de ferro e colocadas chapas de zinco formando um telhado de duas águas enquanto se desenfornava. Para se retirar a cal e iniciar a desenforna, a parede que tapava o portal era partida. Enquanto se desenfornava, a cal era transportada para os depósitos ou vendida à boca do forno. A produção variava entre as 40 e as 55 toneladas, de acordo com a dimensão do forno. Por fim, o forno era limpo e realizava-se a adiafa que consistia, normalmente, numa refeição oferecida pelo industrial aos operários (Ribeiro, 2018).

Conclusão

Em suma, durante todo o século XX Pataias foi o grande centro industrial caleiro português. A linha do Oeste, através do Apeadeiro de Pataias, permitiu escoar grande parte da produção, chegando a todo o país, ilhas e colónias portuguesas.

Desta forma, atendo à importância da indústria de cal a nível nacional, é urgente a classificação dos fornos de cal de Pataias de forma a impedir não só alienação deste importante património como a preservação de uma memória, a nossa memória coletiva, que vai desaparecendo, ano após ano, com a demolição dos fornos. Só nos últimos quatro anos, assistiu-se, passivamente, à demolição de três fornos. Foi tamanha a importância da indústria de cal em Pataias que encontramos precisamente um forno de cal no seu brasão de Vila (Fig. 14). Todavia, desde dezembro de 2017, a União de Freguesias de Pataias e Martingança tem mantido uma equipa de investigação que se tem dedicado ao estudo dos fornos de cal de Pataias. Desta forma, tem-se realizado uma exaustiva investigação nos mais diversos arquivos, vários trabalhos de campo, estudos sobre as pedreiras e o Apeadeiro de Pataias, entrevistas a antigos industriais e operários, escavações e limpezas de fornos, recolha e salvaguarda de ferramentas,

⁶ Rama de pinheiro atada com um fio.

levantamento de painéis de azulejos alusivos aos fornos de cal de Pataias, visitas guiadas aos fornos entre muitos outros trabalhos. Recentemente foi inaugurado o percurso pedestre sinalizado intitulado “Rota dos Fornos de cal de Pataias”, que, com recurso à APP da União de Freguesias, permite dar a conhecer e aprofundar os conhecimentos sobre os fornos de Pataias, tornando o percurso pedestre num percurso interpretativo. No futuro prevê-se a criação de um espaço museológico e o restauro dos fornos que apresentam danos estruturais graves e que se encontram nas propriedades da cimenteira.



Figura 14. Brasão da Vila de Pataias.

Fontes

- CIBRA. (1952). *Relatório acerca da necessidade de ampliar a área da pedra explorada pela Companhia Portuguesa de Cimentos Brancos SARL por expropriação dos terrenos limítrofes*. 20 mai. 1952. Acessível no Arquivo Histórico Fábrica Maceira – Liz, Fundo Fábrica de Pataias, Pataias.
- Companhia dos caminhos de ferro Portugueses. (1945). *Resumos Estatísticos do exercício de 1945*, Lisboa, Divisão de Estatística e Estudos. Acessível no Arquivo Histórico da CP
- Companhia dos caminhos de ferro Portugueses. (1946). *Resumos Estatísticos do exercício de 1946*, Lisboa, Divisão de Estatística e Estudos. Acessível no Arquivo Histórico da CP
- Dinis, P. (1909). *Contrato n.º 583*. Expediente n.º 1444. 17 nov. 1909. Contrato entre Comp. Real dos Caminhos de Ferro e Manuel S. de Figueiredo. Acessível no Arquivo Histórico da CP, Lisboa, Portugal.
- Freitas, T. (1729). *Livro de Notas n.º15* [Manuscrito]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, Fundo Cartório Notarial de Alcobaça – 5.º ofício.
- Grilo, J. V. (1940-1948). *Livro de Registo de contas* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca de Pataias, Fundo JV. Grilo, cx.1.
- Guias de receita JFP*. (1964-1979). [Manuscrito]. 8 doss. Acessível no Arquivo Histórico UFPM, n.º 6 a 11, 13 e 14.
- Júnior, J. (1917). *Livro de Notas n.º83* [Manuscrito]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Fundo do Cartório Notarial da Marinha Grande.
- Maria, T. (inventariante). (1807) – *Inventário Orfanológico de José Joaquim Rato* [Manuscrito]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Leiria, fundo Tribunal Judicial de Alcobaça, Inventários orfanológicos, 2.ª Secção, mac.162, ord.1.

- Nota extrahida da matriz da contribuição industrial do anno de 1881* [Manuscrito]. [1881]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, Fundo Governo Civil de Leiria, Coordenação das actividades económicas e de população, indústria, cx.2.
- Nova, A. (1919). *Livro de Notas para escrituras diversas n.º84* [Manuscrito]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, Fundo do 1.º Cartório Notarial de Alcobaça.
- Pinheiro, F. (1721). *Livro de Notas n.º9* [Manuscrito]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, Fundo Cartório Notarial da Nazaré.
- Registo de Alvarás [Manuscrito]. [1895-1909]. Acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Portugal, fundo do Governo Civil de Leiria, registo de Alvarás, 2.ª e 3.ª repartição cx2, Lv. 2 - Registo de Alvarás – 2.ª Secção.
- Ribeiro, J. [carta]. (1856). fev. 2, Pataias [a] Câmara Municipal de Alcobaça [Manuscrito]. 1 f. Relação de industriais em Pataias. Acessível na Biblioteca Municipal de Alcobaça, fundo local, cx s/n (correspondências).
- Ribeiro, J. (1966-1969). *Livro de despesas e receitas do forno* [Manuscrito]. Disponibilizado por Joaquim Filipe Ribeiro.
- Vasconcelos, J. (1864). *Collecção Official da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Referências bibliográficas

- Choffat, P. (1891). Passeio Geológico de Lisboa a Leiria. *Revista de Educação e Ensino*, 6 (7), 289-314.
- Colaço, G. M. & Albuquerque, F. L. M. (1862). *Documentos para a Estatística Industrial do Districto de Leiria*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Gouveia, H. C. & Carvalho, M. C. de (2003). *Musealização de sítios na bacia hidrográfica do Mondego: conjuntos de moinhos de vento da Portela de Oliveira e de fornos de cal do Casal de Santo Amaro no concelho de Penacova*. Penacova: Município de Penacova
- Maduro, A. (2001). Os fornos de cal de Pataias. In C. Mendonça (coord.), *Roteiro Cultural da Região de Alcobaça* (pp.165-185). Alcobaça: Câmara Municipal de Alcobaça.
- Serrano, P. (2005). *Os Serranos de Figueiredo em Pataias*. Edição de autor. Monografia divulgada apenas no seio familiar e gentilmente cedida pelo autor.

Periódicos

- Jornal de Pataias*. (1981-1995).
- Pataias à Letra*. (2015).

A conserveira Pinhais: fábrica centenária e museu vivo (Matosinhos, 1920-2021)

Maria Otília Pereira Lage

Resumo: Este texto incide sobre as Conservas Pinhais & Cia, fábrica de tipo familiar e produção artesanal de peixe, fundada em Matosinhos, em 1920, com laboração ativa ininterrupta para os mercados nacionais e internacionais, mantendo-se como uma das conserveiras mais antigas em atividade e única de fabrico tradicional no município, onde é protagonista de relevo, e ainda na história da indústria conserveira em Portugal.

Esboça-se uma abordagem socio-histórica da emblemática Conserveira Pinhais de Matosinhos, exemplo empresarial de resiliência económico-social, de afirmação histórica e sustentabilidade. Relevam-se “marcas” e “traços” identificadores desta empresa centenária de tradição familiar empreendedora: “saberes fazeres” técnico-industriais e tradicionais; forte vocação exportadora para mercados consistentes à escala mundial; persistência do processo de fabrico artesanal de qualidade no panorama do sector em Portugal e na Europa (onde só mantêm idêntico método de produção as conserveiras francesas La Belle Iloise, Rodel e La Perle des Dieux). Relevam-se como ativo da empresa algumas das suas marcas comerciais de conservas de peixe, com histórias de “vida” próprias: Amourette, Marinheiro, Mascato, Nuri, Pescador, Rios, Pinhais, etc. No caso de estudo desta unidade empresarial relevam com especial significado os conceitos de sustentabilidade, conservação e perenidade que confluem num projeto de museologia e património em curso e parceria empresa/autarquia “Da fábrica ao Museu”, iniciativa articulada entre a gerência da Pinhais e o município tendente à criação do Museu da Indústria Conserveira de Matosinhos, num processo de patrimonialização e musealização que importa conhecer. Não lhe é alheio o turismo cultural e industrial, na envolvente trabalho fabril e comunidade e a agregação de estratégias de comunicação (visitas de estudo, loja de vendas online, sites e vídeos, envolvimento dos trabalhadores e comunidade) e recursos físicos existentes (arquitetura industrial, exterior e interior do edifício histórico da conserveira, maquinaria e equipamentos, processos e métodos de fabrico e gestão, espólio arquivístico e museológico da fábrica, etc.).

Palavras-chave: Indústria conserveira, Património Industrial, Museu de Empresa, Matosinhos. História empresarial.



O processo de industrialização marcou profundamente o desenvolvimento económico e urbanístico do concelho de Matosinhos.

Cordeiro, 1989, p. 63

Introdução

O desenvolvimento industrial do concelho de Matosinhos, próximo do grande e antigo centro urbano do Porto, começa a partir dos finais do século XIX, podendo explicar-se, à semelhança dos restantes núcleos conserveiros nacionais, pela sua localização geográfica, no litoral, proximidade e abundância da matéria-prima e facilidades da exportação do produto. As primeiras fábricas de conservas no concelho são a Lopes, Coelho Dias (1899) e a Brandão Gomes (1903), filial da fábrica do mesmo nome, em Espinho, cuja fundação data de 1894 (Cordeiro, 1989).

Após a I Guerra Mundial, o surto industrial atingiu em Matosinhos proporções significativas devido à progressiva instalação de novas fábricas conserveiras que a par das mais antigas empresas de apreciáveis dimensões contribuíram para a sua expansão industrial. Esta seria assegurada pela importância do porto de Leixões, edificado como porto de pesca, (o primeiro do país) onde em 1932 se iniciou a construção da doca nº 1 inaugurada em fevereiro de 1940, no limiar da II Guerra Mundial. A sua zona envolvente foi então alvo de rápido desenvolvimento e fator de atração de pescadores e trabalhadores de outras regiões. O que contribuiu para induzir forte incremento da indústria conserveira, maioritariamente exportadora e a hegemonia de Matosinhos como centro conserveiro do norte do país, a partir de 1937.

Com as duas grandes guerras mundiais, registaram-se condições anormais de procura, com um grande aumento do consumo de conservas, fatores que impulsionaram um crescimento quantitativo da produção, a ampliação de unidades fabris e o aumento de novas fábricas com um efeito promotor da indústria conserveira. Porém, muitas dessas fábricas não conseguiram garantir o mínimo de requisitos sustentáveis, encerrando prematuramente, fora das condições excecionais da economia de guerra desse período.

A fábrica Pinhais & Cia. Lda., iniciativa empresarial de pescadores da família Pinhal de Espinho vinda, nos finais do século XIX, inícios do século XX, para Matosinhos, núcleo industrial conserveiro então emergente, surge em 1920, com inauguração, em 1926, das novas instalações ampliadas e renovadas até aos anos 1940, edifício emblemático de arquitetura industrial na Avenida Clemente Meneres, onde ainda hoje se mantém em plena atividade industrial na fronteira entre tradição-inovação, como veremos. Com origem num antigo armazém na Avenida Serpa Pinto, canal de aquisição e distribuição de peixe para as regiões transmontanas e durienses, e a criação, defronte deste centro de uma primeira fábrica de conservas em salmoura, de que persistem traços - primeira atividade empresarial da parceria fraterna de Manuel Pinto Pinhal e António Rodrigues Pinhal -, evoluiu com a transformação destes dois

irmãos em industriais que se associaram a mais dois fundadores: Cruz Alves da Silva Rios, capitalista conhecedor do sector e dos portos a sul do Tejo, Setúbal e Algarve e Luís Sousa Ferreira. Resultado de sustentável empreendedorismo industrial com longa tradição e continuidade de gerações de proprietários, gerentes e trabalhadores, a “Fábrica Pinhais” tornar-se-ia exemplo raro de sucesso prolongado na história atribulada da indústria conserveira nacional, sector ainda hoje de notável relevo económico-social.

Esta conserveira tem vindo a ser considerada um “caso de análise para diferentes áreas do conhecimento humano e científico. Todos os anos, várias vezes ao ano, é palco de visitas de escolas básicas e secundárias, de grupos universitários, que procuram modelos de apoio às suas teses de mestrado ou doutoramento. Talvez por isso vem sendo reconhecida pelos organismos governamentais como um exemplo de empregabilidade sustentada pela tenacidade e ética dos princípios empresariais” (Amorim, 2007, p. 106). Nesta expressão pública de um discurso oficial da fábrica, emanando da “lógica da opinião” e da “ordem cívica”, está ainda implícito um discurso de empresa que, como se verá, integra outras “ordens de generalidade”, como a “industrial” e a “mercantil”, as quais fazem por vez apelo, pela tradição, à “lógica doméstica” e pela criatividade e estética, à “lógica da inspiração” (Boltanski e Thévenot, 1987)¹.

No contexto delineado, do ponto de vista da investigação histórica, patrimonial e museológica a Pinhais, fábrica centenária e quase museu vivo, ex-libris da comunidade matosinhense, impõe-se-nos, enquanto “estudo de caso alargado” (Burawoy, 1998), em sua singularidade representativa do universo fabril conserveiro de Matosinhos, de renome e peso económico-social, embora hoje reduzido a quatro empresas em laboração ativa.

A análise sócio histórica da fábrica Pinhais sublinha também a sua natureza de *case study* na relação Indústria-História-Património.

São objetivos deste trabalho: a) descrever sucintamente o processo histórico e social da fundação e evolução da Fábrica Pinhais, no contexto da indústria conserveira de Matosinhos, um dos mais importantes núcleos conserveiros do território litoral português; b) identificar linhas e fatores essenciais de desenvolvimento que tornaram a Pinhais, ex-libris da história empresarial e comunidade matosinhense, referência da indústria conserveira nacional; c) sublinhar o significado da prolongada fidelização de

¹ V. também Lage, M. O. P. (2007). Metalúrgica da Longra (1920-1993): ancoragem para um estudo sob os regimes de acção. *Revista da Faculdade de Letras. HISTÓRIA*, III s., vol. 8, 217-236.

clientes e trabalhadores da Pinhais e da sua relação comercial de oito décadas com a antiga família austríaca Glatz, atual conglomerado distribuidor de produtos alimentares e novo patrão desta conserveira, a partir de 2017.

No que se refere ao quadro teórico-metodológico adotado, na sequência da revisão da literatura, pesquisa e cruzamento de fontes múltiplas, estudos gerais e de referência, faz-se uma abordagem conceptual sucinta à empresa a partir da diversidade de “mundos” ou “lógicas” próprias das “economias da grandeza” e “regimes de ação” que aí se jogam: “doméstica”, “industrial”, “mercantil”, “de inspiração” e “cívica”, segundo a noção “economias de grandeza” da sociologia pragmática (Boltanski, 1990; Thèvenot, 1999).

Privilegia-se ainda a interdisciplinaridade na fronteira história/sociologia e o método “estudo de caso alargado” (a par das metodologias qualitativas da observação participante e trabalho de terreno com entrevistas na empresa, autarquia e comunidade).

Nesta ótica, estrutura-se o texto em duas rubricas interrelacionadas, de natureza descritiva e empírica: 1.º - A Pinhais, fábrica centenária; 2.º - Da fábrica ao museu, enquadradas por outra secção mais de índole teórica 3.º - Patrimonialização e musealização da cultura técnico-industrial, articulando-se estes três tópicos nucleares com as dimensões temáticas deste IV Encontro de Indústria, História e Património.

Fábrica Pinhais: passado e presente

Da fundação aos dias de hoje

A Pinhais & Cia, Lda. empresa fundada em Matosinhos em 1920 é uma unidade industrial de gestão familiar e vocação exportadora, em funcionamento contínuo até hoje, sendo a mais antiga em laboração ativa neste concelho que já contou com mais de 50 conserveiras. É a única fábrica do sector conserveiro em Portugal que mantém produção tradicional e artesanal de conservas de peixe. Exporta 90% da sua produção e trabalha com um portfolio de 10 marcas comerciais de conservas.



Figura 1. Pinhais & Cia. Lda. Fachada principal, Avenida Meneres-. Fonte: www.conservaspinhais.pt



Figura 2. Pinhais & Cia. Lda. Fachada lateral virada à Rua Conselheiro Costa Braga (B). Fonte: www.conservaspinhais.pt

Logo nas décadas de 1920-30, a fábrica Pinhais inicia um processo dinâmico de afirmação empresarial. Em 1926, é constituída a Sociedade Pinhais & C.^a, Lda. que, em 1928, se tornou sócia fundadora da União de Conserveiros de Matosinhos. A 13 de agosto de 1937, na sua transformação em nova firma (Pinhais & C.^a Lda.), fez parte, como associada, da Sociedade Lopes, Coelho Dias & C.^a, Lda., uma das primeiras e importantes conserveiras de Matosinhos, fundada no fim do séc. XIX. Em 1939, a Pinhais & C.^a Lda. produzia anualmente 50.000 caixas de sardinha e empregava 300 operários. A 8 de fevereiro de 1940 participou na fundação da Sociedade Produtora de Óleos e Farinhas de Peixe².

² Câmara Municipal de Matosinhos Património Arquitetónico e Histórico. *Fábrica de Conservas Pinhais & C.^a, Lda Classificação de Interesse Municipal*. Informação da Comissão do Património Arquitetónico e Histórico. Matosinhos. Acesso <https://www.cm->

Mas a história centenária e multifacetada sob diversos “regimes de ação” da Pinhais pode conhecer-se ainda através das suas instalações em edifícios emblemáticos de interesse patrimonial. Segundo documento-base para classificação da fábrica Pinhais como Património de Interesse Municipal pela autarquia de Matosinhos (D.R. II Série, n.º 210, 31 de outubro de 2019), reproduzido no Anexo 1, consideram-se, a partir de vestígios e traços históricos do seu crescimento industrial, evolução societária e ampliação de suas instalações, estes dois momentos essenciais:

Inícios do século XX, primeira fase: Avenida Serpa Pinto.

A construção, nesse mesmo ano de 1920, de um edifício na Avenida Serpa Pinto corresponde precisamente à primeira fase da vida da sociedade, então particularmente vocacionada para a fabricação de conservas pelo sal. Um ano depois surgirá um novo edifício de dois pisos na mesma rua. Primitivamente destinado a armazéns, aí foram fabricadas as primeiras conservas em molhos da empresa. Na Avenida Serpa Pinto subsiste ainda o edifício que albergava a unidade fabril de “salazones” da Fábrica de Conservas Pinhais. Apesar de ter sido desativada há vários anos o seu interior conservava ainda, de forma quase intacta, todas as características duma unidade deste tipo, de princípios do século XX. Todas as estruturas, mantinham-se, até há pouco tempo, muito bem preservadas, nomeadamente as pias e as estruturas de prensagem. Também se conservavam ainda um conjunto extraordinário de ferramentas utilizadas no processo produtivo, desde as aduelas para a prensagem do peixe, até às pedras que serviam de peso no processo de extração do óleo de peixe. Este edifício da Avenida Serpa Pinto era assim o único espaço em Matosinhos (e mesmo no âmbito nacional) onde era possível reconstituir com materiais originais todo o processo produtivo de “salazones” de inícios do século XX (*Ibidem*).

Anos 1920 a 1940, segunda fase: Avenida Menéres.

Com o alargamento da atividade da fábrica para as “conservas em molhos”, a sociedade cedo teve de enfrentar problemas decorrentes da exiguidade das instalações. Em 1923, é projetada por Joaquim Neves, a atual fábrica de conservas desta empresa, ao tempo com fachada virada só para a Avenida Menéres. A primeira grande ampliação do imóvel ocorrerá em 1927, com aditamentos posteriores em 1928 e 1929. Ao contrário da maioria das empresas conserveiras da altura, durante a segunda guerra mundial, a Pinhais recusou-se a vender os seus produtos para a Alemanha nazi. Apenas em 1945,

com a edificação da ala com fachada voltada para a Rua Conselheiro Costa Braga, o edifício adquire a grandeza de proporções que o caracteriza na atualidade, sendo Augusto Coelho Pereira de Araújo o autor do projeto. Em 1947 sediou-se, também nestas instalações, a Sociedade Exportadora Luís Viana (*Ibidem*).

Esta Sociedade exportou algumas das mais antigas e principais marcas de conservas da Pinhais que se mantêm fortes na atualidade, como a marca Nuri.

A fábrica Pinhais mantém-se até hoje em funcionamento neste imóvel, na sua configuração atual, datado de 1923/26 e, sucessivamente, ampliado até 1945. Está inserido no plano de urbanização de Licínio Guimarães para o Areal do Prado, o qual concilia a tecnologia de produção industrial moderna com os equipamentos antigos existentes e bem conservados. As suas instalações fabris, equipamentos (bancadas de mármore, fornos, grelhas, tanques de salmoura) ou mesmo o livro de ponto, o sino que marca os horários de trabalho e o método artesanal de produção e embalagem mantiveram-se ao longo do século. Máquinas são poucas, só as de cozedura do peixe, cravação e esterilização das latas de conserva; tudo o mais, desde a entrada da matéria-prima, o peixe, até à sua transformação em conservas, é feito à mão pelos 121 trabalhadores, na maioria mulheres.

A empresa Pinhais, resistiu às várias crises da indústria conserveira nacional. Inaugura no pós-crise 2016, um novo ciclo empresarial, associando a terceira geração da família fundadora Pinhal à poderosa distribuidora austríaca de produtos alimentares da família Glatz, união que vem culminar oito décadas de relações mercantis entre as duas famílias. Este conglomerado é hoje principal acionista da antiga conserveira, nomeadamente, através da antiga e principal marca comercial de conservas de sardinha Nuri, de que a Glatz é importadora exclusiva para a Áustria e mercados vizinhos. No *site* da empresa esta marca emblemática é considerada "o expoente máximo das conservas portuguesas, incorporando peixe fresco, ingredientes de qualidade e embalada recorrendo a métodos tradicionais"³. A forte presença manual no processo produtivo explica o universo laboral de mais de uma centena de assalariadas (90% mulheres) para uma faturação reduzida, garantindo o caráter *gourmet* de um produto de primeira categoria à escala internacional.

A história de sucesso desta empresa familiar conserveira mantida ao longo de três gerações na mesma família, a Pinhal, deriva em grande parte da sua transmissão como negócio de família, com grande experiência no sector, estratégia de bons produtos e

³ Cf. <https://www.conservaspinhais.pt>.

marcas de longa vida que assentam em vários fatores: a escolha do melhor peixe (matéria-prima), na qualidade das suas conservas graças aos saberes-fazer artesaniais ao processo tradicional de fabrico, e ainda nas relações de cordialidade e confiança entre gerência e trabalhadores, fidelização da mão-de-obra e clientes.

No atual universo de 15 empresas conserveiras em Portugal, em que três são de capital estrangeiro (angolano, italiano e tailandês, líder mundial da indústria conserveira), também a Pinhais passou a contar, em 2017, com um aumento de capital austríaco que permitiu melhorar a situação financeira da sociedade, no pós-crise 2010⁴.

Quotidianos e operações de fabrico

A imagem de marca e identidade da Pinhais, segundo fontes da empresa, notícias e reportagens de imprensa⁵, releva a tradição secular de industriais trabalhadores e clientes e o fabrico ancestral, com métodos artesaniais, de produtos de elevada qualidade.



Figura 3. Empresa Pinhais - Área de produção fabril e trabalho operário feminino. Imagem disponível em <https://2018.openhouseporto.com/places/fabrica-pinhais/>.

As suas instalações fabris, equipamentos (bancadas de mármore, fornos, grelhas, tanques de salmoura) ou mesmo o livro de ponto, o sino que marca os horários de trabalho e o método artesanal de produção e embalagem mantiveram-se ao longo do século. Máquinas são poucas, só as de cozedura do peixe, cravação e esterilização das latas de conserva; tudo o mais, desde a entrada da matéria-prima, o peixe, até à sua

⁴ Cf. Abílio Ferreira, Conserveira Pinhais. Novo dono é austríaco. *“Expresso” Economia*, 20/10/2017.

⁵ Cf. “Portugal Digital”. *Economia e Negócios*, 13/09/2020.

transformação em conservas, é feito à mão pelos 121 trabalhadores, maioria mulheres. Todos os dias, às 06.00h, colaboradores da Pinhais vão à lota de Matosinhos comprar em leilão e escolher a melhor e mais fresca sardinha.

Mal chegam à fábrica as sardinhas são colocadas durante 40 minutos em tanques de salmoura (água e sal) para repor a salinidade, deixá-las “rijinhas” e mais fáceis de manusear e preparar, começando pelo “descabeço”. Nas bancadas de mármore cada operária retira à mão e num só golpe as cabeças e as tripas das sardinhas, colocando-as em grelhas que ficando cheias são passadas em tinas de água, para ficarem limpas, indo a seguir ao forno durante 7 a 12 minutos, em função da dimensão e gordura do peixe. As sardinhas depois de arrefecidas são enlatadas, com azeite e molho de tomate, cravadas, esterilizadas e colocadas a maturar entre 60 a 90 dias. Um dos segredos destas conservas está no molho de tomate: “O nosso tomate é muito bom, é o melhor que têm as conservas...”, comenta Emília Vaz, operária da Pinhais, há 50 anos. A preparação artesanal da polpa de tomate e da folha de louro garantem qualidade e durabilidade aos produtos. Posteriormente, as sardinhas em conserva são embaladas e exportadas para os mercados “seguindo outros destinos que hoje já são muitos” como salienta a atual diretora de Marketing, Patrícia Sousa que continua explicando: “num dia bom” a Pinhais “produz 25 mil latas de conservas, número bem longe do horizonte das mais de um milhão que as outras fábricas mecanizadas conseguem”⁶.

Atualmente, a Pinhais exporta 95% da sua produção - conservas de qualidade superior, produtos e marcas comerciais de prestígio internacional - para 27 mercados à escala mundial. A Áustria é o principal mercado da Pinhais, mas também a Itália, Dinamarca, Austrália ou Estados Unidos da América. Atualmente, exporta para 47 países de todo o mundo.

Para além das conservas de sardinhas, atualmente, a empresa Pinhais decidiu diversificar a sua oferta, segundo António Pinhais, representante da terceira geração de conserveiros. Como defende António Pinhal, representante da terceira geração de conserveiros à frente desta fábrica: “Mas a Pinhais, cuja produção é 98% de conservas de sardinhas, sendo os restantes 2% de cavala e carapau, vai aventurar-se no mundo dos patês. O objetivo é aproveitar a sardinha por inteiro e fazer um subproduto”⁷.

⁶ Cf. “Conserveira Pinhais de Matosinhos não mudou em 100 anos e torna-se museu vivo”.
Público, 14/09/2020.

⁷ *Ibidem*.

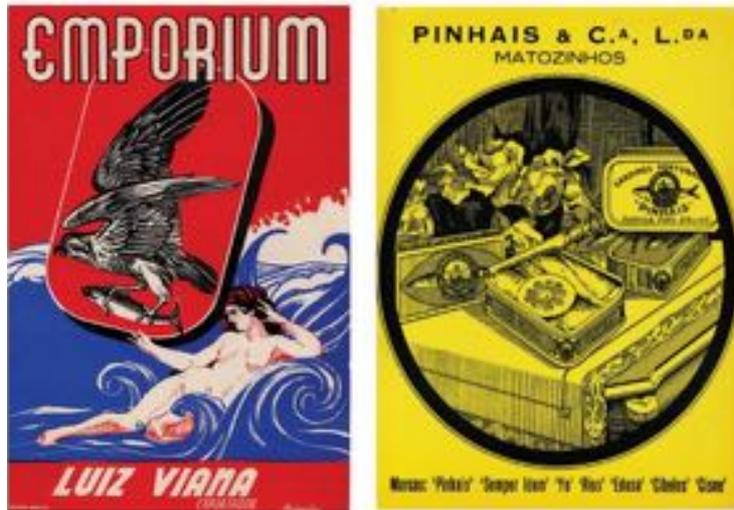


Figura 3. Publicidade da exportadora Luiz Viana, Matosinhos, na revista *Conservas de Peixe*, 1938, e da Pinhais, Matosinhos, na revista *Conservas de Peixe*, 1937. Citadas em S. Monteiro, 2014.



Figura 5. Conservas Pinhais. À direita: *Nuri* marca global da Pinhais.

De fábrica a museu vivo

A PINHAIS vai ser um museu vivo da indústria conserveira. As pessoas vão poder ver as coisas a acontecer, ver toda a produção, fazer provas e participar em iniciativas”, revelou, acrescentando que este será feito em colaboração com a Câmara Municipal de Matosinhos” (António Pinhal, entrevista na fábrica Pinhais, 23/1/2020).

Ao assinalar em 23 de outubro de 2020, o seu 1.º centenário, a Pinhais anuncia que se tornará num museu vivo da história da indústria conserveira de Matosinhos que foi um dos motores principais de desenvolvimento deste município. Nas visitas comentadas à fábrica que a empresa dinamiza podem não só observar-se “ao vivo” os métodos e operações de fabrico tradicional: seleção do pescado, salmoura e esterilização, evisceração e descabeço, enlatamento, embalagem, como fazer provas ou compras na sua loja de vendas. O futuro museu poderá vir assim a proporcionar meios exclusivos de “experiência instrutiva” (Dannehl, 2009, p. 131) sobre a indústria conserveira de relevante significado para Portugal que chegou a ser o primeiro produtor mundial de

conservas. Tendo em preparação a próxima abertura (junho de 2021) de um museu vivo da indústria conserveira, a Pinhais propõe-se com este projeto contribuir para a sustentabilidade e valorização da indústria conserveira de Matosinhos e proporcionar aos visitantes uma experiência “absolutamente inédita”.



Figura 6. Fábrica Pinhais: interior do átrio da entrada principal (A) e escada espiralada acesso a escritórios (B, C). Fonte: Imagens disponíveis em: <http://www.conservaspinhais.pt>.

Com todas as componentes essenciais de uma fábrica de conservas, a Pinhais mantém em laboração ativa toda uma vasta área de produção, onde se processa o depósito de peixe fresco, de corte de cabeças e remoção de vísceras, engrelhamento e salmoura, cozedura a vapor e retirada dos fornos, arrefecimento do peixe, enlatamento, lavagem e esterilização e embalagem. Há ainda a considerar neste contexto de grande valor patrimonial, os seus acervos documentais e arquivísticos, espólios de materiais de publicidade, marcas comerciais e rótulos de conservas da Pinhais⁸, também um instrumento de promoção da empresa e comunicação mormente para a investigação.

Para além de tudo isso, a empresa tem também um espaço de venda ao público, armazéns de azeite, de produto acabado e semiacabado, de vazio (latas e cartões) e de sal, escritórios, gabinete médico, arquivo histórico, oficina de reparação mecânica, antiga casa do mestre, refeitório, balneários, vestiários e salas de formação.

Com uma atividade duradoura e sustentável no setor das conservas de peixe, a Pinhais, empresa incontornável símbolo da indústria conserveira nacional foi classificada pela autarquia local, no âmbito da discussão e votação da proposta "Classificação da Fábrica de Conservas Pinhais, em Matosinhos, como Monumento de interesse municipal", que obteve a unanimidade do executivo municipal, em 2019. No ano seguinte é lançado o projeto de decisão relativo à classificação da fábrica da Conserveira Pinhais & Cia, Lda., em Matosinhos, como Monumento de Interesse Municipal⁹. "Esta fábrica, a mais antiga do concelho em laboração, foi classificada como Imóvel de Interesse Municipal por ser a mais antiga do concelho ainda em laboração, manter o processo de produção tradicional e privilegiar o peixe fresco"¹⁰.

De acordo com documentos de arquivo de empresa, a fábrica Pinhais mantém preservada a arquitetura e estrutura do edifício de modelo industrial de finais do século XIX, inícios do século XX bem como muitos dos seus equipamentos originais, incluindo a caldeira a vapor Babcock & Wilcox de 1929, peça de arqueologia industrial e outro equipamento ainda em uso, com destaque para: chaminé em tijolo, filtro do azeite, salamandra Doraliva, cravadeira, furador vertical, bancadas em mármore, balança de báscula, e mobiliário do consultório médico e da creche.

⁸ "Catálogo das Conservas de Pinhais & Cia, Lda.: exportação para todo o mundo". Gaia: Oficinas da Empresa Gráfica Apolino, Litografia Lusitana, 1939.

⁹ Diário da República n.º 90/2020, Série II de 05 de agosto.

¹⁰ "Fábrica de Conservas Pinhais é Monumento de Interesse Municipal", Jornal de Notícias, 14/02/2020.

O edifício é um dos nossos principais ícones e um dos maiores símbolos de uma das atividades mais relevantes da economia matosinhense. A fachada original é inspirada pelos modelos industriais britânicos e no interior o átrio é adornado por azulejos e por uma escadaria de madeira em espiral que ascende ao escritório onde a estética do passado permanece preservada.

Este edifício emblemático está hoje perfeitamente conservado com seus espólios documentais, museológicos e objetos técnicos bem preservados configura-se como “Reserva Visitável” ou “coleção visitável” (solução abrangida pela Lei-Quadro dos Museus (Lei n.º 47/2004, art. 4º). Esta configuração permite “(...) a sua regular manutenção, bem como o seu estudo por diferentes especialistas, contribuem para a constituição de um conhecimento técnico-industrial de interesse generalizado e, em especial, para a investigação e o ensino ainda de utilidade relevante para o tecido empresarial” (Sampaio, 2015, p. 349).

Para além do edifício e da linha de montagem, a Conserveira Pinhais & Cia, Lda. mantém algumas marcas históricas. Entre as suas marcas comerciais históricas mais emblemáticas algumas das quais se mantêm ativas, contam-se desde logo a: “Pinhais, a que todos disputam!”¹¹ e, entre outras, Rios, Nuri, Anteo, Pescador, Marinheiro, Amourette, Cibeles, Cisne, Mabuti, Sailor, Mascato, Matapan, Matusa, Buzon, Cometa, Edusa, Hebe, Hio, Semper, Les Ailes, Idem, Yo.

Algumas destas designações de origem estão relacionadas ou fazem alusões ao mundo marítimo, das pescas e das conservas, aspetos próprios dos principais mercados de exportação, histórias pessoais de sócios ou gerentes da fábrica, e ou outras narrativas curiosas a registar, sempre se procuraram ajustar às estratégias publicitárias da empresa consoante as épocas e os mercados de exportação.



Marca Nuri Vintage, 1948

Exportador: Luiz Viana & Ca. Lda.

Data: primeira geração (1930-1950) Marca: *Nuri*

Duração da marca: 1948 - actualidade

Tipo de conserva: filetes de peixe agulha anchovado enrolados com alcaparras em azeite de oliveira e sal
Peso neto: 21g Mercado de destino/ língua utilizada: inglês - traduções em italiano, alemão, francês, português¹.

Figura 7. Marca global Nuri da Pinhais. Fotografia: Luis Ferraz, Conserveira Pinhais.

¹¹ In capa “Catálogo das Conservas de Pinhais & Cia, Lda: exportação para todo o mundo” (1939).



Figura 8. Marcas *Amourette Vintage*, 1949 (cit. S. Monteiro, 2014) e *Mascato Vintage*, 1939. Mascato é o nome de uma ave marinha que figura neste rótulo como elemento principal destacado na composição sobre o triângulo, e na coloração da folha-de-flandres virgem, em tom brilhante. Aliada a esta cena associada ao mar e à indústria conserveira, a moldura de enquadramento tem elementos associados à antiguidade clássica (figuras femininas, em jeito de colunas, sugerindo as cariátides da arquitetura grega).

A fábrica de conservas Pinhais & Cia, Lda., é assim uma incontornável empresa da indústria conserveira de Matosinhos e do significativo processo de desenvolvimento industrial e transformação urbana do concelho com importantes consequências sociais, culturais e urbanísticas que marcaram o seu território e populações.

Tal como outras cidades industriais, também Matosinhos foi palco de um processo de desindustrialização e terciarização, em especial, nas décadas de 1970-90, que mudou a configuração do tecido urbano, marcando, ainda, o futuro dos grupos profissionais associados às atividades industriais alterando estatutos sociais e relação com o mundo do trabalho.

A necessidade de avaliar e promover o seu património industrial e equacionar medidas de requalificação urbana levou o município de Matosinhos a realizar em 1989 a Exposição de Arqueologia Industrial e a prosseguir, mais tarde, com a ideia de criação do Museu do Mar e das Conservas, convergente no recente projeto do Museu da Indústria Conserveira de Matosinhos, em parceria entre a autarquia e a empresa Pinhais, sob forma jurídica de associação ou outra a decidir. No âmbito deste projeto ainda em curso, foi realizada pela Câmara Municipal de Matosinhos uma audiência pública prévia em 2019 com vista a obter candidaturas de apresentação de estudos de musealização.

Visitas à fábrica

Como já anteriormente referido, a Conserveira Pinhais & Cia, Lda, na procura da sua valorização como lugar de memória histórica e prova de qualidade de seus produtos e saberes-fazer artesanais, disponibiliza visitas comentadas à fábrica.

Encontra-se no *site* oficial da empresa, <https://www.conservaspinhais.pt>, o seguinte formulário de pedido e marcação automática destas visitas abertas a todos os interessados: clientes e fornecedores, jornalistas, turistas e visitantes diversificados, mas também escolas, institutos superiores e universidades, professores e estudantes, docentes e investigadores, comunidade em geral, famílias e indivíduos singulares, adultos e crianças (v. Anexo 2).

Como se depreende, as visitas à fábrica Pinhais, pressupõem uma ampla abertura a vários tipos de públicos, a nível individual e/ou em grupos, mas não implicam necessariamente a existência institucional de um museu. Pela importância de seu edifício-sede e local de implantação, instalações físicas, equipamentos e saberes-fazer tradicionais, a empresa pode por si assumir funções de ecomuseu como sucede com a firma Ramirez outra das mais antigas e ativas conserveiras de Matosinhos, e também em certas empresas vitícolas no Douro, Alentejo e Algarve ou em quintas históricas durienses, para além de outras unidades industriais antigas, nacionais.

As visitas à Pinhais, em regra comentadas pelo economista Manuel Pinhal, gerente e neto de um dos fundadores, são a principal forma de acolhimento, mostra ou exibição ao público para “mostrar o verdadeiro”, adquirindo assim um carácter de descoberta e “experiência instrutiva” (Dannehl, 2009, p. 131) da temporalidade histórica.

Estas atividades constituem experiências ao vivo, que transitam num curto espaço de tempo informação específica sobre os contextos socioeconómicos, laborais e técnicos, mas também, informação sensorial, vivenciada no momento e que transporta consigo outros tipos de informação e de relações. Os espaços reencenados são muitas vezes compostos por objetos únicos, réplicas ou a combinação dos dois, permitindo recriar com um certo realismo os espaços originais ou ficcionados. Assim, estas visitas podem

(...) incluir uma sessão de “*hands-on*”, ou seja, de manipulação dos utensílios por parte dos visitantes, tornados em utilizadores dos objetos museológicos ou réplicas realizadas para o efeito. Tradições, costumes, tarefas, habilidades, competências podem ser encenadas, reconstituídas de forma a obter mais informação sobre as suas performances. Embora a utilização do conhecimento sensorial não seja comum na investigação histórica, ela é uma mais-valia para o estudo da cultura material técnico-industrial” (Sampaio, 2015, p. 98).

Outra modalidade pode ser a visita de portas abertas em eventos, que apresenta a empresa no seu sector de atividade e relação com o ambiente imediato, podendo a mesma ser pontual, periódica, comemorativa ou inaugural.

Dependendo das motivações das visitas de empresa, cujas modalidades variam, em regra, com as fileiras de atividade económica, estas podem ser, nomeadamente: instrumento de comunicação e de marketing através da apresentação de saberes-fazer; possibilidade de desenvolvimento de uma pesquisa comercial para aumentar as suas vendas, sobretudo se existe “in loco” um ponto de venda dos produtos; uma ocasião de valorizar o trabalho dos operários e empregados e de assegurar a promoção de ofícios e profissões junto de jovens ou dos que procuram emprego, etc. No entanto a visita de empresa valoriza sempre as forças e as tradições económicas de uma região, de maneira dinâmica, suscitando comunicação e reflexão e não revivalismo passadista, podendo mesmo, numa aproximação alternativa e participativa, constituir-se em produto turístico integrado por exemplo num circuito de descoberta de produtos regionais ou respondendo a expectativas dos visitantes na descoberta de uma região, pelo seu interior, na inter-relação com seus habitantes ou quanto às componentes identitárias dos territórios.

Através da visita de empresa ou do museu de empresa, a oferta da descoberta económica pode ser estruturada em três componentes: 1) serviços de base indispensáveis para responder à procura genérica dos visitantes (apoio no acolhimento, visitas guiadas, suportes à visita, cenografia); 2) serviços anexos que suportam ou valorizam a visita (armazém ou ponto de vendas, espaços culturais e/ou de projeção; 3) serviços periféricos que completam a oferta (prestações turísticas como transporte, alojamento, restauração (Courvoisier & Courvoisier, 2010, p. 17).

Museus de empresa

O conceito “museu de empresa”, genericamente considerado é contraditório na medida em que um museu é habitualmente voltado para a conservação de objetos do passado, produzidos e vendidos pela empresa. Também alguns museus de empresa são apenas “simulacros de museus” com fins sobretudo mercantis. No entanto, e felizmente, a maioria dos museus de empresa valem muito mais: são lugares de acolhimento para o visitante de passagem, permitem conhecer as origens dessa unidade industrial, a história do fabrico e dos produtos, assim como as mudanças socioeconómicas da empresa. Assim pode definir-se o museu de empresa como o lugar onde a empresa se apresenta a si própria como objeto de conhecimento e estudo expondo-se a públicos

internos e externos. Nesta medida pode ser considerado como uma indústria cultural propondo serviços periféricos, desenvolvendo estratégias comunicacionais com públicos identificados, em concorrência ou complementaridade com outras instituições culturais.

Os museus de empresa situam-se na junção entre o domínio mercantil, lucrativo e móvel e o mais tradicional e cultural dos museus públicos; gerem coleções que dependem de empresas lucrativas; permitem à sociedade demarcar-se da concorrência, justificando que a sua imagem está ligada ao passado e ao seu enraizamento num território, o que credibiliza a sua ancoragem na tradição.

É possível traçar uma tipologia dos sítios culturais criados pelas empresas, englobando os museus: espaços de comunicação e *showrooms* que permitem criar eventos e atividades como exposições temporárias, *sites*, vídeos, atrações tecnológicas interativas, atrações turísticas, etc.

Os museus de empresa de carácter tecnológico, que se aproximam de centros de cultura científica, técnica e industrial, distinguem-se em regra dos museus de empresa de dimensão empreendedora, centrados no ensino industrial, na história da empresa, no percurso económico dos produtos e serviços e sendo ainda instrumento de comunicação e promoção da sua marca e região (Courvoisier & Courvoisier, 2010, p. 15-16).

Patrimonialização e musealização da cultura técnico-industrial

A partir de estudos gerais, trabalhos mais específicos sobre cultura técnico-industrial e objetos técnicos relacionados quer com museus de técnica e ciência industrial quer com museus de empresa, no âmbito dos estudos sociais das ciências e das técnicas, do Património e Museologia e ainda com base em fontes diversas e algumas entrevistas exploratórias junto da empresa Pinhais, de técnicos da Autarquia de Matosinhos procura-se evidenciar o triplo objetivo deste tipo de recursos patrimoniais e museológicos: a conservação e valorização do seu património, a legitimação do seu nome na história e a promoção da sua imagem de marca e da região.

Por outro lado, verifica-se, em algumas zonas industriais de tradição histórica no nosso país, uma tendência para a criação de museus de empresa ou para o desenvolvimento de coleções de objetos técnico-industriais com vista a diversos públicos. Importa refletir sobre este fenómeno e compreender se estas empresas com história, abrem as suas portas a visitas do público e criam museus e galerias de coleções para melhor conservar e divulgar o seu património ou se usam esses

procedimentos como estratégia ativa de comunicação e marketing de produtos e marcas (Courvoisier & Courvoisier, 2010, pp. 15-16).

Os projetos de museologia industrial nasceram em Portugal nos últimos 30 anos, desde 1990 até à atualidade e estão associados às mais-valias da “marca industrial” enquanto *score* estratégico no desenvolvimento económico e turístico de uma cidade ou região. (Matos & Sampaio, 2014, p. 100).

Da iniciativa de municípios e/ou empresas estes projetos recentes de museus da indústria e da técnica, surgidos por exemplo na região norte em cidades, como S. João da Madeira, Espinho, Matosinhos e outras que sofreram processos de industrialização seguidos de desindustrialização, constituem relevantes experiências e/ou iniciativas museológicas de preservação do património técnico-industrial. Precisam de consolidar a sua missão e objetivos enquanto agentes de promoção do conhecimento técnico-industrial, reforçando as suas ferramentas e metodologias, para se tornarem uma instituição de charneira entre diversos agentes culturais e educativos, apta a enfrentar os desafios do milénio.

É revelador que este património seja, em primeiro lugar, valorizado pelos seus operadores, pelos seus proprietários que veem nele o seu percurso profissional, a história da vida dos seus antepassados, ou mesmo os testemunhos de rotinas e vivências laborais. São os antigos operários, os fundadores e proprietários, os técnicos e engenheiros, as associações locais, os grupos desportivos das empresas, os primeiros agentes do processo de patrimonialização destes objetos (Sampaio, 2015, p. 13).

Nos últimos anos, são vários os exemplos de antigos funcionários de fábricas desativadas que participam ativamente na fruição do património sobre o qual têm um conhecimento profundo, como é o caso da antiga Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços. Mas se é verdade que “Neste processo de reconhecimento só numa segunda fase é que participam, normalmente, os técnicos de património e os decisores políticos, que podem vir a fomentar e a obter meios para a sua preservação e musealização” (*Ibidem*) o caso da fábrica Pinhais é uma exceção. A Câmara Municipal de Matosinhos manteve-se atenta e cooperante até à data.

No processo de patrimonialização, o que está em jogo é a aplicação da definição de “património”, são as políticas de inventário e salvaguarda, é o papel dos organismos responsáveis pelas classificações de património, mas também é a mobilização das comunidades em torno da preservação das suas memórias e registos. Isto está subjacente e determina, a imagem que temos da “indústria”, do lugar do “trabalho” na nossa sociedade e dos valores que atribuímos à “fábrica” e ao nosso desenvolvimento

técnico-industrial (cf. Sampaio, 2015, p 23-24). Por isso, as várias iniciativas de mediação já mencionadas anteriormente são essenciais na salvaguarda dos mundos do trabalho nas suas múltiplas valências. Sublinha-se,

(...) o papel do museu enquanto agente agregador de muitos protagonistas sociais e culturais, de confluências de diferentes espaços geográficos, de comunidades e culturas e de espaço de produção e difusão de conhecimento. O museu é um local de aprendizagem, de apropriação de novas leituras, que convém articular-se com a escola, cujos programas devem permitir a valorização da formação técnica e uma educação patrimonial integral” (I Sampaio, 2015, p 23-24).

Para esta temática muito tem contribuído um certo discurso historiográfico e uma nova forma de “olhar” para o património industrial enquanto uma fonte imprescindível na interpretação histórica. (Bergeron & Dorel-Ferre, 1996, p. 3). Estes autores desenvolveram estudos sobre o conceito de património industrial, a necessidade de regras para o tratamento dos vários temas da arqueologia industrial, primeira área disciplinar nascida no pós-guerra em Inglaterra e sobre a noção de Ecomuseu já no início do novo milénio.

As demonstrações que podem envolver programas de “história viva”, constituem experiências ao vivo, que transitam num curto espaço de tempo informação específica sobre os contextos socio-económicos, laborais e técnicos, mas também, informação sensorial, vivenciada no momento e que transporta consigo outros tipos de informação e de relações. Os espaços reencenados são muitas vezes compostos por objetos únicos, réplicas ou a combinação dos dois, permitindo recriar com um certo realismo os espaços originais ou ficcionados. Estes momentos, devem constituir uma “experiência instrutiva” (Dannehl, 2009, p. 131) que pode incluir uma sessão de “*hands-on*”, ou seja de manipulação dos utensílios por parte dos visitantes, tornados em utilizadores dos objetos museológicos ou réplicas realizadas para o efeito. Tradições, costumes, tarefas, habilidades, competências podem ser encenadas, reconstituídas de forma a obter mais informação sobre as suas performances. Embora a utilização do conhecimento sensorial não seja comum na investigação histórica, ela é uma mais-valia para o estudo da cultura material técnico-industrial (Sampaio, 2015).

Considerações finais e perspetivas

Apresentou-se sumariamente a conserveira centenária Pinhais & Cia, Lda. numa perspetiva transdisciplinar entre história e sociologia pragmática, privilegiando os

diversos “mundos sociais” ou “lógicas sociais”, “regimes de ação” em que a fábrica tem operado e em que se destacam: a “lógica doméstica”, mais de índole social e de cunho familiar, baseada na confiança e presente nos processos da produção e reprodução social patrões/gerentes e trabalhadores; a “lógica industrial”, sobretudo de feição económica e baseada na racionalidade e eficácia; e em relação com estas a “lógica mercantil”, baseada na concorrência e inscrita nos mercados.

Acresce a estas “lógicas” dominantes a “logica da inspiração” e “a logica cívica” mais da ordem da cultura e dos valores, expressas ainda nesta fábrica quase museu-vivo, património de interesse municipal, e nas visitas à empresa, estratégia de comunicação e marketing de produtos, marcas e recursos, ancorada na espaço-temporalidade histórica.

No que se refere ao futuro Museu da Indústria Conserveira de Matosinhos – Fábrica Pinhais de Matosinhos, com abertura oficial em 2021, e em processo de estudo, enquanto equipamento modelar na preservação e divulgação do património técnico-industrial de Matosinhos, pressupõe-se um horizonte diversificado e integrado de difusão das ciências e das técnicas da indústria conserveira e da valorização da sua cultura material e imaterial. O que implica sinergias entre instituições de ensino, de investigação e do tecido empresarial, bem como o desenvolvimento de novos estudos transdisciplinares e diversas metodologias de trabalho que contribuam para a construção de conhecimento científico sobre o património técnico-industrial.

Quanto ao enquadramento teórico-metodológico interdisciplinar, visa-se dar continuidade a esta investigação focada no estudo de caso da empresa Conserveira Pinhais & Cia, Lda. Esta análise plurifacetada irá considerar a articulação fábrica-museu segundo uma perspetiva interpretativa da empresa Conserveira Pinhais & Cia, Lda. O amplo conhecimento da fábrica Pinhais, para o qual esta investigação será decisiva, muito irá contribuir para a divulgação da História e do Património da indústria conserveira em Portugal.

Referências bibliográficas

- Amorim, J. (2007). *António Pinhal: do passado faz-se futuro: notas biográficas*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos - Fábrica Pinhais & C.^a L.^a.
- Bergeron, L. & Dorel-Ferre, G. (1996). *Le Patrimoine industriel, un nouveau territoire*, Paris : Ed. Liris.
- Boltanski, L. & Thévenot, L. (1990). *De la justification: les économies de la grandeur*, Paris, Gallimard.
- Boltanski, L. & Thévenot, L. (1999). The Sociology of Critical Capacity. *European Journal of Social Theory*. vol. 2, 3, 359-377.
- Burawoy M. (1998). *The Extended Case Method. Sociology Theory*. Berkeley: University of California Press.

- Câmara Municipal de Matosinhos (2019). *Fábrica de Conservas Pinhais & C.^a, Lda Classificação de Interesse Municipal*. Informação da Comissão do Património Arquitectónico e Histórico.: Câmara Municipal de Matosinhos. Disponível em: https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/document/file/7347/informacao_da_comissao_do_patrimonio_arquitetonico_e_historico.pdf.
- Cordeiro, J. M. L. (1989). *A Indústria Conserveira em Matosinhos: Exposição de Arqueologia Industrial*. Matosinhos: Câmara Municipal.
- Courvoisier, F. & Courvoisier, F. (2010). Le musée d'entreprise horlogère, instrument de communication des marques. *La Lettre de l'OCIM*, 127. Disponível em <http://ocim.revues.org/190>.
- Dannehl, K. (2009). Objects biographies: From the production to consumption. In Karen Harvey (Ed.), *History and material culture: A student's guide to approaching alternative sources* (pp. 123-138). London/New York: Routledge.
- Lage, M. O. P. (2010). Empresa Metalúrgica da Longra, um caso no modo português de industrialização: estudo sob os regimes de acção. *Revista da Faculdade de Letras - HISTÓRIA* – Universidade do Porto, 3.^a s. vol. 11, 339-360.
- Monteiro, S. (2014). *A embalagem de conservas na conserveira Pinhais: análise dos rótulos produzidos de 1920 a 2014*. Tese de Mestrado em Design de Comunicação apresentada à ESAD - Escola Superior de Artes e Design. [S.l.: s.n.].
- Sampaio, M. L. B. (2015). *Da fábrica para o Museu. Identificação, patrimonialização e difusão da cultura técnico-industrial* (Tese de Doutoramento). Universidade de Évora.
- Thévenot, L. (1999). "The Sociology of Critical Capacity". *European Journal of Social Theory*, 2(3), 359-377.

Anexo 2. Formulário para as visitas à Pinhais

Visita à Fábrica Pinhais (Matosinhos) www.conservaspinhais.pt

Data da visita desejada *

Hora *

* Devido ao Covid-19 os visitantes terão que cumprir com o Plano de Contingência da Pinhais. Podemos ter que cancelar em qualquer momento a visita por motivos de força maior.

* Após a confirmação por parte da Pinhais terá 24h para confirmar a sua reserva. Caso não o faça a Conservas Pinhais Lda. não poderá garantir a sua reserva. Chegue por favor 15 minutos antes da visita se iniciar.

Nº de adultos

Nº de crianças

Idioma *

Gostaria de fazer uma prova das nossas conservas

Informações adicionais

* De 2ª a 6ª feira é possível efetuar marcações das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00 (última visita às 16h00). Exclui feriados e datas festivas.

* A reserva apenas será válida após confirmação por email.

* Reservar com mínimo de 72h de antecedência.

* Nº máximo de pessoas p/ grupo = 4 Pax. Mínimo 2 Pax.

* No âmbito do limite de captura de sardinha considerado para a frota portuguesa anualmente, a Pinhais & Cª Lda. não pode garantir que os visitantes irão assistir ao manuseamento de peixe em todas as visitas.

HTMLCONTROL Forms.HTML:Checkbox.1

Aceito a [HYPERLINK](#)

"<https://www.conservaspinhais.pt/termos-condicoes>" [política de privacidade](#) SUBMETER

A Conserveira Pinhais
Maria Otília Lage

O conjunto de imóveis ligados à atividade industrial e à obra social da Companhia União Fabril (C.U.F.) no Barreiro. A classificação do património industrial e os seus desafios para o futuro

Ana Paula Clemente Gonçalves

Resumo: No dia 19 de outubro de 2020 foram classificados como conjunto de interesse público, através da portaria nº 615/2020, os *imóveis ligados à atividade industrial e à obra social da C.U.F.* no Barreiro. O que se pretende com esta comunicação é dar a conhecer o património classificado da Baía do Tejo no Barreiro e fazer uma reflexão sobre a sua classificação e a patrimonialização, tendo a noção do que é o seu presente, e tendo em vista o que poderá vir a ser o seu futuro com a atribuição de novos usos. A importância da inventariação, do diagnóstico, da sua possível musealização ou não, e o envolvimento da comunidade em que se insere, são relevantes para a salvaguarda deste património industrial.

Palavras-chave: património industrial classificado; patrimonialização; musealização; território; comunidade

Abstract: On October 19th, 2020, the properties linked to the industrial activity and social work of C.U.F. in Barreiro were classified as a set of Public Interest, through Decree Order No. 615/2020. The goal of this communication is to make the classified heritage of Baía do Tejo in Barreiro known, and to reflect on its classification and heritagization, knowing what is its present, and in the perspective of what may be its future, with the attribution of new uses. The importance of inventory and diagnosis, the possible musealization or not, and the involvement of the local community in which it is located, are relevant to the safeguarding of this industrial heritage.

Keywords: Classified industrial heritage; heritagization; musealization; territory; community

Enquadramento

O património industrial classificado no Parque Empresarial do Barreiro está inevitavelmente relacionado com as transformações que este território sofreu com a vinda da Companhia União Fabril (C.U.F.) em 1907. A C.U.F., empresa sediada em Lisboa, já funcionava desde 1865 em Alcântara com a produção de velas, óleos e sabões. Numa segunda fase, a de expansão, já sob a gestão de Alfredo da Silva, instala no Barreiro uma unidade de produção de adubos, tendo como matéria-prima de destaque as pirites oriundas das minas alentejanas.

Década após década o complexo industrial foi crescendo e ganhando importância e destaque na economia portuguesa:

Falar em indústria química significa falar sobre Alfredo da Silva e o seu complexo da Companhia União Fabril [CUF]. Porque, (...) coube-lhe indiscutivelmente o ter transformado uma indústria tímida, pobre e pouco relevante na riqueza da Nação, num formidável complexo que ascendeu a um dos primeiros lugares na produção industrial, com peso crescente na economia e na política portuguesa (Mendes & Rodrigues, 1999, p. 257).



Figura 1. Vista aérea da companhia União Fabril no Barreiro, 1929. CDMIBdT.

Sendo indissociável da evolução do território, a C.U.F.,

Atravessou o fim da Monarquia, o início da República, a Primeira Guerra Mundial, o Estado Novo, a Segunda Guerra Mundial e, por fim, o que ditou o seu final, após o 25 de Abril, a

nacionalização da empresa, a 12 de agosto de 1975 (Decreto-Lei 532/75, 25 de setembro). Em 1977, é criada a empresa Química de Portugal, EP - Quimigal com a fusão entre a C.U.F, S.A.R.L (Barreiro), o Amoníaco Português, S.A.R.L(Estarreja) e os Nitratos de Portugal, S.A.R.L (Alverca) (Decreto-Lei 530/77, de 30 de dezembro). Em 1989, é criada a Quimiparque – Parques Empresariais, SA, através de escritura pública. No ano de 1995 a Quimiparque é adquirida pela PARTEST, atual Parpública. Em 2009, dá-se a criação da Baía do Tejo S.A.³⁷ por fusão da Quimiparque e da SNEGSES / Urbindústria, Antiga Siderurgia Nacional (Gonçalves, 2018, pp. 1-2).

No dia 19 de outubro de 2020 foram classificados como conjunto³⁸ de imóveis, através da portaria nº 65/2020, *os imóveis ligados à atividade industrial e à obra social da C.U.F. no Barreiro*. A proteção legal deste conjunto de imóveis, veio firmar a importância deste território no que diz respeito ao património industrial, fazendo deste local uma referência para o Barreiro e para o país.

Através das diferentes construções arquitetónicas e dos seus diferentes fins, percebemos a evolução que este território foi sofrendo ao longo de décadas e a influência da indústria na sua comunidade, até hoje.

Os desafios que este conjunto enfrenta face à proteção patrimonial estão diretamente relacionados com o seu uso, as novas formas de socialização e de comunicação deste património e com a dinâmica do Parque Empresarial da Baía do Tejo.

O património classificado: os edifícios e as suas funções

De acordo com a Direção Geral do Património (DGPC), o *conjunto de imóveis ligados à atividade industrial e à atividade social da Companhia União Fabril no Barreiro* são o quinquagésimo terceiro conjunto de interesse público a ser classificado em Portugal.

Desta classificação, e de acordo com a sua descrição na portaria nº 615/2020, fazem parte: Casa-Museu Alfredo da Silva; antigo Posto da GNR; Edifícios da Primeira Geração Stinville (1907-1917); Edifícios da Antiga Central a Vapor; Armazém de

³⁷ A Baía do Tejo tem como missão a gestão de Parques Empresariais (Barreiro, Seixal e Estarreja), a requalificação urbana e ambiental dos seus territórios e a promoção do Projeto Arco Ribeirinho Sul.

³⁸ “Os conjuntos – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”, retirado do documento “Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural”, 1972).

Descarga e Moagem de Pirites; Bairro Operário de Santa Bárbara; antiga sede do Grupo Desportivo da CUF; Mausoléu de Alfredo da Silva; Silo de Sulfato de Amónio (1952); Silo de Enxofre (1960); e Museu Industrial e Centro de Documentação (antiga Central Diesel, 1928-1937), no Barreiro.

Seguindo a ordem do zoneamento (6 zonas de proteção), apresentarei de forma breve cada um dos imóveis.

Zona 1

Silo de Enxofre

O Silo de Enxofre foi construído em 1961, junto à ponte cais N.º 5. Para além do silo, o projeto contava ainda com o transporte e descarga do enxofre, substituindo assim o método antigo de armazenamento. Toda esta obra foi pensada e concretizada pela C.U.F.. Como vem referido na revista de *Informação Interna* de julho de 1963:

A instalação compõe-se de três tegões, que recebem o enxofre do navio por intermédio dos guindastes com dispositivo automático de pesagem (...). O transportador de correia com 204 metros de comprimento conduz o enxofre ao silo onde um dispositivo especial procede à distribuição por esse silo, cuja capacidade é de 5.000 toneladas (p. 3).

A sua estrutura em betão armado segue o mesmo projeto realizado com o Silo de Sulfato de Amónio. Atualmente, este Silo, tem funções de armazém.



Figura 2. Silo de Enxofre, 1964. CDMIBdT.



Figura 3. Silo de Enxofre, 2021. © Cláudio Ferreira / Baía do Tejo.

Silo de Sulfato de Amónio

O Silo de Sulfato de Amónio foi construído no início dos anos de 1950, em zona conquistada ao rio, junto à Fábrica de Sulfato de Amónio.

(...) integra-se no complexo produtivo composto pelo próprio edifício de produção e pelo esférico volume de armazenamento do amónio. Desta tríada impõe-se o silo pelo seu gigantismo e pelo sentido estético marcado na profusão e constância rítmica das nervuras externas que constituem os elementos estruturais em betão armado, permitindo a realização deste volume semicircular (Folgado, 2002, p. 253).

Estas estruturas eram criadas para minimizar o risco de explosão.



Figuras 4 e 5. Interior do Silo de Sulfato de Amónio, 1965 (CDMIBdT) e pormenor do Silo, 2021. © Cláudio Ferreira / Baía do Tejo.

O Sulfato de Amónio (adubo azotado) era um produto que resultava da reação conjunta de duas matérias-primas, o amoníaco e o ácido sulfúrico, sendo um produto que passou a ser bastante procurado no mercado

Atualmente, este espaço tem uma empresa instalada sendo uma loja de rações e venda de produtos para animais.

Zona 2

Antigo Posto da GNR

Em 1919, nas Fábricas do Barreiro, é instalado o Posto da Guarda Nacional Republicana, tendo o edifício sido construído imediatamente a oeste da Casa da Gerência (atual Casa-Museu). O local escolhido foi estratégico, pois situava-se junto ao rio e no outro lado da estrada encontravam-se os edifícios que pertenciam à administração das Fábricas.

“Em 1921, foi projetada a sua ampliação para Poente, no sentido da linha férrea interna. A decoração em merlões de tijolo nos lintéis das portas e janelas aproxima-se da dos vãos da Casa da Gerência, gerando uma certa uniformidade visual entre os edifícios vizinhos” (Pinto, 2021, p. 56).



Figura 6. Posto da Guarda Nacional Republicana (GNR), excerto de fotografia, 1929. CDMIBdT.



Figura 7. Maqueta de Ticiano Violante, Casa-Museu Alfredo da Silva. © Hortelã Magenta/ Baía do Tejo.

Casa-Museu Alfredo da Silva

A Casa-Museu Alfredo da Silva situa-se num dos primeiros escritórios da empresa, conhecido como a Casa da Gerência. A Casa-Museu ficou também conhecida por alojar Alfredo da Silva quando este se deslocava ao Barreiro. O escritório foi convertido em sala de receção, albergando a maqueta do complexo industrial que tinha sido concebida para a exposição comemorativa do centenário da C.U.F. (1965). Também o primeiro andar é alvo de intervenção com projeto do arquiteto Vasco Regaleira. Será nos anos 1990, já sobe égide da Quimiparque, que passa a ser chamada de Casa-Museu Alfredo da Silva, contribuindo para esse facto o espólio transferido da Fábrica Sol, em Alcântara. A Casa-Museu, para além da maqueta do complexo, tem mobiliário, pinturas e alguns objetos pessoais que pertenceram a Alfredo da Silva.



Figura 8. Casa Museu Alfredo da Silva. Ao fundo antigo edifício do Posto da GNR, 2021. © Cláudio Ferreira / Baía do Tejo.

Zona 3

Central a Vapor

A Central a Vapor N.º 1, conhecida como CV1, localiza-se na zona sul do complexo industrial, local onde se iniciaram as primeiras construções da C.U.F.. Da documentação disponível dá a ideia de que a função do edifício sempre esteve ligada às questões da energia, tendo várias designações ao longo das décadas, *power house* (planta de 1937) e central elétrica (50 anos da C.U.F. no Barreiro, p. 42). Vendo a evolução do edifício, nos anos de 1948-1957 passou a designar-se de central a vapor (50 anos da C.U.F. no Barreiro, p. 50). Em seu redor, todas as construções necessárias para o seu funcionamento foram surgindo: as tubagens, o depósito de água, a chaminé.

Mais tarde este edifício veio a ter novas funções, para as quais o seu equipamento foi retirado, servindo uma empresa que produzia envelopes de papel. Ao lado, no edifício anexo, encontrava-se o espaço de reservas museológicas do município do Barreiro. Ainda relativamente à desativação da central, foram retiradas as placas das caldeiras que indicam a marca e o fornecedor. Atualmente, encontram-se expostas no Museu Industrial.



Figura 9. Central A Vapor N.º 1: excerto de desenho 53758 A, 1961. DPD – Baía do Tejo

Figura 10. Central a Vapor No 1, 2021. © Cláudio Ferreira / Baía do Tejo.

Edifícios da primeira geração Stinville

As primeiras construções no Complexo Industrial estiveram sob orientação técnica do engenheiro francês Auguste Stinville. Para além de todas as construções em madeira que viriam a ser importantes para a produção de ácido sulfúrico, destacam-se outras construções, “(...) equipamentos secundários construídos a partir de um material barato e inserido no meio das fábricas, sendo meramente funcionais” (Pinto,

2021, p. 35). O material mais económico, apelidado de tijolo-burro, destaca-se pela sua aplicação de *brickwork* (técnica utilizada em Inglaterra) nos edifícios de escritório e na oficina dos chumbeiros. Paralelos ao Bairro Operário, estes edifícios destacam-se pela sua decoração e forma de aplicação em ziguezague, “(...) criando um jogo rítmico nas fachadas” (Pinto, 2021, p. 35). Os antigos Escritórios da Direção Técnica, o apelidado de Comboio Sul, e a Oficina dos Chumbeiros são os três edifícios de referência e um importante testemunho no que diz respeito à fase inicial das fábricas da C.U.F. no Barreiro. Importa referir que ao longo das décadas os edifícios tiveram várias funções e designações.



Figuras 11 e 12. Oficina dos Chumbeiros, excerto de fotografia. Álbum 1909/1910 (CDMIBdT) e edifício apelidado de “Comboio”, 2021. © Cláudio Ferreira / Baía do Tejo.

Armazém de Descarga e Moagem de Pirite

O Armazém de Descarga e Moagem de Pirite encontrava-se a paredes meias com o bairro primitivo da C.U.F.. O projeto deste armazém foi submetido à Câmara Municipal do Barreiro em 1949 (Pinto, 2021, p. 191).

Para além de ser o lugar que rececionava a pirite vinda das minas alentejanas era junto a estelocal que se procedia à sua moagem e posteriormente era distribuída pelos Contactos a fim de produzir o ácido sulfúrico. A capacidade de moagem era de 24 toneladas por dia com o auxílio de moinhos «Symons» (*Informação CUF*, dezembro 1963, p. 8). Em 1963 dá-se a transferência e remodelação da moagem de pirite “que ficará junto ao «Contacto 3» de modo a permitir o abastecimento de futuras instalações de ácido sulfúrico a montar naquele local.” (*Informação CUF*, agosto 1963, p.1), situado na zona norte do complexo; a inauguração desta nova moagem viria a ser feita em

outubro, num projeto em parceria entre os departamentos de Estudos e Projetos e Gabinete de Estudos da Zona de Produtos Químicos, com a capacidade de moagem de 45 toneladas por dia.

Atualmente existe um direito de superfície da Quimitécnica Imobiliária sobre este edifício até 2043.

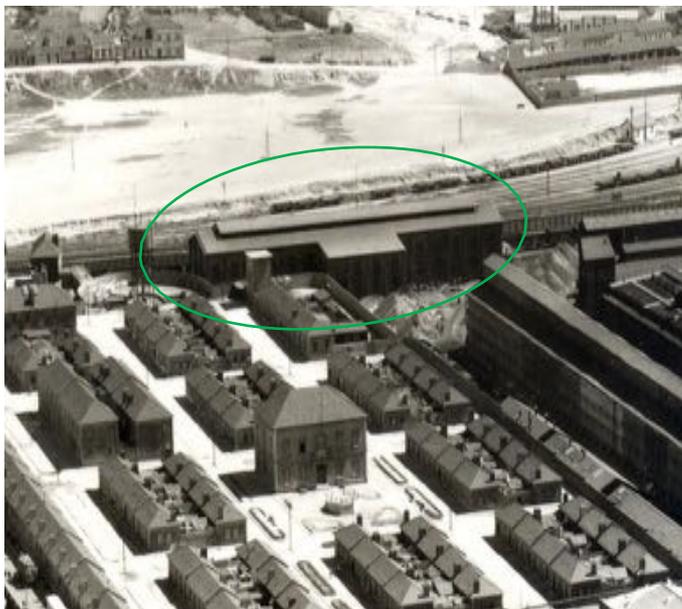


Figura 13. Armazém de Descarga e Moagem de Pirite, excerto de fotografia. CDMIBdT.



Figura 14. Fachada do mesmo edifício, do lado da linha Sul e Sueste, 2021. © Cláudio Ferreira / Baía do Tejo.

Todos os edifícios da zona 3 encontram-se atualmente sem utilização.

Zona 4

Bairro Operário de St^a. Bárbara

O Bairro de St^a Bárbara representa a segunda fase do bairro operário construído dentro do complexo industrial nos anos de 1930 ao mesmo tempo em que se dava a expansão da zona têxtil com a introdução da fiação. Com cerca de 31 mil m², o bairro

é dotado de alguns dos edifícios mais emblemáticos no que diz respeito à área social desenvolvida pela empresa C.U.F. onde se destacam: o Cinema-Ginásio, o qual a par da atividade desportiva funcionava também como sala de cinema; a Messe para os quadros superiores; o Refeitório, para os restantes trabalhadores; a Escola Primária; a Padaria e a Despensa, onde os trabalhadores se poderiam abastecer dos mais variados produtos. Outros edifícios com destaque são a Torre do Relógio, que veio a integrar a primeira central de comunicações telefónicas e regulava a vida no bairro, e o Laboratório Central, edifício que ainda hoje mantém a sua função. Nesta segunda fase do bairro também se destaca o trabalho realizado pelo Arq. Luís Cristino da Silva através das moradias geminadas para os engenheiros que termina no espaço apelidado de “sobe e desce”. Foi neste espaço que veio a ser integrado no ano de 2018 o mural do artista Vhils cuja obra representa a vida e o trabalho no complexo industrial.

Hoje ainda é possível encontrar antigos operários a viverem no bairro, sendo um direito seu, permanecendo com as mesmas condições de arrendamento de acordo com a política social da empresa na altura.



Figura 15. Laboratório Central e Escola Primária. CDMIBdT.



Figura 16. Vista aérea sobre o Bairro Operário St^a. Bárbara. © Hortelã Magenta/ Baía do Tejo.

Existem várias moradias que se encontram ocupadas por empresas de diversas naturezas, mantendo-se o edifício da Messe como Clube de Empresas e o Cinema-Ginásio como Casa da Cultura.

Sede do Grupo Desportivo da C.U.F.

O edifício da Sede do Grupo Desportivo da C.U.F. no Barreiro estava inserido na primeira fase do Bairro Operário, o apelidado bairro velho (bairro primitivo). Este edifício inicialmente teve a função de Casa de Recreio e Escola Primária (1918-1927). Dado o elevado número de atividades desportivas, a Sede é ampliada sendo alvo de beneficiação no final da década de 1950, onde o edifício ganha destaque com uma varanda-esplanada assente em seis colunas de cantaria (Pinto, 2021).

No interior do edifício contavam com espaços de lazer: a sala de jogos, a biblioteca e um espaço onde se realizavam bailes. De acordo com alguns testemunhos de antigos trabalhadores, em frente à Sede encontrava-se um coreto onde muitas vezes a banda da C.U.F. atuava. A Sede do Grupo Desportivo veio dar um maior dinamismo à vida social do bairro operário.

O edifício encontra-se atualmente sem ocupação.



Figura 17. Edifício que marca a transição da 1ª fase (bairro primitivo) para a 2ª fase do bairro (bairro Stª. Bárbara). Ao centro, em zona ajardinada, busto de Alfredo da Silva. CDMIBdT.



Figura 18. Pormenor de chaminé (zona Sul) demonstrando a proximidade com o ambiente fabril, 2021. © Cláudio Ferreira / Baía do Tejo.

Zona 5

Mausoléu Alfredo da Silva

Alfredo da Silva nasceu em 1871 e faleceu no ano de 1942, sendo sepultado no cemitério oriental de Lisboa. Fazendo a vontade do industrial, que os seus restos mortais permanecessem junto da sua “Obra” (Álbum Comemorativo, 1945, p. 7), é iniciado o processo de criação do Mausoléu de Alfredo da Silva no ano de 1943. Trata-se de um monumento fúnebre, onde arquitetura e escultura dão forma ao legado do industrial; a indústria e agricultura ganham destaque através dos baixos-relevos do escultor Leopoldo de Almeida integrados num trabalho de arquitetura de Luís Cristino da Silva.

No dia 22 de agosto de 1944 (Pinto, 2021, p. 138), os restos mortais de Alfredo da Silva são trasladados para o Barreiro onde foram muitos os operários que acompanharam o cortejo até ao monumento funerário (Pais, 1963, p. 311). No ano de

1971 é efetuado um enquadramento arquitetónico conferindo ao edifício uma maior monumentalidade.



Figura 19. Mausoléu de Alfredo da Silva. © Hortelã Magenta/ Baía do Tejo.

Zona 6

Museu Industrial



Figura 20. Central a Diesel, 1960?. CDMIBdT.

O Museu Industrial foi inaugurado no ano de 2004 e tem como seu antecessor o antigo Museu da Juta (período Quimigal, anos 1980) onde veio a ser integrada a sua coleção da têxtil. Este Museu situa-se na antiga Central a Diesel (1928-1937) que tinha como objetivo inicial a produção de energia para a zona têxtil, fornecendo posteriormente energia a outras fábricas.

No início dos anos de 1990, período da empresa Quimiparque, dá-se a desativação total da Central por esta se tornar obsoleta e por existirem novas formas de energia.



Figura 21. Área expositiva. © Hortelã Magenta / Baía do Tejo.

Em 1998 começam as obras para o processo de reconversão e musealização da Central. Para além de toda a estrutura arquitetónica que foi recuperada, mantiveram-se alguns elementos representativos – património integrado *in situ* - do que foi o edifício e da sua função (motor, gerador, conversor, depósitos de fuel *oil*, celas de distribuição de energia e ponte rolante).

A exposição permanente do Museu Industrial retrata algumas das principais indústrias deste território, os serviços de apoio às fábricas e a área social. Encontra-se aberta ao público em geral e recebeu 25 mil visitantes desde a sua inauguração.

Centro de Documentação

O Centro de Documentação do Museu Industrial da Baía do Tejo tem como missão salvaguardar, organizar e difundir a informação que permite identificar as diferentes temáticas históricas pertencentes ao complexo industrial.

Sendo um espaço importante no que diz respeito à memória deste território, o Centro de Documentação complementa o trabalho de recolha e investigação do museu.

Inaugurado no ano de 2006, iniciou a sua atividade com um conjunto de livros técnicos pertencentes ao Centro de Documentação da C.U.F. no Barreiro. Desde o ano de 2015 têm vindo a ser integrados documentos e objetos, no âmbito da salvaguarda do património técnico e industrial existente no Parque Empresarial.

São utilizadores dos serviços e recursos do Centro de Documentação os interessados nas temáticas, nas áreas disciplinares e de investigação do museu, nomeadamente investigadores, estudantes, professores e também os técnicos do museu e de outros serviços da Baía do Tejo.



Figura 22. Centro de Documentação do Museu Industrial da Baía do Tejo. © Núria Silva/ Baía do Tejo.

Patrimonialização e musealização: novos usos do património industrial da Baía do Tejo no Barreiro

Sendo bastante abrangente,

O património industrial abrange os sítios, estruturas, complexos, territórios e paisagens, assim como os equipamentos, os objectos ou os documentos relacionados, que testemunhem os antigos ou actuais processos de produção industrial, a extracção ea transformação de matérias-primas, e as infraestruturas energéticas ou de transporte que lhes estão associadas. O património industrial revela uma conexão profunda entre o meio cultural e natural envolvente, enquanto que os processos industriais – quer sejam antigos ou modernos -- dependem de recursos naturais, de energia e de redes de transporte, para poderem produzir e distribuir os produtos a amplos mercados. Este património compreende activos fixos e variáveis, para além de dimensões imateriais, tais como os saber-fazer técnicos, a organização do trabalho e dos trabalhadores, ou um complexo legado de práticas sociais e culturais resultantes da influência da indústria na vida das comunidades, as quais provocaram decisivas mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral (Princípios Conjuntos do ICOMOS-TICCHI para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens do Património, Dublin, 2011)

Foi com base no reconhecimento do seu valor histórico que o património industrial da Baía do Tejo chegou até aos dias de hoje. Fazendo um percurso pela história do complexo industrial e, posteriormente, pelo Parque Empresarial, percebemos que os conceitos patrimonialização e musealização estiveram próximos, mesmo que aplicado de forma não premeditada.

Enquanto complexo industrial, já em período Quimigal, por altura da reconversão da Zona Têxtil³⁹, viram-se os primeiros esforços e reconhecimento por parte de trabalhadores deste sector em atribuir um novo valor ao conjunto de maquinaria que deixava de estar em funções devido ao fim da utilização da juta. Nesse sentido, decidiram criar o Museu da Juta (anos 80) onde tinham em exibição máquinas que representavam cada secção da transformação da matéria-prima, a juta.

Para além de divulgação na imprensa local e na revista interna da empresa, a criação do Museu da Juta teve eco em jornais nacionais, nomeadamente no Caderno de Economia do Diário de Notícias do dia 23 de fevereiro de 1987 (p. 7), que evoca o assunto:

O que resta da grande fiação e tecelagem do Barreiro foi guardada num museu instalado num dos edificios do complexo. Este museu deve-se apenas à «carolice» de dois funcionários que, em boa hora, decidiram fazer uma recolha tanto de materiais como de maquinaria e assim, de certo modo evitar que a memória de uma indústria de tão grandes tradições não se perdesse no pó do tempo” (Gonçalves, 2018, p. 19).

Esta mostra viria a ser integrada anos mais tarde, em 2004, na ala lateral do Museu Industrial.

No entanto, as áreas de produção de maior relevância viriam a ser as mais difíceis de comunicar. Um fator determinante foi o das comemorações do centenário da C.U.F. no Barreiro em 2008, originando uma exposição temporária, que retratava o que foi o complexo industrial da C.U.F., e que posteriormente veio a servir para a reestruturação da exposição permanente do museu.

A nova exposição já contou com um documento programático, estando aqui uma aproximação ao termo musealização, com a integração de novos objetos, e com o propósito em trazer as áreas produtivas de grande destaque, que foram o motor do complexo, os adubos, os óleos e a metalomecânica.

Será também neste período que o Parque Empresarial, já enquanto Baía do Tejo, em 2009 abriu portas à cidade. Até então, o Parque encontrava-se condicionado ao público, só apenas “(...) mediante autorização prévia, ou quem trabalha-se dentro do Parque, é que podia circular livremente pela zona. Claro que o acesso ao Bairro Operário

³⁹ A palavra zona era utilizada para definir as diferentes áreas produtivas no complexo industrial. A Zona Têxtil da C.U.F. no Barreiro era o local que tinha mais massa operária e onde se podia encontrar mais mulheres operárias.

era efetuado, visto que desde a sua construção até à atualidade, a sua função permanece” (Gonçalves, 2018, p. 22).

A paisagem industrial do Barreiro começava a mudar e dava lugar a novos espaços que se tornaram mais acessíveis ao público, à sua comunidade, com a oferta de um circuito museológico que integrava o Museu Industrial, o Bairro Operário, o Mausoléu de Alfredo da Silva e a Casa-Museu Alfredo da Silva, proporcionando momentos de fruição e dando ferramentas para a interpretação do que foi o maior complexo industrial do país.

A integração de atividades ligadas à arte, criatividade e cultura no Parque veio trazer uma nova dinâmica e reforçar a sustentabilidade económica da empresa, correspondendo hoje a mais de 1% do volume de negócios. Para tal contribuíram o Estúdio do artista urbano Vhils, a PADA Studios (pintura, escultura, fotografia), o fotógrafo Guta de Carvalho, o Coletivo SPA (pintura, escultura, fotografia), o artista Kira (pintura), o estúdio de música Hey Pachuco! (estúdio de música) e a OUT.RA Associação Cultural (música).

O seu dinamismo estende-se para além dos espaços que possam ocupar no Parque Empresarial. Têm sido um grande contributo para cruzar a história do território com as mais variadas expressões de arte e isso reflete-se num público mais jovem a frequentar o Parque. Para tal, o Centro de Documentação do Museu Industrial tem sido uma fonte de informação para alguns dos trabalhos realizados cuja temática se tenha centrado na história do complexo industrial.

Em 2019 foi lançado outro projeto, a Cidade dos Arquivos. Nasceu de uma ação conjunta com todos os arquivos sediados no Parque, para comemorar o Dia Internacional dos Arquivos, e culminou com uma exposição na PADA Studios.

Em 2020, com o objetivo de continuidade, como refere a comunicação da Câmara Municipal do Barreiro⁴⁰, foram criados sete vídeos com o objetivo de dar a conhecer os cinco arquivos (Espaço Memória, Centro de Documentação do Museu Industrial da Baía do Tejo, Arquivo dos Portos de Lisboa, Sesimbra e Setúbal, Fundação Amélia de Mello e Arquivo Ephemera), a PADA Studios e o Coletivo SPA.

Nesta breve retrospectiva no que diz respeito à patrimonialização e musealização entendemos a importância que este lugar teve ao longo das décadas, mantendo e

⁴⁰ Programa da Cidade dos Arquivos. <https://www.cm-barreiro.pt/conhecer/agenda-de-eventos/evento/dia-internacional-dos-arquivos-barreiro-a-cidade-dos-arquivos>, vídeos disponíveis no canal de Youtube da Câmara Municipal do Barreiro.

preservando ainda hoje o “*Spiritu loci*”; o espírito de lugar define-se como “... essência de vida, social e espiritual” (Gonçalves, 2018, p. 102).

Desafios para o futuro

A patrimonialização do conjunto de imóveis descritos vem assim firmar a importância que estes têm na cidade do Barreiro e no país, sendo um veículo das memórias de uma comunidade ligada a um passado industrial.

Atendendo às características que o território apresenta os imóveis estão integrados 223 hectares, ocupando uma área considerável do parque empresarial, tendo estes um peso importante no que diz respeito à atividade comercial da empresa.

Destacam-se como desafios emergentes, a manutenção e a conservação de todo este património. Não menos importante é que a atividade comercial da empresa, tendo em conta o momento que se vive à escala global, consiga realizar-se em pleno para que seja possível a sustentabilidade de todo o património em sentido lato.

Estão em curso vários trabalhos e projetos nas áreas da conservação e reconversão dos espaços patrimonializados, nomeadamente a conservação das coberturas no Bairro Operário de St^a. Bárbara e o projeto de mediação cultural para o antigo posto da GNR, que vem complementar o trabalho realizado na Casa-Museu Alfredo da Silva.

Outros desafios importantes em torno da patrimonialização e da musealização, onde a Baía do Tejo está focada em reunir esforços são:

- A influência e impacto que projetos exteriores à empresa possam ter no território;
- A cidade do Barreiro enquanto ponto estratégico na área do património industrial, com particular incidência na história da indústria química em Portugal;
- O desenvolvimento de linhas de trabalho com antigos e atuais trabalhadores da indústria de forma a contribuir para a memória futura do que foi o trabalho neste complexo industrial e no Barreiro em geral;
- A investigação e documentação do património classificado, culminando com a sua inventariação, assegurando assim a sua continuidade;
- A aquisição de um programa de inventário para assegurar a salvaguarda e o estudo dos objetos que compõem todos os espaços musealizados;

- Proporcionar o acesso ao património classificado, tanto quanto possível, tendo em conta as suas características, para uma melhor interpretação, compreensão e fruição dos espaços;
- Procurar novos projetos que visam dar a conhecer a história deste local, bem como as questões da sua sustentabilidade, com maior envolvimento de *stakeholders* relevantes investidores privados;
- A sustentabilidade do território com a reutilização do seu património e a influência significativa na comunidade onde se insere;
- Reforço e promoção da identidade histórica do território com a criação de circuito de turismo industrial;
- Dinamização de parcerias para integração do projeto em redes internacionais de património, arte e cultura;
- Instalação de empresas / associações ligadas à arte e cultura, assegurando a memória do território, a tradição e o património, através do dinamismo, atração de talento, inovação e criatividade;
- Continuação de investimento na reabilitação física dos edifícios classificados como Conjunto de Interesse Público.

Referências bibliográficas

- Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Disponível em [Convenção para a protecção do Património mundial, cultural e natural \(unesco.org\)](http://unesco.org).
- Cidade dos Arquivos (2020). Disponível em <https://www.cm-barreiro.pt/conhecer/agenda-de-eventos/evento/dia-internacional-dos-arquivos-barreiro-a-cidade-dos-arquivos>.
- CUF (1947). *Álbum Comemorativo Companhia União Fabril*. Lisboa: Neogravura Limitada.
- Folgado, D. (2002). *A Arquitetura da indústria, 1925-1965*. Docomomo Ibérico
- General Plan of Santa Barbara Works*. (1937). Companhia União Fabril. Barreiro-Lavradio Desenho N.º 3357. Escala 1/2000. Centro de Documentação do Museu Industrial da Baía do Tejo (CDMIBdT)
- Gonçalves, A. P. (2018). *Museu Industrial da Baía do Tejo, Barreiro: diagnóstico da exposição permanente e proposta de (re)programação expositiva* (Tese de Mestrado). Universidade Nova de Lisboa.
- Pais, A. S. (1963). *O Barreiro Antigo e Moderno, As outras terras do concelho*. (Câmara Municipal do Barreiro). Lisboa: Gráfica Boa Nova Limitada.
- Pinto, A. (2021). *Arte, Arquitetura e Urbanismo na Obra da CUF no Barreiro (1907-1975)*. Cascais: Príncipia.
- ICOMOS--TICCIH (2011). Princípios conjuntos do ICOMOS--TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Património Industrial. Disponível em <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2017/12/Principios-de-Dublin.pdf>.
- Rodrigues, M. F., Mendes, J. M. A. (1999). *História da Indústria Portuguesa, Da Idade Média aos nossos dias*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- Sena, H. (Coord.) (s.d.) *50 Anos da CUF no Barreiro*. Lisboa: Direcção das Fábricas do Barreiro

da Companhia União Fabril.

Periódicos

Revistas de Informação Interna, julho (1963) agosto (1963); dezembro (1963). Lisboa: Neogravura Lda,

Legislação

Portaria n.º 615/2020 do Gabinete da Secretaria de Estado Adjunta e do Património Cultural (2020). Diário da República, 2ª série, n.º 203, http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_imovel/diplomas_de_classificacao_e_de_desclassificacao/dip2020.pdf

O conjunto de imóveis C.U.F. no Barreiro
Ana Paula Gonçalves

Tennessee Valley Authority (EUA) e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Brasil): Produção energética e dinâmica capitalista (1930-1950)

Jamile Silva Silveira

Resumo: A relação entre o modelo de desenvolvimento da Tennessee Valley Authority (TVA - EUA) e a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF - Brasil), entre as décadas de 1930 e 1950, é o objeto principal deste artigo. Analiso discursos sobre produção de energia que serviram de cortina para justificar o alto investimento na empresa pública brasileira nos moldes da americana. A TVA, e depois a CHESF, baseavam-se em modelos de desenvolvimento que vinculavam a produção de energia ao crescente processo de modernização. Além das barragens, foram construídos equipamentos urbanos correspondentes ao padrão Company Town, que alteraram as condições de vida locais, estabelecendo rígida disciplina e controle sobre o dia a dia dos trabalhadores. Das fontes consultadas, destaco reportagens da TVA, depoimentos de trabalhadores e bibliografias produzidas nos dois países. Portanto, trata-se de um estudo preliminar no qual busco compreender dialeticamente a implementação desses projetos federais e seus desdobramentos, os quais, dadas as especificidades, têm mostrado convergências em suas experiências.

Palavras-chave: TVA; CHESF; Hidrelétrica; Modernização, Desenvolvimento.

Abstract: The relationship between the development model of the Tennessee Valley Authority (TVA - USA) and the creation of the São Francisco Hydroelectric Company (CHESF - Brazil), between the 1930s and 1950s, is the main object of this article. I analyze speeches about energy production that served as a curtain to justify the high investment in the Brazilian public company along the lines of the American. TVA, and later CHESF, were based on development models that linked energy production to the growing modernization process. In addition to the dams, urban equipment corresponding to the Company Town standard was built, which changed the local living conditions, establishing strict discipline and control over the daily lives of workers. From the sources consulted, I highlight TVA reports, testimonies from workers and bibliographies produced in both countries. Therefore, it is a preliminary study in which I seek to understand dialectically the implementation of these federal projects and their consequences, which, given the specificities, have shown convergences in their experiences.

Keywords: TVA, CHESF, hydroelectric plant; Modernization; Development.

Introdução

No rio São Francisco, entre os estados da Bahia, Alagoas e Sergipe, cânions e sete quedas d'água se desdobravam em uma das maiores cachoeiras do Brasil, conhecida como *Cachoeira de Paulo Afonso*. Apesar da recorrente comparação, no século XIX, com as quedas d'água do Niágara entre os EUA e Canadá, posteriormente, nos discursos oficiais/públicos a possibilidade da instalação no São Francisco é aproximada a outra experiência estadunidense: a *Tennessee Valley Authority* (TVA).

Na década de 1930, começam a circular no Brasil ideias sobre políticas de desenvolvimento e geração de energia, baseadas na experiência governamental estadunidense de implementação da TVA. Assim, este artigo apresenta uma breve análise sobre a possível relação entre a TVA e o projeto da *Companhia Hidroelétrica do São Francisco* (CHESF), e as consequências oriundas deste processo.

Ressalto que, na década de 1940 a América Latina, inclusive o Brasil, é transformada no laboratório de experiências norte-americanas, no final e pós-II Grande Guerra. Iniciam-se esforços para as primeiras formulações sobre a integração latino-americana, no contexto do subdesenvolvimento, inclusive, na defesa do Nordeste brasileiro como área de segurança frente aos conflitos internacionais, por conta da sua localização litorânea estratégica. Em certa medida, esta política externa, dos anos 40 até meados do século XX, influenciou diretamente o desenvolvimento da produção de energia por intermédio das Missões Cooke (1942), Abbink (1948) e da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (1952).

De acordo com a proposta, partirei da análise da TVA e os impactos causados pela autarquia, tecendo alguns fios que a conectam à elaboração do projeto CHESF no Brasil. Em seguida, a CHESF é abordada, enquanto veículo do modelo de desenvolvimento da TVA. Vale ressaltar que não é intenção deste estudo questionar os benefícios sociais, econômicos e culturais provocados pelo amplo acesso à energia elétrica. A busca é por demonstrar que estes projetos estavam ancorados na política de desenvolvimento estadunidense de expansão internacional do capitalismo e compreender como as propostas de intervenção se relacionaram com as realidades locais. Desse modo, analisar como os sujeitos se posicionaram frente ao gigante argumento do progresso e modernização.

O estilo TVA: projetos e concretização

Em 1933, foi criada a TVA pelo presidente Roosevelt nos EUA, através de um grande projeto de intervenção na região mais pobre do país, banhada pelo rio Tennessee, uma das maiores bacias hidrográficas dos EUA. Destaco desta iniciativa, a criação de “um novo conceito regional - a bacia do rio como unidade integral”, com amplo planejamento para o desenvolvimento, efetivado por meio de agência governamental “que tinha uma responsabilidade especial, nem nacional nem estadual”, e sim de toda uma região: *O Tennessee Valley* (Selznick, 1949, p. 5).

As condições da região eram extremamente precárias, onde “mais de 80% da população da bacia era formada por trabalhadores da agricultura de subsistência”. As famílias eram numerosas e “viviam em choupanas cobertas por pedaços de madeira, sem banheiro, luz elétrica ou água tratada”. A área abarcava sete estados ribeirinhos, que “faziam parte da lista dos 10 estados com os piores índices de analfabetismo adulto, e baixa qualidade da educação”. Além disto, no século XIX, as relações sociais no Vale do Tennessee eram marcadas por conflitos raciais, sob a hegemonia de uma oligarquia branca que controlava o Estado (Brose, 2015, pp. 07-12).

Em 1932, frente ao processo da *Grande Depressão*, Franklin Roosevelt provoca mudanças em prol de minimizar as desigualdades entre as regiões estadunidenses. Assim, foi criado o *New Deal*, que simbolizava um conjunto de reformas em prol de uma aliança nacional e, principalmente, salvar a economia em crise (Corsi, 2000). Para a intervenção na bacia do rio Tennessee, considerada crucial para resolução dessas desigualdades, foi criada uma autarquia federal autônoma, que além da construção das barragens, unificou programas setoriais nas áreas da educação, extensão rural, apoio à micro e pequenas indústrias, crédito subsidiado, mecanização da agricultura, reflorestamento e similares, na busca por minimizar o desvio de recursos e ingerências dos Estados (Brose, 2015). Desse modo, a TVA favoreceria diversos empreendimentos, como “modernizar e tornar rentáveis as fazendas da região, desenvolver a agricultura, reflorestar para combater a erosão, construção de cooperativas agrícolas, fábricas, etc.” (Silva, 2018, p. 891). Em pouco tempo a região do Tennessee se transformou quanto ao aspecto econômico e tecnológico.

Se tratava de uma ampla intervenção, tecnológica e ideológica. As transformações atingiriam todos os setores, inclusive da mentalidade da população que seria o alvo deste projeto de modernização. Um dos aspectos mais visíveis foram as cidades planejadas (com banheiro, água encanada, varandas, terraço e eletricidade), consideradas pela administração da TVA de superior estrutura em relação às existentes

no campo. O projeto urbanístico ficou conhecido pelos amplos jardins e parques planejados. As cidades da TVA foram projetadas a luz do padrão *Company Town*, desenvolvidas do zero, o que obrigava um planejamento para além da habitação, com a instalação de fornecimento de bens e serviços, como saúde, educação, mercado, correios, lazer. Apesar das vantagens, esse formato de cidade acessível não rompia com as segregações raciais, imbricadas na cultura do Sul.

Além disto, a distribuição de energia elétrica na área rural foi aliada a expansão da venda de eletrodomésticos, provocada por estímulos da TVA. Havia somente 25% dos lares e imóveis rurais conectados à rede de transmissão de energia. Assim, “para gerar uma demanda crescente por energia, em meio a uma severa crise econômica, a TVA implantou uma política de tarifas baixas”. Para tanto, sua ação se concentrou em duas inovações. Por um lado, negociou com os fabricantes uma linha de produtos de baixo custo, como fogões elétricos e geladeiras garantindo a estes o selo TVA de qualidade, e por outro, estabeleceu um sistema de crédito nas lojas para pagamento em pequenas prestações, assumindo o risco em caso de inadimplência. Esta política triplicou as vendas, criando uma grande lista de espera (Brose, 2015, p. 17-18).

Assim, o conjunto do que se conhece por *Ideia TVA* ou *Projeto TVA* foi dividido em duas frentes. A primeira diz respeito a concentração no governo federal do poder político e econômico da autarquia. A segunda, considerada por Lilienthal como "Uma teia sem costura - a unidade da terra, da água e dos homens", uma única agência deveria projetar e construir as barragens, comprar o terreno, construir linhas de transmissão e comercializar a energia produzida pelo rio.

Mas não só isso. A TVA tinha a missão de ser o exemplo da modernização capitalista demonstrando sua superioridade frente às promessas de melhorias sociais e tecnológicas dos modelos em disputa em escala mundial, fascista alemão e comunista soviético. Assim, buscou fornecer moradia adequada aos trabalhadores; sistema de educação e bibliotecas; unidades de saúde pública, programas de controle da malária e reajustamento/planejamento familiar; recreação, construir parques públicos e *playgrounds*. No campo educacional, considerado de grande relevância para implementação do projeto, o ensino junto aos professores sobre a "ideia" da TVA era primordial, bem como trazer escolas, faculdades e universidades para o programa. Era fundamental organizar cooperativas de vários tipos, exportar a "ideia" para outros estados (Russel, 1949).

Além da TVA objetivar uma ampla política de desenvolvimento regional, que abarcava principalmente a produção e distribuição de energia elétrica, o modelo foi

construído como arquétipo a ser exportado para outras regiões e países. Para isto, foram elaborados livros, discursos e documentos públicos sobre o modelo da TVA. Estas produções se concentraram no debate sobre sua política e programas de desenvolvimento econômico, abordando uma visão “de cima” com relação as suas ações e um discurso de defesa institucional.

Havia, também, questionamentos sobre os métodos e ações desta autarquia federal. A resistência ao projeto de intervenção, segundo o trabalho de Hussel, partia especialmente dos fazendeiros e proprietários que não queriam vender suas terras; das empresas elétricas privadas; dos que divergiam da propriedade governamental dos meios de produção de eletricidade; dos que se opunham ao uso de impostos federais para projetos locais; e daqueles que acreditavam que o Congresso deveria ter controle direto sobre cada projeto (Hussel, 1949, p. 9). O estudo crítico mais conhecido, foi elaborado pelo sociólogo Selznick (1949). Sua preocupação central se concentrou na compreensão das estratégias da TVA de cooptação das lideranças das áreas rurais locais, através da criação de agências e cooperativas, que agiam como um braço da autarquia junto à população. O autor também levanta argumentos de que a TVA não foi uma demanda que surgiu da população do Vale do Tennessee, e isso dificultou a posterior participação popular no projeto.

No que diz respeito a construção das barragens, na primeira década, a TVA retirou mais de 12.000 famílias de suas moradias, das quais 4.000 eram de proprietários e 8.000 de meeiros sem-terra, negros, que no total somavam mais de 50.000 pessoas. Ao todo, no processo de construção das barragens da TVA, 20.000 famílias foram impactadas (McDonald e Muldowny, 1982). A relocação, considerada fase inicial do projeto, incluía informação, auxílio material e financeiro, um completo atendimento as necessidades dos trabalhadores do campo. Apesar disto, na execução do plano de relocação, a assistência da TVA e do serviço de extensão estabelecido foi insuficiente, agravando ainda mais os problemas da população na região. Outra característica se refere a população negra, que constituía a maioria dos “inquilinos” de terras, sobre a qual neste processo, segundo Selznick, “há evidências de que a típica posição do agricultor da TVA é de superioridade branca” (Selznick (1949, p.112)¹.

¹ Em 1936, o responsável pelo trabalho dos negros na TVA, J. Max Bond afirmou ser necessário “melhorar a posição relativa dos Negros no serviço”, mas não houve resposta favorável da autarquia. No mesmo sentido, vozes de instituições como a National Association for the Advancement of Colored Peoples no período da Investigação da TVA no Congresso em 1938, também reforçaram esta pauta. (Selznick, 1949, p. 112-114)

No campo da historiografia, o estudo de McDonald and Muldowny se volta para o discurso da *modernização* e às populações impactadas pelas barragens, buscando a oralidade como uma das fontes principais de pesquisa na construção de uma história social, sensível ao cotidiano desses trabalhadores². Os autores compreendem que os impactos demonstram a existência de interferência direta na qualidade de vida da população do Vale do Tennessee, não só no planejamento e nas questões pragmáticas de sobrevivência, mas sobretudo nas relações sociais e no padrão de vida tradicionais. Apresentam as relações de vizinhança, desigualdades sociais, ritos religiosos, rituais afetivos (como namoros e casamentos), cotidiano do trabalho rural, recreação, educação, os vestígios de solidariedade e igualdade dentro das comunidades da bacia de Norris, tradicionalmente estabelecidas antes da chegada da TVA, nas quais um dos poucos crimes cometidos era o de “se embriagar”. Um dos exemplos de sociabilidade comunitária era os ritos funerários, pois quando alguém do local falecia “toda a comunidade iria preparar comida e fazer tudo que fosse necessário para ajudar a família” (McDonald and Muldowny, 1982, pp. 9, 27-40)

A chegada da TVA representava um conflito, exercendo um papel perturbador para as comunidades, apesar do discurso da mudança da qualidade de vida. Por um lado, as pessoas viam suas vidas difíceis, isoladas, longe do processo de modernização, tendo a TVA como elemento que propiciaria a transformação progressiva. Por outro, apesar do sentimento entre os trabalhadores de que valia a pena a relocação, havia uma certa amargura por conta do abandono dos seus costumes, vivências e comunidades (McDonald and Muldowny, 1982, pp. 56-57) Após a retirada das famílias, suas relações sociais foram transformadas paulatinamente para corresponder ao enquadramento da vida urbana modernizada.

Corroboro com a compreensão de que este modelo de desenvolvimento, que unifica tecnologia da produção de energia elétrica com intervenção econômica, social e cultural, fez parte de um amplo projeto internacional de fortalecimento do liberalismo frente aos modelos em disputa no período (comunismo e fascismo), além da consolidação da

² Sobre o conceito de modernização, é explicitado pelos autores que o compreendem como representante de um processo histórico. Neste caso, pode ser identificado pela capacidade da TVA de amenizar os problemas severos das pessoas presas em um ambiente agrícola, em grande parte inóspito. Nas suas palavras, “dizer que a TVA era um agente da modernização, significa basicamente que a TVA possuía a instrumentalidade e a intenção, por meios de programas como planejamento regional e produção de energia, para transformar totalmente ou grande parte uma população removida da principal corrente da *American Life*”. (McDonald and Muldowny, 1982, p. 8)

política imperialista dos EUA (Ekbladh, 2010). A TVA e o discurso da modernização foram pontas de lança deste processo.

O modelo do Tennessee e a *Brazilian TVA* – Projeto CHESF

Ao adquirir ampla experiência em planejamento através da TVA, os EUA buscaram a difusão deste modelo ao restante do mundo. Em 1952, o projeto de expansão é claramente explicitado em relatórios publicados pela autarquia. Nestes, o objetivo era apresentar a “TVA - Um símbolo internacional”, enquanto “veículo catalisador para o intercâmbio de ideias sobre o desenvolvimento unificado de recursos e melhoria econômica” em diferentes países. Indicam que “os visitantes da TVA, que estudaram e examinaram seus programas de desenvolvimento unificado, têm sido especialmente responsáveis por sua ampla divulgação”. Até este período, a TVA recebeu representantes de 60 países, dentre eles “altos funcionários do governo, cidadãos de espírito público, técnicos e estudantes”. Ao longo de 1951, a TVA recebeu 1.800 visitantes (TVA Technical Library, 1952, p. 7).

O processo de expansão deste modelo para outras nações é constante em sua história. Com o apoio do Departamento de Estado dos Estados Unidos, foi criado o Seminário de Desenvolvimento de Recursos da TVA, que recebeu representantes técnicos e políticos de diversos países, promovendo “palestras e discussões com funcionários de alto escalão da TVA, uma viagem de campo por todo o Vale, na qual os vários projetos e atividades foram inspecionados e estudados, e um período de avaliação final”. Este curso foi “repetido periodicamente como um esforço para aumentar a contribuição da TVA – e do governo dos Estados Unidos – de assistência aos países subdesenvolvidos” (Tennessee Valley Authority, 2020). A memória difundida pela autarquia é de que, na época, a TVA era conhecida mundialmente como líder em desenvolvimento de recursos e assistência técnica estrangeira. Disseminar um discurso sobre sua importância internacional, no contexto de estabelecimento da guerra fria, contribuiu significativamente para consolidar a política imperialista dos EUA frente as demais nações.

O Brasil foi situado dentre os países que se aproximavam do método da TVA de desenvolvimento e utilização de recursos, com o projeto chamado internacionalmente por Brazil's São Francisco Valley. Para demonstrar a diversidade da propagação do projeto, é afirmado em uma publicação que “países subdesenvolvidos, muitos deles totalmente independentes e buscando o vigor econômico”, encontram nas modernas práticas e técnicas da TVA modelos para adaptar as suas realidades (TVA Technical

Library, 1961, p. 9). Neste livreto, o Brasil também desponta como um dos principais países de replicação do modelo TVA, com desenvolvimento possível de toda a região. Esta proximidade também é citada pelo Instituto Canadense de Relações Internacionais, em análise sobre o desenvolvimento do Nordeste, o que demonstra uma interpretação para além da relação Brasil-EUA. É relatado que o programa da hidroelétrica de Paulo Afonso foi inspirado diretamente no modelo da TVA, apesar dos seus objetivos serem menos extensos do que apresenta a experiência estadunidense (Lando, 1964). É constante a menção em livros e documentos nacionais e internacionais do termo *Brazilian TVA*, ao citar o projeto de intervenção em Paulo Afonso. Eis um ponto importante: o projeto da CHESF foi direcionado somente para a geração e distribuição de energia? Todos os outros elementos, como a melhoria das condições de vida da população seriam uma consequência desta produção ou estes elementos já faziam parte do projeto de intervenção? De certo que a geração de energia foi colocada como a redenção do Nordeste, e, por conta disto, a Companhia poderia agir livremente na região para produzir sua salvação, o que resolveria todos os problemas.

Com efeito, foi construída no Brasil uma estabilidade política para apaziguamento dos conflitos entre os grupos nacionais e estabelecimento deste projeto. Seguindo os passos de Gramsci, quando afirmou que “as relações internas de um Estado-Nação se entrelaçam com as relações internacionais criando novas combinações originais e historicamente concretas”, ao analisar este processo entre a TVA e a CHESF. Paulo Afonso produziu suas relações específicas quando foram disseminadas as teorias de desenvolvimento e modernização, com a chegada do progresso, pois “uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações” (Gramsci, 2007, p. 42). Portanto, a partir deste jogo de políticas internacionais e das diversas Missões estadunidenses que expressamente planejaram o desenvolvimento nacional, por consentimento do governo brasileiro na década de 1940, nasce o projeto CHESF que seria a primeira grande Companhia pública do setor de energia elétrica do Brasil.

Surge a CHESF na *Capital da Energia*

A Companhia Hidroelétrica do São Francisco foi a primeira grande empresa pública brasileira do setor de energia elétrica. A história do município Paulo Afonso,

conhecido como Capital da Energia³, se confunde com a trajetória de implantação da CHESF. Apresentado enquanto aclamação da população ribeirinha da Cachoeira de Paulo Afonso, a implementação do projeto do Estado Novo de intervenção no Vale do São Francisco, apesar da população que foi impactada diretamente pelo empreendimento não ser consultada.

O projeto CHESF foi aprovado em 1945, se tornando um dos últimos atos naquele ano assinados por Getúlio Vargas enquanto presidente do Brasil. Em 1946, já no governo de Eurico Gaspar Dutra, foi instaurada a Assembleia Constituinte, na qual os parlamentares discutiram a autorização de instalação da CHESF e sua viabilidade, principalmente financeira. As justificativas ancoradas na experiência estadunidense da TVA fizeram frente a discursos de resistência ao projeto, especialmente por representantes políticos sulistas, ao investimento estatal para andamento das obras no Nordeste. Havia o contraponto quanto a internalização do modelo da TVA ao projeto da geração de energia no rio São Francisco, pois “setores liberais conservadores e segmentos da burguesia exportadora cafeeira investiram contra a prática do planejamento e os conteúdos do plano, considerado ‘dirigista’ e contrário aos anseios da lavoura”. (Paula, 2011, p. 9) Apesar dos questionamentos, as obras continuaram, pois, a CHESF simbolizava uma possível integração nacional que unificaria a região Nordeste ao restante do país desenvolvido.

Em 1948, o cenário rural do sertão passou a se agitar com a chegada de toneladas de material importado, para a construção da Usina Piloto, e os trabalhadores viram sua rotina se modificar. Em uma região sertaneja, assolada pelo grande período de secas, o trabalho em uma grande empresa era visto por muitos como possibilidade de mudança das condições de vida.

Neste caso, a configuração urbana projetada para o local não fugia a regra do que aconteceu em outras cidades estruturadas em torno de fábricas no mundo, correspondendo ao padrão *Company Town*. Neste, é criada uma infraestrutura para circulação de bens e pessoas, aliada a mecanismos que possibilitem uma rígida disciplina sobre o trabalhador. Desse modo, existia uma determinação clara dos papéis sociais dos trabalhadores em todos os ambientes: no trabalho, nas moradias, nos locais de lazer, nas instituições educacionais etc. Além disto, a empresa é a proprietária dos

³ É assim chamado por abrigar o segundo maior Complexo Hidroelétrico do Brasil, que distribui energia elétrica para a região Norte, Nordeste e Sudeste.

imóveis, dos equipamentos públicos e, também, responsável pela vida social fora do ambiente de trabalho.

Essa configuração da Vila Operária foi adotada, em maior escala no século XX, por diversas empresas públicas e privadas. José Sergio Leite Lopes, ao analisar o caso de Paulista-PE, faz referência a essa relação de dominação e controle exercido pelas empresas, onde as relações de poder se estendem do campo da produção à disciplinarização do trabalhador, alcançando os seus espaços cotidianos. A relação fabril tem presença significativa na dinâmica social⁴. É um processo de dominação que extravasava a esfera da produção e penetrava na esfera doméstica. A propriedade das casas, dos ambientes de sociabilidade e toda a administração era da CHESF, através de uma espécie de governo local, de modo que a sua intervenção pode ter proporcionado uma relação hegemônica de dependência junto à população, pois o município foi emancipado somente em 1958.

Foram construídos alojamentos para os funcionários solteiros e três vilas: para os engenheiros, altos funcionários e operários. Essa área, em que todos tinham o fornecimento gratuito de água e energia elétrica, ficou conhecida como Cidade da CHESF. (Silva, 2014) Os trabalhadores mais graduados, como os engenheiros, tinham o bairro próprio, o General Dutra, na Vila Residencial. Neste estava o Clube Paulo Afonso (CPA) de melhor estrutura física. Na Vila Operária, as moradias eram específicas (casa tipo C, D, E e O), de acordo com a função exercida por cada um na empresa. Os operários estavam destinados a frequentar o Clube Operário (COPA), de estrutura simples. As atividades de sociabilidade entre os trabalhadores aconteciam em locais distintos, demonstrando as contradições de classe existentes. As mostras de cinema eram apresentadas inicialmente no CPA, para depois irem à exibição no COPA. As principais escolas ficavam dentro do Acampamento, que eram apenas para os filhos dos funcionários, sendo a melhor o Colégio Paulo Afonso (COLEPA), destinado aos filhos dos engenheiros (Oliveira, 2005).

Muitos que chegaram na esperança de trabalhar na Usina, contratados ou não, começaram a se concentrar em moradias fora do acampamento. Sem recursos para a construção de casas, esses sujeitos utilizavam o que encontravam, inclusive os sacos de papel do cimento Poty, descartados durante as construções, madeira e estruturas de zinco. Esse novo bairro, ficou conhecido como *Vila Poty* que, para a direção da

⁴ Verificar o capítulo 1: O Aliciamento direto de trabalhadores pela Companhia: A incorporação “Modelar da força de Trabalho na Vila Operária”. (Lopes, 1988, pp. 39-58)

empresa, ameaçava a moral e os bons costumes da Cidade da CHESF. Sobre as condições da Vila Poty, havia “buracos de todas as funduras, córregos de esgotos por toda parte”, mas enquanto “na cidade oficial, com telefone, piscina, luz e conforto moram 3.000 pessoas, do lado de fora ‘do arame’ se amontoam 13.000 párias em barracos, sem água, sem roupa e comida” (Silva, 2014, p. 54).

Elementos presentes na sociabilidade entre estes sujeitos se modificaram no processo modernizante, como a solidariedade nas comunidades. Na TVA, como já foi dito, quando alguém falecia a comunidade se mobilizava para acolher e acompanhar a família neste ritual fúnebre. No caso do Vale do São Francisco, isto se observa na prática dos mutirões como demonstra o seguinte relato:

Na minha região chamava de batalhão, que era um mutirão de pessoas para executar tarefas difíceis na terra de alguém [...]. Cercar uma terra. As primeiras terras que a gente cercou em área de sequeiro era muito feito de pau-a-pique, tinha outra forma que era vão trançado, era assim um trabalho demorado, difícil de se fazer e era sempre feito em mutirão⁵.

O mutirão era atividade recorrente no cotidiano do migrante operário, antes de sair do trabalho rural e ingressar nas fileiras do trabalho urbano, assalariado. Se antes viviam da produção agrícola para subsistência, ou comércio dos produtos nas Feiras da região, passaram a uma dinâmica fabril, com horas controladas, remuneração por salário, sociabilidade urbana disciplinada e aquisição de alimentos por meio da compra. A transformação destas relações é perceptível nos relatos sobre a dinâmica de trabalho.

Mas quem eram estes trabalhadores? Dos 95% dos operários contratados pela CHESF, a maior parte não tinha qualificação para o trabalho e eram da região, alguns de Maceió, Aracaju e João Pessoa, e uma pequena parte de Recife e Salvador (Hauptli, 1993). A maioria composta por Cassacos, que também residiam fora do acampamento, e foram os que abriram o caminho para as obras quebrando pedras e sem a menor proteção para o desenvolvimento das atividades. Na década de 1950, os Cassacos estavam presentes, em boa parte do Nordeste, trabalhando em diversas obras do Poder Público como forma de sobrevivência, onde se submetiam a condições subalternas de trabalho precarizado (Ferreira, 2016). Durante as construções, não havia segurança e prevenção à acidentes de trabalho. Somente em 1978 foi criada a Comissão Interna de

⁵ Entrevista *Jorge Melo da Silva*. Acervo digital do projeto Rio de Lutas/LABELU, 2016.

Prevenção de acidentes (CIPA), pois até este período os equipamentos eram chapéu de palha e sandália japonesa.

Por outro lado, a Companhia criava “atrativos” (casas, bons salários, opções de lazer etc.), especialmente aos engenheiros da região Sul, mas a difusão dos discursos sobre o Nordeste como local “atrasado”, “pobre” e de muito sofrimento afastava esses trabalhadores. Como não havia mão-de-obra qualificada para diversas atividades, o aprendizado foi concebido no processo de “experiência na função” e muitos assumiram cargos de “Chefe de seção”, por serem estrangeiros, refugiados de guerra, em maioria europeus, sem qualificação específica.

A CHESF foi uma obra que teve uma independência administrativa aos Estados e municípios abrangidos, correspondendo, mais uma vez, ao exemplo da TVA quanto a interferência direta do Governo Federal em uma ampla região. Desde o início das atividades da CHESF, seus dirigentes apostaram no desenvolvimento da industrialização, apesar de não se apresentar nos grupos industriais nordestinos, um clamor por energia elétrica. Mesmo assim, a industrialização era considerada pelo governo a maior justificativa para o grande investimento no projeto de Paulo Afonso.

Os latifundiários nordestinos, também, não convergiam em torno da intervenção federal. Os exemplos de resistência da oligarquia a energia da CHESF, de rejeição a *luz de Paulo Afonso* como era conhecida, partia especialmente dos que tinham receio de perder autonomia, lucros e poder, ao renunciar as instalações geradoras próprias de energia que abasteciam determinados municípios. Essas tensões com as oligarquias locais foram paulatinamente apaziguadas com a produção e distribuição cada vez crescente da energia elétrica da CHESF.

Para além da idealização dos benefícios oriundos da Companhia, seu projeto tornou-se real pela ação dos operários que, em muitos casos, custou as suas vidas. Estas histórias estão silenciadas no memorial da CHESF, no centro da cidade, que é o único local de registro memorialístico de Paulo Afonso. Também são omitidas as lutas das populações atingidas pelas construções das barragens, inclusive composta por povos e comunidades tradicionais, como diversas etnias indígenas. Este silêncio faz parte da construção do consenso em torno do modelo desenvolvimentista.

Considerações finais

Ao longo da análise procurei apresentar a experiência da TVA, empresa estratégica dos EUA, o processo de expansão internacional do seu modelo e a relação com a

concepção da CHESF, que dialogam com a difusão das ideias desenvolvimentistas e modernizantes inerentes ao processo de expansão capitalista no período, que buscavam fortalecer o liberalismo. Para esta abordagem, identifiquei alguns traços do impacto destas intervenções junto a população local.

Um dos elementos importantes diz respeito a utilização de recursos naturais. As águas do rio São Francisco e do Vale do Tennessee, foram convertidas em riqueza para *energia*, ou seja, transformadas no elemento indispensável para a chegada do que se propagava como *modernidade*. Não só as águas foram fundamentais neste processo, mas a criação de projetos de expropriação das riquezas, como a *terra*, exploração da força de trabalho, aliado a desapropriação de seres concretos dos seus territórios, para a construção das barragens e estabelecimento das linhas de transmissão. Estes sujeitos progressivamente saíram do campo e se aglomeravam nos espaços urbanos, compondo as fileiras de grandes massas de trabalhadores que assumiam as novas funções laborais precarizadas, atendendo as relações da crescente *modernidade* que se apresentava.

Diversas ações, como a retirada das famílias sem a devida assistência, a construção da cidade operária, a escolha da região com alto índice de miserabilidade e abundante mão de obra de baixo custo, a criação de uma autarquia federal responsável por uma região, são nítidas aproximações do Vale do Tennessee com a história do Vale do São Francisco. Além desses pontos convergentes entre os projetos, há alguns elos diretos entre a TVA e a gestação do projeto CHESF, no âmbito da política internacional entre os dois países.

Outra janela aberta se refere ao papel da política estadunidense em todo esse processo, no qual, um dos diversos tentáculos dessa estrutura de poder foi o modelo em torno da experiência com a TVA. A CHESF não foi somente um projeto alinhado por setores da burguesia industrial brasileira ou das oligarquias nordestinas, pois, durante todo o seu desenvolvimento estão presentes investimentos estadunidenses.

Assim, considero que o investimento estatal para a implementação da CHESF foi além dos grandes volumes de investimentos, nacional e internacional, pois esteve entrelaçado intimamente com uma transformação direta dos modos de vida social que reforçava a teoria desenvolvimentista e modernizante. O rastro do discurso sobre o modelo da TVA permaneceu em menor escala no Brasil até a década de 1960, quando perdeu força, embora esta íntima relação econômica, política e cultural entre os países tenha perdurado ao longo do século XX.

Referências bibliográficas

- Acervo digital do projeto Rio de Lutas/LABELU (Abril 2016) *Entrevista Jorge Melo da Silva*. Universidade Estadual de Feira de Santana.
- Brose, M. E. (2015). *TVA e Instituições de desenvolvimento regional: Contribuições para a história das ideias*. Santa Cruz do Sul, Brasil: Edunisc.
- Corsi, F. (2000). *Estado Novo: Política externa e projeto nacional*. São Paulo, Brasil: UNESP.
- Ekbladh, D. (2010). *The great american mission: Modernization & the construction of an american world order*. New Jersey, EUA: Princeton University Press.
- Ferreira, L. V. de C. (2016). *Cassacos: Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas. (Ceará, anos 1950)* (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia.
- Gramsci, A. (2007). *Cadernos do Cárcere*. (Vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Häuptli, H. (1993). *Chesf: Fase pioneira duma Companhia Hidroelétrica no nordeste do Brasil*. Zurique, Suíça: Dissertação de Metrado em História Geral no Instituto Politécnico de Zurique.
- Lando, B. (1964). *Change in Latin America: Example of Northeast Brazil* (Vol XXIV, n. 3). Toronto, Canadá: Canadian Institute of International Affairs, Baxter Publishing Company.
- McDonald, Michael J.; Muldowny, John (1982). *TVA and the Dispossessed: The Resettlement of population in the Norris Dam Area*. Knoxville: The University of Tennessee Press.
- Lopes, J. S. L. (1988). *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo, Brasil: Marco Zero.
- Oliveira, C. M. B. de. (2005) *Educação, estratégia do poder: SPEI-Serviço de Ensino Integrado de Paulo Afonso, as doutrinas de segurança nacional na área de ensino* (Tese de Mestrado). Universidade Internacional, Lisboa.
- Paula, D. (2011). A Comissão do Vale do São Francisco como experimento de desenvolvimento e planejamento regional, 1946-1950. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo.: Universidade de São Paulo, 1-14.
- Selznick, P. (1949). *TVA and the Grass Roots: a Study in the Sociology of Formal Organization*. California, EUA: University of California.
- Silva, A. G. da. (2014) *De Forquilha a Paulo Afonso: Histórias e memórias de pioneiros*. Paulo Afonso, Brasil: Fonte Viva.
- Silva, A. W. F. da (2018). A influência da Tennessee Valley Authority (TVA) no planejamento urbano e regional no Brasil: O caso da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF). *Congresso Luso-Brasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável (PLURIS 2018): Cidades e territórios - Desenvolvimento, atratividade e novos desafios*. Coimbra, 887-899. Disponível em: <https://www.dec.uc.pt/pluris2018/Paper887.pdf>.
- Russel, D. (1949). *The TVA Idea*. New York, EUA: The Foundation for Economic Education Irvington-on-Hudson.
- TVA Technical Library (1952). *TVA: As a symbol of resource development in many countries*. Knoxville, Tennessee, EUA: TVA.
- TVA Technical Library (1961). *TVA: Symbol of valley resource development*. Knoxville, Tennessee, EUA: TVA.
- Tennessee Valley Authority (2020). *Classroom for the world*. Disponível em: <https://www.tva.com/about-tva/our-history/tva-heritage/classroom-for-the-world>

A geologia no universo dos engenheiros: proposta de uma nova área expositiva no Museu Mineiro do Lousal (Grândola, Portugal)

Margarida Oliveira, José Manuel Brandão, Jorge M. S. Relvas,
Álvaro M. Pinto

Resumo: O presente texto decorre da investigação em curso realizada pela coautora no âmbito do mestrado em museologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e enquadra-se no projeto AMPERE+CT – Arqueologia Mineira e Património Elétrico como Recursos Educativos mais Cultura e Turismo, desenvolvido pelo Centro Ciência Viva do Lousal com vista à conservação, salvaguarda e valorização do património móvel e documental do Museu Mineiro do Lousal. Um dos objetivos deste projeto é, justamente, a valorização do acervo geológico do museu, visando enfatizar o papel da geologia e dos geólogos no desenvolvimento da exploração mineira no Lousal. A proposta de reutilização do património geológico móvel insere-se na recriação museográfica do antigo gabinete de trabalho utilizado pelo geólogo alemão Günter Strauss para os seus estudos científicos e académicos sobre a área mineira do Lousal, dando a conhecer parte do seu legado científico e técnico.

Palavras chave: Museu Mineiro do Lousal, Projeto AMPERE+CT, Geologia, Acervo geológico, Exposição.

Abstract: This paper stems from an ongoing research carried out by the first author under the scope of her MSc. degree in Museology at Nova University of Lisbon. The work is part of the AMPERE + CT project (which, in Portuguese, stands for Mine Archeology and Electrical Heritage as Educational Resources for more Culture and Tourism), developed by the Lousal Science Centre (“Ciência Viva” network) with the objective of conservation and preservation of the mobile and documental collection of the Lousal Mining Museum. One of the main goals of this project is the valorization of its geological heritage, aiming to emphasize the role of geology and geologists in the development of the mining operation in Lousal. With this in mind, we present a museographic proposal where the mobile geological heritage will be used in the recreation of the old working office used by the German geologist Günter Strauss during his scientific and academic studies on the Lousal mining area, exhibiting part of his scientific and technical legacy.

Keywords: Lousal Mining Museum, AMPERE+CT Project, Geology, Geological collections, Exhibition.

Introdução

A história da aldeia do Lousal, após o encerramento da mina, ocorrido a 31 de maio de 1988, continua a escrever-se com aqueles que decidiram permanecer no local, através da partilha das suas memórias, e com a diversidade de testemunhos de natureza técnica, científica e industrial que, todavia, ainda permanecem à superfície.

O Museu Mineiro do Lousal é um dos espaços de memória desta aldeia que ainda conserva um conjunto significativo de equipamentos, objetos e documentação produzida durante os anos em que a mina laborou. Parte deste acervo, nomeadamente no que diz respeito ao património arquivístico (relatórios, mapas, e outros documentos técnicos que constituem espólio documental herdado da antiga concessionária da mina), já foi objeto de tratamento e organização, ainda que de forma intermitente e parcial (Carvalho, 2009; Brandão *et al.*, 2013). Recentemente, também no âmbito de um trabalho académico em Museologia, foi desenvolvido trabalho de organização e inventário do espólio técnico proveniente do antigo hospital e maternidade da empresa, que funcionou desde a década de 1950 até ao encerramento da mina, que culminou na criação de uma nova área expositiva dedicada à “Casa de Saúde”, como era então denominado aquele espaço (Fidalgo, 2018; Fidalgo & Custódio, 2018).

Contudo, do vasto acervo que ainda hoje se conserva, destacam-se alguns instrumentos técnicos e científicos e ainda documentos associados à atividade profissional desenvolvida no laboratório de apoio à atividade mineira, mas que ainda não foram objeto de qualquer tratamento. Parte deste espólio foi manuseado por Günter Strauss, distinto geólogo alemão que trabalhou e desenvolveu investigação académica na mina do Lousal de 1955 a 1965.

No âmbito do Projeto AMPERE+CT - *Arqueologia Mineira e Património Elétrico como Recursos Educativos mais Cultura e Turismo* destinado à reabilitação física do Museu Mineiro do Lousal, bem como à valorização do seu projeto museológico e discurso museográfico, lançado e liderado pela Associação Centro Ciência Viva do Lousal, surgiu a oportunidade de valorizar o segmento do acervo diretamente relacionado com o antigo serviço de geologia e, ao mesmo tempo, introduzir no discurso expositivo do museu uma nova temática dedicada ao conhecimento geológico desenvolvido em contexto mineiro. Pretende-se, deste modo, afirmar esta disciplina, porventura (localmente) menos visível do que as engenharias, como ferramenta essencial da atividade mineira, quer a montante, na prospeção e reconhecimento dos recursos geológico-mineiros, quer

durante a exploração, na constante reelaboração dos modelos de distribuição dos minérios, quer ainda a jusante, na minimização dos impactos da exploração.

Este novo olhar sobre o papel dos geólogos e da Geologia enquanto ciência que, no período em que Günter Strauss trabalhou no Lousal, começa a dar os primeiros passos firmes na sua autonomia, tem como objetivo preencher uma lacuna comum nos museus de temática industrial mineira, estando praticamente omissa nas componentes expositivas de outros museus congêneres da Faixa Piritosa Ibérica, mais focados nos monumentos técnicos da mina e/ou nas vertentes paisagística e ambiental.

O desenvolvimento do projeto museológico para a nova área expositiva terá como ferramentas estratégicas o inventário geral do património geológico móvel e do fundo documental existente, bem como a consulta de documentação de arquivo preservada noutras instituições, com vista ao suporte científico e correlação de dados. Paralelamente, prevê-se a realização de entrevistas abertas, para recolha de testemunhos orais de elementos da família do referido geólogo e antigos colaboradores da mina que integraram a sua equipa. Este trabalho culminará na abertura de uma nova área expositiva com a recriação do antigo gabinete de geologia da mina, particularmente ligado ao trabalho de Günter Strauss, onde, para além da exposição dos equipamentos científicos utilizados e da documentação produzida por este investigador, se pretende enaltecer o seu contributo para o conhecimento da geologia local e da faixa Piritosa Ibérica e o seu papel na modernização da mina.

No presente trabalho, que se pretende aprofundar com a tese de Mestrado que a primeira signatária se encontra a desenvolver na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, será apresentada uma proposta preliminar para a inclusão de um novo projeto museográfico no Museu Mineiro do Lousal.

Mina do Lousal: enquadramento histórico

O antigo couto mineiro do Lousal dista cerca de 30 km da sua sede de concelho, Grândola, e cerca de 100 km da capital de distrito, Setúbal. Do ponto de vista da geologia, localiza-se na área NW da Faixa Piritosa Ibérica (FPI), uma província metalogénica com mais de 250 km de comprimento e cerca de 50 km de largura, que se estende desde a zona da Marateca, em Portugal, até às proximidades de Sevilha, em Espanha. Esta província é rica em massas de minérios de sulfuretos maciços polimetálicos que, pela abundância, dimensão e densidade de ocorrência dos seus depósitos fazem desta a maior e uma das mais importante províncias metalogénicas do

mundo no que se refere a esta tipologia de jazigos (Large & Blundell, 2000), representando um caso peculiar relativamente à reunião, no espaço e no tempo, de condições excepcionalmente favoráveis para a formação e preservação de minérios de sulfuretos maciços polimetálicos (Barriga, 1990).

Ainda que as mais antigas evidências de mineração na FPI remontem ao Calcolítico, foi durante o período romano e, sobretudo, durante os séculos XIX e XX que a atividade extrativa de sulfuretos deixou uma marcada herança patrimonial na sua paisagem mineira (Matos *et al.*, 2011), caracterizada pela presença de malacates e respetivos poços de extração, amplas cortas e infraestruturas de apoio a este tipo de indústria, como moinhos britadores, chaminés de ustulação¹, tanques de cementação², lagoas de lixiviação³, centrais de energia, barragens, estações de caminhos-de-ferro e até portos mineiros (Tinoco *et al.*, 2002; Matos *et al.* 2008).

No período compreendido entre 1900 e 1988, a mina do Lousal centrou a sua atividade económica em torno da exploração de pirite, um sulfureto de ferro utilizado como fonte de enxofre para a produção de ácido sulfúrico destinado ao fabrico dos adubos de que o país necessitava no quadro das políticas protecionistas dos últimos governos da monarquia constitucional e, mais tarde, do Estado Novo.

Por fim, o lançamento no mercado internacional, a preços muito baixos, de ácido sulfúrico originário de países asiáticos, e o aproveitamento de grandes quantidades de enxofre como subproduto da refinação dos hidrocarbonetos, conduziram à inviabilidade económica da exploração da pirite como fonte de enxofre e, conseqüentemente, ao encerramento definitivo da mina, em 1988.

No sentido de reverter a desertificação humana do local, os problemas sociais e económicos dos que optaram por permanecer na aldeia, e ainda promover a valorização do património industrial mineiro remanescente, foi criada a Fundação Frédéric Velge, através da reunião de sinergias entre a empresa proprietária da mina, a SAPEC S.A., e o Município de Grândola, que lançou o Projeto RELOUSAL (Programa de Revitalização e Desenvolvimento Integrado do Lousal) em 1994. Este projeto tem vindo a explorar as potencialidades museológicas, turísticas e geoambientais do Lousal centrando-se em

¹ As chaminés de ustulação correspondem a infraestruturas destinadas à queima da pirite (sulfureto de ferro) com vista à separação dos seus componentes químicos.

² Os tanques de cementação correspondem a áreas, à superfície, onde se colocavam restos de material de sucata ao qual se adicionavam águas ácidas, ricas em metais, para promover a troca iónica entre a sucata e as águas de forma a precipitar o cobre e aproveitá-lo.

³ As lagoas de lixiviação correspondem a áreas a céu aberto que acumulam águas ácidas, ricas em vários metais resultantes da extração de sulfuretos maciços.

cinco grandes eixos de atuação: i) Recuperação ambiental; ii) Regeneração do tecido urbano; iii) Dinamização social e económica da aldeia; iv) Divulgação de ciência e tecnologia; v) Integração nas Redes Mundiais de Património Mineiro (SAPEC S.A., 1994).

A prioridade no arranque do RELOUSAL centrou-se na fixação da população e na revitalização económica e social da aldeia, tendo-se procedido para este fim à abertura do centro de artesanato instalado nas antigos escritórios e serviços administrativos da empresa proprietária da mina.⁴ Procedeu-se igualmente à reabilitação de antigas infraestruturas associadas ao quotidiano da mina: a Casa da Administração foi convertida num Hotel Rural de 4 estrelas, o antigo armazém central da mina foi transformado em espaço de restauração e a central elétrica, escolhida como primeiro local de intervenção, foi valorizada como núcleo central do Museu Mineiro do Lousal.

A segunda fase do projeto RELOUSAL focou-se na reabilitação de antigas oficinas, balneários dos mineiros, casa do ponto e das lanternas para acolher, em 2010, o Centro Ciência Viva do Lousal – Mina de Ciência, que integra a Rede Ciência Viva, cujos conteúdos científicos foram desenvolvidos por investigadores da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e do Museu Nacional de História Natural e da Ciência, entre outras instituições. Este Centro está dotado de espaços expositivos, experimentais e para atividades práticas assentes na interatividade (Relvas *et, al*, 2012).

Na terceira fase deste Projeto reuniram-se condições para reabilitar o primeiro piso subterrâneo da mina do Lousal, a Galeria Mineira Waldemar⁵ com abertura ao público em agosto de 2015. A recuperação e musealização deste espaço permitiu valorizar o património geomineiro e industrial da mina do Lousal. Ao longo dos 300 m de comprimento da galeria mineira, são observáveis várias estruturas originais de entivação⁶ em madeira, de suporte do maciço rochoso, objetos de labor mineiro, são facultados esclarecimentos acerca do saber-fazer implícito nas técnicas utilizadas na lavra da mina, sendo ainda explorada a geodiversidade e a biodiversidade do local.

⁴ Atualmente, o centro de artesanato encontra-se encerrado ao público.

⁵ Waldemar Augusto de Albuquerque d'Orey (1866-1950), descobridor de várias massas mineralizadas no Lousal em 1907, cujos registos se encontram no Arquivo Municipal de Grândola.

⁶ A entivação corresponde a um revestimento executado em madeira para sustimento de galerias subterrâneas, destinado a impedir desmoronamentos.

Museu Mineiro do Lousal

Durante a primeira fase do Projeto RELOUSAL, no âmbito da reabilitação, salvaguarda e valorização de património edificado no Lousal, a Fundação Frédéric Velge convidou a APAI-Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial para elaborar o programa museológico com vista à reconversão da antiga Central Elétrica, onde era produzida a energia fornecida a todo o complexo industrial mineiro do Lousal e à sua população, no período compreendido entre 1934 e 1992, em museu de temática industrial mineira (APAI, 1998a; 1998b).

O Museu Mineiro do Lousal desde logo assumiu como sua missão a valorização do património mineiro do Lousal através da reutilização, divulgação e dinamização de instalações, equipamentos e outro património da antiga mina do Lousal. A inauguração ocorreu a 20 de maio de 2001 e, desde então, esta infraestrutura passou a desempenhar uma função exclusivamente museológica. Este espaço integra o antigo posto de transformação, vários tipos de ferramentas utilizadas pelos operários da própria central além de outros equipamentos do labor mineiro utilizados durante 88 anos de exploração mineira (Relvas *et. al*, 2012), a central de geradores, incluindo um motor *Carels* Diesel, tipo 3E, de 300 cv, construído ca. 1930 (Custódio, 2017), anteriormente instalado nas minas de Ajustrel, e recentemente recuperado para exposição dinâmica, que permite ver o equipamento rodar em vazio, numa simulação do que era o seu funcionamento, com intuito didático, bem como a central de compressores de ar movidos a diesel que, originalmente, alimentavam a operação mineira.

Ao abrigo de um protocolo com o Instituto Superior Técnico, o Museu acolhe, em 2006, uma coleção de modelos de madeira e metal produzidos na Alemanha, no século XIX, usados, durante décadas no ensino da engenharia de minas, primeiro na famosa Academia de Minas de Freiberga e, posteriormente, em Lisboa, para onde havia sido trazida no início do século XX por Alfredo Bensaúde, fundador daquela instituição (Fundação Frédéric Velge, 2006).

O edifício da Central alberga ainda um significativo acervo médico hospitalar patente na exposição “Casa de Saúde” (Fidalgo, 2018), que ilustra os serviços de medicina e enfermagem prestados à população do Lousal durante os anos de prosperidade deste couro mineiro.

Recentemente, o Museu Mineiro do Lousal viu aprovado mais um projeto, submetido ao programa operacional Alentejo 2020, com vista a dar continuidade à valorização do seu património industrial mineiro. O projeto AMPERE+CT – *Arqueologia Mineira e Património Elétrico como Recursos Educativos mais Cultura e Turismo* concretiza um plano de intervenção estruturado e integrado em cinco eixos: i) A reabilitação, valorização e adaptação do edifício do Museu; ii) A atualização e requalificação do programa museológico e museográfico; iii) A requalificação, restauro e valorização da coleção de maquetes “Os Modelos de Minas do século XIX- Engenhos de Exploração de Exploração Mineira.; iv) A criação e disponibilização de soluções multimédia interativas em todos os módulos expositivos; v) A valorização do acervo documental e criação de um Centro de Documentação.

No âmbito deste projeto foi ainda revisto o programa museológico do Museu Mineiro do Lousal e, após um diagnóstico à componente expositiva, verificou-se uma subvalorização da geologia relativamente à vertente da arqueologia industrial, ao centrar o discurso museológico nos edifícios industriais e nos grandes equipamentos técnicos parcialmente restaurados. Tornava-se, pois, pertinente a valorização, e disponibilização pública, de parte do acervo do museu, relacionado com aquela área disciplinar.

Günter Strauss no universo de engenheiros da mina do Lousal

Günter Strauss nasceu a 9 de maio de 1935 (Fig. 1), em *Neu-Ulm*, na Alemanha. Aos 19 anos ingressou na Universidade Técnica de Munique para frequentar o curso de geologia mineira da Escola de Minas de Clausthal. Para efeitos da sua conclusão, exigia-se à época a realização de um trabalho prático sobre uma mina. Então com 22 anos de idade, procura, por sugestão dos seus mestres, uma especialização em áreas mineiras, decidindo-se finalmente por Portugal para fazer o seu trabalho de final de curso.



Figura 1. Da esquerda para a direita: Antoine Velge (1901-1974), proprietário da SAPEC, S.A., o filho Frédéric Velge (1926-2002), administrador, e Günther Strauss (n.1935). Fotografia desconhecida, segunda metade dos anos 60. Fonte: Leite, 2009.

Günther Strauss chegou à mina do Lousal em 1956. À época, o acesso era feito fundamentalmente por via ferroviária e quando desembarcou na estação do Lousal sentiu, de imediato a atmosfera mineira, como confidenciou mais tarde numa entrevista dada a Pedro Leite, a propósito da fotobiografia de Frédéric Velge; poderosas máquinas que se ouviam ao longe elevando nos ares as poeiras, marcando o compasso do quotidiano vivido de dia e de noite sem parar. No cais da mina, os homens atarefavam-se em carregar as pirites nos vagões, com destino a Setúbal onde a empresa detentora da exploração produzia o ácido sulfúrico e os adubos fosfatados (Leite, 2009). Quando ingressou no mundo profissional da realidade mineira do Lousal, incorporou uma equipa de quadros superiores da empresa cuja formação base era em engenharia de minas. Incorporou a equipa do engenheiro Jacques Parent que, em 1954, havia criado os serviços de geologia da mina e que, desde então, se encontrava a cartografar e a estudar as séries geológicas da superfície de cobertura do jazigo do Lousal (Silva, 1968).

É no seio desta equipa que Günther Strauss percebe o quotidiano da mina do Lousal, e constata que grande parte do trabalho desenvolvido na mina era manual e exigia, por isso, grande quantidade de mão-de-obra.

Não me deixavam ir trabalhar na mina. O engenheiro dizia que isso de me ir misturar com os mineiros ia dar uma série de problemas. Nessa altura, em Portugal, os mineiros eram gente muito pobre e o trabalho da mina muito pesado. No Lousal era quase tudo feito à mão, à força de braços (G. Strauss, *apud* Leite, 2009, p. 3)

A missão dessa mesma equipa consistia em comandar a operação mineira e modelá-la do ponto de vista tecnológico e económico de modo que revertesse a favor dos negócios da empresa SAPEC S.A. Os sólidos conhecimentos adquiridos na área da geologia de minas durante o seu percurso académico, contribuíram para a modernização do método de exploração da mina e para a atualização dos levantamentos geológicos efetuados na região do Lousal, muito escassos até então, aplicando métodos de prospeção inovadores que levaram à descoberta de novas massas de pirite, posicionando este couto mineiro bem alto no contexto da exploração de depósitos de sulfuretos maciços da Faixa Piritosa Ibérica. “Durante dois ou três meses percorro toda aquela zona e faço um mapa rudimentar de geologia”. (Strauss *apud* Leite, 2009, p. 4).

A visibilidade do trabalho realizado no Lousal levou o engenheiro Parent a recomendar-lhe, com o beneplácito de Antoine Velge (1901-1974), proprietário e administrador da SAPEC S.A., ir trabalhar nas minas de carvão de Liège (Bélgica), em 1957, também propriedade deste último. Porém, no âmbito da conclusão da sua licenciatura, regressa novamente a Portugal para se dedicar à investigação do jazigo de pirites do Lousal, concluindo, em 1961, os estudos em engenharia geológica com o tema “*Zur Geologie der Kieslagerstätte Lousal, Portugal*”, apresentada na Universidade de Munique. Antes, porém, já começara a produzir vários relatórios científicos, não só sobre o Lousal, mas também sobre outras minas da FPI, como Rio Tinto, San Telmo, Calañas e Tharsis, esta última propriedade da família Velge.

Paralelamente ao contributo científico, preocupa-se em desenvolver, juntamente com Frédéric Velge, a modernização dos métodos de lavra da mina do Lousal. Visitam em conjunto várias minas do norte da Europa para observação diretas dos trabalhos de exploração e toma de contacto com empresas que produziam equipamentos utilizados em contexto mineiro.

Mais tarde, Günter Strauss viria a concluir o seu doutoramento, em 1965, com a tese “Sobre a Geologia da província piritifera do Sudoeste da Península Ibérica e seus jazigos, em especial sobre a mina de pirite do Lousal (Portugal)” na Faculdade de Ciências Naturais da Universidade de Munique, constituindo um marco fundamental para o estudo da geologia e da metalogenia desta província e estando na génese de outros estudos percussores desenvolvidos nesta região nos finais do decénio de 60 e princípios de 70. Dada a relevância do seu conteúdo, este trabalho académico viria a ser integralmente traduzido para espanhol em 1970, numa monografia publicada pelo *Instituto Geológico Y Minero de España*.

Com a investigação desenvolvida no Lousal e na FPI, e uma carreira profissional reconhecida, Antoine Velge convida-o em 1964/65 para ocupar o lugar de administrador delegado da *Companhia Española de Minas de Tharsis S.A.*, igualmente propriedade da SAPEC, S.A., permanecendo aí até ao encerramento da atividade mineira em 1991. Nas minas espanholas desenvolveu o seu nível de conhecimentos e a sua capacidade de aliar a função de administrador com a investigação, da qual aliás nunca de desvinculou, pois continuou a produzir alguns estudos científicos sobre a FPI publicados internacionalmente (*e.g.* Strauss & Madel, 1974; Strauss & Beck, 1990).

Proposta de recriação do Gabinete de Geologia de Günter Strauss

Parte do fundo documental da antiga concessionária da mina do Lousal foi alvo, em 2009, de estudo e de uma proposta de organização (Carvalho, 2009), com vista à sua disponibilização no futuro Centro de documentação do Museu Mineiro. Na descrição das unidades arquivísticas consta, naturalmente, documentação relativa às atividades técnico-científicas nos domínios da geologia, como relatórios elaborados em diferentes línguas (português, francês e, em menor número, inglês e alemão), documentos descritivos e mapeamento de campanhas de prospeção geofísica e geoquímica, mapas topográficos, cartas geológicas e cadernos de campo. O acervo integra ainda uma coleção de amostras de rochas e lâminas delgadas, testemunhos de sondagem bem como equipamentos de laboratório, de que se destacam, em particular, um microscópio petrográfico (Fig. 2) e uma bússola. Contudo, estes bens móveis não foram, até à data, objeto de inventário e, muito menos, de investigação ou valorização, trabalho atualmente em curso no âmbito da investigação académica desenvolvida pela coautora.

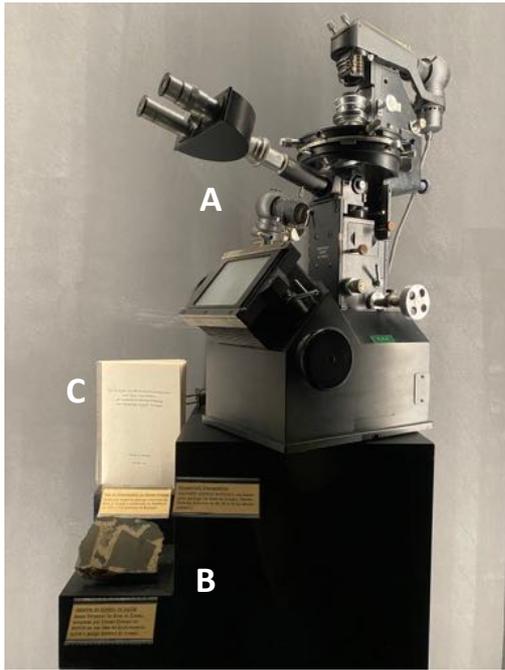


Figura 2. A - Microscópio petrográfico (eichert, Austria Nr 300/510), utilizado por Günter Strauss. B - Amostra de minério de pirite incluída na coleção de amostras objeto da sua investigação. C - Exemplar da tese de doutoramento publicada originalmente em alemão, em 1965 e traduzida para espanhol, em 1970, pelo Instituto Geológico e Mineiro de Espanha. Fotografia: Margarida Oliveira, 2020.

A recriação do gabinete de trabalho de Günter Strauss constitui um dos principais objetivos do projeto museográfico que se pretende levar a cabo no museu, com o envolvimento de antigos trabalhadores da mina e a sua participação colaborativa, que se projeta prolongar no acompanhamento de visitas, uma mais-valia segura na afirmação deste espaço de memória para a comunidade.

Na programação museográfica ter-se-ão em conta imagens da época, nomeadamente um filme promocional da indústria extrativa do Lousal, da autoria da empresa, realizado em 1958, no qual é filmado Günter Strauss juntamente com outros colaboradores, informação complementada com a gravação de relatos de ex-colaboradores da empresa SAPEC S.A. que com ele trabalharam, recolhidos em entrevistas.

A exposição, que será montada numa sala com cerca de 80 m² (Fig. 3), integrada no percurso de visita da central elétrica, contará com programa interpretativo que contemplará os seguintes elementos/recursos:

- 1) Informação textual, incluindo uma breve biografia de Günter Strauss e a sua trajetória académica, o percurso profissional durante a sua estadia na Mina do Lousal e ainda reprodução de documentos que atestem os contributos científicos mais relevantes.
- 2) Equipamentos científicos utilizados por Günter Strauss, nomeadamente o microscópio petrográfico e a bússola; testemunhos de sondagens, amostras de rochas e minérios, lâminas delgadas, cadernos de campo por ele redigidos e cartas

geológicas. Serão recuperadas e incorporadas algumas peças do mobiliário original.

3) Informação audiovisual, onde se pretende mostrar integralmente o filme realizado no ano de 1958 e testemunhos de ex-colaboradores da mina do Lousal e da própria família Strauss.

4) Algumas experiências multissensoriais, tais como o manuseamento de testemunhos de sondagens, identificação macroscópica de rochas da FPI, nomeadamente das três formações rochosas identificadas e descritas por Günter Strauss na região do Lousal, e a observação de lâminas delgadas utilizadas pelo próprio num microscópio petrográfico.



Figura 3. Planta do Museu Mineiro do Lousal com localização da área (a amarelo) onde irá ser recriado o Gabinete de Geologia de Günter Strauss. Fonte: Projeto AMPERE+CT.

Reflexão final

A proposta agora apresentada para uma nova área expositiva assume especial relevo na afirmação de uma nova linha temática no Museu Mineiro do Lousal, destacando o papel do conhecimento geológico e dos geólogos. Neste sentido, julgamos que a inventariação, salvaguarda e conservação dos bens móveis de natureza geológica e/ou diretamente relacionados com a sua utilização pelos profissionais desta área científica, da mina do Lousal é o caminho que deve ser seguido, permitindo futuramente o desenvolvimento de ações necessárias ao seu estudo.

A recriação do Gabinete de Geologia de Günter Strauss permitirá valorizar o ativo cultural e turístico do museu e promover de uma forma sustentável a educação com base na ciência, na tecnologia e no património. A nova área expositiva pretende tornar o museu ainda mais atrativo no que concerne às suas temáticas, diversificando os seus conteúdos, até agora centrados no património elétrico, mecânico e, mais recentemente, médico-farmacêutico.

Para tal, adotar-se-á uma abordagem museográfica com conteúdos acessíveis e soluções interativas com intuito de alcançar todos os públicos que visitam este espaço, desde o público escolar até aos grupos de séniores. Desta forma, antevê-se incrementado o papel social do Museu Mineiro do Lousal junto da comunidade, reforçando a sua missão.

Referências bibliográficas

- APAI (1998a). *Museu Mineiro do Lousal, Programa Museológico*. Relatório técnico, não publicado. Arquivo da Associação Portuguesa de Arqueologia industrial. Lisboa.
- APAI (1998b). Museu Mineiro do Lousal. In J. M. Brandão (coord.), *Actas do Seminário Arqueologia e Museologia Mineiras* (pp. 12-21). Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro.
- Barriga, F. J. (1990). Metallogenesis in the Iberian Pyrite Belt, In: Dallmeyer, R.D., Martinez García, E., (Eds.). *Pre-Mesozoic geology of Iberia*, 369-379.
- Brandão, J. M., Carvalho, C. & Castro, E. (2013). Um caso de estudo: o arquivo das minas do Lousal (Grândola, Portugal). *Vipasca – Arqueologia e História*, 2^a s. (4), 67-80.
- Carvalho, C. (2009). *Museu Mineiro do Lousal. O arquivo da empresa Mines et Industrie* (Relatório de estágio não publicado). Universidade de Évora.
- Custódio, J. (2017). O Património industrial integrado dos museus mineiros. O motor Carels Diesel das Minas do Lousal, Grândola (Portugal). in, L. M. Plaza & J. Mata-Perelló (eds.) in *El Patrimonio Geológico y Minero, Identidad y motor de desarrollo* (pp. 925-941). *Cuadernos del Museo Geominero*, 29. Madrid: Instituto Geológico y Minero de España.
- Fidalgo, A. V. (2018). *Património Social da Mina Do Lousal: Do Hospital à Exposição*. (Tese de Mestrado). Universidade Nova de Lisboa.
- Fidalgo, A. V., Custódio, J. (2018). O património médico-farmacêutico das minas – o caso das Minas do Lousal. *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical*, v. 17: Sup. 3 - Património, ciência e saúde: intervir, conhecer, preservar e valorizar, 49-52.
- Fundação Frédéric Velge (2006). *Modelos de Mina do Século XIX. Engenhos de Exploração Mineira*. Porto. Fundação Frédéric Velge /Vida Económica Editorial, S.A..
- Large, R. R. & Blundell, D. L. (Eds.) (2000). Database on Global VMS districts. *CODES-GEODE*, 1-179.
- Leite, P. (2009). *Frédéric Velge (1926-2002). Fotobiografia*. Porto Alto: Fundação Frédéric Velge /Estúdio Didático.
- Matos, J., Pereira, Z. & Oliveira J. T. (2011). The LNEG Atlanterra south Portuguese zone geosite characterization program. In A. A. Sá, D. Rocha, A. Paz & V. Correia (eds.), *Proceedings of the 11th European Geoparks Conference* (pp. 189 -192). Arouca: AGA – Associação Geoparque Arouca.
- Matos, J. X., Martins, L. P., Oliveira, J. T., Pereira, Z., Batista, M.J. & Quental, L. (2008). Rota

- da pirite no sector português da Faixa Piritosa Ibérica, desafios para um desenvolvimento sustentado do turismo geológico e mineiro. In P. Carrion (Ed.), *Rutas Minerales en Iberoamérica* (pp. 136-155). Equador: Projeto RUMYS, programa CYTED.
- Relvas, J., Pinto, M. M. A. & Matos, J. X. (2012). Lousal, Portugal: a successful example of rehabilitation of a closed mine in the Iberian Pyrite Belt. *SGA News*, 31, 6-16.
- SAPEC SA (1994). *RELOUSAL. Projeto de desenvolvimento integrado de redinamização do Lousal*. Programa de intervenção e de financiamento preparado por Oficina de Arquitetura. Relatório Técnico, não publicado. Lisboa.
- Silva, A. H. F. (1968). As minas do Lousal. *Boletim de Minas*, 5 (3), 161-181.
- Strauss, G. K. & Madel, J. (1974). Geology of massive sulfide deposits in the Spanish-Portuguese Pyrite Belt. *Geologische Rundschau*, 63 (1), 191-211.
- Strauss, G. K. & Beck, J. S. (1990). Gold mineralizations in the SW Iberian Pyrite Belt. *Mineralium Deposita* 25, (4), 237-245.
- Tinoco, A., Matos, A., Santos, L., Póvoas, L., Relvas, J., Lopes, C, Barriga, F. & Damas, C. (2002). A valorização do património geológico e mineiro do Lousal. In J. M. Brandão (Coord.), *Actas do Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro* (pp. 681-688). Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro.

A Indústria Mineira do antimónio no concelho de Gondomar no final do século XIX

Guilherme Silva

Resumo: A mineração de antimónio em Portugal ocorreu principalmente ao longo do anticlinal de Valongo, mais concretamente no concelho de Gondomar e ao longo da segunda metade do século XIX. Também houve explorações de antimónio noutras regiões do país, mas acabaram por ser pouco relevantes. Quando o antimónio começou a ser explorado, este ganhou expressão nos mercados devido ao crescente número de utilizações o que fez disparar os preços praticados. O antimónio estava associado à exploração do ouro, sendo este realizado de forma mais reduzida e por vezes escondida. O período mais ativo da exploração mineira do antimónio decorreu entre 1880 e 1890, sendo em Gondomar, mais concretamente na freguesia de Medas, que se estabeleceram as minas mais importantes. O desenvolvimento desta indústria permitiu o progresso da região, atraindo várias centenas de pessoas para trabalhar nas minas. No final do século XIX as minas de antimónio começaram a ter quebras de produção associada à diminuição de preço por tonelada e também pela entrada dos países asiáticos na exploração deste minério. As minas de antimónio em Gondomar não resistiram assim à crise gerada acabando por encerrarem sem que a exploração se tenha retomado até a atualidade. O que resta hoje das minas de antimónio são algumas ruínas de difícil acesso, custando a crer que há pouco mais de um século estavam em laboração e representavam uma enorme fonte de atividade para a indústria do setor mineiro em Portugal.

Palavras-chave: Antimónio; Gondomar; Indústria Mineira; Património Mineiro; Geografia Histórica.

Abstract: Antimony mining in Portugal occurred mainly along the Valongo anticline, more specifically in the municipality of Gondomar. There were also antimony explorations in other regions of the country, but they turned out to be of little relevance. It was only in the second half of the 19th century that antimony began to be explored more, increasing the price in the markets with the increasing number of uses. The antimony was associated with gold that was also less explored. The most active period of antimony mining took place between 1880 and 1890, and in Gondomar more specifically in the parish of Medas the most important mines were established. The development of this industry allowed the region to progress, attracting several hundred people who went to work in the mines. At the end of the 19th century, antimony mines began to experience production losses associated with the decrease in price per ton and with the entry of Asian countries in the exploration of this ore. The antimony mines in Gondomar did not withstand the crisis created and ended up ending without exploration resuming until today. What remains today of the antimony mines are some ruins that are difficult to access, and it is difficult to believe that just over a century ago they were in operation and represented a huge source of activity for the mining industry in Portugal.

Keywords: Antimony; Gondomar; Mining Industry; Mining Heritage; Historical Geography

Introdução

A indústria extrativa em Portugal tem vindo a ser estudada sob diversos aspetos na exploração de minerais metálicos e não metálicos, pedreiras, rochas ornamentais e outras. Os estudos de história e geografia humana sobre estas atividades só começam a ser abordados numa fase recente no final do século XX, e os estudos no âmbito das ciências sociais deram um importante contributo, mas muito ainda está por realizar existindo muitos aspetos a estudar e analisar.

A exploração dos recursos naturais intensificou-se na segunda metade do século XIX, numa altura em que as empresas nacionais, mas também estrangeiras detentoras de capacidades técnicas e capitais procederam a uma exploração generalizada um pouco por todo o país.

Autores como João Paulo Avelãs Nunes e José Manuel Brandão abordam o sector extrativo apresentando-o numa perspetiva histórica e também geológica uma vez que são temas que acabam por se relacionar.

O trabalho aqui apresentado centra-se no estudo da exploração mineira de antimónio no concelho de Gondomar (distrito do Porto), na segunda metade do século XIX, altura em que a exploração foi mais significativa. Esta é uma abordagem histórico-geográfica que expõe a sua evolução no espaço e no tempo, apresentando-se como uma indústria com uma exploração pouco duradoura, devido a fatores internos, mas também externos.

Trata-se assim de um microestudo relevante para o conhecimento da indústria extrativa, de modo a perceber mais pormenorizadamente a importância da exploração do antimónio para o concelho de Gondomar. Importa também realçar a importância de preservar o património mineiro ainda existente, que por vezes é esquecido e ao qual não se dá a relevância que merece.

Desenvolvimento

A mineração de antimónio em Portugal teve como foco principal uma delimitada área do interior do distrito do Porto. As ocorrências de antimónio noutras regiões do país acabaram por ser pouco relevantes, ficando a exploração centrada essencialmente nos concelhos de Valongo e Gondomar (Fig. 1). Só na segunda metade do século XIX é que o antimónio teve importância comercial, ocorrendo então inúmeros registos de minas e posteriormente, um grande número de pedidos de concessão, resultando numa autêntica “febre mineira”.

Principalmente a partir da segunda metade do século XIX, os jazigos portugueses começam a despertar o interesse de companhias tanto nacionais como estrangeiras, e

de particulares, uma vez que se descobre o verdadeiro potencial de várias áreas mineiras. A faixa piritosa Ibérica, situada entre o Baixo Alentejo e a Andaluzia ocidental é uma das regiões com maior procura de jazigos de cobre e manganês, em parte devido à importante mina de pirite cuprífera de São Domingos, uma das mais ricas de Portugal nos séculos XIX e XX (Garcia, 1996).



Figura 1. Localização das principais mineralizações de antimónio em Portugal Continental. Fonte: Moura, 2010.

Nunes (2001-2002) refere: “A partir do fim da guerra civil entre liberais e absolutistas, toda a produção jurídica nacional relativa ao sector extrativo passou a inspirar-se na "Lei de minas" francesa de 21 de abril de 1810 e no direito alemão”.

O início da segunda metade do século XIX foi fundamental para o desenvolvimento da indústria mineira em Portugal. Este período, conhecido por Regeneração, irá trazer uma enorme mudança na vida política, económica e social do País, sob o impulso de Fontes Pereira de Melo. Em 1852 foi criado o Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, que agregava o Conselho Geral de Obras Públicas e Minas, e a Secção da Repartição de Minas (Brandão, 2017).

O desenvolvimento económico dos países europeus implicou a procura de diversas matérias-primas, particularmente os minérios, com múltiplas aplicações industriais. O antimónio foi um dos minérios que originou maior procura e Portugal foi beneficiado nesse aspeto. O fenómeno do registo das minas de antimónio em Gondomar pelos seus habitantes levou à divulgação deste recurso, atraindo a vinda de exploradores com o intuito de descobrir minas de antimónio. Este fenómeno também chamou a atenção de estrangeiros originários da Alemanha, Bélgica, Brasil, Espanha, Inglaterra e Itália que tinham como propósito registar minas de antimónio em Gondomar (Silva, 2017).

O registo era feito no município de Gondomar e nele ficava assinalado a origem e proveniência do interessado, entre outros aspetos. O maior número de registos de minas coincide assim, com a década de 1880, em que houve uma maior produção do minério de antimónio.

Posteriormente o jazigo era analisado pelo Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria para ver se tinha valor para ser explorado. Contudo, muitas minas não foram concedidas porque a avaliação dos jazigos por engenheiros do Estado demonstrava que este era pouco rentável economicamente.

Na segunda metade do século XIX começou a crescer o número de utilizações do antimónio, principalmente na imprensa com os caracteres tipográficos compostos por uma liga de chumbo, estanho e antimónio, na qual este representava 30% (Moura & Velho, 2012).

Carvalho (1969, p. 111), diz que: “O antimónio emprega-se quase sempre associado com outras substâncias. Como metal, em ligas de grande dureza, resistentes ao choque, imunes à corrosão e baixo ponto de fusão.” Assim, a liga de antimónio com chumbo era também utilizada para balas de espingarda, permitindo desenvolver uma liga com uma maior ductilidade e resistência, aspetos que o chumbo por si só não fornecia.

Na segunda metade do século XIX, para além das aplicações referidas, este era também usado no fabrico de campainhas e num metal denominado *britânia* (Oliveira, 1979). Este último, que era um metal combinava antimónio e estanho, sendo usado para fazer objetos como: castiçais, louça, talheres, entre outros (Butterman & Carlin, 2004).

Nesta altura o antimónio também era empregue no fabrico das chumaceiras dos “*wagons*” de caminho-de-ferro, pois além de ser mais barato durava mais que o bronze. Outra aplicação era no fabrico de pólvoras especiais e dos fulminantes (Pontvianne & Mattos, 1890).

A área mais intensamente mineralizada e com jazigos mais ricos repartia-se ao longo do anticlinal de Valongo (Fig. 2). Ao antimónio estava associado o ouro, também explorado, mas de forma mais reduzida. Esta área do ponto de vista estrutural integra-se na Zona Centro Ibérica do Maciço Varisco, pertencendo ao chamado distrito metalogenético Dúrico-Beirão (Moura & Velho, 2012).

É uma área essencialmente constituída por rochas metassedimentares do Câmbrico e do Ordovícico, em que se destacam xistos, grauvaques e quartzitos, entrecortados por filões que constituem os jazigos auro-antimoníferos (Carvalho, 1969).

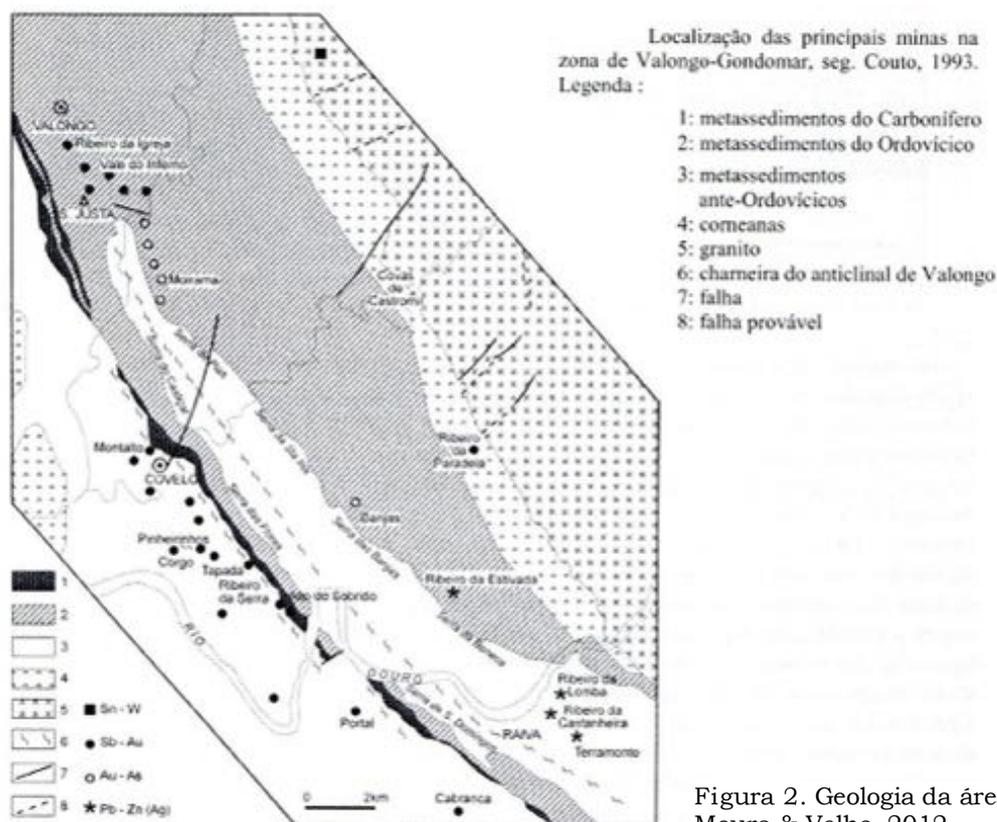


Figura 2. Geologia da área de estudo. Fonte: Moura & Velho, 2012.

Este contexto estrutural, ao qual se associa uma densa rede de falhas e fraturas, vai expressar-se em termos geomorfológicos por um relevo bastante acidentado, com vertentes extensas de forte declive e um profundo encaixe da rede hidrográfica, em que assume principal destaque o anticlinal de Valongo, estrutura que dá origem às designadas cristas quartzíticas ou serras de Valongo (Rebelo, 1975).

Integrando-se na unidade geomorfológica que Soares (2008) designou por “Relevo Intermédio”, este anticlinal é constituído por dois flancos com orientação NO-SE, sendo o flanco oriental formado pelas serras de Pias, Santa Iria e Banjas e o ocidental pelas serras de Santa Justa, Castiçal e Flores (Sousa & Fernandes, 2007). As mineralizações de antimónio ocorrem sobretudo nestas últimas (Silva, 2017).

O concelho de Gondomar situa-se sobre uma parcela do anticlinal e será aqui que se estabeleceram as minas mais importantes, nas freguesias de Covelo e Medas. Fruto do levantamento realizado em várias fontes como O *Inquérito Industrial de 1890*, O *Catálogo Descritivo da Secção de Minas* de 1889, a obra de Camilo de Oliveira: *O concelho de Gondomar (apontamentos monográficos)* e do Arquivo de Minas do Norte de Portugal na Direção Geral de Energia e Geologia, foram identificadas 29 concessões mineiras de antimónio no concelho de Gondomar de acordo com a Carta da Região Mineira do Douro (Fig. 3).



Figura 3. Carta da Região Mineira do Douro / Des. J. P. da Silva Rosado; gr. Morando. Escala: 1:100.000. [S.l.]: Lithographia da Imprensa Nacional, [1884-1891]. 1 mapa: color; 33,50x53,50 cm, em folha de 41,30x62,30 cm. Fonte: Biblioteca Nacional d Portugal, Cartografia, C. C. 1705 A. Segundo Ribeiro, D (2016, p. 211) esta carta poderá datar de 1884 a 1891.

A Carta da Região Mineira do Douro tem identificadas concessões de 5 minérios diferentes: antimónio, carvão, chumbo, estanho e volfrâmio. As minas de antimónio identificadas na Carta da Região Mineira do Douro são ao todo 63, sendo que 2 estão situadas no distrito de Aveiro e as restantes no distrito do Porto. As 61 minas identificadas no distrito do Porto estão distribuídas por 4 concelhos: Gondomar (29 concessões), Valongo (14 concessões), Paredes (17 concessões) e Penafiel (1 concessão) (Quadro 1).

Apesar de ter havido minas de antimónio concedidas nos concelhos de Valongo, Paredes e Penafiel, estas não revelaram uma importância industrial de grande valor como as de Gondomar. Das 29 concessões no concelho de Gondomar poucas chegaram a um patamar de grande produção de minério de acordo com os estudos consultados como o Inquérito Industrial de 1890 e o *Catalogo Descritivo da Secção de Minas*, de 1889.

Os dados levantados permitem verificar que houve um avultado investimento de capital, realizado por Companhias nacionais e estrangeiras que procederam à aquisição de maquinaria, contrataram mão-de-obra, investindo no tratamento de toda a logística de extração e transporte do minério que era levado em carros de bois até à praia da Lixa

junto ao rio Douro, para depois seguir em barcos até à cidade do Porto, para ser exportado, na sua maioria, para Inglaterra.

Quadro 1. Minas de antimónio nos concelhos de Gondomar, Paredes, Valongo e Penafiel de acordo Carta da Região Mineira do Douro (1884-1891). Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, Cartografia, C. C. 1705 A.

Concelho de Gondomar	Concelho de Paredes	Concelho de Valongo	Concelho de Penafiel
1. Lugar da Mó	1. Costa do Vale do Couto	1. Crista da Serra	1. Ribeiro da Paredela
2. Lameirão	2. Bengade	2. Moinhos de Riba	
3. Levada do Rego do Penedo	3. Viso	3. Vale d' Achas e Ribeiro da Igreja	
4. Salgueiral	4. Avessada	4. Fojo das Pombas	
5. Montalto	5. Banja	5. Vale do Inferno	
6. Vale de Carevelo	6. Ribeiro da Carvalhosa	6. Pirâmide de Santa Justa	
7. Moinhos de Goleia	7. Médas	7. Moinhos do salto	
8. Altinho das Lajes	8. Abelheira	8. Sítio do Castelo	
9. Ribeira	9. Valdaia	9. Vizinhança	
10. Tapada da Escusa	10. Outeiro Redondo de Santa Marta	10. Lameiro de Santa Baia	
11. Carvalhal e Vale d' Infesta	11. Outeiro do Pisco	11. Monte das Lampas	
12. Fojo	12. Nossa Senhora do Salto	12. Moinho da Igreja	
13. Tapada dos Cortiços Velhos	13. Jerimunde	13. Ribeiro das Barrocas	
14. Serra dos Açores nº2	14. Urradouro	14. Monte do Castro	
15. Vale de Pinheirinhos	15. Lameiro do Mindelo		
16. Bouço	16. Ribeiro da Bouça Velha		
17. Sítio do Corgo	17. Bouça Velha		
18. Tapada do Padre			
19. Lugar da Fontinha			
20. Ribeiro da Serra			
21. Serra dos Açores nº1			
22. Alto do Sobrido			
23. Ribeiro do Sobrido			
24. Alto da Varziela			
25. Ribeiro do Rebentão			
26. Alvorinhas			
27. Vale do Castanheirinho			
28. Portal			
29. Vale da Rocha			

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, Cartografia, C. C. 1705 A.

Destacaram-se assim as minas de Montalto, Ribeiro da Serra, Lugar da Fontinha, Tapada do Padre, Vale de Pinheirinhos e Sítio do Corgo (Quadro 2) que ganharam notabilidade ao fazerem parte do Inquérito Industrial de 1890 o primeiro a fazer uma análise detalhada do estado da indústria mineira do País (Silva, 2017).

Importa salientar que durante este período o preço do minério de antimónio nos mercados estava numa situação favorável, pela produção registada (Fig. 4) e pelas encomendas exportadas (Fig. 5), o que permitiu um crescimento com bons resultados da exploração realizada pelas empresas mineiras. Carvalho (1969, p. 98-99), cita um excerto do Catálogo Descritivo da Secção de Minas de 1889 (p. 277), na altura da

Exposição Industrial Portuguesa (1888), sobre as minas de antimónio da região do Douro:

Quadro 2. Dados referentes aos trabalhadores das Companhias mineiras de antimónio com maior relevância no concelho de Gondomar

Companhias Mineiras	Principais Concessões	Concelho	Freguesia	Total de Trabalhadores	Nº de trabalhadores		Trabalhadores com 16 anos ou menos	Nº de trabalhadores analfabetos
					Sexo Masculino	Sexo Feminino		
Companhia das Minas de Montalto	Montalto	Gondomar	Covelo	90	65	25	24	73
Companhia das Minas da Tapada	Tapada do Padre	Gondomar	Medas	207	155	52	39	158
	Vale de Pinheirinhos	Gondomar	Medas					
Companhia das Minas de Gondomar	Ribeiro da Serra	Gondomar	Medas	218	181	37	46	158
	Lugar da Fontinha	Gondomar	Medas					
The Lixa Mining Company Limited	Sítio do Corgo	Gondomar	Medas	242	209	33	25	197
Total de Trabalhadores para cada uma das categorias				757	610	147	134	586

Fonte: Inquérito Industrial de 1890, vol. I.

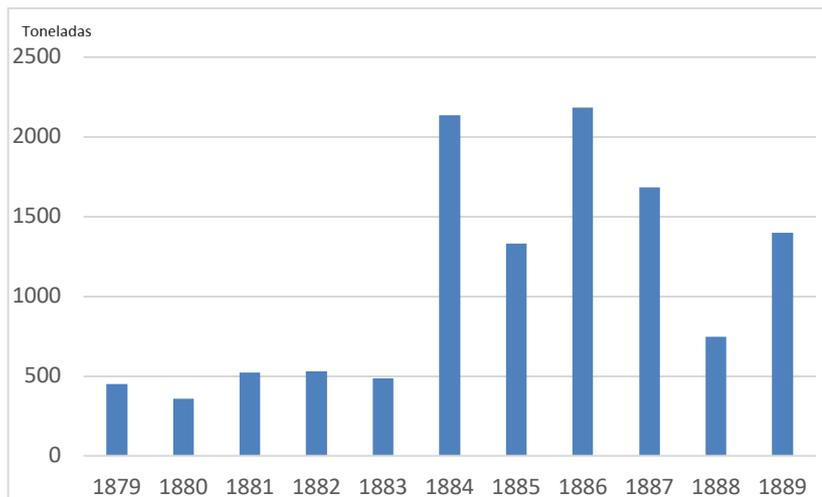


Figura 4. Produção de antimónio no concelho de Gondomar (1879 – 1880). Fonte: Inquérito Industrial de 1890, vol. I.

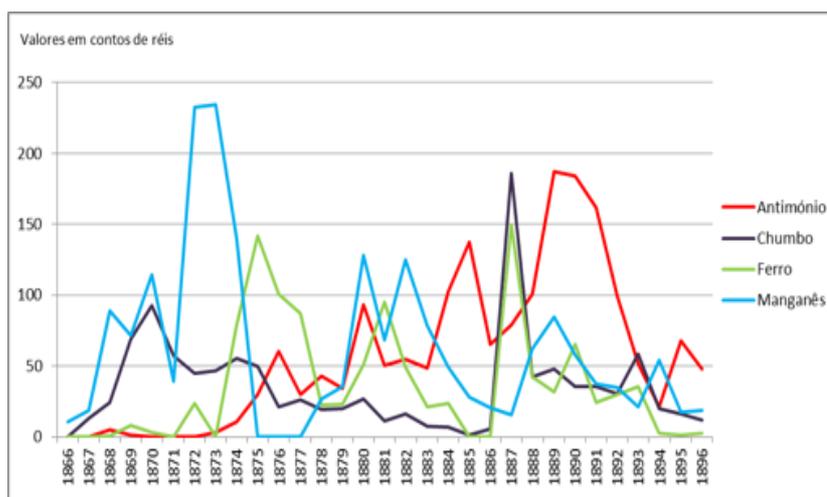


Figura 5. Exportação nacional dos minérios de antimónio, chumbo, ferro e manganês, quanto ao preço (1866-1896). Fonte: *Estatística de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com paizes estrangeiros e com as provincias portuguezas do ultramar nos annos de (1866 a 1896).*

A lavra nesta região tende a desenvolver-se e a prosperar, porque de todos os minérios metalíferos que se exploram no país, são os de antimónio que, com mais avidéz, os mercados estrangeiros procuram. A percentagem da nossa produção em relação ao consumo total é muito elevada e tanto assim que diminuindo a exportação dos nossos minérios de antimónio para Inglaterra, este facto manifesta-se logo pela subida em Londres do preço por tonelada. É, pois, justificada a tendência com que os capitais, tanto nacionais como estrangeiros se aplicam de preferência à pesquisa, exploração e lavra dos jazigos antimoníferos (Carvalho, 1969, p. 98-99).

Carvalho (1969, p. 108), chega ainda a afirmar que: “Os minérios portugueses de antimónio, ao tempo da sua exploração, isentos de chumbo, cobre ou arsénio, e o elevado grau de pureza, eram muito apreciados nos mercados”.

Na Revista de Obras Públicas e Minas de 1893, Freire de Andrade publica um artigo sob o título: *A Industria do Antimonio no Douro*, em que conclui que esta atividade é a que tem maior desenvolvimento à escala nacional, e que pela sua riqueza mineral e a facilidade de transporte transformou a região num dos principais centros de produção na Europa.

Em Gondomar, na freguesia de Covelo, a mina de Montalto, é das primeiras a ser concedida em 1864, e os dados apontam para uma boa exploração o que levou a que se realizassem mais prospeções e concessões de minas na região anos mais tarde (Silva, 2017).

Ainda no início do século XIX, o primeiro Intendente de Minas José Bonifácio de Andrade e Silva nas suas Memórias (1809), fala sobre a descoberta da mina de Montalto, onde Carvalho, 1969 cita um pequeno excerto:

Para sul de Covelo descobriu-se uma rica mina de antimónio, que na superficie, ao dia, já tem 7 polegadas de grossura e consta de antimónio esbranquiçado e amarelo. Para se descobrir e pesquisar este veio mandei fazer uma galeria que já tem 11 braços

de comprido, e se continuará até ao veio logo que haja mais dinheiro. (...). Tenho esperanças bem fundadas que com este metal se encontrará talvez prata e ouro, como sucede em outros países (Carvalho, 1969, p. 153-154).

O engenheiro alemão Gustavo Cudell realizou vários estudos sobre a mina de Montalto, visitando-a várias vezes na década de 1860 e posteriormente em 1889, publica um opúsculo onde os trabalhos mineiros são retratados com bastante pormenor, bem como as descrições sobre as produções e as reservas dos minérios (Silva, 2017).

No auge da exploração, a detentora da mina, a Companhia das Minas de Montalto, entre 1879 e 1888 produziu um total de 2.833,767 toneladas de antimónio. O ano de maior produção foi 1884, com 539,636 toneladas (Inquérito Industrial de 1890, vol. I).

No *Catalogo Descritivo da Secção de Minas* de 1889, é referido que a Companhia responsável pela mina de Montalto tinha também as concessões de antimónio de Moinhos de Golela e da Levada do Rego do Penedo. Por sua vez, Cudell (1889) diz que a Companhia das Minas de Montalto também possuía as concessões de antimónio de Vale de Caravelo e Altinho das Lages, mas nenhuma destas chegou ao nível de produção da mina de Montalto (Silva, 2017).

Após 1890, já com a mina de Montalto a passar por tempos conturbados, a empresa passou para uma Companhia alemã, Goldbergban am Duero, entre 1894 e 1899, que adquiriu vários tipos de máquinas para o tratamento do minério. A mina de Montalto ficou conhecida nos mercados nacional e internacional pela qualidade do seu minério, recebendo prémios em várias exposições. Em 1906 a mina encerrou a atividade, tendo, parte da maquinaria sido levada para a mina das Banjas, em Melres, e uma parte vendida para sucata. As últimas máquinas, como as turbinas, foram desmontadas e encaminhadas para sucata em 1931 (Oliveira, 1979).

A freguesia de Medas pelas suas características geográficas e geológicas na serra das Flores concentrava um maior número de minas que chegaram a produzir milhares de toneladas de minério de antimónio.

A Companhia das Minas da Tapada a que pertenciam as minas da Tapada do Padre e Vale de Pinheirinhos ou Pinheirinhos, ficou conhecida pela gestão eficaz dos trabalhos de exploração. A mina da Tapada do Padre foi a que teve mais exploração desta companhia, produziu também ouro, tendo sido produzidos 20,803 kg entre 1884 e 1889. A mina da Tapada do Padre foi a que teve a maior exploração de todas as minas de antimónio de Gondomar com trabalhos subterrâneos em 14 pisos, até 270 metros (Silva, 2017). Quanto ao antimónio, as duas minas produziram de 1881 a 1889, um total de 5.268,571 toneladas de antimónio, tendo sido 1886 o ano de maior produção com 1.570,915 toneladas de antimónio (*Inquérito Industrial de 1890*, vol. I).

A Companhia das Minas de Gondomar (Fig. 6), também situada na serra das Flores ou serra dos Açores começou a exploração em 1884. A Companhia das Minas de Gondomar possuía as concessões da mina do Ribeiro da Serra, Lugar da Fontinha ou Fontinha e Serra dos Açores n.º 1, apesar de na última só se terem realizados trabalhos de pesquisa. Os trabalhos de produção ficaram limitados às duas primeiras minas onde a Companhia das Minas de Gondomar que detinha um grande capital procedeu à construção de edificações (Fig. 7) e também à aquisição de novas máquinas provenientes da Alemanha e supervisionadas por técnicos alemães. Na sua inauguração estiveram representantes de alguns dos jornais mais influentes do Porto, como o *Primeiro de Janeiro*, a *Actualidade* e o *Commercio do Porto*, para dar notícia do desenvolvimento que esta unidade industrial iria proporcionar à região (Silva, 2017).

A produção de antimónio das minas do Ribeiro da Serra e Fontinha entre 1884 e 1889 foi de 3 488,738 toneladas. O ano de 1884 foi o de maior produção com 1 437 toneladas de minério de antimónio (*Inquérito Industrial de 1890*, vol. I).



Figura 6. Título de uma Ação da Companhia das Minas de Gondomar (1883). Fonte: Coleção de Octávio Santos.



Figura 7. Mina do Ribeiro da Serra. Casa da direção e casa das máquinas (1890). Fonte: Coleção de Octávio Santos.

As minas do Ribeiro da Serra e da Fontinha, foram das primeiras a ter comunicação por telefone com os escritórios no Porto e também tinham uma ligação com a praia do Pombal, no Douro, um dos locais de onde era transportado o minério para a cidade do Porto.

Nas minas desta companhia como em outras da região, chegaram a ser analisadas por engenheiros estrangeiros como Carlos Leuschner (diretor da exploração), Arthur Wilson e George Seymour.

Com base nas sugestões dadas pelos técnicos estrangeiros que estiveram no local das minas, Carlos Leuschner, propôs em 1893 o aprofundamento dos trabalhos subterrâneos, na tentativa de prosseguir com a lavra nas duas minas, implicando assim um grande investimento. A administração da companhia, por falta de meios ou por considerar a operação demasiado arriscada sob o ponto de vista financeiro e com o preço baixo do antimónio que se ia verificando, não permitiu que o plano se concretizasse (Silva, 2017). Depois das duas minas estarem paralisadas alguns anos, em 1903, a companhia francesa “Compagnie des Mines D’Antimoine & d’Or de Gondomar” retomou a exploração por mais algum tempo acabando por ser encerrada por má administração (Oliveira, 1979).

A última companhia mineira que se destaca, também esteve presente no *Inquérito Industrial de 1890*, foi uma companhia inglesa denominada “The Lixa Mining Company Limited”, que possuía a concessão da mina do Corgo e outras, sendo esta a que obteve mais trabalhos de exploração.

A mina do Corgo situada na vertente ocidental da Serra dos Açores, antes de pertencer à companhia “The Lixa Mining Company Limited”, estava a cargo de outra empresa: a firma “Shore e Cudell”, formada por dois estrangeiros: o alemão Gustavo Cudell e o inglês Augusto Shore.

Outro caso a destacar é a companhia inglesa “The Lixa Mining Company Limited”, que decidiu construir no local da mina do Corgo uma fundição para produzir o “régulo”¹ de antimônio, que seria a fase final do tratamento do minério em barra. O ouro que também era explorado nas minas, tinha o mesmo tratamento.

Sobre este estabelecimento metalúrgico, Carvalho (1969, p. 99-100), cita o *Inquérito Industrial de 1890*, vol. I, página 99 expondo o seguinte:

A fundição do Corgo, (...), pode transformar em régulo quase todo o minério produzido pelas minas limítrofes; (...) é indubitavelmente do interesse das minas de antimônio do país produzir e exportar o régulo em lugar de sulfureto de antimônio, seria mais um passo dado no intuito de formar no norte do país um mercado independente de antimônio, donde se exportasse o régulo para os países que não produzem este metal e, que em geral o importam de Inglaterra, (...); é em Londres que se vende quase todo o minério de antimônio ao preço que aí lhe é arbitrado, e é desse mercado que se surtem do régulo que necessitam quase todos os países incluindo Portugal (Carvalho, 1969, p. 99-100).

A conceção deste estabelecimento metalúrgico, que acabaria por ser o único no concelho de Gondomar e região envolvente, pretendia ser um novo modelo de produção de um subproduto de antimônio, transformando o sulfureto de antimônio das minas vizinhas em “régulo”, uma tentativa para que a indústria de antimônio na região se desenvolvesse mais no processo metalúrgico. A exportação do sulfureto e do “régulo” do antimônio das minas da região mineira do Douro, seria uma forma de alargar o mercado deste minério a outros países sem as minas do Douro estarem dependentes da indústria transformadora inglesa através da qual era efetuada a maior parte da comercialização do antimônio. A iniciativa poderia ser uma boa solução para dinamizar a indústria da região; contudo o processo não seria do agrado das empresas de fundição que tratavam do minério em Londres (Silva, 2017).

No *Inquérito Industrial de 1890*, volume I (p. 100) são assim referidas as dificuldades em manter esta atividade referindo deste modo:

Tanto assim é que o estabelecimento da fundição de antimônio n’esta região tem sido muito mal visto em Londres, d’onde os influentes do mercado inglês têm procurado pôr toda a classe de obstáculos ao desenvolvimento da fundição,

¹ Pela facilidade com que o antimônio se liga com o ouro deram-lhe o nome de *regulus* (pequeno rei), atribuindo-lhe um pouco da nobreza com que exoneraram o ouro, ainda conhecido vulgarmente pelo nome de *metal nobre* (Pontvianne & Mattos, 1890).

impedindo por diversos meios que as minas mais próximas vendam o seu minério à fundição.

Face a esta realidade, a região mineira do Douro deixava de ter um estabelecimento de fundição que pudesse tratar os seus minérios, impossibilitando assim um crescimento económico no sector metalúrgico.

A instalação desta indústria permitiu o desenvolvimento de vários núcleos de povoamento, pois empregavam centenas de operários. Os mineiros sujeitavam-se na época a uma exploração com poucas condições de segurança e higiene e muitos, em face das condições em que trabalham, apresentavam problemas respiratórios, fruto da inalação do pó da mina. Os homens e rapazes que trabalhavam no subsolo tinham um trabalho sobre-humano para conseguirem extrair o minério, uma vez que possuíam poucos ou quase nenhuns equipamentos que pudessem ajudar no processo de extração (Silva, 2017). A população operária tinha uma alimentação pouco variada e substancial, o que seria um problema principalmente para os mineiros que trabalhavam nos pisos subterrâneos e precisavam de força para os trabalhos mais exigentes (Silva, 2017). As condições de segurança também não eram as melhores para a população, tendo havido muitos acidentes e também mortes. Em 1891 ocorreu um dos mais graves acidentes na mina dos Pinheirinhos, resultando na morte de 6 mineiros, devido a uma inundação que atingiu várias galerias (Silva, 2017). Grande parte da população operária era analfabeta, sendo poucos os que sabiam ler e escrever e os que sabiam só ler. Nas mulheres, o analfabetismo era em geral um problema mais notório face aos homens. Nas minas trabalhavam homens, mulheres e também crianças, algumas com menos de 12 anos. Na maioria das minas, os mineiros (Fig. 8) trabalhavam por dia 8 horas em diferentes turnos de dia e de noite, para os restantes ofícios como ferreiros, carpinteiros, pedreiros, serralheiros, trabalhadores na preparação mecânica trabalhavam 12 horas por dia também em diferentes turnos.



Figura 8. Trabalhadores na mina da Fontinha, finais do século XIX. Fonte: União das Freguesias de Melres e Medas.

Os últimos anos da década de 1880 e início da década seguinte são de grande instabilidade política, devido às pretensões inglesas na África Meridional, territórios esses que Portugal também pretendia ocupar (a denominada questão do Mapa Cor-de-Rosa). Este conflito de interesses acaba por fragilizar as relações políticas com Inglaterra culminando no *Ultimatum* em 1890, acabando por Portugal aceitar as condições impostas. Esta tomada de decisão provocou uma revolta militar e popular em 1891, que fragiliza bastante o regime monárquico que coincide com uma grave crise económica abalando profundamente o sistema económico liberal inaugurado por Fontes Pereira de Melo. Todos estes acontecimentos acabam por enfraquecer a economia e a indústria das explorações mineiras um pouco por todo o País.

Considerações finais

Em Gondomar a área abrangida pelo anticlinal de Valongo, compreendeu a maior exploração de antimónio entre as décadas de 1870 – 1880, constituindo a região de maior relevância em todo o território nacional, quer pela concentração de jazigos, quer pelas quantidades de minério produzidas. O concelho de Valongo também teve neste período uma importante exploração do minério de antimónio, destacando-se a mina de Vale d’Achas e Ribeiro da Igreja, mas os valores de produção ficaram aquém dos extraídos das minas do concelho de Gondomar (Silva, 2017).

A partir do momento em que o preço do antimónio começou a decair e com a exploração deste minério em países asiáticos, as minas de Gondomar e outras da região não resistiram à crise gerada. No início do século XX praticamente todas as minas tinham encerrado e foram definitivamente abandonadas sem que a exploração se tenha retomado (Silva, 2017).

Já na década de 1890 Freire de Andrade (1893, p. 486-487), aponta algumas razões para o fracasso dizendo:

Muitas e variadas razões têm para isso concorrido, mas sendo a principal, os vícios de organização das companhias e a má direcção technica, geralmente dada ao trabalho. Minas houve, emquanto dirigidas por individuos que as tinham descoberto ou adquirido, na maioria dos casos com poucos conhecimentos técnicos, e ainda mais limitados cabedais, mas a quem guiava o próprio interesse, deram lucros importantes; formada uma companhia e continuada a exploração, traduzia-se esta immediatamente em prejuízos consideráveis.

Koehler (1939, p. 28) afirma:

A paralisação destas minas, desde 1890, explica-se, porque a grande baixa, naquela época, dos preços de antimônio, causada pela concorrência chinesa impossibilitou a exploração de minério de antimônio, porque a sua exportação como tal não deixava margem de lucro nenhum e além disto não se sabia extrair o ouro com beneficio do minério de antimônio, motivos pelos quais estes assuntos mineiros foram considerados como sem valor.

Carvalho (1969, p. 102), chega a dizer sobre o ouro:

(...) as nossas minas tentaram ainda sobreviver com a recuperação do ouro mais apurada, mas o intento não foi conseguido já que o antimônio era o metal mais constante destes jazigos. Além disso, os processos clássicos de amalgamação e de concentração gravítica não permitiam recuperar mais de 50% do conteúdo total do ouro em minérios auro-antimoníferos, classificados na metalurgia do ouro como minérios refratários. Não surgira ainda o advento da cianuração² que iria revolucionar a extração do ouro no mundo inteiro alguns anos mais tarde”.

Este fenómeno mineiro que acabou por dar um importante desenvolvimento a várias localidades, mas o impacto do encerramento das explorações teve consequências sobre a população e sobre o território. Podemos afirmar que o estudo efetuado sobre a exploração do antimônio confirma a ideia de que o sector mineiro tem uma natureza cíclica. As flutuações bruscas das cotações dos metais são endémicas e raramente

² Cianuração ou cianetação do ouro, é utilizada para extrair ouro a partir de um minério bruto retirado do solo. O cianeto dissolve o ouro dentro da rocha, retirando-o em forma líquida. Em seguida, esse ouro é tratado para retirar o cianeto ao qual foi exposto. Fonte: acedido 18/02/2021 - <https://www.ecycle.com.br/1899-cianeto.html>.

previstas com exatidão, criando fases de rápido desenvolvimento e expansão das minas, seguidas do encerramento e abandono dos locais, com consequências que acabam por prejudicar toda a região mineira. Núcleos de povoamento que tiveram um grande desenvolvimento, com o fim das minas sofrem uma notável decadência, com a saída dos operários para outros espaços, dificultando a sua capacidade de reconversão para outras atividades económicas, como aconteceu nas freguesias de Covelo e Medas. Devido ao encerramento das minas, parte da população ativa migrou para outras regiões do País, em que existiam minas em laboração, ou emigraram para o Brasil (Silva, 2017).

Como acabamos de expor, a exploração do antimónio na região de Gondomar, que decorreu ao longo da segunda metade do século XIX, foi a mais importante em Portugal Continental. Atualmente, o que resta da maioria das minas de antimónio são ruínas envolvidas por uma densa vegetação (Fig. 9).



Figura 9. Antiga chaminé da mina do Corgo. Fotografia do autor, 2017.

Este estudo, ainda que seja um pequeno contributo, tem como objetivo ser aprofundado, mas permite desde já levantar algumas questões como sejam: a) A relação de Portugal e Inglaterra relativamente à exportação de minérios, concretamente o antimónio; b) Por que razão as minas encerram uma vez que o ouro era ainda um minério com elevado valor; c) O antimónio seria um negócio de "fachada" para encobrir a exploração do ouro.

Estas unidades industriais que em outros tempos constituíram uma grande riqueza, estão agora esquecidas e poucos sabem da sua existência. Como proposta de dinamização cultural seria interessante a criação de trilhos que proporcionem a visita ao local das antigas minas e a criação de um Centro Interpretativo. Seria assim uma forma de salvaguardar e divulgar este património mineiro que visivelmente já é tão

pouco, de forma que a população local e o público em geral fiquem a conhecer o nascimento, evolução e declínio de um notável espaço histórico, mineiro e social.

Referências bibliográficas

- Brandão, J. M. (2017). Minas e Geologia no Portugal Oitocentista: retratos escritos. *Boletim da APPBG - Associação Portuguesa de Professores de Biologia e Geologia*, 33, 62-71.
- Butterman, W. C. & Carlin, J. J. (2004). *Mineral Commodity Profiles Antimony*. USGS (United States Geological Survey), U. S. Department of the Interior.
- Cabral, J. A., Monteiro, S. & Barata, J. A. (1889). *Exposição Nacional das Industrias Fabris. Catalogo Descritivo da Secção de Minas*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Carvalho, A. D. (1969). Minas de antimónio e ouro de Gondomar. *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*, 19 (1-2), 91-170.
- Estatística de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com paizes estrangeiros e com as províncias portuguezas do ultramar nos annos de (1866 a 1896)*, Lisboa: Imprensa Nacional
- Freire de Andrade, A. A. (1893). A Industria do Antimonio no Douro. *Revista de Obras Públicas e Minas*, 24 (285 e 286), 485-491.
- Garcia, J. C. (1996). *A Navegação no Baixo Guadiana durante o Ciclo do Minério (1857-1917)* /esse de Doutoramento). Universidade do Porto.
- Inquérito Industrial de 1890*. Indústrias extractivas. Minas e pedreiras (1891), Lisboa: Imprensa Nacional.
- Koehler, L. M. (1939). *Os jazigos de antimónio no Norte de Portugal*. Relatório não publicado, SFM - Serviço de Fomento Mineiro, Valongo. *Biblioteca do Laboratório Nacional de Energia e Geologia de São Mamede de Infesta*
- Moura, A. (2010). *Metais e semi-metais de Portugal*. Coimbra: Palimage.
- Moura, A. & Velho, J. L. (2012). *Recursos Geológicos de Portugal*. Coimbra: Palimage.
- Nunes, J. P. A. (2001-2002). A Indústria Mineira em Portugal Continental desde a Consolidação do Regime Liberal ao I Plano de Fomento do Estado Novo (1832-1953). Um esboço de caracterização. *Revista Portuguesa de História*, 35, 421-464.
- Oliveira, C. d. (1979). *O concelho de Gondomar (apontamentos monográficos)* (Vols. I, II, III, IV). Porto: Livraria Avis.
- Pontvianne, A. & Mattos, J. M. (1890). *Memoria sobre a necessidade da criação da industria metallurgica do antimonio em Portugal*. Aveiro: Imprensa Aveirense.
- Rebelo, F. (1975). *Serras de Valongo: estudo de geomorfologia*. (Tese de Doutoramento). Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, D. A. (2016). *Energia potencial na transformação da paisagem. A Bacia Carbonífera do Douro* (Cruzar Fronteiras: Ligar as margens da História Ambiental ed., Vol. 7). Porto: CEM Cultura, Espaço & Memória.
- Silva, G. (2017). *A Indústria Mineira no Distrito do Porto no final do século XIX: o antimónio nos concelhos de Valongo e Gondomar* (Tese de Mestrado). Universidade do Porto.
- Soares, L. (2008). *A influência das formações superficiais no âmbito dos processos de erosão hídrica e movimentos de vertente no NW de Portugal* (Tese de doutoramento. Universidade do Porto.
- Sousa, I. M. & Magalhães, F. (2007). *Percursos Geológicos no Sulco Carbonífero Dúrico Beirão (Valongo-Gondomar-Castelo de Paiva)*. Porto: Edições Afrontamento.

Patrimónios esquecidos em resgate: a indústria da cal da Serra do Marão – Memórias do povo¹

Luís Filipe Pereira e Alexandra Aguiar Alves

Resumo: A indústria da cal da Serra do Marão é um património ainda desconhecido e, por conseguinte, esquecido. Damos a conhecer a história e a importância económica que esta actividade industrial teve ao longo dos séculos a nível regional e supra-regional testemunhada através das áreas de exploração da cal, das ruínas dos fornos de cal e das fábricas, vestígios esses que se encontram dispersos pelo território. Para melhor entender sobre os tempos em que a exploração da cal se encontrava activa junta-se o testemunho de vários intervenientes que complementam e reforçam o conhecimento sobre a vivência dos tempos que ficaram gravados na memória colectiva local. Pretende-se contribuir para a valorização deste território através do estudo e da investigação sobre esta temática, em que o património industrial ganha ainda mais importância visto estar intrinsecamente associado à geologia, esta que se caracteriza por uma formação de ocorrência rara no Norte de Portugal e que potenciou a existência de um património natural e industrial de grande valor para a história local e que aos poucos estamos a resgatar do esquecimento e a dar uma segunda vida através da transmissão do conhecimento e das memórias colectivas sobre este património.

Palavras-chave: História e Arqueologia Industrial, Exploração de cal, Serra do Marão.

Abstract: The lime industry of Serra do Marão is a heritage still unknown and, therefore, forgotten. We make known the history and the economic importance that this industrial activity has had over the centuries at regional and supra-regional level witnessed through the areas of lime exploitation, the ruins of the lime kilns and factories, vestiges that are dispersed through the territory. In order to better understand the times when the exploitation of lime was active, we add the testimony of several actors who complement and reinforce the knowledge about the experience of the times that were recorded in the local collective memory. It is intended to contribute to the valorization of this territory through study and research on this theme, in which the industrial heritage gains even more importance since it is intrinsically associated with geology, which is characterized by a rare occurrence formation in the North of Portugal and which enhanced the existence of a natural and industrial heritage of great value for local history and which we are gradually rescuing from oblivion and giving a second life through the transmission of knowledge and collective memories about this heritage.

Keywords: Industrial History and Archeology, Lime exploration, Marão Mountain.

¹ N. Eds. - Por opção dos autores, o presente texto não segue o acordo ortográfico em vigor.

*“Somos filhos da poeira
Gerecidos entre o pó
Somos da terra da cal
Freguesia de Campanhó”.*

Cantiga de Esperança, Costa Aguiar
Registo oral - Inédito

Introdução

O presente trabalho resulta de um projecto de investigação desenvolvido pela CAMPANOO – Associação Cultural, Ambiental e Patrimonial, que visa o estudo e a salvaguarda da memória colectiva sobre a exploração da cal na Serra do Marão, contribuindo assim para a valorização deste território através do seu património natural e industrial e proporcionar um melhor conhecimento sobre a vivência comunitária durante os últimos períodos da actividade mineira da indústria da cal.

A metodologia de investigação compreendeu a pesquisa e a recolha bibliográfica sobre a história local e industrial e sobre a geologia local, a realização de acções de prospecção para a identificação de novas áreas de interesse patrimonial, a elaboração do registo cartográfico e fotográfico dos diferentes complexos de exploração da cal e dos fornos de cal e por fim, a realização de entrevistas à população local, em especial da classe etária idosa que trabalharam directamente na exploração da cal, com o objectivo de recolher e salvaguardar as memórias e vivências do tempo em que a extracção e exploração da cal estava em pleno funcionamento.

A investigação sobre a produção tradicional de cal no Norte de Portugal é relativamente recente e destacam-se, entre outros investigadores, os trabalhos de Armando Redentor (2003) sobre a produção tradicional de cal nos concelhos de Vinhais e Bragança e de Fernando Ricardo da Silva (2015) sobre os fornos de cal artesanais no Minho. Respeitante à investigação histórico-arqueológica sobre a exploração de cal na Serra do Marão nos concelhos de Amarante e de Mondim de Basto, esta surge em forma de inventário patrimonial publicada na *Carta Arqueológica de Mondim de Basto* (Dinis, 2009) e no inventário nacional de fornos artesanais descrito por Fernando Ricardo da Silva (2015). A espeleologia também contribui para o conhecimento sobre os calcários da Serra do Marão através das campanhas espeleológicas realizadas entre 2012 e 2019 e que tiveram objecto de estudo as minas de exploração do calcário e as cavidades/grutas naturais cársicas de Campanhó (Mondim de Basto) e de Sobrido (Amarante). A Campanoo associa-se também a esta exploração, tendo resultado uma

publicação e apresentação dos trabalhos no 7º Congresso Nacional de Espeleologia (Medeiros *et al.*, 2019).

A exploração e a produção de cal da Serra do Marão é uma actividade antiga na região, em especial no concelho de Mondim de Basto, documentada desde a Idade Média e mantendo-se em laboração quase contínua ao longo de toda a Idade Moderna até se extinguir nos finais do século XX.

Enquadramento geomorfológico e administrativo

A Serra do Marão faz a divisão administrativa entre os distritos do Porto e de Vila Real, esta que separa duas das mais características regiões do território português: Minho e Trás-os-Montes (Pedrosa, 1993). As diferentes áreas de exploração da cal que apresentamos encontram-se dispersas ao longo da vertente Oeste da Serra do Marão, onde existem os afloramentos calcários que foram explorados ao longo de séculos e que estão situados nos limites dos actuais concelhos de Amarante e de Mondim de Basto, bem como no limite do concelho de Vila Real onde se procedeu apenas à transformação da matéria-prima e à comercialização do produto final. Em termos geográficos, corresponde a uma fronteira orográfica caracterizada por uma alta barreira montanhosa de que faz parte o Marão e que se interpõe entre as terras transmontanas e a região litoral, cujas serras sobem a altitudes de 1200 a 1500 m (Taborda, 1987).

No que respeita à caracterização geológica, “a Serra do Marão deve a sua originalidade geológica à presença de afloramentos de terrenos ordovícicos e silúricos, que contactam, a leste, com o chamado Complexo Xisto-Grauváquico ante-Ordovícico com cerca de 560 milhões de anos” (Ribeiro *et al.*, 1962, p. 151).

Segundo a Carta Geológica 10A – Celorico de Basto (Fig. 1) a Unidade Autóctone da Formação de Campanhó situa-se

(...) ao longo da estrada que parte do Alto do Velão para Campanhó, e que do ponto de vista litoestratigráfico, forma uma sequência de xistos negros carbonosos a que se sucedem níveis espessos de liditos, com intercalações de ampelitos que se tornam persistentes para o topo da unidade. Com uma espessura, no conjunto, da ordem de 50-60 metros pode definir-se, na parte terminal desta unidade litoestratigráfica, um membro, com características deposicionais diferentes da parte inferior da série, composto, da base para o topo por um banco de quartzitos claros, ampelitos impregnados de carbonatos, fosfatos, óxidos e sulfuretos de ferro, calcários cinzentos-escuros, lenticulares, com restos de crinóides e, na parte terminal, novamente xistos carbonosos e um banco de quartzitos escuros. Os quartzitos terminais ocorrem em Regada, a oeste de Campanhó e correspondem a um ambiente pouco oxigenado sem

circulação de águas e, conseqüentemente, fraca energia de sedimentação. Quanto aos quartzitos e calcários, traduzem um ambiente de águas pouco profundas talvez de tipo recifal, a que a presumível fauna de crinóides dá certa consistência (Pereira, 1989, p. 14).

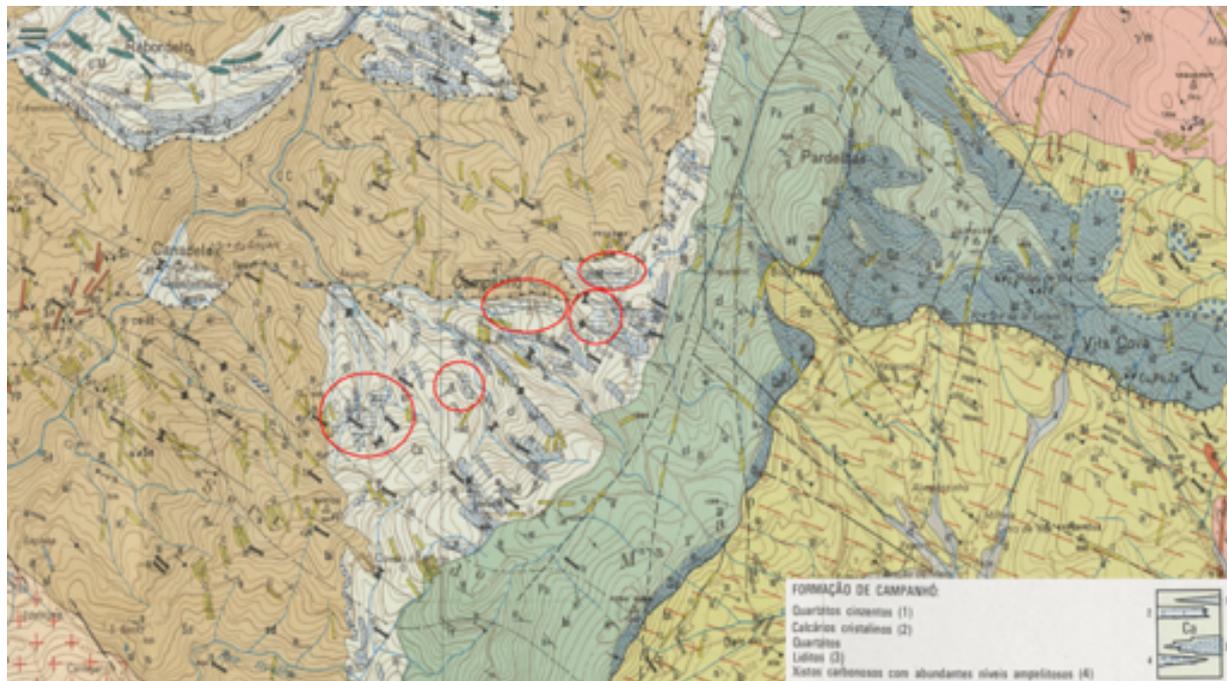


Figura 1. Extrato da Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000, Folha 10A – Celorico de Basto.

Os calcários apresentam-se compactados, de cor parda ou anegrada, surgindo sob a forma de camadas lenticulares, intercaladas nos xistos, cuja maior incidência se verifica nas proximidades da povoação de Campanhó, e que foram denominados por os Calcários do Marão [Fig 2]. Nas pedreiras de Sobrido, estas camadas, com a de xistos, que se lhe interpõe, atingem uma espessura de mais de 100m. Como em Vale da Porca, a exploração é intensa, transportando-se a cal para uma parte de Trás-os-Montes, para o Minho e sul do Douro (Taborda, 1987, p. 37).

O enquadramento geomorfológico onde se desenvolveu esta actividade ancestral detém na actualidade um potencial turístico-didáctico onde o património industrial reflecte a profunda ligação entre o ambiente cultural e natural, uma vez que os processos industriais (antigos ou modernos) dependem de fontes naturais de matérias-primas e de transporte para produzir e distribuir produtos para mercados alargados (Barranha, 2016).

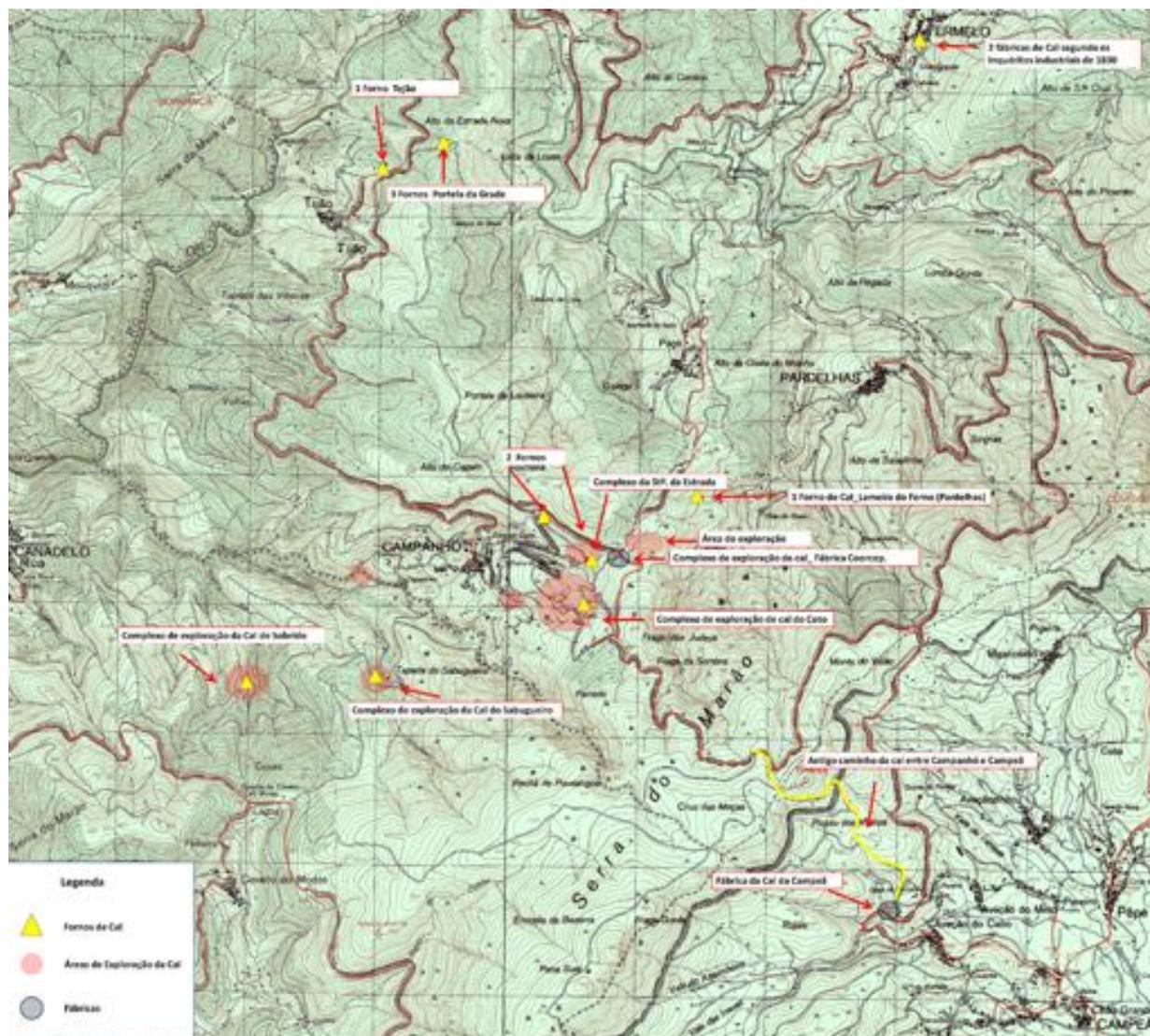


Figura 2. Localização das áreas de exploração de calcário na *Carta Militar de Portugal*, n.ºs 100 (Arnóia) e 101 (Ermelo), escala 1:25 000.

História da exploração da cal

A origem da exploração de cal na Serra do Marão é desconhecida, no entanto, as referências históricas mais antigas são medievais e surgem nas *Inquirições Afonsinas* do século XIII e sob a forma de obrigações (imposto) que a população das *Terras de Basto* estava obrigada perante o Castelo de Arnóia (Celorico de Basto) (Freitas, 1998). Este território surge organização territorial do Norte de Portugal nos séculos X-XI através da criação de *cabeça-de-terra* e *tenens* (Barroca 1990-1991) e abrangia uma parte do actual concelho de Amarante e os concelhos de Cabeceiras de Basto, de Celorico de Basto e de Mondim de Basto.

A primeira referência medieval sobre a exploração da cal data do ano 1258 nas *Inquirições* de D. Afonso III referem que a vila de Mondim é foreira, pertence ao rei, e os

seus habitantes prestavam-se “uma vez no ano a britar pedra e a cortar lenha com que fizessem uma fornada de cal e o rico-homem lhes deve dar uma vaca e três moios¹ de vinho pela cal que iam fazer” (Dinis, 2009, p. 38; Parente, 2013, p. 586-587). Estes documentos fornecem uma clara indicação que a actividade de exploração e de transformação da pedra em cal através da cozedura era conhecida e praticada nesta região. Ainda na última inquirição surge também a primeira referência a Campanoo, actual aldeia de Campanhó (Mondim de Basto) que era uma propriedade reguenga da coroa e pertencente ao extinto concelho de Ermelo. Curiosamente será esta aldeia que manterá a prática da exploração da cal ao longo das centúrias seguintes (Fig. 3). Ainda sobre as obrigações que este território tinha perante a cabeça-de-terra, o documento de 1258 menciona outros lugares que tinham que cumprir com o pagamento do imposto em cal, nomeadamente dois casais que a Igreja de Fervença (Celorico de Basto) detinha em Agilde e os casais de Mendo Mendes e Mendo Nunes que estavam obrigados a ir ao castelo de Arnóia à entroviscada e à cal. A maior parte destas obrigações ainda se cumpria no reinado de D. Afonso IV, entre os anos de 1327 e 1357 (Lopes, 2008). Ao longo da Idade Média a exploração da cal passa de uma obrigação para uma actividade artesanal mais “profissionalizada”, pois durante o reinado de D. Dinis, as actividades dos mesterais (ferreiros, mineiros, caeiros, etc.) desenvolvem-se intensamente pelo incremento que este monarca deu à exploração mineira, devendo também, ter existido fornos de cal embora não venham referidas na documentação (Maurício 1997).



Figura 3. Exploração do Coto (Campanhó), antiga pedreira de calcário e mármore negro. Fotografia dos autores.

¹ Unidade de medida equivalente a 60 alqueires (sensivelmente 550 litros)

No século XVI a cal explorada na Serra do Marão é um dos produtos que consta no foral de Mondim de Basto de 1514, de 1514, outorgado por D. Manuel I, na qual regulamenta o respectivo valor das portagens ao peso (Quadro 1).

Quadro 1. Pesos e valores da portagem sobre a cal no Foral Novo de Mondim de Basto (Fonte: Santana, 2014)

Equivalências de pesos no sistema decimal		Valor da portagem
Carga maior cavalari ou muar	10 arrobas = 140 kg	1 real
Carga menor ou asnal	5 arrobas = 70 kg	1/2 real
Costal (que homem pode trazer às costas)	1/4 de carga maior (2,5 arrobas) = 35 kg	2 ceitis
Carga de carreta – 2 cargas maiores	20 arrobas = 280 kg	2 reais
Consumo caseiro	-	isento

Trata-se de uma informação muito valiosa para o estudo económico deste produto para este período, que através das portagens permite reconstituir algumas direcções de tráfego e conhecer a importância de determinadas localidades como centros de produção e de consumo, e conhecer também a forma como o transporte de mercadorias era feito por via terrestre, tais como a dorso do cavalo, mula, burro ou costal do homem (Maurício, 1972). Neste sentido, o estudo sobre *O Marão e as Oficinas de Pintura Mural nos Séculos XV e XVI* (Caetano, 2001) reforça o conhecimento sobre a dinâmica económica e a dispersão territorial da cal, através dos resultados de análises laboratoriais de amostras de cal retiradas dos estuques de um conjunto de igrejas românicas do Norte de Portugal que confirmaram que parte da matéria-prima utilizada nesta arte provinha da formação calcária de Campanhó, bem como de entre outros centros produtores de Trás-os-Montes tais como Vinhais ou Bragança.

Este estudo contribui ainda para o conhecimento das relações comerciais regionais e supra-regionais no início da Idade Moderna e consequente dispersão pelo Norte do país, que apesar de ainda faltar mais estudos laboratoriais sobre a cal utilizada na pintura a fresco, permitiu, no entanto, confirmar que a cal de Campanhó foi utilizada em várias localidades, tais como Amarante, Barcelos, Chaves, Miranda do Douro, Viana do Castelo, Vila Pouca de Aguiar e Vila Real. Contudo, também nos indica que a exploração da cal não seria em grande escala, sendo natural que a produção de cal seja escassa relativamente às necessidades, sobretudo se considerarmos as dificuldades de deslocação nos séculos XV e XVI e, consequentemente, a reduzida a possibilidade de obter cal noutras regiões (Caetano 2010).

A exploração da cal da Serra do Marão esteve sempre associada ao centro produtor de Campanhó, este que não passou despercebido no decorrer da Idade Moderna pois

na descrição sobre as actividades económicas do concelho de Mondim de Basto nos finais do século XVII menciona que este é um “concelho rico donde se lavram muitos couros de que fazem grande comercio os lavradores, também se faz muita cal, mas não é branca” (Azevedo, 1692, p. 479). Posteriormente, nos inícios do século XVIII as fontes documentais continuam a mencionar a importância desta actividade referindo que “em Mondim (de Basto) onde se faz muita cal” (Costa, 1706, p. 170). Também nas *Memórias Paroquiais de 1758* a exploração da cal é merecedora de registo, surgindo assim a primeira referência sobre a localização geográfica das jazidas calcárias, que se situavam na “freguesia de Santa Barbara de Campanhó chama-se o Alto de Terreiros e Penna Soar e em Terreiros há pedreiras donde se faz muita cal” (Capela *et al.* 2006, p. 295).

Na primeira metade do século XIX a exploração dos calcários era uma actividade artesanal desenvolvida nas fábricas da cal que trabalhavam apenas no verão, preparando em cada época três fornadas (Lopes, 1996). No decorrer da segunda metade do século XIX, no âmbito dos *Inquéritos Industriais de 1845-1890*, apontam a existência de seis fábricas de cal no concelho de Mondim de Basto, que davam emprego a 32 trabalhadores, e destas, quatro delas situavam-se em Campanhó (Jorge, 1996; Dinis, 2009). A exploração da cal permanece de carácter artesanal pelo menos até à segunda metade do século seguinte, continuando a ser “uma modesta indústria, que depois se transporta no dorso de jericos a distâncias maiores ou menores, tal como Amarante, Cabeceiras e Celorico de Basto, Vila real e outras terras” (Vasconcelos, 1980, p. 213).

É no século XX que a exploração da cal se moderniza e passa de uma “modesta actividade” para uma actividade industrial, em especial na transição para a segunda metade do século. Nos finais dos anos 30 é fundada a Empresa da Cal da Campeã Lda. (Fig. 4) pelos sócios Evaristo Pereira (antigo Presidente da Junta de Freguesia da Campeã) e Eng.º Emílio Sousa Botelho (de Vila Real e principal accionista) e erguida no lugar Aveção do Meio, laborando até meados dos anos 80. A matéria-prima, a cal, era explorada em Campanhó e transportada em bruto em carro-de-bois até à empresa onde fazia-se cozedura da cal em forno próprio e vendiam o produto.



Figura 4. Fábrica da cal da Campeã, *circa* 1960, fundo fotográfico da família de Albano Pereira.
Fonte: Fundo fotográfico da família de Albano Pereira

A partir das décadas de 40 e 50 a indústria extractiva da Serra do Marão desenvolve-se e atinge o pico da exploração, atraindo significativos fluxos populacionais (mão-de-obra), pelo menos até aos anos 60 e 70 do século XX, e entrando em declínio a partir da década de 80 (Pedrosa, 1999). Neste período são exploradas várias áreas em simultâneo, nomeadamente nos sítios do Coto e na St^a. da Estrada em Campanhó e na pedreira de Sobrido (Canadelo – Amarante). Estas explorações tiveram uma grande importância no final do século XX quando certo número de cooperativas do Douro vinhateiro se associaram para garantir a exploração e o transporte, pois este produto é de grande importância para a cultura da vinha por ter a particularidade de conter magnésio (calcário dolomítico) (Oliveira, 2010). Apesar da entrada de empresas modernas na exploração dos calcários, a actividade artesanal ainda se realizava nos anos 40 em Campanhó. Segundo Manuel Alberto Alves Pereira² (85 anos), por exemplo as famílias Peixoto e Farroco, exploravam as suas minas e tinham os seus fornos de cal no sítio do Coto, vendendo directamente o seu produto. Os fornos de cal artesanais deixaram de laborar a partir dos anos 60.

Os últimos anos de exploração da cal em Campanhó são marcados pela decadência da actividade, existindo apenas cinco trabalhadores da empresa Coorcop – União de Cooperativas para Abastecimento de Calcários (Fig. 5), que se dedicavam à extracção de calcário para correcção de solos, tendo sido desactivada no fim dos anos 80 (Pedrosa, 1999). Os calcários de Campanhó foram ainda aproveitados como rocha ornamental (Pereira, 1989), com o aproveitamento do mármore-negro que pode ser

² Manuel Alberto Alves Pereira (1936-2020), habitante de Campeã, 85 anos, antigo trabalhador da Empresa da Cal da Campeã.

observado no 1^a andar do Hotel Ritz em Lisboa, construído nos anos 50. No início da década de 90 do século passado, ainda se encontrava activa a zona de exploração de Sobrido, existindo apenas uma pedreira em exploração, onde se extraía calcário que era utilizado para a siderurgia (produção de gusa) na empresa Vicominas – Minas de Vila Cova (Manuppella & Moreira, 1990).



Figura 5. Fábrica da cal da Campeã, *circa* 1960, fundo fotográfico da família de Albano Pereira.

Sobre a utilização da cal na agricultura, a Direcção-Geral de Geologia e Minas, justifica que a qualidade deste material, justificando que os calcários de Campanhó não apresentavam características que aconselhassem a sua utilização na siderurgia, nem tão pouco como correctivo agrícola (Manuppella & Moreira, 1990), tendo sido, eventualmente, uma das razões para o término da exploração dos calcários de Campanhó.

A longa exploração dos calcários da Serra do Marão findou por completo no início dos anos 90, talvez seguindo a tendência da indústria portuguesa que não conseguiu manter-se competitiva no mercado nacional e internacional após a entrada de Portugal, em 1986, no Espaço Económico Europeu (CEE).

Património industrial na actualidade

A antiga indústria da cal da Serra do Marão abrange os concelhos de Amarante, de Mondim de Basto e de Vila Real e estão dispersos num raio de cerca de 8 km em torno da principal formação calcária da serra localizado no sítio do Coto em Campanhó. Esta actividade denominada por fábricas artesanais nos Inquéritos Industriais de 1845-1890 compreenderia distintas áreas e tarefas de trabalho nomeadamente: a extracção

da matéria-prima, o transporte do material (pedra), a recolha de combustível (lenha), áreas de depósito de matéria-prima e de material de combustão para os fornos, área/áreas de transformação (fornos de cal) e local de armazenamento e de venda do produto final (cal cozida em bruto). Depreende-se que a prática laboral da exploração da cal terá seguido mais ou menos estes moldes pelo menos desde os finais da Idade Moderna até se extinguir, transformando-se assim, e gradualmente, num complexo de exploração. Desta forma atribuímos como complexo de exploração os sítios que continham as respectivas áreas de exploração da matéria-prima a céu aberto (pedreiras) e/ou subterrânea (mina), áreas de transformação do produto (fornos de cal e fábrica), e área/local de armazenamento do produto final e de material de combustão, e estão sempre localizados perto de vias de comunicação para escoamento dos produtos (em bruto/pedra e final/cal).

Os vestígios da exploração de cal são abundantes na região e estão concentrados em quatro zonas: nos sítios do Coto e da St.^a da Estrada, em Campanhó (Figs. 6 e 7) e nos sítios de Sabugueiro e de Sobrido, pertencentes à freguesia de Canadelo (Figs. 8 e 9). Os vestígios da produção de cal, os fornos, são igualmente abundantes, como são o casos da Portela da Grade (Fig. 10), perto da aldeia de Teção (Dinis, 2009), da Lameira do Forno pertencente a Pardelhas (ibid.) ambas freguesias do concelho de Mondim de Basto, e ainda a Fábrica da Cal da Campeã, pertencente à freguesia da Campeã, concelho de Vila Real. Mais difícil é a atribuição cronológica dos diferentes complexos de exploração pois, se por um lado temos o conhecimento que em Campanhó teve uma exploração contínua ao longo de séculos, outros complexos podem ser de cronologia mais recente, eventualmente entre os meados do século XIX e que se encontravam abandonados nos inícios do século XX tendo em conta o testemunho de Gravelina da Costa³, 94 anos, que se lembra desde tenra idade de ver o sítio do Sabugueiro em abandono e em ruína. Outras áreas devem corresponder a explorações em períodos mais recentes, já em pleno século XX, na qual se pode enquadrar os sítios da St.^a da Estrada e da Pedreira em Campanhó.

³ Gravelina da Costa, nascida em Campanhó, em 27 de Fevereiro de 1927 (94 anos), trabalhou nas minas de Sobrido e do Coto, Campanhó.



Figura 6. Complexo de exploração da cal do Coto, actual ruína de um forno da cal. Fotografia dos autores.



Figura 7. Complexo de exploração da St^a. da Estrada, afloramento calcário e entrada de mina. Fotografia dos autores.



Figura 8. Complexo de exploração da cal do Sabugueiro, actual ruína de um forno da cal. Fotografia dos autores.



Figura 9. Complexo de exploração da cal de Sobrido, estado actual da fábrica e do forno da cal. Fotografia dos autores.



Figura 10. Ruína de um forno da cal da Portela da Grade (Tejão). Fotografia dos autores.

Presentemente contabilizam-se 43 evidências patrimoniais associadas à indústria da cal na vertente Oeste da Serra do Marão e que compreendem ruínas de fornos (27), pedreiras (5), minas (8) e fábricas (3) (Quadro 2, em anexo).

No terreno encontramos vestígios de exploração localizados por vezes junto a linhas de água, por exemplo o sítio do Sabugueiro, em cumeadas onde afloram as formações calcárias, tal como em Campanhó e em Sobrido, ou em zona de encosta de serra como se observa nos sítios da St^a. da Estrada e do Sabugueiro, sendo comum em todas as áreas de exploração a proximidade a vias de comunicação terrestre. Estes testemunhos de cariz arqueológico-industrial detêm de um grande valor patrimonial que embora “tenham tido uma importância muito reduzido em Trás-os-Montes, onde a cal é um elemento extremamente raro, os calcários merecem referência especial pela utilização industrial a que dão lugar ou pelas possibilidades económicas que representam” (Taborda, 1987, p. 37).

Memórias do povo – o testemunho

A recolha da memória colectiva da população local é um dos principais objectivos do estudo sobre a exploração da Cal da Serra do Marão pois permite dar a conhecer a vivência num tempo que já passou e por conseguinte salvaguardar um património imaterial intrinsecamente associado ao património industrial em que as pessoas, em especial de idade sénior, foram as que viveram e experienciaram algo que hoje em dia vemos em ruína mas que no passado teve vida, e através do resgate dessas memórias podemos transmitir às gerações futuras o conhecimento e a sabedoria que enriquecem ainda este património. A memória do povo surge sob a forma de uma cantiga na voz de Esperança Costa Aguiar⁴ com os seus 87 anos, que conta como era trabalhar na cal há mais de 60 anos “nos tempos de miséria” que se passaram a trabalhar e a cantar. Através deste testemunho ficamos a saber que havia várias tarefas que eram desempenhadas por adultos (homens e mulheres) e por crianças (ambos sexos), nomeadamente recolher lenha para os fornos da cal e também dentro da mina a carregar pedra para o exterior, onde depositavam numa carroça que depois transportava a pedra para os fornos. Os nomes das minas, denominadas localmente por pedreiras, surgem em quadra: “*vamos prá Pedreira Escura / com as candeias na mão / vamos lá raparigas / entrar nessa escuridão*”, seguido de uma outra que nos fala do horário de trabalho de sol-a-sol “*saímos de nossas casas / logo pelo amanhecer / quando saímos da pedreira / já estava a escurecer*”.

Gravelina da Costa, aos 11 anos trabalhou na exploração de Sobrido levando lenha para cozer a cal e recebia dinheiro pelo seu trabalho, recordando que “botei lá sete molhos, deram-me sete coroas⁵”. Trabalhou também em Campanhó na exploração da cal a carregar pedra da pedreira (mina) para cima até aos fornos e a carregar lenha. O movimento das pessoas era muito no tempo em que a exploração da cal estava activa, com pessoas a trabalhar em várias funções (britar pedra, carregar pedra, carregar lenha, cozer a cal, retirar a cal cozida, etc.) enquanto outras pessoas, alguns vindos de longe, dirigiam-se com burros até aos fornos para comprar a cal. Alguns acontecimentos ficaram gravados na memória, em especial aqueles que demonstram a dura realidade do trabalho e os riscos que corriam. A dona Gravelina da Costa recorda “que uma mulher diz que uma vez, a sogra do Zé Valentim do Doiro (Douro) que veio cá

⁴ Esperança Costa Aguiar, nascida em Campanhó, dia 12 de Junho de 1934 (87 anos).

⁵ Uma coroa equivalia a cinquenta centavos.

muita vez com o pai (comerciante de cal) e que levava também um *saquitinho* (saquinho) à cabeça, depois começou a chover começou-lhe a queimar a cabeça”.

A dona Ilda da Costa Martins⁶, 92 anos, conta que ela também trabalhou na fábrica de Campanhó com o seu pai e irmãos, pois “*não tinha mais nada aqui, era só a cal*”. Com a recolha dos testemunhos ficamos também a conhecer algumas funções que os trabalhadores desempenhavam, como o caso de marteleiro (pessoa que britava a pedra dentro da mina ou na pedreira) que segundo o Arnaldo da Silva Rodrigues⁷, 73 anos, em que o seu pai “andou lá muito tempo com o martelo na pedreira, era marteleiro”.

Os trabalhadores eram muitos no auge da exploração, vinham das aldeias vizinhas e de aldeias mais afastadas, sendo comum famílias inteiras trabalharem na mesma fábrica. Manuel Joaquim Rodrigues Alves⁸, com 87 anos, trabalhou com seu pai a carregar os carros-de-boi com pedra na pedreira e a descarregar nos fornos, pois desempenhavam função de carreiro (homem que levava o seu carro de vacas) que há mais de 60 anos “eram três carreiros, eu ia mais ele (seu pai) para o ajudar a carregar os carros-de-bois e a descarregar. Levávamos a pedra e quando fosse que cada forno levasse, não sei se era 17 ou 18 carros, os que acabassem primeiro vinham-se embora”.

Maria Rosa Pinto Rodrigues⁹, aos 81 anos, ainda se lembrava como era o trabalho na exploração dizendo: “a pedra, eles partiam-na nas pedreiras, davam fogo (pólvora) e as fragas abriam, depois *marriavam* com as marras e depois era carrada para o forno. E depois no forno, os homens, eram os forneiros enfornavam a cal, depois acendiam o lume, quando estava cozida, estava um dia ou dois a arrefecer e era tirada e era vendida”. Para obter a cal após a cozedura era “com uma pinguinha de água e começava a abrir, a *escacalhar* toda, ficava toda em pó”. sendo que “a nossa cal nunca é assim muito, muito branca”, tal como descrito nas fontes do século XVII que referimos anteriormente.

Vitória Farroco, com 90 anos, e filha de um proprietário de pedreira e fornos, a Mina dos Farrocos em Campanhó, também trabalhou na exploração e recordou o negócio que se fazia na altura: “ele (seu pai) vendia a cal para fora, vendia para as vinhas e para o Doiro (Douro), para as obras, que então não havia cimento e vinham lá

6 Ilda da Costa Martins, nascida em Campanhó, em 21 de Fevereiro de 1929, emigrante no Rio de Janeiro, Brasil (92 anos).

7 Arnaldo da Silva Rodrigues, nascido em Campanhó, dia 24 de Março de 1948 (73 anos)

8 Manuel Joaquim Rodrigues Alves, nascido em Campanhó, dia 12 de Julho de 1934 (87 anos)

9 Maria Rosa Pinto Rodrigues (1937-2018), nascida em Campanhó, dia 19 de Dezembro de (81 anos).

muitos carreiros de longe buscar, e com burros e tudo”. Deixa também uma descrição sobre a mina da sua família que “era grande e era preciso levar luz para se ver lá até ao fundo e lá no fundo num lado tem lá cal da fina”. António da Silva¹⁰, 79 anos, guarda uma “reliquia” dos tempos da cal, um gasómetro que “foi um de Canadelo que lho dera, e que já era do avô dele”, explicando ainda como funcionava este aparelho que mostrou com grande entusiasmo.

José Ribeiro Aguiar¹¹ (1929–2018), deixou-nos o seu contributo sobre a utilização da cal e dos restos de combustão dos fornos explicando que “era para as terras, no lugar de ser adubo naquela ocasião era a cal e o fundo, a cinza da lenha que a gente queimava, era o *borro* para espalhar nas terras”. Sobre o trabalho recordou que

(...) era um trabalho muito pesado da cal, tinha vezes que a gente pegava num domingo a botar-lhe o lume e andava toda a semana, tirava-mos o lume daquele forno e íamos para outro, que já estava enornado, e a seguir íamos para outro e andávamos assim toda a semana e depois para a outra semana já eram outros (trabalhadores), que era para dar folga.

Para cozer a pedra calcária, segundo José Ribeiro Aguiar, eram necessários “dois dias e uma noite, era 24 ou 48h conforme o tempo, pois de Verão eram menos horas, mas quando fosse no Inverno a lenha estava um bocado húmida” e demorava mais a cozer a cal, e com saudosismo recordou ainda que “*era um trabalho bonito, era um tempo bonito*”.

Manuel Alberto Alves Pereira (1936-2020) falou-nos da Empresa da Cal da Campeã Lda. que laborava com a pedra calcária de Campanhó, onde nas pedreiras, a pedra era partida à mão e transportada em carros-de-bois até à empresa onde era cozida no forno. A empresa comprava a pedra directamente aos particulares, estes que também aceitavam a troca da pedra por vinho. À data da entrevista, em 2019, recordou ainda que a Pedreira da Ribeira (mina), em Campanhó, ainda não tinha o poço (vertical para entrada de ar e de escoamento da pedra por elevador) e que os camiões já carregavam a pedra para a fábrica, ao mesmo tempo que ainda laboravam os fornos artesanais de cal. Uma outra informação sobre a dificuldade do trabalho era sobre as “meninas” que “quando conseguiam transportar/carregar o *tranqueiro* (pedra que ficava

¹⁰ António da Silva, nascido em Campanhó, dia de 10 de Agosto de 1942 (79 anos).

¹¹ José Ribeiro Aguiar (1929-2018), nascido em Campanhó, em 25 de Dezembro (89 anos). Trabalhador nos fornos de Campanhó

no topo do forno por cima da carga de pedra e que pesava perto de 60 kg) passavam a ganhar como adultas”.

Sobre o produto produzido nos fornos de Campanhó, cada forno levaria cerca de 800 arrobas de pedra, produzindo cerca de 3 000 kg de cal.

Conclusão

A necessidade de obtenção de cal para a construção, entre outras finalidades, evidencia que a exploração desta matéria-prima na serra do Marão terá sido contínua ao longo dos séculos e anteriormente às primeiras referências, obtendo assim um papel de destaque na economia local, regional e supra-regional.

Actualmente são ainda visíveis na paisagem as antigas áreas de exploração dos calcários (pedreiras e minas), as ruínas dos antigos fornos da cal e as fábricas. A vivência desta actividade, ainda se encontra muito presente na memória do povo, sendo ainda possível falar com alguns idosos sobre os tempos da exploração e da vivência ligada à produção da cal e recolher informações sobre os seus tempos de grandes dificuldades.

A investigação sobre a exploração da cal da Serra do Marão não se encontra concluída, o trabalho continua com a recolha de fontes bibliográficas, com a prospecção e inventariação de novos vestígios da exploração da cal e de outras áreas de transformação da cal e com o registo das memórias junto da população local e aldeias vizinhas.

De um modo geral, admitimos que, apesar de historiograficamente contarmos com cerca de 700 anos de actividade artesanal, não podemos deixar de equacionar que a origem poderá ser anterior aos registos medievais. No entanto carece de estudo, investigação e prospecção sistemática no terreno, em busca de novos testemunhos arqueológicos que possam fornecer alguma cronologia, bem como determinar também a antiguidade dos fornos de cozer a pedra. Sabemos apenas que estas arquitecturas são no mínimo seculares e que podem ter sido reutilizadas ao longo de várias gerações, tendo-as alterado na sua estética, mas mantendo a sua funcionalidade.

Referências bibliográficas

- Azevedo, T. P. de (1692). *Memorias ressuscitadas da Antiga Guimarães*. Edição de 1845. Porto.
- Barranha, H. (Org.) (2016). *Património Cultural: conceitos e critérios fundamentais*. Lisboa: IST Press e ICOMOS-Portugal.
- Barroca, M. J. (1990-1991). Do castelo da Reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII), *Portugalia*, nv. s. (11-12), 89-136.
- Caetano, J. I. (2001). *O Marão e as Oficinas de Pintura Mural nos Séculos XV e XVI*. Lisboa: Ed. Aparição.
- Caetano, J. I. (2010). *Motivos decorativos de estampilha na pintura a fresco dos séculos XV e XVI no norte de Portugal: relações entre pintura moral e de cavalete* (Tese de outoramento). Universidade de Lisboa
- Capela, J. V., Borralheiro, R. & Matos, H. (2006). *As freguesias do distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga.
- Costa, A. C. da (1706). *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*, Tomo I. 2ª ed. Lisboa.
- Dinis, A. P. (2009). *Carta Arqueológica de Mondim de Basto*. Mondim de Basto: Câmara Municipal de Mondim de Basto.
- Freitas, I. V. (1998). A terra de Celorico de Basto e a intervenção régia (séculos XII e XIII) *in Congresso Histórico [sobre] Amarante*. Câmara Municipal de Amarante.
- Jorge, L. (1996). *Retratos – Ermelo 1196 – 1996*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza e Parque Natural do Alvão.
- Lopes, E. T. (1996). *Ermelo – História há 800 anos*. Litomédica – Aefmup. Mondim de Basto.
- Lopes, E. T. (2008). *A terra de Celorico de Basto na Idade Média: inquirições régias*. [S.I.: edição do autor].
- Manuppella, G. & Moreira, J. C. B. (1979). Calcários e Dolomitos de Trás-os-Montes e Alto Douro. Análise dos graus de explorabilidade e utilização. *Estudos, Notas e Trabalhos*, 32, 3-35.
- Maurício, M. F. (1997). *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas*. Lisboa: Edições Colibri.
- Medeiros, A. C., Faria, F. L. & Carvalho A. D. (1954). Calcários cristalinos da Serra do Marão. *Estudos, Notas e Trabalhos*, 9, 1-19.
- Medeiros, S., Pessoa, M., Pinto, P., Soares, M., Freire, M., Pereira, L. & Neves, J. (2019). Carsos Esquecidos de Portugal – Calcários Negros de Campanhó, Grutas da Serra do Marão. In *Livro de Resumos e Artigos do 7º Congresso Nacional de Espeologia*. Porto de Mós: Federação Portuguesa de Espeologia.
- Oliveira, L. (2010). *Os baldios da Serra do Marão com tradições para o futuro* (Tese de Mestrado). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Parente, J. (2013). *Idade Média no Distrito de Vila Real*. Tomo I – Documentos desde o ano 569 ao ano 1278 (pp. 586-587). Lisboa: Âncora Editora.
- Pedrosa, A. S. (1993). *Serra do Marão: Estudo de geomorfologia* (Tese de Doutoramento). Universidade do Porto.
- Pedrosa, F. M. (1999). *A Serra do Marão – O Homem, o Meio e as Dinâmicas territoriais* (Tese de Doutoramento). Universidade do Porto.
- Redentor, A. (2003). A Produção Tradicional de Cal no Extremo Setentrional dos Concelhos de Vinhais e Bragança: Contributo para o seu estudo. *Revista de Cultura Brigantia*, 23 (3/4) Jul/Dez. pp. 37-62.
- Ribeiro, A., Cramez, C., Silva, L.C. & Macedo, J. (1962). Nota sobre a geologia da serra do Marão. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, 14, 151-170.
- Santana, M. O. R. (2014). *Forais Novos de Mondim de Basto: um passado a conhecer*. Mondim de Basto.

Silva, F. A. R. (2015). *Os fornos de cal artesanais entre os rios Minho e Lima nas épocas moderna e contemporânea* (Tese de Mestrado). Universidade do Porto.

Taborda, V. (1987). *Alto Trás-os-Montes. Estudo Geográfico*. Lisboa: Livros Horizonte.

Vasconcelos, J. L. (1980). *Etnografia Portuguesa*. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional.

Cartografia

Pereira, Eurico (1989) – *Carta Geológica de Portugal* na escala 1/50000 e notícia explicativa da folha 10-A, Celorico de Basto. Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa.

Portugal. Serviço Cartográfico do Exército (1998) – *Carta Militar de Portugal*. Folha 101, Vila Real. Escala 1:25000, série M. 3^a ed. Serviços Cartográficos do Exército. Lisboa

ANEXO

Quadro 2. Exploração da Cal da Serra do Marão – áreas de exploração, fornos de cal, fábricas

N.º	Concelho	Localização	Identificação	Microtopónimo	Coordenadas	Estado de conservação	
1	Mondim de Basto	Campanhó	Forno 1	Sem informação	N 41°19'08,86" W -7°55'12,88'	Razoável	
2			Forno 2	Sem informação	N 41°19'09,51" W -7°55'10,26"	Ruína	
3			Forno 3	Sem informação	N 41°19'08,64" W -7°55'09,56"	Ruína	
4			Forno 4	Sem informação	N 41°19'08,15" W -7°55'10,29"	Ruína	
5			Forno 5	Sem informação	N 41°19'13,16" W -7°55'20,74"	Ruína	
6			Mina 1	Mina da Pedreira Escura	N 41°19'13,86" W -7°55'14,58"	Abandonada	
7			Mina 2	Mina dos Farrocos	N 41°19'08,29" W -7°55'15,37"	Abandonada	
8			Mina 3	Mina da Ribeira	N 41°19'08,20" W -7°55'16,19"	Abandonada	
9			Mina 4	Sem informação	N 41°19'09,89" W -7°55'17,24"	Abandonada	
10			Mina 5	Sem informação	N 41°19'10,54" W -7°55'19,75"	Abandonada	
11			Pedreira	Sem informação	N 41°19'12,55" W -7°55'17,58"	Abandonada	
12			Forno (último construído)	Joaquim Pereira	N41°19,32,90" W -7°55'23,71"	Bom estado	
13			Forno	Stª. da Estrada	N 41°19'22,71" W -7°55'07,24"	Ruína	
14			Pedreira	Stª. da Estrada	N 41°19'24,64" W -7°55'07,61"	Abandonada	
15			Mina	Stª. da Estrada	N 41°19'23,42" W -7°55'06,65"	Abandonada	
16			Fábrica	Coorcop	N 41°19'22,00" W -7°54'57,83"	Exploração	
17			Pedreira	Pedreira	N 41°19'26,70" W -7°54'54,11"	Abandonada	
18		Pardelhas	Forno	Lameira do Forno	N 41°19'43" W -7°54'20"	Ruína	
19		Tejão		Forno	Sem informação	N 41°21'05" W -7°56'08"	Ruína
20				Forno 1	Portela da Grade	N 41°21'09" W -7°55'53"	Ruína
21	Forno 2			N 41°21'09" W -7°55'53"		Ruína	
22	Forno 3			N 41°21'09" W -7°55'40"		Ruína	
23	Amarante	Sabugueiro	Forno 1	Sem informação	N 41°18'83,87" W -7°56'26,28"	Ruína	
24			Forno 2	Sem informação	N 41°18'83,87" W -7°56'26,10"	Ruína	
25			Forno 3	Sem informação	N 41°18'84,43" W -7°56'27,83"	Ruína	
26			Forno 4	Sem informação	N 41°18'84,52" W -7°56'28,83"	Ruína	
27			Forno 5	Sem informação	N 41°18'85,68" W -7°56'29,67"	Ruína	
28			Forno 6	Sem informação	N 41°18'88,44" W -7°56'31,57"	Ruína	
29			Forno 7	Sem informação	N 41°18'89,83" W -7°56'32,56"	Ruína	

30			Forno 8	Sem informação	N 41°18'86,24" W 7°56',30,38"	Ruína
31			Forno 9	Sem informação	N 41°18'83,68" W -7°56'27,19"	Ruína
32			Forno 10	Sem informação	N 41°18'85,28" W -7°56'25,40"	Ruína
33			Forno 11	Sem informação	N 41°18'86,32" W -7°56'25,76"	Ruína
34			Mina (?)	Sem informação	N 41°18'50,92" W -7°56'18,05"	Abandonada
35			Pedreira	Sem informação	N 41°18'50,28" W -7°56'17,22"	Abandonada
36		Sobrido	Forno 1	Sem informação	N 41°18'47,36" W -7°57'02,08"	Ruína
37			Forno 2	Sem informação	N 41°18'45,74" W -7°57'03,51"	Razoável estado
38			Forno 3	Sem informação	N 41°18'45,11" W -7°57'02,92"	Ruína
39			Fábrica	Sem informação	N 41°18'45,22" W -7°57'03,47"	Ruína
40			Mina	Sem informação	N 41°18'41,42" W -7°57'02,13"	Abandonada
41			Pedreira	Sem informação	N 41°18'50,18" W -7°57'01,84"	Abandonada
42	Vila Real	Campeã	Fábrica da Cal	Empresa da Cal Lda.	N 41°17'53,73" W -7°53'27,92"	Ruína em recuperação
43			Forno		N 41°17'54,09" W -7°53'27,01"	Ruína em recuperação

Identificación, localización e inventario del patrimonio industrial del área metropolitana de Tucumán como expresión del desarrollo productivo de la provincia

Anahí Ferreyra

Abstract: This research is being carried out with the main intention of raising awareness about the importance of keeping in mind the memory and history that identifies us as a society. The industrial heritage is the best example to understand the processes that turned the province of Tucumán into a high level productive and exporting centre in the northwest region of Argentina in the 20th century. It is expected to show the importance of understanding some assets as heritage systems or ensembles, whose value cannot be understood in an isolated and decontextualized way; on the contrary, they can only be valued when all its parts are analysed and preserved as a whole. Today we only have a few vestiges and a lot of neglect, which is why it is urgent and important to complete the official heritage lists, so that they can obtain the protection, conservation and revaluation they deserve. The regulations on this subject also need to be improved in order to make them stronger. We seek to survey and catalogue all the assets, systems and ensembles of heritage interest that are found in the metropolitan area of the province in order to fulfil this purpose.

Keywords: Architecture; heritage; industry; conservation; railways.

Resumen: Esta investigación se está realizando con la principal intención de concientizar sobre la importancia de mantener presente la memoria y la historia que nos identifica como sociedad. El patrimonio industrial es el mejor ejemplo para entender los procesos que convirtieron a la provincia de Tucumán en un centro productivo y exportador de alto nivel en la región del noroeste argentino en el siglo XX. Se pretende mostrar la importancia de entender algunos bienes como sistemas o conjuntos patrimoniales, cuyo valor no puede entenderse de manera aislada y descontextualizada; por el contrario, sólo pueden ser valorados cuando todas sus partes son analizadas y preservadas como un todo. Hoy sólo nos quedan pocos vestigios y mucho abandono, por lo que es urgente e importante completar las listas oficiales de patrimonio, para que obtengan la protección, conservación y revalorización que merecen. También hay que mejorar la normativa que respecta al tema para hacerla más sólida. Para ello, se pretende relevar y catalogar todos los bienes, sistemas y conjuntos de interés patrimonial que se encuentran en el área metropolitana de la provincia.

Palabras clave: Arquitectura; patrimonio; industria; conservación; ferrocarril.

Introducción

Este trabajo parte de una inquietud: cuestionarnos como nos convertimos en quienes somos como sociedad, a través del estudio de los vestigios del patrimonio industrial y del desarrollo productivo regional, bajo el velo de la historia.

La idiosincrasia tucumana está fuertemente marcada por nuestros antecesores, quienes fueron en su mayoría inmigrantes que vinieron en búsqueda de trabajo y lo encontraron en una época coincidente con el desarrollo industrial del país, lo que definió a las generaciones siguientes.

El Patrimonio Industrial como eje central de la investigación

La línea de investigación propuesta para la Beca Estudiantil EVC-CIN 2019 “Identificación, localización e inventario del patrimonio industrial del área metropolitana de Tucumán como expresión del desarrollo productivo de la provincia” se encuentra inserta dentro de un proyecto de investigación acreditado “La Conservación Del Patrimonio Arquitectónico En Tucumán Como Recurso Estratégico En El Desarrollo Urbano Y Territorial” (PIUNT 26/B-621 - Arq. Silvia Elina Rossi) que actualmente se está desarrollando en el Instituto de Historia y Patrimonio de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Nacional de Tucumán.

La investigación tiene por finalidad inventariar y localizar en el territorio el patrimonio industrial de la provincia vinculándolo con el desarrollo productivo en las distintas etapas históricas, trabajando en el área metropolitana de San Miguel de Tucumán, provincia de Tucumán, en el noroeste argentino. El objetivo principal es completar algunos inventarios existentes, con el fin de proteger y conservar estos bienes como un recurso para el desarrollo sostenible del lugar. También busca, en parte, vislumbrar las falencias en las normativas actuales al momento de valorar y proteger las áreas de influencia de estos edificios.

El patrimonio industrial de Tucumán está compuesto de vestigios materiales, con diversos grados de conservación, que, estudiados desde una perspectiva cronológica y geográfica, brindan una valiosa información sobre la organización espacial de las unidades productivas, el tipo de maquinaria utilizada, la adaptación de ciertas tecnologías al medio, los elementos del proceso productivo y de los componentes sociales involucrados en cada actividad. Por lo tanto, el registro de este patrimonio constituye un instrumento fundamental para conocer la historia local y regional convirtiéndose en un recurso estratégico para su desarrollo cultural y turístico.

La hipótesis principal y que estructura la investigación se refiere a la existencia de bienes patrimoniales que solo pueden ser entendidos y valorados cuando se

conservan en forma conjunta y no de manera aislada. Y a su vez, su área de influencia es la que genera relaciones con otros sectores de la ciudad. A lo largo de todo el trabajo se buscará poner énfasis en entender que el Patrimonio, muchas veces, funciona como conjunto y no como partes aisladas; ya que de esta manera puede ser valorado por su importancia y alcance real, y así, buscar conseguir el grado de conservación que le corresponde.

La metodología de trabajo tiene dos puntos clave: el primero es realizar un marco histórico y teórico en el cual se ubiquen todos los bienes que se pueden considerar de interés patrimonial. El segundo es la recopilación de información a través del relevamiento de estos bienes, conjuntos o sistemas.

Para el primer punto se recurrió a una consulta bibliográfica sobre temas que refieren al patrimonio industrial. Dentro de un sinfín de conceptos que abarcan al entendimiento de la historia, del patrimonio y de la industria, existen algunos de particular consideración que se tuvieron en cuenta para el desarrollo de esta investigación. Para poder conformar este marco teórico se utilizó como principal referencia la “Carta de Nizhny Tagil sobre el Patrimonio Industrial, Julio 2003” (TICCIH).

Primero que nada, los nuevos enfoques sobre revalorización y conservación del patrimonio nos llevan a entender la importancia de los sistemas o conjuntos de bienes de valor patrimonial. Existen situaciones en las que no se puede valorar a un bien por sí mismo, sino que se necesita una mirada que lo contextualice dentro de un sistema mayor. Esto permite encuadrarlo en el ambiente original del que formaba parte y, así, poder asimilar su verdadera magnitud. Esto incluye edificios, maquinarias, talleres, depósitos, medios de transportes y toda la infraestructura que conlleva.

También es clave entender que la conservación del patrimonio industrial depende de la preservación de su *integridad funcional*, ya que su desintegración lleva a la pérdida del valor patrimonial del sistema o conjunto.

En orden de acción, vendrá en primera instancia el relevamiento del sistema o conjunto, seguido por su catalogación, continuando con las intervenciones necesarias, finalizando con las modificaciones en las normativas.

Se debe llevar a cabo el *relevamiento* del sistema o conjunto para poder constatar todas las partes que lo conforman, su grado de conservación o de deterioro, y cuales elementos son de interés patrimonial para proteger. Esto también debería incluir registros de entrevistas a personas o comunidades que de alguna forma fueron parte de esta historia, dando testimonios, aportando nueva información, fotografías de la época, cartas y documentos escritos. Con todo ello, se podría conformar el *patrimonio inmaterial e intangible* que sirve de apoyo al patrimonio material.

La *catalogación* de lo relevado es un paso fundamental a la hora de incorporarlo al listado de bienes, sistemas o conjuntos de interés patrimonial. Ello con el objetivo de crear un registro público detallado. Esto contribuye a la formación de la memoria colectiva de la sociedad.

Luego se planificarán las *intervenciones* necesarias para cada caso: revalorización, refuncionalización, refacción, reciclaje, restauración, etc. Esto también comprende decidir cuales son los mejores enfoques al momento de actuar, como ser: búsquedas de financiación, profesionales aptos para proyecto y dirección técnica, selección de la mano de obra ideal para realizar las obras necesarias, ensayos físicos y químicos de los materiales, revisión de técnicas constructivas y tecnologías utilizadas, etc. Todo cambio que pudiera realizarse deberá ser documentado y tener la posibilidad de revertirse.

De esta forma se podrán crear nuevas *normativas* o mejorar las existentes, y que deberán ser lo suficientemente rigurosas para tener la capacidad de proteger los bienes, sistemas o conjuntos de valor patrimonial.

Definición del área de estudio

Tucumán es una provincia ubicada en la región del noroeste argentino, históricamente marcada por la producción azucarera, contando con un importante patrimonio arquitectónico de ingenios (fabricas) (Fig, 1). Si bien es parte fundamental de la identidad del paisaje local, este no es el único tipo industrial que dejó huella en la provincia: el ferrocarril y los diferentes edificios que complementaban su complejo sistema, son sin duda un claro vestigio de una época de gran desarrollo, tanto económico/productivo como social.



Figura 1. Contextualización geográfica del sector de análisis.

Dentro de este contexto, y ubicado en el área metropolitana de la ciudad capital, se definió el primer sector de análisis para iniciar el proceso de relevamiento y recopilación de información. Esta zona se encuentra en las cercanías del microcentro, y esta circunscripto por: Avenida Sarmiento, al norte; calle Catamarca, al este; Avenida Mate de Luna, al sur; y calle Suipacha, al oeste. Fue elegida en primera instancia por formar parte simultáneamente del Proyecto Final de Carrera que corresponde a la tesis de grado de Arquitectura de la autora de este trabajo. En segundo lugar, porque es un claro ejemplo de la fuerte impronta ligada a la llegada del ferrocarril: los vestigios que deja en el tejido, la forma en que se interrumpe la trama urbana, los diferentes edificios asentados para servir a la llegada de pasajeros (hoteles, bares, etc.) y las mismas viviendas de los trabajadores, la plaza de bienvenida, la cercanía con las actividades de ocio, y las relaciones con el resto de la ciudad.

Este sector corresponde al segundo crecimiento del casco de la ciudad fundacional, la llamada “ciudad liberal”, que inicio su desarrollo durante la segunda mitad del siglo XIX, y que dio lugar para que el ferrocarril se incorporara en lo que, en ese momento, eran los márgenes de la ciudad. Esto permitió un gran desarrollo económico y productivo, lo que a su vez derivó en un mayor crecimiento de la ciudad, y consecuentemente convirtió al trazado del ferrocarril en su “cinturón de hierro”, considerándose actualmente como un borde dentro de la trama urbana.

El sector delimitado, considerando exclusivamente lo vinculado al ferrocarril, cubre aproximadamente 28 hectáreas, en donde se encuentran dos grandes predios separados físicamente por una calle: “Tucumán A”, al norte, y “Tucumán C”, al sur.

Estos están compuestos tanto por edificios como por espacios abiertos, en los que se incluyen: dos estaciones de pasajeros con sus respectivos andenes; playas de maniobras para las locomotoras y vagones; sectores de estacionamiento y de carga y descarga de contenedores; galpones y toda la maquinaria vinculada a este tipo de trabajo.

Es necesario entender su funcionamiento complejo, y para eso, hay que inferir que estos grandes predios son solo pequeñas partes que trabajan en conjunto con un sistema mucho mayor, en el que, por ejemplo, se incluyen los Talleres Ferroviarios de Tafi Viejo (ciudad vecina hacia el norte del área metropolitana) que funcionaban como centro de construcción y reparación de vagones y locomotoras a nivel regional.

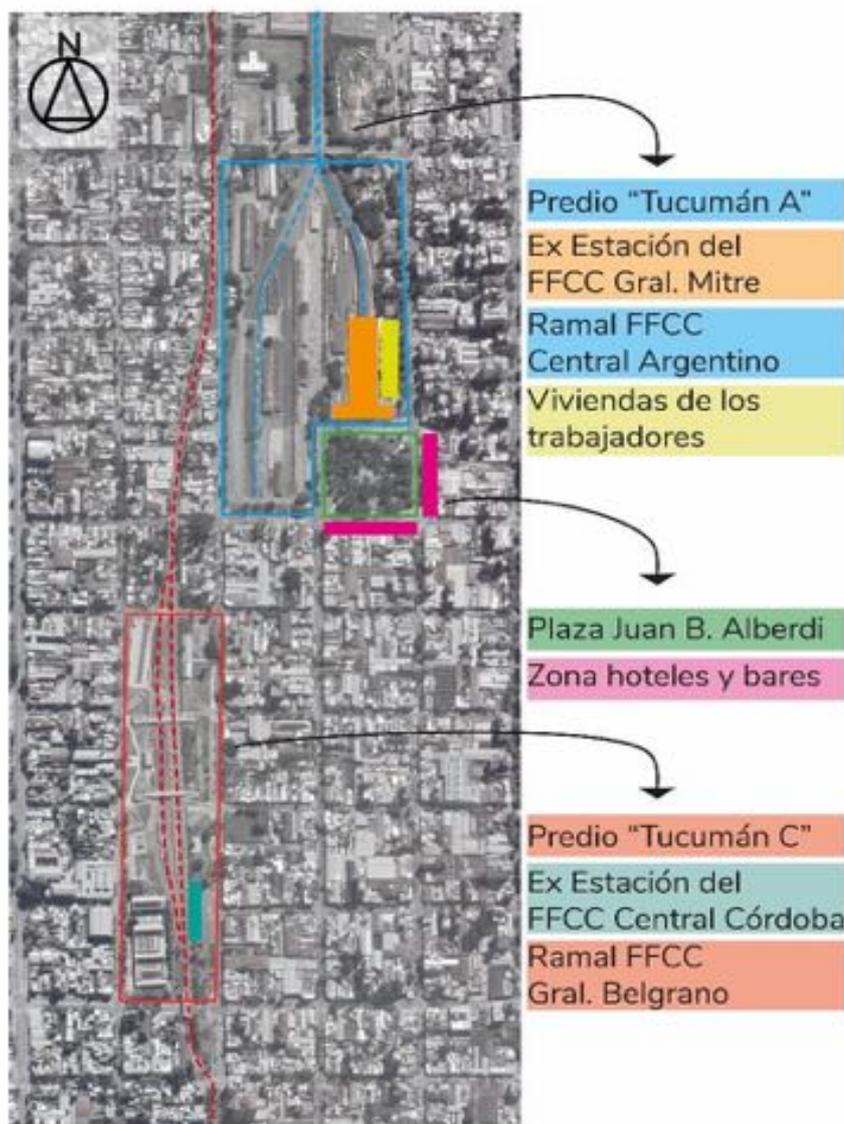


Figura 2. Análisis del sector de estudio.

En 1876, y con la llegada del ferrocarril a Tucumán, la Ex Estación Central Córdoba es inaugurada por el Presidente de la Nación, el tucumano Nicolás Avellaneda. Ubicada en el predio "Tucumán C", en la intersección de la actual calle San Martín y

Marco Avellaneda, contaba con único andén cuyas vías corrían paralelamente a la estación. Esta línea conectaba con la provincia de Córdoba ubicada en el centro del país, a unos 550 km. Su finalidad principal era unir a la producción local con el comercio y el puerto en el litoral, acortando los tiempos de viaje en casi 15 días respecto del transporte en carro.



Figura 3. Foto Histórica de la Ex Estación Central Córdoba, frente sobre actual esquina calles San Martín y Marco Avellaneda (Fuente: *La Gaceta Tucumán*).

Para 1891, se inaugura la Ex Estación “Sunchales” del Ferrocarril Gral. Mitre (Figs, 4 y 5), ubicada en el predio “Tucumán A”, y con el frente principal con vista a la Plaza Juan Bautista Alberdi. A diferencia de Central Córdoba, esta contaba con múltiples andenes y con vías que llegaban a su final en este edificio. En su interior se puede ver el claro alarde de avances tecnológicos de la época con sus grandes tinglados de acero y vidrio.



Figura 4. Foto Histórica de la Ex Estación Sunchales, frente sobre actual calle Corrientes (Fuente: *La Gaceta Tucumán*).

La llegada del transporte masivo y veloz significó un cambio de paradigma para la producción azucarera. Los ingenios, con sus viejos trapiches, pasaron a convertirse en grandes industrias con maquinaria y tecnología moderna, resultado de la revolución industrial. Esto llevó a alcanzar nuevos niveles de producción, permitiendo así en 1895 la primera exportación de azúcar al exterior, e insertando a Tucumán en el mercado y mapa mundial.



Figura 5. Foto Histórica del interior de la Ex Estación Sunchales, sector de andenes (Fuente: La Gaceta Tucumán).

Metodología de abordaje y trabajo de campo

Por otra parte, y para poder realizar el trabajo de campo, se desarrollaron fichas para el relevamiento de los bienes, sistemas o conjuntos de interés patrimonial.

Estas fichas son adaptaciones de unas ya existentes con las cuales se trabajó con anterioridad en otro conjunto industrial, los Talleres Ferroviarios de Tafi Viejo, realizado por integrantes del Instituto de Historia y Patrimonio de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Nacional de Tucumán. Se modificaron algunas celdas de manera que se adaptaran de la mejor forma posible al objetivo del presente trabajo.

Constan de tres partes: información básica y relacionada a lo patrimonial (elementos considerados de interés a proteger y el estado de estos), un intensivo relevamiento fotográfico, y el relevamiento planimétrico.

La primera parte se completará con información vinculada directamente a la propiedad, como su ubicación en el área metropolitana de la provincia, acompañada de una imagen de referencia. También se detallarán los datos de la edificación, poniendo énfasis en la información de la dirección y padrón catastral al que corresponde, para una mejor localización del bien o conjunto. Asimismo, contara específicamente con

Identificación, localización e inventario del patrimonio industrial del área metropolitana de Tucumán como expresión del desarrollo productivo de la provincia

Anahí Ferreyra

datos históricos, tipológicos, y elementos de especial valor e interés patrimonial a proteger.

EBC-CIN 2019										Identificación, localización e inventario del patrimonio industrial del área metropolitana de Tucumán como expresión del desarrollo productivo de la provincia.										N°1 A	
DENOMINACIÓN <i>Debe comenzar con "Bien, conjunto o sistema"</i>																					
UBICACIÓN EN EL A.M.E.T.										IMAGEN DE REFERENCIA											
<i>Debe utilizarse un mapa, donde se pueda observar el entorno inmediato y nombre de calles que permitan una fácil localización de la ubicación</i>										<i>Debe utilizarse una imagen que permita apreciar el fondo del bien, conjunto o sistema</i>											
<i>Deben acompañarse con un pie de foto explicativo y atribuir al autor de la imagen</i>										<i>Deben acompañarse con un pie de foto explicativo y atribuir al autor de la imagen</i>											
DATOS EDIFICACIÓN										DATOS HISTÓRICOS											
Domicilio										<i>Debe ser una línea de tiempo histórica, que ubique temporalmente al bien, conjunto o sistema y resalte su importancia en el contexto contemporáneo</i>											
Padrón catastral																					
Año proyectado / construcción																					
Año intervenciones / remodelaciones																					
Superficie cubierta m ²																				N° plantas	
Largo m		Ancho m		Altura m																	
Estilo o Corriente arquitectónica																					
Sistema estructural / constructivo																					
Fusión original																					
Fusión actual																					
Sitio Web																					
EVALUACIÓN PATRIMONIAL										DATOS TIPOLOGICOS											
VALORACIÓN										Año		Medio		Tipo		<i>Debe ser una breve explicación de la tipología arquitectónica, estructural, constructiva/tecnológica del bien, conjunto o sistema</i>					
Pasajero - Ambiental																					
Estético - Arquitectónico																					
Histórico - Testimonial																					
Económico																					
NIVEL DE PROTECCIÓN																					
NIVEL DE INTERVENCIÓN																					
NIVEL DE DETERIORO																					
ELEMENTOS DE ESPECIAL VALOR E INTERÉS PATRIMONIAL A PROTEGER																					
1. Fachada exterior					7. Estructura					13. Circulación mecánica											
2. Fachada interior					8. Cubiertas					14. Instalaciones											
3. Pisos					9. Calentamiento					15. Pisos											
4. Ornamentación exterior					10. Carpinterías					16. Entrepisos											
5. Muros					11. Volúmenes					17. Equipamiento											
6. Revestimientos					12. Interiores					18. Otros											
OBSERVACIONES																					
<i>Deben ser datos de interés, que puedan aportar mayor información o una aclaración sobre lo relevado con anterioridad</i>																					
FECHA <i>Diagnóstico</i>					RELEVO					<i>Apellido y nombre. De ser más de una persona, se ordenará alfabéticamente por apellidos</i>											

Figura 6. Ficha modelo para relevamiento.

En la segunda parte de la ficha, correspondiente al relevamiento fotográfico, se decidió darle mucha importancia tanto a la arquitectura como a la maquinaria, que son dos componentes imprescindibles para poder entender el todo.

Estas fotografías deberán responder a las complejidades que presenta el sistema, avanzando de lo general a lo particular y tratando de mostrar todos sus componentes desde diferentes planos y ángulos: con acercamientos para observar detalles, con elementos que sirvan de referencia en el cuadro para poder apreciar la escala, y con imágenes aéreas para comprender la totalidad del conjunto.

De este punto del relevamiento se espera lograr un catálogo muy práctico y visual a la hora de decidir que intervenciones realizar, pudiendo visibilizar la situación particular de cada elemento y tener un registro del antes y después de lo que se decida realizar.

La última parte de la ficha de relevamiento está reservada para esquemas y planimetrías. Estos, de forma conjunta, nos brindan toda la información respecto a la organización funcional del sistema. Especialmente sobre como las partes se relacionan unas con otras, algunas de manera mas simple y otras más complejas

Se decidió este orden particular de acción, principalmente, por la practicidad de la recopilación de datos: la información básica de la propiedad puede ser rápidamente conseguida en un organismo público, los puntos patrimoniales son visibles a la hora de la visita al lugar, y la fotografía es muy accesible y realizable al momento. En contrapartida, se espera que la obtención de las planimetrías sea un poco más dificultosa, ya que no existen registros unificados sobre el patrimonio industrial.

Es así como se pretende realizar una base de datos que sirva para futuros proyectos de investigación y para promover el reconocimiento de nuestro patrimonio local, y así generar mejores herramientas para su conservación y valoración.

Estado actual de conservación: de la época dorada a la actualidad

Este sector, de gran importancia productiva en el pasado, muestra hoy el abandono y el efecto del paso del tiempo. El ferrocarril con los años dejó de funcionar con la frecuencia que lo hacía, siendo cada vez menor el transporte de pasajeros como el de carga que se realizan. Actualmente este paisaje urbano, que alguna vez fue tan glorioso, se ha convertido en una vitrina de edificaciones viejas, en desuso y abandonadas.



Figura 7. Foto actual de la Ex Estación Sunchales, frente sobre actual calle Corrientes, evidencia de la desidia. Fuente: elaboración propia, 2021.



Figuras 8 y 9. Fotos actuales de la Ex Estación Sunchales; enfoque en el acceso principal y en el lateral izquierdo, muestra del deterioro por falta de mantenimiento. Fuente: elaboración propia, 2021.

Ahora estas estaciones casi sin uso, o con uno distinto al original, presentan a simple vista la falta de mantenimiento, la necesidad de refacciones, el descuido de su limpieza, y el deterioro de los materiales y de las estructuras.



Figura 10. Foto actual de la Ex Estación Central Córdoba, frente sobre actual esquina calles San Martín y Marco Avellaneda, muestra del abandono. Fuente: elaboración propia, 2021.



Figura 11. Foto actual de la Ex Estación Central Córdoba, acercamiento sobre lateral izquierdo del frente Fuente: elaboración propia, 2021.



Figura 12. Foto actual de la Ex Estación Central Córdoba, acercamiento sobre lateral derecho del frente, evidencia del deterioro material. Fuente: elaboración propia, 2021.

Es por todo esto que surge la necesidad de realizar un trabajo que sea capaz de demostrar la importancia de revalorizar el área, pensando en incorporar centros de interpretación de patrimonio industrial para que los habitantes locales puedan contar parte de la historia que marco su pasado. Se espera poder transformar este sector en

un ejemplo de que involucrarse y proteger la memoria de los sitios patrimoniales es un deber ciudadano, buscando replicar esto en otros puntos de la provincia y de la región con el objeto de reconocer el valor del patrimonio arquitectónico industrial del norte argentino.



Figura 13. Foto actual de galpones originales del Predio “Tucumán C”, frente sobre actual calle Marco Avellaneda, signos del deterioro estructural. Fuente: elaboración propia, 2021.



Figura 14. Foto actual de galpones originales del Predio “Tucumán C”, acercamiento. Fuente: elaboración propia, 2021.

Identidad y diseño proyectual

De forma paralela con esta beca de investigación, la autora está desarrollando su Proyecto Final de Carrera para obtener el título de grado en Arquitectura. Principalmente se espera que ambos trabajos se enriquezcan simultáneamente, para demostrar la responsabilidad que involucra el rol del arquitecto, quien posee un trabajo que debería poder integrar todas las áreas que competen a su profesión: conocer la historia, valorar el patrimonio, proyectar diseños nuevos, rehabilitar edificaciones

antiguas, comprender los conceptos urbanos, manejar conocimientos técnicos y constructivos, etc.

La tesis de grado plantea un diseño urbano y arquitectónico en el área de análisis de la investigación, donde se busca superar la barrera urbana que plantean los predios del ferrocarril en la zona central de la ciudad capital. El principal objetivo es revitalizar el área, dotándola de actividades y recuperando sus bienes de valor patrimonial para que la sociedad pueda conocerlos, valorarlos y e identificarlos como tucumanos.

Para lograr este objetivo, la idea original del proyecto es la recuperación de las Estaciones Gral. Mitre y Central Córdoba, rehabilitando los ferrocarriles para el uso de pasajeros de corta, media y larga distancia.

Otro aspecto importante involucra la recuperación y reciclaje de algunos de los depósitos ubicados en este predio, evitando su demolición y manteniendo la integridad del conjunto. Modificar su uso conlleva el traslado de algunas actividades exclusivamente del ferrocarril hacia las afueras de la ciudad, generando la oportunidad de poder utilizar estos espacios para nuevas funciones y permitiendo la creación de un gran parque para la ciudad.

Algunas de estas nuevas actividades pensadas para el disfrute y esparcimiento de la sociedad serían: centros de integración comunitarias, talleres vecinales, centros gastronómicos, espacios de arte y cultura, bibliotecas barriales, pistas de salud y algunos centros deportivos. Todo esto, apoyado por nuevas infraestructuras necesarias para su desarrollo.

Como punto crucial y que atraviesa a todo el proyecto, se espera poder compatibilizar dos áreas de mucha importancia en arquitectura: el diseño proyectual y la conservación de la memoria colectiva a través de estos bienes.

Ideas finales

A modo de dar cierre a todo lo mencionado se pueden enumerar algunas afirmaciones:

La poca frecuencia de los viajes en tren se tradujo en el desuso de las antiguas estaciones y de todo el sistema de soporte que necesitaban para un funcionamiento completo y constante. La falta de mantenimiento y de obras de revalorización se hacen sentir cuando se visita estos sectores de la ciudad.

Los bienes patrimoniales se están convirtiendo poco a poco en un muestrario de abandono y decadencia, perdiendo esas características particulares que los hacen tan valiosos. Se debe promover su revalorización a corto plazo para evitar su pérdida completa.

Por esto es necesario completar los listados de bienes, conjuntos y sitios de interés patrimonial. También es necesaria una normativa que realmente obligue a mantenerlos en condiciones, y así permitirle a la sociedad conocer y valorar su pasado, con la esperanza de que todo esto permita algún día la reactivación del sistema ferroviario en el interior del país.

El esfuerzo de la investigación y protección del patrimonio no debe quedar en un plano puramente teórico, sino que debe verse proyectado en la esfera de la educación de la sociedad. Se necesita empezar desde una edad temprana, en la escuela, a conocer y valorar lo que es propio, lo que nos identifica y caracteriza como ciudadanos de una población, lo que nos une a través de la memoria colectiva y del pasado en común.

A su vez, es muy importante reeducar a la población adulta que nunca identifico a estos sitios como propios, sino que simplemente lo consideraron parte del paisaje urbano de la ciudad en la que crecieron, sin cuestionarse por qué ni el para qué están allí.

Para posibilitar todo esto, la recuperación de estos bienes, sistemas y conjuntos deben dar el espacio a la memoria y a la conmemoración de lo que fueron, pensando en algunos ámbitos educativos dentro de sus perímetros como ser centros de interpretación del patrimonio industrial. Esto permitiría la enseñanza de su historia a través de imágenes, libros, videos, audios; mostrando así el antes y después: su inauguración, su decadencia, su puesta en valor, sus cambios físicos, sus mejoras. Esto daría la posibilidad a cualquier ciudadano de aprender sobre el lugar de donde proviene y organizando visitas educativas a los niños de las escuelas, quienes serán los que mañana cuiden y mantengan esta memoria.

Todo esto solo será posible por medio del trabajo en conjunto de los diferentes actores que forman parte: el estado, los inversores privados, los profesionales formados en el rubro, las organizaciones proteccionistas, la ciudadanía, etcétera.

Con esta investigación se espera realizar un aporte para que estas intenciones en algún momento se conviertan en acciones de cambio verdadero.

Referencias bibliográficas

- García Morales, G. A. (2018). *Sistematización de los inventarios existentes del patrimonio arquitectónico y urbano de Tucumán para su valoración y preservación*. (Proyecto: La conservación del patrimonio arquitectónico y urbano en Tucumán. Investigación histórica, documental, procesos técnicos y diseños apropiados para su valoración y preservación). Tucumán, Argentina: Beca Estímulo a las Vocaciones Científicas 2016, Consejo Interuniversitario Nacional.
- Páez de la Torre (h.), C. (1983). *Historia de Tucumán*. Buenos Aires: Pimeld Ediciones.
- Páez de la Torre (h.), C. (1987). *Historia de Tucumán*. Buenos Aires: Plus Ultra.
- Páez de la Torre (h.), C. (2001). *Nicolás Avellaneda. Una biografía*. Buenos Aires: Planeta.
- Scalabrini Ortiz, R. (1983). *Historia de los ferrocarriles argentinos* (8va ed.). Buenos Aires: Plus Ultra.
- The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. (2003). *The Nizhny Tagil charter for the industrial heritage*. Recuperado de: <https://www.icomos.org/18thapril/2006/nizhny-tagil-charter-e.pdf>.

O individual e o coletivo: as estações da Memória Ferroviária

Fernanda Reis Ribeiro

Resumo: Este trabalho visa traçar a evolução do termo “memória ferroviária”, que inicialmente utilizado sem nenhuma conceituação, passou a ser considerado uma ferramenta indispensável para a preservação do patrimônio ferroviário nos últimos anos. De forma a delinear essa transição, o artigo aborda primeiro a memória individual, como o enfoque precedente do termo, para em seguida explicitar o contexto histórico da incorporação das noções de memória coletiva e lugar de memória na definição de memória ferroviária como uma categoria. Utilizou-se como metodologia e suporte teórico os estudos acerca da memória em autores como Paul Ricouer, Maurice Halbwachs, Michael Pollack e Pierre Nora, além de utilizar-se como apoio elucidativo excertos de crônicas e reportagens acerca do transporte ferroviário na cidade de Brasília. Em suma, este estudo objetiva entender o impacto dos estudos da memória individual e coletiva na estruturação do conceito de memória ferroviária.

Palavras-chave: Memória Ferroviária; Memória Individual; Memória Coletiva; Patrimônio Ferroviário; Brasil.

Abstract: This work aims to trace the evolution of the term “railway memory”, which was initially used without any conceptualization, and currently it is considered an indispensable tool for the preservation of railway heritage. In order to outline this transition of thought, this article first discusses the concept of individual memory, as a previous emphasis of the term, and then, analyzes the historical context of the “collective memory” and “place of memory” in the definition of railway memory as a category. Studies on memory in authors such as Paul Ricouer, Maurice Halbwachs, Michael Pollack and Pierre Nora were used as methodological and theoretical support, in addition to chronicles and reports excerpts on the rail transport in the city of Brasília. In conclusion, this study intended to understand the impact of the individual and collective memory studies on the railway memory concept definition.

Keywords: Railway Memory; Individual Memory; Collective Memory; Railway Heritage, Brazil.

Introdução

Apesar de conhecer Brasília tão bem, eu jamais fora à estação Bernardo Sayão. Peguei o caminho da Cidade Livre. Não vi seta nenhuma (após muitas idas à estação que as férias me proporcionaram, acabei descobrindo uma, apagada, pequena, cinzenta, quase invisível, que não vi na primeira das descobertas). Andei, rodei, perguntei, voltei, assustada perante uma entrada pouco acolhedora que mais parecia destinada a um carro de bóis ou um cavalo de que a um automóvel, pedi a ajuda de uns vendedores de sorvete. Retrucaram com alegria que moravam perto da estação e que me guiariam. (...) Cheguei e vislumbrei, pela primeira vez, a estação de Brasília. Estava quieta, silenciosa. Cadê o trem paulista? Não chegara. Teria duas ou três horas de atraso. (...) Quando telefonei para a estação, anunciaram a chegada do trem a uma e meia da tarde. Refiz o caminho, já menos misterioso, vi o trem parado, brilhando no sol, bonito, vazio. Chegará um pouco antes da hora anunciada e a pessoa que eu viera buscar já se fora. (...) Ao contar sua aflição por não me encontrar, suas andanças na estação e não encontrara carregador e a procura do táxi, diria:

Assustei-me, pois pensava chegar a uma cidade imponente e só vi poeira e solidão, favelas e descampados, e ao ficar sacudida no longo caminho que leva a estação a estradapensei até de ter descido num lugar errado, em alguma aldeia dos arredores da capital. Senti algo estranho..." (Yvonne Jean, 1969, Esquina de Brasília).

O testemunho acima é um excerto de uma crônica publicada no jornal *Correio Braziliense* por Yvonne Jean¹, cerca de um ano após a inauguração da Estação Bernardo Sayão em Brasília. Apesar de na época a publicação possuir o intuito de informar os leitores, por meio de uma curta narração, sobre uma ida casual à estação para receber uma conhecida que chegava pela primeira vez à nova capital, hoje, cerca de 50 anos após o ocorrido é possível fazer uma leitura mais minuciosa do texto, e nele identificar personagens e impressões que sugerem a construção de múltiplas memórias pelos indivíduos retratados.

1 Yvonne Jean (1911-1881) foi uma escritora, jornalista, tradutora, intérprete e professora belga, naturalizada no Brasil. Em Brasília, atuou nos jornais *Correio Braziliense* e *Jornal de Brasília*, com uma rica produção acerca da história brasiliense. Seu acervo foi doado ao Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) em 1987 e se constitui como uma valiosa fonte de pesquisa sobre a cidade. Vd. Yvonne Jean (s.d.), acessível em Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF): <http://www.arquivopublico.df.gov.br/yvonne-jean/>.

Da anfitriã desnorreada que iria buscar a amiga, dos vendedores de sorvete que responderam com alegria o fato de morarem perto da estação, à assustada recém-chegada a nova capital, é possível aqui delinear três categorias de personagens que claramente possuem uma percepção distinta acerca da existência da estação ferroviária. Essas impressões certamente moldaram a memória individual que cada um desenvolveu acerca de um mesmo local. Apesar de percepções distintas, os personagens retratados compartilharam do mesmo espaço em um mesmo período e quando esses fatores são considerados em coletividade, estabelece-se um nível de memória coletiva. Assim, essa memória, específica de complexos ferroviários, se reflete no que hoje se conhece por memória ferroviária.

De acordo com Freire *et al.* (2012), são necessários três conceitos para o entendimento da memória ferroviária: lugar de memória, memória social e memória coletiva. Dessa forma, este trabalho visa pormenorizar estes conceitos no escopo do patrimônio ferroviário, além de incluir a relevância da memória individual neste escopo temático, com o intuito de entender a maneira com que a reflexão prévia de estudos anteriores acerca da memória é significativa para a construção do termo memória ferroviária.

Ao analisar a discussão contemporânea acerca da memória, Ricouer (2000) inicialmente coloca em contraponto a memória pessoal e coletiva, enfatizando a oposição entre a problemática da subjetividade e o surgimento das ciências sociais, o qual veio aliado a uma consciência coletiva. Esse contraste estabelecido entre o subjetivo e o coletivo é ressaltado na própria estrutura do texto, na qual o autor analisa em subcapítulos distintos o que ele nomeia de “a tradição do olhar interior” e o “olhar exterior”. Da mesma forma, essas diferentes visões serão analisadas separadamente neste artigo, partindo do individual ao coletivo.

Por outro lado, este trabalho não visa identificar a região de linguagem onde os dois discursos se entrecruzam, nem se valer da polaridade atribuída aos termos com o intuito de contrapô-los, todavia pretende-se entender a necessidade dos estudos precursores da memória, no que tange ao individual e ao coletivo, e analisar seus pontos de complementaridade para a compreensão do conceito de memória ferroviária.

Para fins de elucidação dos conceitos e ideias discutidos, a cidade de Brasília foi escolhida como objeto de ilustração, pois esse artigo se insere dentro de um trabalho maior de pesquisa acerca da memória ferroviária na capital. Desse modo, serão utilizados excertos de crônicas, reportagens e depoimentos que abordam a chegada do trem na cidade, assim como os acontecimentos que se sucederam à inauguração

da primeira estação. Entretanto, este trabalho não visa se pormenorizar na história ferroviária da capital, mas como ressaltado, apenas utilizá-los seus eventos como pano de fundo para o estudo do conceito de memória ferroviária.

Com o intuito de se atingir os objetivos apresentados serão adotados dois eixos metodológicos para a construção do artigo. O primeiro compreende uma revisão bibliográfica e a consulta a livros, teses e artigos de conhecimento notório do tema. Como exemplo, será feita uma análise dos conceitos de memória individual e coletiva em publicações de autores como Paul Ricouer, Maurice Halbwachs, Michael Pollack e Pierre Nora. Essas obras servirão como base teórica para um entendimento prévio do estudo acerca das noções de memória.

O segundo eixo utiliza como referência bibliográfica os relatos jornalísticos encontrados em diversos periódicos da segunda metade do século XX. A Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional, permitiu a realização de busca avançada em publicações antigas e raras. Como parte do acervo destaca-se as publicações do jornal Correio Braziliense, que, sobretudo durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, produziu relevante documentação acerca da questão ferroviária em Brasília, sendo importante fonte de pesquisa para este trabalho. A estratégia de busca utilizada no portal consistiu na procura pelos termos: “ferrovia” e “estação”, que até o momento permitiu que fossem encontradas entre as publicações de 1960 a 1969, diversas menções à ferrovia, incluindo fotos, entrevistas e crônicas acerca do trecho ferroviário e propriedades.

A partir das fontes de pesquisa citadas, este artigo foi estruturado em duas partes. Primeiramente será feita uma análise da memória individual, no escopo do cenário ferroviário, utilizando como referência os estudos propostos por Paul Ricouer, em “A memória, a história, o esquecimento”. Nesse sentido, será abordado o papel do trabalhador ferroviário em sua individualidade na formação da memória pessoal, além do aspecto afetivo relacionado ao trem que o insere em múltiplas representações artísticas na sociedade brasileira.

Em seguida, a segunda parte deste estudo terá como enfoque a memória coletiva e suas abordagens teóricas. Assim, as ideias desenvolvidas por Halbwachs, Pollack e Pierre Nora serão pormenorizadas em seus aspectos concernentes à memória ferroviária, para em seguida se analisar o reflexo desses conceitos no panorama ferroviário brasileiro, sobretudo a partir da publicação da Lei nº 11.483/2007 que enfatiza a categoria “memória ferroviária” como uma ferramenta para a preservação do patrimônio ferroviário.

Portanto, ao abordar especificamente a memória ferroviária, este artigo pretende explicitar que a clarificação e divulgação dessas memórias são essenciais para fundamentar a preservação do patrimônio ferroviário.

Primeira estação: o individual

Em um primeiro momento pode-se questionar o porquê de este trabalho fazer uma abordagem da memória e não da história da ferrovia. Nora (1993) afirma que os termos história e memória estão longe de serem sinônimos e que a princípio, tudo opõe um ao outro. Assim, é relevante ressaltar que Hartog (2013) ao reportar a obra “Entre História e Memória: a problemática dos lugares” de Nora, enfatiza a relevância da preposição “entre” de forma a salientar que não é necessário confrontar os dois termos, mas situar-se como dito, no entre, na convergência mútua que faz com que uma se beneficie da outra. Da mesma forma, este estudo não pretende contrapô-las, mas visa valer-se da memória como recurso inicial devido ao seu caráter de evolução constante, caracterizada por ser um fenômeno atual, ao mesmo tempo múltiplo, coletivo e individualizado.

Isso tudo era arrumado. O trem (de passageiros) era a nossa única diversão. Era uma agitação quando ele chegava. A gente vinha correndo para ver o povo. Depois (quando deixou de circular), foram deixando de mão e virou isso’ lamenta Ivan, apontando para a estação em pedaços (*Correio Braziliense*, 28 set. 2009, p. 23).

No depoimento acima, Ivan, morador da vila ferroviária da Estação Bernardo Sayão, localizada nos arredores de Brasília, relata a sua percepção da condição atual da estação em comparação com o que vivenciou no passado, ou seja, uma visão em contraste com aquela que sua memória revela. Ivan é um dos integrantes de uma gama de personagens que compõem o cotidiano de trabalho em uma ferrovia: trabalhadores, maquinistas, operadores, moradores das vilas ferroviárias, passageiros, ambulantes, bilheteiros e uma infinidade de outros indivíduos que contribuem e participam efetivamente do funcionamento de um complexo ferroviário.

Cada uma das pessoas descritas possui um olhar individual sobre o espaço em que operam suas atividades. Por conseguinte, o trabalhador ferroviário, em seu aspecto subjetivo e em suas múltiplas funções, assume um papel de protagonista na formação das memórias. É por meio dele que as relações sociais desenvolvidas no âmbito

ferroviário incidem de uma forma mais direta. De forma a entender a importância da memória individual do trabalhador ferroviário, e por conseguinte, da relevância de seu estudo, é proposto que se analise, dentro do escopo ferroviário, os três aspectos que reforçam o atributo pessoal da memória propostos por Paul Ricouer.

Segundo Ricouer (2007), “ao lembrar-se algo, alguém lembra de si”. De início, já é possível perceber que o uso do “si” atribui um caráter de pessoalidade à ação de lembrar. Para o autor, três aspectos essenciais reforçam o caráter privado da memória: a não possibilidade de se transferir lembranças, a residência do vínculo da consciência com o passado na memória e, por fim, a vinculação do sentido de passagem do tempo à memória. De acordo com o filósofo francês, estes seriam os principais fatores que basearam os estudos acerca da memória desde a antiguidade, especialmente em autores como Santo Agostinho, John Locke e Husserl. Assim, a reflexão acerca dos estudos precedentes da “tradição do olhar interior” torna-se fundamental para a concepção dos fenômenos relacionados à memória na atualidade.

Não se podem transferir lembranças. A partir do primeiro aspecto delimitado por Ricouer é possível inferir que cada indivíduo, ao presenciar um determinado fato, desenvolve uma perspectiva única acerca do ocorrido, e por ter propriedade dessa lembrança a transmissão a outrem é impossibilitada, pois a conjuntura em que se desenvolveu a lembrança é específica ao sujeito. A título de exemplo, o depoimento de Ivan mostra que as experiências que ele desenvolveu quando a estação estava em funcionamento são de um ponto de vista próprio e de um tempo e espaço definidos. Não se pode reconstruir o espaço/tempo em que Ivan formou suas lembranças, logo a transmissão exata dessa recordação a alguém seria algo impraticável.

Ao analisar os estudos de Santo Agostinho, a quem Ricouer atribui a invenção da interioridade, o autor ressalta a diferença entre lembrança e memória. Para ele, a lembrança se organiza em níveis de sentido, ou arquipélagos, separados por abismos, e teria a pluralidade como característica. Já a memória seria um percorrer no tempo, marcada pela singularidade. Portanto, se torna importante para este estudo ressaltar a distinção entre memória e lembrança, sobretudo quando se trata do cenário ferroviário. A lembrança se refere a um determinado fato, é algo direto e pontual, ou seja, cada lembrança é distinta da outra e seu conjunto é marcado pela pluralidade. Por outro lado, a memória busca uma unidade sobre as percepções passadas, ela “singulariza as lembranças”, aqui o tempo se torna um fator essencial, pois fornece unidade à noção de memória.

O segundo aspecto proposto por Ricouer é que o vínculo da consciência com o passado reside na memória. No testemunho apresentado, a referência a um tempo progresso se deve a memória da diversão que se tinha com a presença do trem, da agitação quando o trem chegava, das pessoas a correr para a estação para ver os passageiros que chegavam. Portanto, a conexão, o vínculo, do trabalhador ferroviário com o passado passa por essas diversas memórias que ele desenvolveu quando a ferrovia era parte integrante de sua rotina.

O último ponto proposto pelo autor é a vinculação da memória à passagem do tempo. A memória desenvolvida pelo indivíduo acerca da estação confronta a realidade atual do lugar, e a diferença das percepções entre passado e presente se torna possível verificar o transcorrer do tempo. Essa diferença provoca uma quebra de continuidade. Este último ponto se reflete não apenas na alteração na movimentação de pessoas no local e a aspectos efêmeros, mas, sobretudo, na materialidade dos espaços. Ao apontar para a estação em pedaços, Ivan certamente incorpora em sua percepção as novas características da edificação. A degradação e a pátina dos edifícios, provavelmente é o que corroboram a decadência do lugar e, conseqüentemente, confirmam a passagem do tempo.

Além dos três aspectos descritos, torna-se importante ressaltar o caráter afetivo da memória. A narrativa de Ivan mostra traços de afeição e de uma ligação emotiva ao espaço da estação. Isso se deve ao fato de cada indivíduo possuir uma experiência única na decodificação de um local, com unidades sensoriais que interagem umas com as outras e são interdependentes no processo de compreensão do espaço. A maneira como as pessoas constroem as coisas e como elas interagem com a mente, corpo e mundo, revela alguns aspectos de como e quem são. Dessa forma, a formação da memória individual nos conta uma história, pois facilita a ordem, a compreensão física e afetiva de nosso ambiente.

Essa relevância da memória individual do trabalhador ferroviário se reflete na abordagem do conceito de memória ferroviária dentro do meio acadêmico. Por exemplo, Matos (2010), relata que até o momento de desenvolvimento de sua tese não foi encontrada nenhuma pesquisa acadêmica voltada para o estudo da memória ferroviária, e que as referências encontradas ao termo se referem à memória individual dos trabalhadores ferroviários, muitas vezes com análises que utilizam como metodologia a história oral. A autora descreve, por exemplo, um trabalho em que a história da Estrada de Ferro de Minas foi reconstruída por meio da narrativa dos

trabalhadores, deixando a entender que, para autora do respectivo estudo, a memória ferroviária seria um elemento constituído pela memória dos trabalhadores ferroviários.

De acordo com Prochnow (2014), em referência aos estudos de Jorge Lamet, também é possível verificar a associação da memória individual ao trabalhador ferroviário, entretanto como parte de um discurso que compõe um grupo:

O autor compreende um quadro social como uma prática social do discurso, portanto, quadros compostos por tipos de retórica, existindo três modelos sociais na construção da memória: a identidade retrospectiva de si com um grupo; a mobilização de si em nós para um projeto; e a emoção de converter o fracasso social à tristeza ou à alegria (Ibid., p. 55). Parece claro que o primeiro se refere aos agentes, antigos ferroviários e comunidade, pois foi visto nas entrevistas que apesar de haver um discurso sobre o ser ferroviário, ele parte da condição individual de quem narra, o relato parte do eu para o grupo. (Prochnow, 2014)

O que é possível inferir desta análise é que, em um primeiro momento, ocorre uma maior associação entre a memória individual e a memória ferroviária, justamente pela força da vivência do trabalhador ferroviário. Essa experiência profissional subjetiva é uma rica fonte para a história oral, que ao ser transmitida pelas gerações se insere na memória da coletividade. A inclusão dessa individualidade no coletivo se reflete em expressões artísticas, e como Matos (2010) coloca, há uma “persistência da figura do trem na sociedade brasileira”, o que ocasiona a sua múltipla representação em meios literários, artísticos e na música. O poema “Trem de Ferro” de Manuel Bandeira, por exemplo, é um dos vários exemplares da presença do transporte sobre trilhos no cenário artístico nacional.

Contudo, é necessário entender o contexto histórico em que esse caráter essencialmente privado da memória ferroviária deixa de ter somente uma conotação afetiva e passa a ser necessário em termos da preservação do patrimônio ferroviário. A partir do momento que a ferrovia no Brasil entra em decadência, uma nova abordagem acerca da memória ferroviária se torna imprescindível para manter o legado dos complexos ferroviários.

Segunda estação: o coletivo

De acordo com Ricouer (2000), a emergência da sociologia nas ciências sociais trouxe consigo a noção de consciência coletiva, que veio se contrapor ao caráter essencialmente privado da memória. Nesse contexto, os estudos de Maurice Halbwachs, sociólogo francês, que em 1950 publicou a obra “A Memória Coletiva”, ganham relevância pois as análises acerca da memória deixam a dimensão subjetiva e passam a adquirir uma dimensão mais objetivada, ou seja, a memória passa a ser caracterizada como fato social. Halbwachs afirma que apesar de o indivíduo realizar o ato de recordar, essa ação não é solitária, ela está inserida dentro de um contexto mais abrangente, pois pertence à coletividade. Por conseguinte, a memória individual seria um ponto de vista da memória coletiva e a materialidade da memória estaria na sociedade e não apenas no indivíduo.

Para Michael Pollak (1989), sociólogo e historiador austriaco, os estudos de Halbwachs ressaltam a força dos diferentes pontos de referência que estruturam a memória e que a inserem na memória da coletividade da qual as pessoas fazem parte. A partir disso, se estabeleceria um processo de “negociação” para conciliar memória coletiva e memórias individuais, sendo para isso necessário a existência de pontos de contato suficientes entre a “sua memória” e a “dos outros”, para que ambas possam ser reconstruídas sobre uma base comum. Logo, não seriam necessários apenas os testemunhos provenientes de segundas fontes, mas o elo, a ligação entre eles seria fundamental para a formação de um conjunto sólido.

Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias. (Pollack, 1989).

Ainda segundo Pollack, identifica-se na necessidade desses pontos conectivos um caráter potencialmente problemático da memória coletiva. Esse fator significou uma mudança nos trabalhos sobre o tema, porque se passou a analisar também os processos e personagens que levam à constituição e formalização da memória e não apenas esta como um objeto isolado. Um exemplo dessa circunstância seria o resgate

das memórias subterrâneas, aquelas dos excluídos socialmente, acentuando o lado opressor de uma memória coletiva nacional, já que a primeira geraria uma contradição em relação à segunda.

Não se pretende, entretanto, abordar essa e outras problemáticas, referentes às diferentes interpretações e questionamentos da memória coletiva. O que se busca é um entendimento histórico da memória, como uma ferramenta de compreensão da formação do conceito da memória ferroviária.

Da mesma forma, a memória ferroviária é entendida como uma totalização, ou seja, ela busca a uniformização de um discurso previamente variado. Sendo assim, como explicitado na primeira parte desse artigo, o conceito deve ser distinguido da noção de recordação, já que esta está vinculada a uma experiência direta e única, e não possui manifestações múltiplas que possam ser homogeneizadas. Conseqüentemente, a abrangência dada a expressão abre possibilidades para a associação dela com os mais diversos valores, sendo histórico, artístico, paisagístico, arquitetônico (Prochnow, 2015).

Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, a memória ferroviária é “fiel à história monumental e tradicional, e generaliza as especificidades com o objetivo de criar um discurso de unidade sobre um passado que foi heterogêneo”. Autores como Lucina Matos (2015) e Maria Emília Lopes Freire (2012) evidenciam a memória ferroviária uma categoria, criada a partir das noções de memória social e de lugar de memória, que serve como base para a definição das características de preservação do patrimônio ferroviário.

Deste modo, também é importante associar a memória com a identidade, pois a memória que um determinado grupo desenvolve acerca de seu passado é parte integrante, e indissociável, da formação de seus respectivos processos identitários. Partindo da conceituação de memória coletiva, é válido afirmar que a noção apresentada por Halbwachs, entendida como um grupo de referências geradas por fontes externas, é análoga à definição de memória ferroviária, principalmente pelo fato de incorporar fontes diversas.

Quanto ao conceito de lugar de memória na criação da categoria memória ferroviária, é necessário clarificar que para Pierre Nora, os lugares de memória “(...) são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico, funcional (...). Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se sua imaginação investe de uma aura simbólica” (Nora, 1993, p. 21). O lugar de memória dentro do âmbito ferroviário, segundo Freire *et al.* (2012),

é um determinado local em que um processo histórico estabeleceu a memória social, esta caracterizada não apenas como a categoria ferroviária, mas também como a memória social criada no desenvolvimento urbano.

Portanto, percebe-se que a emergência da noção de coletividade da memória é fundamental para a apreensão da memória ferroviária. No âmbito nacional, a manifestação de uma consciência coletiva no cenário ferroviário ocorre a partir da desestatização da Rede Ferroviária Federal, RFFSA, que havia sido criada em 1957 com o intuito de melhorar o transporte ferroviário brasileiro. A partir desse momento, se nota o surgimento de algumas medidas que demonstravam certa preocupação com o futuro das estações ferroviárias e suas propriedades, que foram aos poucos abandonadas e deixadas à deterioração.

O Decreto nº 473 de 1992, que estabeleceu a privatização da Rede Ferroviária Federal, RFFSA, estava inserido no Plano Nacional de Desestatização – PND do governo de Fernando Collor de Melo. A ação tinha como objetivo a melhoria e o aumento dos serviços e para isso, o sistema ferroviário foi dividido em seis malhas regionais. Entretanto, a distribuição das ferrovias brasileiras para o setor privado não resultou no desenvolvimento, nem na ampliação destas. Segundo Ana Júlia Faccio (2016), um exemplo é o caso do trecho ferroviário Passo Fundo – Marcelino Ramos, integrante da malha sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). Após a concessão do trecho à empresa curitiba na América Latina Logística - ALL, este foi desativado com a justificativa de não ser favorável à economia, o que acarretou prejuízos econômicos e sociais para o local e “principalmente provocando uma perda de identidade dos lugares por onde passava o trem”.

Algumas políticas se destacaram nesse período de privatização da RFFSA, por terem iniciado programas de preservação do transporte ferroviário brasileiro. Prochnow (2014) ressalta que nos anos 1980 foi instituído o programa PRESERVE, pelo Ministério dos Transportes, o qual tinha como objetivo preservar a memória dos transportes no Brasil. A partir desse projeto, em 1986 a RFFSA instituiu o PRESERFE, que estava associado à Superintendência do Patrimônio, com o intuito de restaurar a memória histórica ferroviária nacional. O PRESERFE serviu como ferramenta para a criação de programas voltados para a preservação ferroviária, como o Programa Ferroviário de Ação Cultural (PROFAC) e a fundação de Centros Ferroviários de Cultura (CEFECs), que seriam centros de referência cultural. Entretanto, após a desestatização da Rede Ferroviária, grande parte dos espaços criados para esse fim foram fechados.

Houve uma mudança quando a Medida Provisória nº 353 declarou a extinção da RFFSA, e em seguida, incorporada como Lei nº 11.483/2007 dividiu os bens oriundos da RFFSA em operacionais, não-operacionais, bens móveis e imóveis. Os bens operacionais ficaram definidos como os que foram transferidos às concessionárias; os bens não-operacionais como os que foram transferidos à União; os bens móveis como os materiais rodantes, documentos e acervo museológico; e por último, os bens imóveis, que incluem as obras de arte, pátios, estações, casas, vilas, entre outros.

Destaca-se que a referida lei enfatiza o termo, ou categoria, “memória ferroviária” como uma ferramenta para a preservação do patrimônio ferroviário. Segundo o inciso II do artigo 2º, a preservação e a difusão da Memória Ferroviária devem ser garantidas por meio de ações de construção, formação, organização, manutenção, ampliação do acervo, além da conservação e restauração de edifícios procedentes da antiga RFFSA.

Entretanto, a incorporação do conceito em termos patrimoniais e jurídicos, não significou uma mudança na apropriação do termo pela sociedade. A título de exemplo, em uma busca realizada no jornal Correio Braziliense por meio da Hemeroteca Digital Brasileira, por exemplo, de 1960 a 2019 foram encontradas apenas uma menção ao termo “memória ferroviária” e quatro à “memória da ferrovia”. Todas as citações foram realizadas após 2002, o que corrobora a utilização recente do termo fora dos meios acadêmicos. A referência recente à expressão pode-se justificar pela necessidade de visibilidade das ferrovias brasileiras, sobretudo após a privatização da malha ferroviária, que a colocou em situação de abandono e evidenciou a necessidade de uma memória. Todavia, o uso reiterado do conceito não é sinônimo de total compreensão do seu significado teórico.

O que se infere é que, a princípio, é comum que o uso do termo “memória ferroviária” se refira a objetos e práticas que remetem a atividade ferroviária, ou a mobilizações populares que visam o resgate de certos aspectos das atividades ferroviárias. Essa interpretação por vezes entra em confronto com o conceito abrangente de memória ferroviária proposto pelo Iphan, o qual insere a coletividade na conceituação. Nesse sentido, Prochnow (2014) afirma que:

(...) confundem-se as experiências e narrativas individuais com a lembrança que uma coletividade possui da ferrovia. Na tentativa de se estabelecer uma memória comum, coletiva, entre os membros de um grupo, perde-se justamente aquilo que não é compartilhado e que conformaria, provavelmente, uma contra história, ou contra memória. E com essa perda o Iphan aceita o conceito e patrimonializa a memória

ferroviária (Prochnow, 2014, p.99).

Dessa forma, é possível perceber que há certo conflito entre as narrativas individuais do trabalhador ferroviário, abordado na primeira parte, e a incorporação da noção de coletivo na memória ferroviária. Entretanto, o conceito apresentado pelo Iphan mostra uma preocupação na preservação dos remanescentes dos complexos férreos em meio ao abandono do patrimônio ferroviário no Brasil.

Considerações finais

A memória é construída a partir de fatores mutáveis, que orbitam entre os diferentes espaços, indivíduos e contextos temporais. A expressão memória ferroviária talvez, em um primeiro momento, expresse uma tentativa de especificação desse termo, uma forma de restrição a uma categoria. Mas, apesar do termo remeter aos objetos e acontecimentos que possuem relação com as estradas de ferro, encontra-se muitas diferenças e características específicas dentro de cada contexto ferroviário. Isso justifica o fato de a expressão ter uma definição abrangente, a qual visa unificar um passado heterogêneo.

Assim, este artigo buscou a estruturação do conceito de memória ferroviária a partir de uma revisão dos estudos prévios da memória individual, realizados por Paul Ricouer, assim como da memória coletiva e de lugar de memória, por Halbwachs, Pollack e Nora, respectivamente. Apesar das noções de pessoal e coletivo serem conceitualmente contrapostas, deve-se salientar que sobretudo no cenário ferroviário a complementaridade entre ambas é necessária e a primeira é essencial para a formação da segunda. Apesar da conceituação de memória ferroviária como categoria incluir apenas os termos memória social, memória coletiva e lugar de memória, e suprimir o termo memória individual, é subentendido que esta é parte intrínseca da formação identitária de um grupo, de uma coletividade.

Um exemplo é o trabalhador ferroviário, que assim como outros indivíduos essenciais no funcionamento de um complexo férreo, assume uma grande relevância nesse contexto, pois parte dele uma rica fonte de história oral. Essas narrativas são passadas pelas gerações e inseridas em uma memória comum, que são refletidas, por exemplo, nas manifestações artísticas e literárias que usufruem da temática do trem. Assim, no contexto férreo, o confronto entre memória individual e a coletiva não se coloca explicitamente na conceituação do termo memória ferroviária, mas nas abordagens do termo, como explicitado em pesquisas em periódicos. Essa dualidade

é justificável na atualidade pela definição recente do termo, que ao mesmo tempo reflete uma preocupação dos órgãos governamentais com o setor ferroviário, mas também mostra a falta de investimento do Estado na preservação desse patrimônio.

Ao generalizar as especificidades, o conceito de memória ferroviária atua de forma a contemplar as mais diferentes situações históricas e territoriais. Assim como a memóriacoletiva, que é construída a partir de pontos referenciais de outras memórias, a ferroviária engloba os diferentes complexos de transporte férreo, cada um com seus atributos próprios, que acabam por particularizar cada conjunto e suas respectivas estações, trilhos, vilas, armazéns e outros.

A privatização da RFFSA fecha um longo processo de decadência, que acaba por desmembrar ainda mais uma malha que já se encontrava fragmentada. Mas, por outro lado, esse desfecho decunho político abre outros questionamentos, em que o problema principal colocado é o destino que esses conjuntos ferroviários terão pela frente. É importante ressaltar que mesmo após o fim da “Era Ferroviária”, ainda há muito a se discutir acerca do futuro a ser dado às propriedades da Rede Ferroviária Federal e aos seus bens móveis e imóveis. O fato de essa discussão ter crescido ao longo do tempo fez com que se estabelecesse a necessidade de um processo de retomada das ferrovias e, conseqüentemente, de suas memórias. O fim da “Era Ferroviária” não significou a completa suspensão da construção de estradas de ferro no país, mas apenas um descarte em prol da política rodoviarista, em que a partir da queda de interesse governamental no setor, o trem se tornou, sobretudo, um transporte de carga.

Pretendeu-se com este estudo enfatizar o debate acerca da memória ferroviária, e perceber como a construção desta é significativa para gerar uma reflexão sobre como ela será amanhã. No Brasil, a memória da ferrovia é relevante porque seu produto físico ainda existe, porque seus remanescentes permanecem na composição da paisagem do lugar. É relevante porque é a partir dela que se irá definir o que será feito com essas construções. A partir do momento em que se possui um entendimento da atuação da “maria-fumaça” em outra época se pode estabelecer o que será feito com seus resquícios.

Referências bibliográficas

Brasil. (s.d.). *Lei nº 11.483/2007, de 31 de maio de 2007. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.*

Brasil. IPHAN (2017). *Patrimônio Ferroviário*. Acessível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/127>.

Faccio, A. J. (2016). *Infraestrutura ferroviária e privatização. O caso do trecho ferroviário Passo-*

- Fundo Marcelino Ramos, na região do Alto Uruguai - RS. Em P. F. UCZAI, *Ferrovia e desenvolvimento brasileiro: esse é o caminho* (p. 420). Brasília.
- Freire, M. E., Cavalcanti, F., Bessoni, G. & Freitas. (2012). Patrimônio ferroviário: memória ou esquecimento? Abordagem conceitual no processo de valoração do patrimônio ferroviário em Pernambuco. VI Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. Acessível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t6_patrimonio_ferrovia_rio.pdf.
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. (T. d. Schaffter, Ed.) São Paulo: Edições Vértice.
- Hartog, F. (2013). *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Kühl, B. M. (2009). *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia, SP: Ateliê Editorial.
- Matos, L. F. (2015). *Memória Ferroviária: da mobilização social à política pública de patrimônio* (Tese de Doutorado). Fundação Getúlio Vargas Escola de Ciências Sociais/CPDOC.
- Nora, P. (1993). *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História 10. São Paulo: PUC-SP.
- Oliveira, N. (27 de Abril de 2011). Memória. História Ferroviária comprometida. *Correio Braziliense, Caderno cidades*, p. 24.
- Pollack, M. (1983). *Memória, Esquecimento, Silêncio* (Vol. 2). (T. d. Flaksman, Ed.) Rio de Janeiro: Estudos Históricos.
- Prochnow, L. N. (2014). *O Iphan e o patrimônio ferroviário: a memória ferroviária como instrumento de preservação*. Rio de Janeiro: Tese de Mestrado - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Ribeiro, F. R., & Medeiros, A. E. (23 de Fevereiro de 2019). Memórias Ferroviárias de Brasília. *URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, 10, p. 498-526.
- Ricouer, P. (2008). Memória pessoal, Memória Coletiva. Em *A memória, a história, o esquecimento* (pp. 105-143). Campinas: Unicamp.
- Uczai, P. F. (2016). *Ferrovia e desenvolvimento brasileiro: esse é o caminho* (2ª ed.). Brasília.
- Wittmann, A. (2016). Por que “apagaram” a ferrovia no Vale do Itajaí - SC e no Brasil? (P. F. Uczai, Ed.) *Ferrovia e desenvolvimento brasileiro: esse é o caminho* (2), 420.

Os bens da ferrovia ressignificados no museu do trem na década de oitenta

Cinara Isolde Koch Lewinski

Resumo: Neste trabalho pretende-se discorrer a respeito dos remanescentes ferroviários brasileiros que foram patrimonializados simultaneamente com a perda de atribuições funcionais dos antigos imóveis da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) e que foram transferidos para o Centro de Preservação do Patrimônio Histórico do Rio Grande do Sul (CPHFRGS). A pesquisa fundamenta-se teoricamente na história cultural e a metodologia de estudo do Programa de Preservação do Patrimônio está concentrada na pesquisa documental. Sendo assim, analisa-se a transformação funcional que os acervos ferroviários sofreram com as ações do campo do patrimônio e que concomitantemente, passaram a ser apropriados simbolicamente de um modo diferente pelos agentes sociais. Deste modo, o estudo baseia-se no discurso que atua no momento em que o patrimônio da estrada de ferro passa a fazer parte do CPHFRGS como uma demonstração das práticas sociais e processos de representação pelo Programa de Preservação do Patrimônio Histórico (Preserve) na década de oitenta. Portanto, neste texto busca-se refletir sobre o valor histórico atribuído ao acervo ferroviário do CPHFRGS que foi constituído na década de oitenta, as concepções sobre a definição de patrimônio concebida pelo Preserve e a função que destinavam aos museus que administravam.

Palavras-chave: Patrimônio industrial; Preservação do Patrimônio Histórico; Centro de Preservação do Patrimônio Histórico do Rio Grande do Sul; Acervo ferroviário.

Abstract: In this work we intend to talk about the remaining Brazilian railroads that were patrimonialized simultaneously with the loss of imputed attributions of the old properties of the Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) and that were transferred to the Center for the Preservation of the Historical Heritage of Rio Grande do Sul (CPHFRGS). The research is based theoretically on cultural history and the methodology on the study of the Heritage Preservation Program and is concentrated in documentary research. Thus, it is analyzed the functional transformation that the railway collections underwent with the actions of preservation of this patrimony, regarding how they can be appropriated symbolically in a different way by the social agents. In this way, the study is based on the discourse and in the tasks done in different phases of the process, which makes possible the railroad heritage becomes part of the CPHFRGS as a demonstration of the social practices and processes of representation by the Historical Heritage Preservation Program (PRESERVE) in eighties. Therefore, this text seeks to reflect on the historical value attributed to the CPHFRGS railway collection that was constituted in the eighties, as conceptions about the definition of heritage conceived by Preserve and the function, they destined for the museums they managed.

Keywords: Industrial heritage; Preservation of Historic Heritage; Center for the Preservation of the Historic Heritage of Rio Grande do Sul; railway collection.

Introdução

Este trabalho apresenta o resultado da pesquisa acadêmica sobre a musealização do patrimônio ferroviário gaúcho com a constituição do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul (CPHFRGS). O interesse em pesquisar a trajetória dessa instituição com o recorte temporal que se inicia em 1980 e finaliza em 1990 surgiu no decorrer do trabalho como historiógrafa no Museu do Trem de São Leopoldo/ RS. Ao examinar a documentação administrativa da instituição, constatou-se que em 26 de novembro de 1976 foi criado o Museu do Trem em um convênio entre a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) e o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. A instituição museológica partilhava o mesmo espaço com a estação ferroviária de São Leopoldo até 1980, quando foi desativada. Em 1982, RFFSA retoma o Museu do Trem através do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico, o PRESERVE¹, e reconstrói a centenária edificação que passa a abrigar o Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul (CPHFRGS) até 1989. Então, julgou-se que seria importante estudar o período em que o PRESERVE atuou no Museu do Trem e inaugurou o sexto Centro de Preservação da História Ferroviária do Brasil no ano de 1985. Com esse intuito, buscou-se analisar o discurso produzido pelo CPHFRGS na década de 1980 por meio do acervo patrimonializado pelo governo federal. Inicialmente, estudou-se o surgimento de políticas patrimoniais que contemplaram o patrimônio cultural ferroviário e observou-se que as determinações tomadas pelo governo federal brasileiro seguiram as decisões tomadas pela UNESCO, por intermédio das medidas da Carta de Veneza (1964) que passou a ajustar as suas deliberações com uma definição de patrimônio cultural ampliada pautando-se nos “[...] referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano” (Funari & Pelegrini, 2006, p. 32); que sequer seriam considerados passíveis de qualquer tipo de proteção há algumas décadas. Dessa forma, “essa abertura temática permitiu que construções menos prestigiadas ou mais populares, como moinhos, mercados públicos ou estações de trem, fossem reconhecidos como patrimônio” (*ibidem*). As transformações da perspectiva alargaram os bens compreendidos como patrimônio, os quais passaram a vincular-se a sujeitos

¹ O programa foi criado em 1980 pelo Ministério dos Transportes que buscou preservar a memória do desenvolvimento de todos os meios de transportes no Brasil, através da salvaguarda de bens avaliados históricos e representativos de cada modal. No entanto, a partir de 1986 deixou de ser ministerial e passou a ser intermediado pela RFFSA com a denominação de Preserve. Com essa mudança, o programa passou a atuar somente na preservação do patrimônio histórico da ferrovia. (BRASIL, 1982)

comuns e demais objetos do cotidiano. Então, com a incorporação de novas concepções nas práticas de tombamento a partir da democratização da cultura, o patrimônio da ferrovia no Brasil passou a fazer parte do inventário dos bens a serem preservados. Assim sendo, a ferrovia que por mais de um século fora símbolo de modernidade e progresso estava sendo ressignificada como patrimônio cultural. No entanto, começou-se a pensar efetivamente em uma política patrimonial sobre os bens ferroviários no Brasil a partir do momento em que a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) foi incluída no Programa Nacional de Desestatização². Logo, todo o patrimônio ferroviário não operacional constituído a partir dos meados do séc. XIX em nosso país, passou a ser responsabilidade do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ganhando destaque no Patrimônio Cultural Brasileiro devido à sua importância socioeconômica para a sociedade. No desdobramento desse processo, vários museus ferroviários foram criados no Brasil durante a execução dos projetos do PRESERVE, entre a década de 1980 e início dos anos 1990, ou seja, antes do IPHAN assumir a responsabilidade pela salvaguarda do acervo desse modal.

Então, foi da responsabilidade do governo federal a condução do processo de patrimonialização do acervo ferroviário por intermédio do PRESERVE. Esse programa, dentre suas várias atribuições, determinou os critérios de seleção dos objetos que deveriam ser salvaguardados e também foi incumbido de inventariar os acervos ferroviários, que outrora eram bens ativos operacionais. Sendo assim, os centros de preservação constituídos pelo programa federal que, além de conservar o patrimônio tangível também conceberam valores e sentidos, deixaram marcas profundas na concepção dos acervos ferroviários. Com o desejo de divulgar a história e edificar uma cultura da preservação ferroviária, o PRESERVE deliberou sobre a escolha dos objetos e símbolos do passado que deveriam ser conservados, construindo um discurso propagado nos centros e núcleos de preservação do Brasil e deste modo, propôs uma “memória oficializada”. Assim, as estações ferroviárias foram selecionadas pela importância adquirida para a comunidade local, estrutura e apelo social e, desta maneira, foram consideradas de grande valor histórico, pois cidades desenvolveram-se e outras surgiram em torno das estações e dos trilhos da ferrovia e, por isso,

² A Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, sobre o Programa Nacional de Desestatização (PND), favoreceu várias mudanças para tornar as malhas ferroviárias atrativas para as concessionárias. Dentre as ações governamentais estabelecidas pelo referido plano estava a destinação dos bens operacionais para o DNIT e dos bens não operacionais para diversos órgãos ou entidades, como o IPHAN. (BRASIL, 1997).

ganharam *status* como símbolos do desenvolvimento urbano. Contudo, não foram todas as estações que foram protegidas e, por isso, somente as edificações de valor histórico e arquitetônico reconhecidos pelos critérios do PRESERVE foram salvaguardadas pelo governo federal. No conjunto das estações preservadas, o programa incluiu a antiga estação ferroviária de São Leopoldo e, mesmo que a sociedade leopoldense tenha se mobilizado para salvar a primeira estação férrea sul-rio-grandense da eminente destruição, ainda assim, os agentes do PRESERVE foram as autoridades que detiveram o poder de decisão sobre a sua conservação e também sobre o acervo que seria salvaguardado na instituição.

Considerando a escolha pela preservação da estação ferroviária de São Leopoldo pelo PRESERVE, pode-se dizer que o valor preponderante, o qual levou a sua consolidação como patrimônio histórico, foi o fato de ter vindo pré-fabricada da Inglaterra e ter um estilo vitoriano. Assim, a vinculação do valor arquitetônico com o fato de ser a primeira estação ferroviária do Rio Grande do Sul, a qual a historiografia brasileira corrobora, deu importância ao prédio possibilitando a sua salvaguarda pelo programa do governo federal. Se a preocupação maior do PRESERVE era preservar a antiga estação, em contrapartida, transformá-la em um museu potencializava a sua capacidade de evocação do passado ao qual se almejava atrelar. Dessa forma, houve uma tentativa de organizar um lugar de memória da ferrovia gaúcha, pois buscou-se aglutinar ali a possibilidade de ligação entre o passado da ferrovia e o seu presente, quando já não está mais em atividade. No entanto, o principal foco do PRESERVE não foi o valor histórico da antiga estação de São Leopoldo, mas a arquitetura do prédio, o aspecto mais destacado. O programa governamental desenvolveu uma política patrimonial que valorizou aspectos formais do estilo arquitetônico sem destacar as relações sociais que tornaram possível o desenvolvimento do modal ferroviário nas décadas anteriores, como podemos observar nesse trecho escrito pelo gerente do PRESERVE:

De acordo com o gerente, o arquiteto Cláudio Bacalhau, na apresentação, em 1991, do Manual de preservação de edificações ferroviárias antigas, ‘era importante resguardar a memória da história da arquitetura no Brasil’, pois a arquitetura ferroviária, para o PRESERVE, ‘é um exemplo marcante da influência do prédio na evolução urbana’.
(Prochnow, 2014, p. 25, grifo autor).

Portanto, o programa preservacionista ainda dava ênfase à parte física do acervo preservado e dificilmente trazia à discussão significados e valores mais complexos envolvendo a sociedade no processo de patrimonialização. Matos (2015) observou em

sua tese, que o PRESERVE mesmo não tendo a predominância de arquitetos, mas possuindo um quadro de funcionários multidisciplinares não conseguiu desvincular-se das raízes do modelo preservacionista implantado pelo Estado e desenvolvido pelo IPHAN nas décadas anteriores no que diz respeito à demasiada valorização do patrimônio arquitetônico. Desse modo, a autora propõe a ideia de que tal entendimento estava bastante assimilado no *modus operandi* do campo preservacionista do período. Em relação ao CPHFRGS, observou uma excessiva valorização da estação e uma recorrente fetichização de objetos, com a qual apresenta as referências da ferrovia gaúcha. (Matos, 2015).

Então, se em um primeiro momento (1976) interessava apenas abrigar um museu na estação ferroviária de São Leopoldo pelo valor histórico do prédio, a partir do instante em que o Museu do Trem passa a abrigar o CPHFRGS procurou-se incidir sobre a instituição a marca de lugar de memória da ferrovia gaúcha, o que terá implicações nas representações que ela passará a construir e consagrar nos seus espaços. Na busca para legitimá-lo como lugar de memória da ferrovia gaúcha, o Museu do Trem ampliou o seu acervo por meio da seleção dos bens não operacionais da RFFSA, oriundos principalmente de escritórios e outros recintos da ferrovia em Porto Alegre, e das estações do interior que estavam sendo desativadas na época. Com relação às significações aplicadas ao acervo, os agentes do PRESERVE tiveram a contribuição de ferroviários que também atribuíram valor histórico aos objetos selecionados. Muitos ferroviários contribuíram na constituição do acervo no CPHFRGS a partir da seleção, do deslocamento e da preservação do material histórico, porém, estavam apoiados na evocação do coletivo que se faz presente em muitas de suas lembranças. Provavelmente, dar um novo significado para os vestígios da estrada de ferro no CPHFRGS trouxe para os trabalhadores da ferrovia uma confiança maior na exatidão dessa rememoração, pois destacavam “(...) as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida (...)” (Halbwachs, 2006, p. 51)

Sendo assim, pode-se deduzir que o acervo constituído no CPHFRGS em quase sua totalidade era constituído por peças, documentos, livros e audiovisuais recolhidos nos recintos do interior e nos acervos instituídos em alguns prédios da RFFSA pelos próprios funcionários da empresa e por doação de particulares. Apesar da ação de salvaguarda ter iniciado de forma aleatória pelos funcionários da RFFSA, com o propósito de rememorar os tempos áureos em que a ferrovia operava e os bons momentos que nela ocorreram, a tentativa de constituir um lugar da memória ferroviária gaúcha só foi possível por intermédio da iniciativa do governo federal. Então

para compreender melhor a função do CPHFRGS, em primeiro lugar é preciso entender a preservação de bens culturais pelo Estado como uma prática política seletiva (Fonseca, 2009) e considerar que “a interpretação desses valores se dava dentro dos limites conceituais e das condições políticas vigentes, e era legitimada pela autoridade de quem os atribuía” (*ibidem*, p.169).

Deste modo, o acervo selecionado e ressignificado de acordo com os valores do programa preservacionista do governo federal foi utilizado para a composição da reserva técnica e para a exposição ao público, estabelecidos com base nas técnicas e narrativas empregadas no campo da Museologia, coordenada pela secretária executiva do PRESERVE, Maria Elisa Carrazzoni. No decorrer da trajetória do programa preservacionista do governo federal, a instituição recebeu por doação e principalmente por transferência pela RFFSA acervos tridimensionais e bidimensionais, que vieram separados e ou desmembrados no museu por materialidade, para seu o melhor tratamento tanto na documentação como na conservação dos objetos. Então, o Museu do Trem possui um acervo tridimensional remanescente de diversos departamentos da ferrovia no Rio Grande do Sul; um acervo documental que são registros produzidos administrativamente por diversos setores, durante a trajetória da estrada de ferro; um acervo bibliográfico que abrange livros, periódicos, manuais com publicações estrangeiras e nacionais referentes aos assuntos relacionados à ferrovia; e, finalmente, o acervo audiovisual que é composto por um número significativo de fotografias em papel, com alguns negativos em vidro e registros audiovisuais da construção da estrada de ferro em diferentes mídias.

Conforme Julião (2006), nesse processo, os museus estabelecem-se como lugares por excelência, nos quais se formaliza a transformação dos objetos em documentos ou bens culturais. Por meio dessa mudança, os materiais perdem a sua função utilitária, mas migram para “(...) o campo ideológico que os consagra como relíquias, raridades ou curiosidades, destinados a fazer lembrar acontecimentos, para o âmbito cognitivo, tornando-se suportes de informação, a partir das quais é possível construir conhecimento”. (Julião, 2006, p. 100). Portanto, “o objeto museológico, enquanto representação da memória adquire um valor simbólico dentro do âmbito a que denominamos patrimônio cultural” (Yassuda, 2009, f. 68), cuja atribuição depende em parte da própria posição dos agentes concedentes desse predicado na sociedade, da sua época e da sua organização mental “(...) que, insere-se numa situação inicial que é ainda menos ‘neutra’ do que a sua intervenção traz (...)”. (Le Goff, 1990, p. 549). Nesse sentido, Matos (2015) adverte que nas práticas preservacionistas do PRESERVE há uma conexão direta com os materiais históricos “(...) não por acaso decorrente dos

modelos existentes no que se refere à preservação de legados históricos e artísticos, vigentes até a década de 2000, época em que os bens culturais ou imateriais assumem importância no meio protetivo e preservacionista”. (Matos, 2015, f.199). Então, o CPHFRGS seguiu os modelos existentes com respeito à preservação dos bens materiais, sem ter claramente uma preocupação com o imaterial. Assim, os vários acervos constituídos foram ressignificados através das bases técnicas e narrativas do PRESERVE que tinha como meta criar uma cultura ferroviária, por meio da conscientização da população frente à preservação do acervo ferroviário. Portanto, o Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul (CPHFRGS) tinha o desígnio de difundir a história dos transportes, selecionando referenciais significativos que remetiam a memória pela apropriação do território.

Então, os agentes do PRESERVE preocupados em preservar os vestígios (arquivos, objetos, etc.) que tinham por vocação fixar o passado nos centros de preservação divulgaram o termo “memória ferroviária” em combinação com a preservação de objetos referentes à ferrovia e às estratégias de difusão da história ferroviária. Portanto, o acervo ferroviário foi conservado para construir uma narrativa que além de rememorar o desenvolvimento das cidades e da evolução tecnológica, também serviu para saudar os atos perpetrados pelo Estado nacional como empreendedor da conquista do território e do desenvolvimento econômico. (Prochnow, 2014). Enfim, o Centro de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário no Rio Grande do Sul administrado pelo governo federal na década de oitenta estabeleceu uma representação da história ferroviária sul-rio-grandense, mas também serviram para saudar os atos praticados pelo Estado Nacional como empreendedor da conquista do território e do desenvolvimento econômico.

Considerações finais

Neste trabalho, o assunto que ganhou centralidade foi a análise dos discursos construídos para a constituição do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul pelo PRESERVE. A escolha do Museu do Trem de São Leopoldo como objeto de pesquisa parte da mesma proposta de Meneses (1994) que sugere que a própria instituição deve ser o primeiro documento histórico a ser indagado em um museu. Procurou-se nesta investigação averiguar os traços do CPHFRGS e os valores que se associaram ao processo de sua instituição e da formação de seu acervo na década de oitenta. Considerando, o CPHFRGS como uma construção histórico-

sociocultural, uma instituição pública, esta foi analisada a partir dos valores ideológicos subjacentes a um projecto nacional, perspectiva que estava inserida em um projeto nacional, cujo propósito era ressignificar os bens não operacionais da ferrovia transformando-os em patrimônio cultural. Como na década de 1980, ainda não havia leis para preservar especificamente o acervo ferroviário e o SPHAN/IPHAN legalmente não tinham a responsabilidade de salvaguardá-lo, o programa governamental teve a função de iniciar o levantamento, a preservação, a difusão da cultura ferroviária e a divulgação da história da estrada de ferro no Brasil. O PRESERVE criou vários centros e núcleos de preservação no país. No Rio Grande do Sul, o PRESERVE trabalhou efetivamente no Museu do Trem de São Leopoldo, local que abrigou o CPHFRGS. Como já foi explanado, a escolha dos lugares para implantação dos centros e núcleos considerou a importância adquirida pela ferrovia para a comunidade local, a estrutura existente e o apelo social, mas principalmente o valor histórico (Riegl, 2014) e arquitetônico das edificações, predativos que a estação de São Leopoldo (Museu do Trem) possuía. Então, o Museu do Trem de São Leopoldo, ao acolher o CPHFRGS, passou a ressignificar os bens não operacionais da ferrovia tornando-os acervo da instituição, mas também elaborou a passagem da memória dos objetos à história da estrada de ferro. Salienta-se que houve uma condução na construção de sentidos por parte dos agentes do PRESERVE apesar de ter havido uma colaboração de ferroviários no processo de patrimonialização. Sendo assim, a constituição do acervo do CPHFRGS não foi uma ação patrimonialista inócua, pois imprimiu significados na medida em que a musealização dos materiais históricos da ferrovia tinha um caráter seletivo e político, carregado de subjetividades, mas vinculadas a interesses pelo qual o PRESERVE ficou encarregado na sua atribuição de valores e ações de preservação.

Enfim, este texto não teve a pretensão de apagar os traços ideológicos passados da instituição, mas de propor uma verificação da historicidade dos processos de composição do espaço museológico mencionado subordinado à vontade política patrimonialista do governo federal e sujeita às lutas de representação do passado da ferrovia e as disputas de poder pela legitimação da história oficial da estrada de ferro. Portanto, procurou-se converter o Centro de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário no Rio Grande do Sul em objeto de História para entender os valores e normas estabelecidos no ato fundacional que influenciaram na organização do espaço museológico e as suas implicações na função do Museu do Trem nos dias atuais dentro de um contexto mais amplo do que o âmbito institucional. Assim sendo, a constituição do acervo ferroviário gaúcho não foi uma reunião ao acaso de curiosidades, mas uma

série de seleções dos objetos antes e durante a atuação do PRESERVE para compor o acervo do CPHFRGS em razão do seu valor histórico e, apesar, do ponto de vista documental, é preciso lembrar que o programa preservacionista garantiu a preservação do que de outra forma talvez tivesse desaparecido.

Referências bibliográficas

- Brasil. Constituição (1988). *Patrimônio Cultural Brasileiro*. Acessível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf.
- Brasil. Ministério de Planejamento. Secretaria do Patrimônio da União (2009). *Programa de destinação do patrimônio da extinta RFFSA para apoio ao desenvolvimento local*. Brasília, DF. Acessível em: <http://www.rffsa.gov.br/principal/Destinacao%20do%20Patrimonio%20da%20RFFSA.PDF>.
- Brasil. Ministério dos Transportes (1982). *Documento Nº 1 1980-1982 (Preserve - Programa de Preservação do Patrimônio Histórico do Ministério dos Transportes)*. Brasília: PRESERVE, CCP.
- Brasil. Ministério dos Transportes (2008). *Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. -RFFSA. Inventário de bens móveis de valor histórico, artístico e cultural do Museu do Trem São Leopoldo-RS*. Porto Alegre: Unidade Regional Porto Alegre.
- Brasil. Rede Ferroviária Federal (RFFSA) [198-?]. *Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul com a denominação: Rede Ferroviária Federal S.A conta a sua história através do Museu do Trem-SL*. [Documento administrativo]. São Leopoldo.
- Brasil. Rede Ferroviária Federal (RFFSA) (1981). *Diretrizes para a instalação de centros de preservação da história ferroviária*. [Documento administrativo]. Brasília.
- Brasil. Ministério dos Transportes/ Rede Ferroviária Federal S.A. – Superintendência Regional de Porto Alegre (1985). *Centro de Preservação da História da Ferrovia no Rio Grande do Sul*. 1.ª ed. Porto Alegre: Ed. Gráfica Metrópole.
- Brasil. Rede Ferroviária Federal (RFFSA) (1986). *Estudos técnico-organizacionais do CPHFRGS*. [Documento administrativo]. São Leopoldo.
- Fonseca, M. C. L. (2005). *O patrimônio em processo: trajetória da política federal reservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Minc-.Iphan.
- Funari, P. P. A. & Pelegrini, S. C. A. (2006). *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Halbwachs, M. (2006). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Hartog, F. (2006). Tempo e Patrimônio. *Varia História*, 22 (36), p. 261-273.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (2014). *Patrimônio ferroviário*. Brasília, DF. Acessível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/127>.
- Julião, L. (2006). Apontamentos sobre a história do museu. In: *Caderno de diretrizes museológicas 1*. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2ª ed., p. 17-30.
- Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Lewinski, C. I. K. (2017). O que é o Preserve/fe? E como se constituiu o Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul na década de 1980? *Mosaico*, 8, p. 103.
- Matos, L. F. (2015). *Memória ferroviária: da mobilização social à política pública de patrimônio* (Tese de Doutorado). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil.
- Meneses, U. B. (1994). Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, N. Ser. 2, p. 9-42.

- Prochnow, L. N. (2014). *O Iphan e o patrimônio ferroviário: a memória ferroviária como instrumento de preservação* (Tese de Mestrado). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, Brasil.
- Riegl, Alôis (2014). *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. São Paulo: Perspectiva.
- Yassuda, S. N. (2009). *Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista* (Tese De Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, Brasil.

Complexo Cultural e Turístico MAESA: o resgate de uma história

Rubia Ana Mossi Frizzo e Sílvia Rafaela Scapin Nunes

Resumo: MAESA, Metalúrgica Abramo Eberle S / A, foi a maior indústria da cidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul (RS), Brasil, à sua época e a maior impulsionadora socioeconômica da região, desde a década de 1950. Gerações de colaboradores caminharam em suas praças, bosques e lago, “lá viveram juntos, fizeram amizade e muitas famílias se formaram”. O prédio da fundição da fábrica 2, inaugurado em 1948, foi o primeiro dos 19 prédios construídos a partir de 1945 em arquitetura manchesteriana, fase que sinalizou maior a expansão da empresa. Na MAESA foram realizadas produção de mecânica, fundição, forja e cutelaria, como a fundição das estátuas de bronze do Monumento Nacional ao Imigrante, símbolo oficial da cidade de Caxias do Sul. Em 2010, após várias crises, o complexo de cerca de 45 mil m² de edifícios numa área de 53 mil m², foi entregue ao Estado do RS a título de pagamento de impostos. Para conscientizar a comunidade sobre a importância simbólica do imóvel, que corria sério risco de demolição, foi iniciada uma grande mobilização da comunidade e um pedido de Tombamento do complexo. Após reuniões, seminários e audiências públicas, a área e os prédios foram doados ao Município (Lei 14.617 / 2014) para uso público especial para fins culturais. Uma cláusula previa a apresentação, no prazo de um ano da publicação da Lei de Doação, de projeto detalhado de ocupação, uso e gestão do complexo, com discriminação de ações e prazos de execução. Após entrega e aprovação do Plano as matrículas dos imóveis foram transferidas para o município. É sobre a mobilização em torno da reconquista desse significativo patrimônio material e imaterial e a sua preservação para as futuras gerações que versa este artigo.

Palavras-chave: patrimônio histórico e cultural; imigração italiana; arquitetura industrial; arqueologia industrial; maquinário histórico; MAESA; sustentabilidade.

Abstract: MAESA, Metalúrgica Abramo Eberle S/A, Factory 2, was the largest industry in the city of Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brazil, at the time and the largest socioeconomic driver in the region, since the 1950s. Generations of collaborators walked in its square, woods and lake, “there they lived together, became friends and many families were formed”. Built in 1945, in Manchesterian style, the first of more than a dozen buildings, the foundry, opened in 1948, in the company's greatest expansion phase. At MAESA, mechanics, foundry, forging and cutlery production were carried out, in addition to the casting of bronze statues of the National Monument to the Immigrant, the city's official symbol. In 2010, after several crises, the complex of approximately 45 thousand square meters of buildings in an area of 53 thousand square meters, was handed over to the State in payment of taxes. In order to make the community aware of the symbolic importance of the property, which was at serious risk of demolition, a mobilization and request for the tipping of the complex is initiated. After meetings, seminars and public hearings, the equipment is donated to the Municipality (Law 14.617/2014) for special public use for cultural purposes, with a clause to present, within one year, a detailed project for the occupation, use and management of the complex, with discrimination of actions and execution deadlines. It is about the preservation of this material and immaterial heritage and preservation for future generations, that this article discusses.

Keywords: cultural and historical heritage; italian immigration; industrial architecture; industrial archeology; historic machinery.

História e Memória da MAESA

A colonização italiana ocorreu no Sul do Brasil a partir de 1875, quando os imigrantes deixaram a Itália após anos de lutas pela unificação, que levou a população a um período de grandes dificuldades. Uma parcela desses italianos chega à Serra Gaúcha e ocupa as terras nos fundos de Nova Palmira, que viria a se constituir no Município de Caxias do Sul. Os imigrantes não eram só agricultores, também chegaram tecelões, marceneiros, carpinteiros, ferreiros, funileiros. Estes artesãos foram os pioneiros da indústria e também os primeiros instrutores profissionais. Em 1884 chega a família de Giuseppe Giacomo Eberle e Luigia Carolina Zanrosso Eberle, pais de Abramo Eberle, o segundo dos filhos, considerado o fundador das empresas de mesmo nome, importante recorte do marco inicial da história industrial de Caxias do Sul (Fig 1).



Figura 1. Caxias do Sul em 1880. Fonte: Frizzo, 2019.

A história, porém, não começa com Abramo, mas alguns anos antes quando Giuseppe compra uma pequena funilaria de propriedade de Francesco Rossi, localizada na quadra central da cidade, distante apenas alguns metros da igreja, palco dos mais importantes acontecimentos da época. A pequena funilaria viria a ser operada pela mãe de Abramo, Luigia Eberle, natural de Monte Magré, Província de

¹ *Merica, Merica* é uma canção do folclore italiano, composta por Angelo Giusti, que fala da vinda dos imigrantes para a Serra Gaúcha, depois de uma longa travessia marítima, repleta de agruras. Tornou-se o hino oficial dos imigrantes.

Vicenza, Itália, nascida em 2 de junho de 1854. Luigia casou-se com Giuseppe Giacomo Eberle em 1878 e, em 1884 empreenderia a viagem para o Brasil, instalando-se com a família, sogra e quatro filhos, em Caxias do Sul. No Brasil eles tiveram mais seis filhos, totalizando dez, como era costume à época (figura 2). Abramo, o segundo filho, nasceu em 1880, em Monte Magré, e tinha quatro anos quando a família emigrou para a América.

Além da funilaria (Fig. 2), Giuseppe adquiriu terras para o plantio de árvores frutíferas, atividade pela qual tinha verdadeiro apreço. À sua mulher, Luigia, coube a administração e execução dos trabalhos na funilaria, além de cuidar dos filhos, atividade em que era ajudada pela sogra. Na funilaria era ajudada pelos filhos, dentre os quais Abramo, que passou ajudar a mãe a partir dos 8 anos de idade. Por causa dessa atividade, viria a ser conhecida como Giggia Bandera (Luisa funileira), no dialeto italiano e é considerada um símbolo para o empreendedorismo feminino na Serra Gaúcha, RS, Brasil, dando nome à principal comenda do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul e Região – SIMECS. Alguns anos depois, quando o pai adquire novas terras para ampliar o plantio do pomar - que era sua verdadeira paixão - segundo descreve seu descendente Cláudio Eberle, surge a ideia de vender a funilaria para dedicar-se à atividade agrícola.

Era o ano de 1896 e Abramo, contando com 16 anos, decide adquirir a empresa dos pais pelo exato valor que eles haviam comprado de Francesco Rossi. Essa é, portanto, a data atribuída à fundação da empresa. Já em 1918, a Ourivesaria e Funilaria Central Abramo Eberle & Cia. começou a produzir talheres, cutelaria e objetos de mesa. A partir daí os negócios prosperaram, principalmente pela visão empreendedora de Abramo, que começa a prospectar outros mercados como o de São Paulo, por exemplo. Para atender à demanda dos pedidos, a empresa vai adquirindo os terrenos no quarteirão em volta da funilaria para a ampliação da empresa. Mesmo assim, na década de 1940, o espaço físico já se torna insuficiente, por isso, a empresa adquire uma gleba de terras em área fora dos limites urbanos, para construir sua segunda fábrica, próxima à rodovia BR 116, a fim de facilitar o escoamento da produção (Fig. 3).



Figura 2. Instalações da Metalúrgica Abramo Eberle e Cia na década de 1920. Acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Caxias do Sul, RS, Brasil.

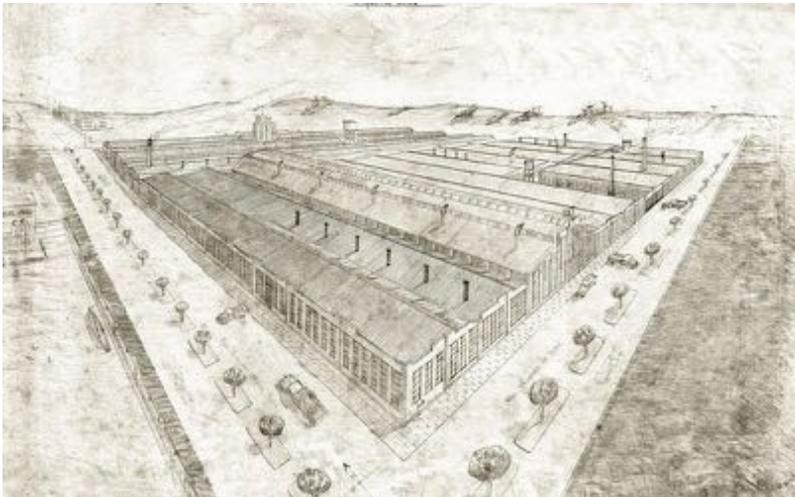


Figura 3. Projeto Arquitetônico da MAESA, fábrica 2. Fonte: Frizzo, 2019.

Instalada numa área de 53 mil m², a fábrica 2 da Metalúrgica Abramo Eberle S/A - MAESA torna-se a maior indústria do Município à sua época e a maior impulsionadora do desenvolvimento socioeconômico da história do Município e região. A construção do primeiro dos prédios, o da fundição, inicia em 1945 e é inaugurado em 1948 (Figs. 4 e 5).



Figura 4. Fachada da Metalúrgica Abramo Eberle (MAESA) - Fábrica 2, em 1948. Fonte: Frizzo, 2019.



Figura 5. Vista aérea do entorno da MAESA nos anos 1960. Vê-se a Praça Monteiro Lobato, o Senai e a Escola. Fonte: Frizzo, 2019.

No auge de sua trajetória a MAESA contava com 4 fábricas produzindo mais de 6 mil produtos, empregando 3.500 trabalhadores em seu parque fabril. Em 2010, após diversas crises que se sucederam desde a década de 1970, a Fábrica 2 da MAESA foi entregue ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul em pagamento de tributos devidos. Em vista da importância material e imaterial do complexo, do risco iminente de demolição em virtude da possível venda para a iniciativa privada, da singularidade das edificações e sua importância simbólica, a partir de 2013 ocorreu grande mobilização na comunidade para que o bem retornasse ao Município de Caxias do Sul, com encaminhamento de pedido de Tombamento do sítio (efetivado em 2015). Atualmente, existe uma grande expectativa de reconversão do sítio arqueológico MAESA, composto de prédios e acervo de maquinário histórico, em um espaço cultural e turístico, que celebre os saberes e os fazeres, honrando os que vieram antes de nós.

Então, esse sítio arqueológico, um exemplar único de sua época, passará a ser um local de encontros e trocas culturais. E a contar novas histórias (Fig. 6).

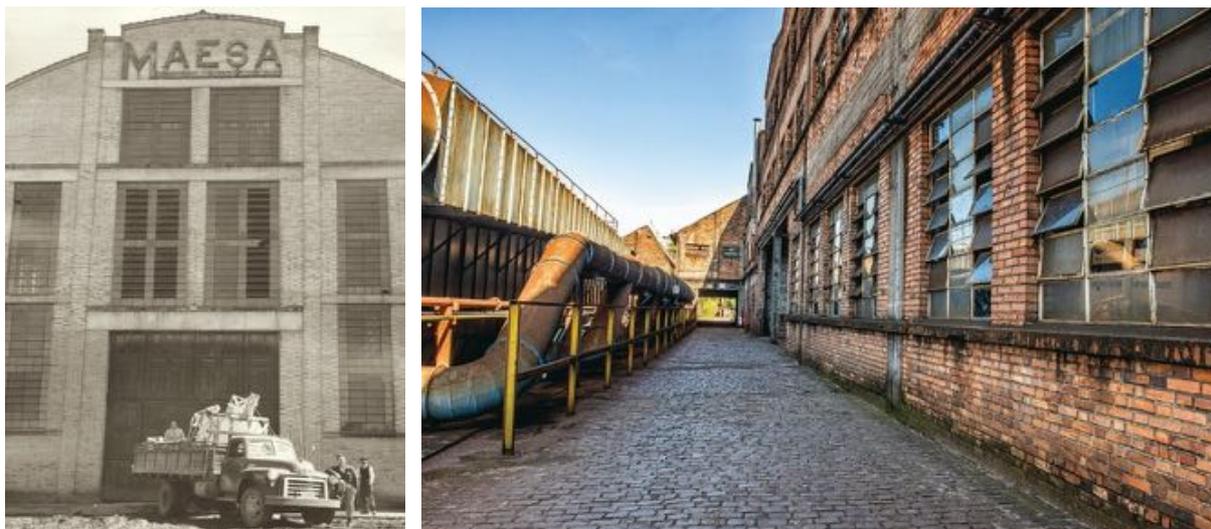


Figura 6. Vista Aérea atual da MAESA. Fonte: Frizzo, 2019.

Tombamento MAESA

Patrimônio Material e Imaterial

A identidade histórica e cultural da fábrica 2 da Metalúrgica Abramo Eberle S/A – MAESA é marcada por sua arquitetura industrial em estilo manchesteriano (Figs. 7 e 8). Porém, seu legado vai muito além dos tijolos aparentes, pois constitui-se em patrimônio cultural da coletividade (Figs. 9 e 10). A preservação daquela arquitetura industrial (patrimônio material) e da memória do trabalho e das relações ocorridos em seus prédios (patrimônio imaterial), entre os anos finais da década de 1940 até os primeiros anos da década de 2000, foram legitimados por meio da salvaguarda do Tombamento efetivado em 2015.



Figuras 7 e 8. Fachada de tijolos aparentes e vista de fachada da área interna da MAESA. Fonte: Frizzo, 2019.



Figuras 9 e 10. Trabalho em uma das esculturas do Monumento Nacional ao Imigrante na MAESA, em 1954 (à esquerda); Transporte das esculturas de bronze que fazem parte do Monumento Nacional ao Imigrante quando saem da fábrica da MAESA em 1954. Fonte: Frizzo, 2019.

O pedido, encaminhado pela União das Associações de Bairros de Caxias do Sul – UAB à Prefeitura, foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural - COMPAHC de Caxias do Sul. Trata-se da preservação de um conjunto de aproximadamente 45 mil m² de prédios edificadas em área de 53 mil m², delimitados por área compreendida entre a Rua Plácido de Castro, Rua Pedro Tomasi, Rua Treze de Maio e Rua Dom José Baréa, no coração do Bairro Exposição, área central, próxima ao Centro Administrativo Municipal, em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil (Fig. 11).



Figura 11. Fachada MAESA frente norte.
Fonte: Frizzo, 2019.

No ano 2014, após grande mobilização da comunidade, o conjunto foi doado ao Município através da Lei Estadual nº 14.617 de 08/12/2014, estabelecendo, no seu art. 2º, que “o imóvel descrito no art. 1º desta Lei destina-se a uso público especial com finalidade cultural, de instalação de equipamentos públicos e de funcionamento de órgãos públicos, em que seja garantido o manejo sustentável do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural por ele constituído.” Já o art. 3º da Lei estabelece que:

Para o cumprimento das finalidades previstas no art. 2º desta Lei, o Município de Caxias do Sul deverá promover as ações necessárias à garantia da preservação e da recuperação do imóvel de que trata esta Lei, bem como apresentar à Chefia do Poder Executivo Estadual, no prazo de 1 (um) ano, a contar da data de publicação desta Lei, projeto detalhado de ocupação, uso e gestão do referido imóvel, com discriminação de ações e de prazos de execução.

Para cumprir o estabelecido na Lei, o então Prefeito cria uma Comissão Especial para Análise de Uso e Gestão da MAESA, por meio de Decreto. A Comissão é formada pela participação das entidades mais representativas da comunidade e trata de analisar a ocupação do complexo e a elaboração das diretrizes indicadas pelos termos condicionantes de que trata a Lei de Doação, coordenada pela então Secretária Municipal da Cultura, Rubia Ana Mossi Frizzo. Após um ano de intensos trabalhos, reuniões públicas, seminários, reuniões ordinárias e extraordinárias, debates e apresentações para os mais diversos segmentos da comunidade, é entregue ao governo do Estado, dentro do prazo estipulado na Lei, o “Projeto de Intervenção, Uso, Ocupação e Gestão da MAESA” (conhecido carinhosamente desde então como “Plano de

Ocupação da MAESA”). Norteado pelas diretrizes de sustentabilidade ambiental, patrimonial e econômica, o plano prevê, entre outros, a instalação de um Museu da Metalurgia, Espaços de Memória, como o Memorial do Trabalho que aconteceu naquele espaço, Biblioteca Viva, Sala de Cinema, Teatro Multipalco, Espaço Cenotécnico, Espaço para Inovação, Centro de Eventos e Mercado Público conjugando áreas cultura, turismo e gastronomia, além da transferência de três secretarias com afinidade com o espaço, a saber, a Secretaria do Meio Ambiente - SEMMA, da Educação e da Segurança Pública. Durante a elaboração do Plano de Ocupação entendeu-se importante a transferências dessas secretarias em virtude da necessidade de manutenção dos espaços e visando à sustentabilidade financeira, já que essas secretarias encontram-se em prédios alugados, distantes do Centro Administrativo Municipal.

Com o objetivo de dar mais celeridade ao Plano de Ocupação, que estivera praticamente parado durante os anos de 2017 a 2019, o Prefeito criou, no ano de 2020, uma divisão especial dentro da Secretaria do Planejamento do Município, na divisão de projetos - DPROJ, designada de “Projeto MAESA”, com dedicação exclusiva. Entendendo a urgência de iniciar-se essa ocupação e a fim de que pudesse ser dedicado o cuidado de manutenção e preservação para o espaço, indicou-se como premente a transferência da SEMMA para o local, mediante encaminhamento de projeto arquitetônico e justificativa teórica apresentados ao Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural - COMPAHC de Caxias do Sul, por meio do Processo Administrativo 2020/18058 de 05 de junho de 2020 (Fig. 12).



Figura 12. Planta baixa face Oeste do complexo. Fonte: Imagem do Processo Administrativo 2020/18058 – transferência da SEMMA.

Aprovado, o projeto passou por etapa de contratação das obras de restauro as quais estão previstas para serem concluídas em meados de 2021. Isso significa que não apenas para o meio ambiente construído, mas também para o meio ambiente natural constituído por bosque, praça, ruas internas, fonte, lago e da primeira nascente de águas que abasteceu a vila que viria a se tornar Caxias do Sul, então designada de “Fundos de Nova Palmira”. Isto é, na MAESA, além do patrimônio edificado, existe uma área de bosque à leste, e um lago e nascente à oeste, o que vincula o Complexo Maesa ao arcabouço legal de proteção ambiental adicional neste local (Fig. 13).



Figura 13: Vista do Lago da MAESA. Acervo do autor.

Neste sentido, a MAESA é um lugar que possui riqueza de flora (diversidade de vegetação), de recursos hídricos existentes (a nascente e o lago) e de fauna, pois os espaços acabam por atrair e acolher uma significativa variedade de pássaros, o que torna o Complexo MAESA um espaço rico em biodiversidade.

Previsto na Constituição Federal de 1988, o meio ambiente é um Direito Fundamental que expressa as premissas do desenvolvimento sustentável.

Capítulo VI - Do Meio Ambiente

Art. 225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Outrossim, a SEMMA é órgão da Administração Municipal que passa a tutelar/salvaguardar um bem histórico e cultural e que possui em seu quadro de servidores, capacidade técnica e operacional para atuar diretamente com a biodiversidade que envolve as áreas ambientais, ampliando o cuidado com as áreas

ambientalmente sensíveis do Complexo MAESA e contribuindo para a ecologia urbana e o microclima local, com reflexos na vizinhança e no bairro como um todo.

Ficou a cargo da Divisão Projeto MAESA o encaminhamento do processo licitatório (2020/80), para contratação de serviço especializado de Arquitetura para execução de serviços técnicos relativos a patrimônio histórico e cultural (técnicas retrospectivas, conservação e restauro arquitetônico; reconhecimento de materiais; intervenções em imóveis tombados) para elaboração de Plano Geral do conjunto edificado MAESA. No referido edital, ficou definido o produto a ser entregue como: a empresa selecionada a partir do processo licitatório terá como objeto de trabalho a elaboração do Plano Geral da MAESA. O Plano consiste em um estudo dos bens imóveis que formam o conjunto com a proposta de diretrizes, que colaboram para ordenar a ocupação a longo prazo, de acordo com a disponibilidade administrativo-financeira do poder executivo municipal. As premissas básicas no desenvolvimento deste trabalho são as especificidades de planejamento e projeto que a MAESA requer, por se tratar de bem imóvel tombado como patrimônio cultural, de considerável valor histórico, arquitetônico e sentimental à população local; bem como as considerações trazidas pelas comissões especiais de 2015 e 2017”. Com relação às etapas, foi assim definido: 1) Indicação do Potencial e Vocações - consiste em etapa de interpretação dos espaços, para indicar possíveis usos para cada compartimento, parte ou pavilhão, considerando acessos, forma, dimensões e estado de conservação geral. Este estudo deve levar em conta programa de necessidades a ser fornecido pelo Município, baseado nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial para Análise de Uso do Prédio da Maesa, de 2015; 2) Zoneamento - Consiste em aprimorar a etapa anterior de interpretação dos espaços, indicando áreas específicas para cada um dos conjuntos de atividades relacionadas no programa de necessidades. Esta definição ampara a tomada de decisão por parte de poder executivo municipal a longo prazo, propiciando delimitação de trechos no conjunto, para que paulatinamente sejam elaborados projetos mais específicos de restauração arquitetônica de cada parte; 3) Diretrizes de infraestrutura - Consiste em indicar pontos e viabilidade para instalações hidrossanitárias (reservatórios, reserva de incêndio), mecânicas de transporte vertical (elevadores e plataformas), elétricas (subestação e geradores), de comunicação (CPD) e lógica, centrais de refrigeração, caldeiras e gases combustíveis; além de apontar como se dará a inserção do conjunto em relação à mobilidade e a malha urbana existente, considerando (e priorizando nesta ordem de importância) o acesso peatonal, de segurança (veículos de bombeiros e policiamento), de carga e descarga, as conexões com o transporte público, ciclovias e demais veículos automotores de transporte

privado; 4) Indicação de tipo e grau de intervenção - Consiste em indicar como deverá ser tratado cada compartimento, parte ou pavilhão: se restauro, conservação/consolidação, reconstituição, adaptação a novo uso (*retrofit*) ou supressão de elementos ou materiais. Refere-se ao existente no conjunto; 5) Recomendações para edificar - consiste em propor o regramento da possibilidade de construir no conjunto, sejam novas edificações ou anexos como apoio técnico ou circulações verticais. Este regramento segue a remissa de manter a unidade e a não descaracterização, além de permitir a ocupação por partes, a longo prazo, de acordo com a disponibilidade administrativo-financeira do poder executivo municipal. Refere-se a possíveis novos elementos no conjunto; 6) Medidas de conservação - consiste em indicar medidas e reparos mais emergenciais a fim de garantir a conservação e a integridade do prédio no intervalo de tempo até que se deem as demais implantações e restaurações.

Importante observar que:

- a) As indicações de tipo e grau de intervenção e as recomendações para edificar, devem ser submetidas ao Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Caxias do Sul – COMPAHC, e a etapa somente se dará como concluída quando da aprovação deste, independente do número de assembleias necessárias para tal; b) A proposta das diretrizes deve considerar a necessidade de no conjunto edificado, estarem contempladas condições de acessibilidade e segurança contra incêndio. O contrato com a empresa vencedora foi assinado em 22 de dezembro de 2020 e o Termo de Início dos trabalhos em fevereiro de 2021, com previsão de entrega de 120 dias. Além do encaminhamento dessa contratação, foi dado andamento para definição da rota cicloviária em volta do complexo e a definição da mudança para estacionamento oblíquo na via do acesso principal da provável localização do Mercado Público, com previsão para estacionamento de ônibus turísticos, faixas para travessias seguras de pedestre, entre outros. A fim de dar mais autenticidade ao Tombamento do sítio arqueológico foi encaminhado um Projeto ao Prefeito indicando a necessidade da preservação de uma mostra do maquinário histórico ali existente, listados para irem a leilão em virtude da falência da locatária do imóvel que tornou-se proprietária do maquinário. Esses significativos itens da arqueologia industrial, remanescentes da década de 1950, compõem acervo de inestimável valor cultural, sendo indissociáveis do conjunto edificado (rever figs. 7 e 8). Nesse sentido, a Comissão Especial, por meio de sua Coordenadora, apoiada pelas entidades representativas do setor metalmeccânico (SIMECS) e da União das

Associações de Bairros (UAB), apresentaram demanda ao Poder Executivo (2020) pela preservação do acervo e o Tombamento do Maquinário Histórico e Cultural MAESA, cuja declaração de Tombamento foi assinada em 1 de outubro de 2020, restando, portanto, salvaguardado em seu local de origem (in situ), no Sítio Arqueológico MAESA, preservado para as futuras gerações. Esta comunicação, portanto, pretende demonstrar a importância dessa janela de um passado coletivo consolidado, representado pela preservação desse patrimônio histórico material e imaterial, por meio dos seus valores tangíveis e intangíveis, das ações até aqui empreendidas para que esse legado não seja disperso nos ventos das mudanças. Por isso a necessidade de dar visibilidade ao Plano de Ocupação da MAESA e chamar a atenção dos agentes públicos e da coletividade para o implemento de ações preventivas e de restauro. Pois a MAESA possui grande valor simbólico e um reconhecido potencial de desenvolvimento urbano e regional quando é inserida no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI, sendo referenciada como empreendimento âncora para o instrumento da política urbana Operação Urbana Consorciada MAESA, como Setor Especial MAESA e indicação específica no mapa dos bens reconhecidos como patrimônio histórico e cultural do Município. Neste sentido, a MAESA passa a ser entendida como um projeto especial. Desse modo, tende em vista os usos, atividades e etapas previstas no Projeto de Intervenção para o Complexo Cultural e Turístico MAESA, o qual requer uma abordagem sistêmica para implementação. Também, devido à importância do cuidado desse patrimônio, em virtude do Conjunto de prédios do Complexo MAESA tratar-se de bem cultural Tombado associa direito difuso e responsabilidade intergeracional, decorre a responsabilidade Município de Caxias do Sul frente às implicações relativas à Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Caxias do Sul - Lei Municipal 7.495/2012, que vincula o Poder Público Municipal a uma condição de um PODER-DEVER no sentido de empreender todos os esforços necessário para os cuidados de manutenção e conservação do patrimônio histórico e cultural, a fim de ser preservada a integridade física dos prédios do Complexo MAESA, bem como todo o seu acervo industrial de valor arqueológico (Fig. 14).



Figura 14. Planta baixa do complexo – Escaneamento digital. Fonte: Frizzo, 2019.

Enfim, trata-se de salvaguardar esse importante patrimônio histórico-cultural, não somente como um fim em si mesmo, mas como importante ativo transversal, vinculando-se ao desenvolvimento, à educação e à sustentabilidade, pois também é tarefa do humanismo recordar ao homem suas origens e seu contexto cultural.

Arqueologia Industrial

Indústria, História e Patrimônio

O conjunto de prédios que compõem o Complexo MAESA é caracterizado por uma arquitetura industrial manchesteriana, construído no Município de Caxias do Sul, para abrigar aquela que se tornou a mais importante indústria metalúrgica do nordeste do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil). A Eberle desenvolveu na Fábrica 2 da empresa, atividades relacionadas à fundição e à metalurgia, empregando elevado contingente de pessoas e forjando a cultura do trabalho na região. O maquinário histórico da MAESA, constitui acervo arqueológico da década de 1950, rico em significado, tendo na fundição seu maior legado histórico (Figs. 15 e 16).



Figura 15. Vista interna da Fundição MAESA. Acervo do autor.



Figura 16. Vista externa de maquinário histórico da MAESA. Acervo do autor.

A empresa foi berço da Escola de Belas Artes do Município, ganhou destaque na produção de artefatos sacros e de importantes símbolos da história, tais como as portas da Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, no Pará e as estátuas do Monumento Nacional ao Imigrante, símbolo de Caxias do Sul. A MAESA foi uma indústria que forjou a história industrial de seu tempo, considerando que a Fábrica 2, no Bairro Exposição, iniciou suas atividades no final da década de 1940, apenas 70 anos após o primeiro imigrante italiano haver chegado à Serra Gaúcha, no Sul do Brasil. Foi a grande influenciadora da matriz econômica implementada no município, deixando importante legado industrial que impactou a economia de toda uma região. Após décadas de franca expansão, passa por diversos arranjos administrativos, fundindo-se com o grupo Zivi Hércules em 1985 (Eberle S/A fundada em 1896 e Zivi S/A fundada em 1931) passando a denominar-se Mundial S/A. A partir de 2003, passa por nova reestruturação administrativa, quando, entre outras ações, vende a operação industrial e o maquinário e aluga as instalações prediais da Fábrica 2 para a empresa

Metalcorte Fundação (Grupo Voges). Em 2010 entrega o complexo de prédios ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, em pagamento de tributos devidos. Posteriormente o equipamento é doado ao Município de Caxias do Sul pelo Governo do Estado. O maquinário, no entanto, vai a leilão, em virtude da empresa Metalcorte passar por processo falimentar. A importância desse patrimônio, reconhecida por meio de tombamento da área e dos prédios (2015) não se circunscreve na preservação dos seus edifícios, somente. Os artefatos que constituem o maquinário das linhas de produção, representam a evolução histórica desse patrimônio industrial, que foi sendo moldado ao longo do tempo. A sua preservação *in situ*, portanto, não trata de sacralizar os artefatos, mas em preservar um conjunto cultural, composto pelos prédios e o acervo arqueológico. Um importante cenário que conta a história dos processos industriais, ao mesmo tempo que permite contar a história do esforço do trabalho das pessoas que por ali passaram, ao longo das décadas. Para que isso fosse possível, empreenderam-se esforços junto à Administração Municipal e à Massa Falida, no sentido de negociar uma mostra representativa desse Maquinário Histórico e Cultural, para compor um acervo arqueológico de um futuro Memorial. Outrossim, a preservação da memória e a leitura das relações espaciais que a MAESA representa, confirmam os preceitos da Carta de Veneza, ao passo que torna o monumento inseparável do seu meio e da história da qual é testemunho.

O patrimônio industrial compreende aspectos multidisciplinares de ação, conforme os preceitos da Carta de Nizhny Tagil sobre a importância da herança social e econômica da industrialização². A arqueologia industrial é portanto, um método interdisciplinar que trata do monumento histórico industrial, sua simbiose com o meio ambiente onde está inserido, bem como os aspectos humanitário da história dos trabalhadores e o contexto socioeconômico de uma época (Kühl, 2008, p. 50-51). A preservação do patrimônio industrial garante a fruição por meio do acesso público à história e à memória coletiva de Caxias do Sul, de forma sustentável e inclusiva, para a comunidade e visitantes.

² Acessível em <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial>.

Conclusões

O Projeto de Intervenção, Uso e Gestão da Metalúrgica Abramo Eberle S/A (2015), carinhosamente chamado pela comunidade de “Plano de Ocupação da MAESA”, foi construído a muitas mãos, a partir de ampla mobilização ocorrida na comunidade de Caxias do Sul e região.

A mobilização iniciou com ações de sensibilização da comunidade visando à reconquista do bem, quando o conjunto de prédios, um ícone do patrimônio histórico industrial da região, foi entregue pela empresa ao governo do Estado do RS, em pagamento de tributos devidos, no ano de 2010. A mobilização frutificou, gerando, como saldo positivo, a doação da área (53 mil m²) e dos prédios (aproximadamente 45 mil m²) ao Município (Lei 14.617 / 2014), para uso público especial para fins culturais.

Com relação ao patrimônio histórico industrial, mais especificamente, conforme o encontro dos delegados reunidos na Rússia por ocasião da Conferência do TICCIH, (2003), encontramos que

(...) o patrimônio industrial reveste um valor social como parte do registo de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário. Na história da indústria, da engenharia, da construção, o patrimônio industrial apresenta um valor científico e tecnológico, para além de poder também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitetura, do seu design ou da sua concepção.

Nesse contexto, muito mais do que prédios, a MAESA significa um resgate à história, à memória e à identidade de muitas gerações de trabalhadores e trabalhadoras que por ali passaram, atribuindo ao lugar um grande significado. Em ação recente (2020) foi possível encaminhar-se pedido de Tombamento de um representativo acervo de maquinário e estruturas históricas ali existentes, que já estavam destinadas para ir a leilão.

Também, conforme os princípios de Dublin (2011)³,

O patrimônio industrial é extremamente vulnerável e está em risco constante, sendo frequentemente perdido não só pela falta de conscientização, documentação, reconhecimento ou proteção, mas também pelas mudanças de tendências econômicas,

³ Acessível em: <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2017/12/Princi%cc%81pios-de-Dublin.pdf>.

percepções negativas, questões ambientais ou por sua grande dimensão e complexidade. Contudo, ao estender o ciclo de vida das estruturas existentes e o gasto de energia investido, a conservação do patrimônio industrial construído pode contribuir para alcançar a meta de um desenvolvimento sustentável em nível local, nacional e internacional, afetando tanto os aspectos sociais quanto os aspectos físicos e ambientais do desenvolvimento, devendo ser reconhecida por isso.

Em conclusão, depreende-se que, como expresso no capítulo final do livro MAESA - poema arquitetônico: “foi para construir conhecimento, para o enriquecimento pessoal e coletivo, para registrar o trabalho da comissão que esse trabalho foi escrito. Também, para celebrar os saberes e fazeres de nossos antepassados. E para que não fique no esquecimento dos tempos o verdadeiro conceito de uso do espaço, qual seja, um propósito civilizatório, um lugar que leve em conta o passado com vistas ao futuro”, dignificando, assim, o verdadeiro sentido da palavra sustentabilidade.

Referências bibliográficas

- Caxias do Sul (2015). Secretária Municipal da Cultura Rubia Ana Mossi Frizzo. Projeto de Intervenção: recuperação, ocupação, uso e gestão da MAESA. Comissão Especial MAESA. Caxias do Sul, RS: SMC.
- Frizzo, A.M.R. (2019). *Maesa Poema Arquitetônico – Patrimônio Histórico e sua Dimensão Econômica, Turística e Social*. Caxias do Sul (RJ): São Miguel.
- Kühl, B. M. (2008). *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia, SP: Ateliê Editorial.
- Rio Grande do Sul. Lei nº 14.617, de 08 de dezembro de 2014. Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel, com encargos, ao Município de Caxias do Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.
- Rio Grande do Sul. Casa Civil. Governador sanciona repasse do prédio da Maesa à prefeitura de Caxias. 8 dez. 2014. Disponível em: <https://casacivil.rs.gov.br/governador-sanciona-repasse-do-predio-da-maesa-a-prefeitura-de-caxias>.
- Rio Grande do Sul. Decreto nº 47.301, de 18 de junho de 2010. Institui o Programa de Ajuste da Dívida do ICMS no Estado do Rio Grande do Sul – AJUSTAR/RS, e dá outra providência. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Azulejos dos monumentos construídos em 1919 em São Paulo

Renata Poliana Cezar Monezzi

Resumo: O desenvolvimento industrial brasileiro ocorreu nos finais do século XIX e início do século XX e suas primeiras iniciativas foram as indústrias de louças e cerâmicas finas implantadas no Rio de Janeiro e em São Paulo. A Fábrica de Louças Santa Catharina foi a primeira indústria paulista¹ do gênero inaugurada em 1913 pelo empresário italiano Romeo Ranzini e seus sócios, os irmãos Euclides e Waldomiro Fagundes. Essa fábrica foi responsável pela produção e pela queima dos azulejos usados para a decoração dos interiores e exteriores do conjunto de edifícios e monumentos criados para a celebração do Centenário de Independência Brasileira em 1919: o Largo da Memória e os Monumentos da estrada “Caminhos do Mar”, que ligava o litoral ao planalto paulista. A presente investigação busca compreender os aspectos decorativos e a produção dessas peças cerâmicas e como contribuíram para a formação de um imaginário arquitetônico que se relacionava às noções e ideias de progresso amplamente difundidos naquele período histórico brasileiro.

Palavras-chaves: Azulejos Decorativos; Largo da Memória; Monumentos Caminhos do Mar; Fábrica Santa Catharina; Indústria Cerâmica

Abstract: The Brazilian industrial development took place in the late 19th and early 20th centuries and its first initiatives were the chinaware and ceramics industries implanted in Rio de Janeiro and São Paulo. The Santa Catharina Crockery Factory was the first São Paulo industry of this kind, inaugurated in 1913 by the Italian businessman Romeo Ranzini and his partners, the brothers Euclides and Waldomiro Fagundes. This factory was responsible for the production and the burning of tiles used to decorate the interiors and exteriors of the set of buildings and monuments created for the celebration of the Centenary of Brazilian Independence in 1919: Square Memory of São Paulo and the Monuments on the road known as “Sea Paths”, in which connected the coast to the São Paulo plateau. The present investigation seeks to understand the decorative aspects and the production of these ceramic pieces and how they contributed to the formation of an architectural imagery that was related to the notions and ideas of progress widely disseminated in that Brazilian historical period.

Keywords: Decorative Tiles; Square of Memory of São Paulo; Road of “Sea Paths”; Santa Catharina factory; Ceramic Industry

¹ Termo referente à região do Estado de São Paulo, Brasil.

Introdução

A arte azulejar marcou presença na arquitetura brasileira já nos primeiros séculos de colonização portuguesa. O seu uso esteve intimamente vinculado às referências da Metrópole, se manifestando nos revestimentos parietais internos de capelas, igrejas e claustros e, mais tarde, nos corredores e halls de entrada. No século XIX, a partir do desenvolvimento da indústria cerâmica europeia (Lemmen, 1993, 2013), em especial portuguesa, o uso da azulejaria se estendeu para os exteriores, especialmente a partir das mudanças que determinaram o barateamento das peças e a maior oferta desse produto nos mercados nacionais e naqueles voltados para a exportação (Alcântara, 1997; Meco, 1985).

No Brasil, assim como em Portugal, o azulejamento de fachadas foi rapidamente incorporado e difundido. As cidades brasileiras enriquecidas pelo comércio de produtos alimentares e os centros de produção agrícola de açúcar e de café (Arruda, 2008; Suzigan, 2000), por exemplo, foram os locais onde as novas construções urbanas receberam azulejos de diversas procedências, seguindo, todavia, claras referências à tradição azulejar inspirada na arte mourisca portuguesa, como a azulejaria tipo tapete, na qual a repetição de uma ou mais peças criam um efeito de continuidade do motivo decorativo geralmente arabescado e/ou geométrico (Alcântara, 2001).

Todavia, com o fim do período imperial brasileiro e o início da república, a arte azulejar brasileira iniciou um processo de transformação marcado pela construção das noções de identidade nacional e por ideias de progresso e desenvolvimento econômico e industrial que ganhavam espaço nas discussões e debates nacionais (Arruda, 2008; Ortiz, 2005; Suzigan, 2000). Em São Paulo, arquitetos, artistas, construtores e intelectuais dedicaram-se a desenhar um novo panorama da arte e arquitetura brasileira, procurando resgatar a essência de um país rumo a sua expansão (Carvalho, 2000; D'Alambert, 2003; Ficher, 2005; Lanna, et al., 2011; Mello, 2007).

É neste contexto que a presente investigação se coloca, procurando traçar um diálogo com a tradição azulejar portuguesa, as artes decorativas aplicadas e a produção industrial brasileira nascente no início do século XX. Partimos da observação do conjunto de monumentos e edifícios de finais da década de 1910 e início da década de 1920 construídos para a celebração do Centenário de Independência Brasileira. São eles: o Largo da Memória da cidade de São Paulo e os monumentos e

edifícios construídos ao longo da estrada conhecida como estrada “Caminhos do Mar”¹, estrada que ligava o litoral ao planalto paulista (Brasil).

Esses conjuntos arquitetônicos receberam azulejos decorativos que foram fabricados na Fábrica de Louças Santa Catharina (Fig. 1), primeira do gênero na cidade de São Paulo e que foi inaugurada em 1913 pelo empresário italiano Romeo Ranzini e seus sócios os irmãos Euclides e Waldomiro Fagundes (Pereira, 2007; Souza, 2010). Essa fábrica foi pioneira na produção de louças e acabou tornando-se uma referência não apenas na fabricação de cerâmicas finas, como também orientou o estabelecimento de novas manufaturas desse tipo na cidade (Bellingieri, 2005).



Figura 1. Fábrica de Louças Santa Catharina - Exposição Municipal de 1917. Fonte: Antonio Piccarono e Lino Finocchi. *O progresso Industrial de São Paulo através da Primeira Exposição Municipal*. p. 146 Acervo IEB/Universidade de São Paulo, Brasil.

Os primeiros anos de sua atuação foram dedicados a uma produção voltada para a fabricação de louças e peças cerâmicas e a produção de azulejos monocromáticos. Num segundo momento, a fábrica ampliou sua produção, incluindo também a venda dos biscoitos² de azulejos que eram usados por artistas em suas produções particulares. No final da década de 1910, a fábrica produziu os azulejos projetados pelo artista plástico José Wasth Rodrigues que foram destinados aos revestimentos do Largo da Memória e do conjunto edificado ao longo da Estrada “Caminhos do Mar” (Lemos, 1987; Toledo, 1966, 1989).

¹ Destacamos os seguintes monumentos localizados ao longo da estrada “Caminhos do mar”: monumento “Cruzeiro Quinhentista”, monumento “Marco de Lorena”, edifício “Rancho da Maioridade” e o edifício “Pouso Paranapiacaba”.

² O biscoito é o produto resultante da primeira queima da faiança fina. Após o processo de colagem ou torno e de uma primeira secagem à temperatura ambiente, o produto, já com sua forma final, está pronto para ir para a primeira queima, a queima do biscoito. Após isto, o biscoito é a superfície que será decorada, esmaltada e depois seguirá para uma segunda queima (Pileggi, 1958).

O primeiro monumento arquitetônico a receber azulejos, o Largo da Memória, localizado no Vale Anhangabaú (região central da cidade de São Paulo), teve sua origem no entroncamento das ruas 07 de Abril (antiga rua da Palha), Xavier de Toledo e Quirino de Andrade (antiga ladeira dos Piques). Essa praça triangular era um importante ponto de encontro e parada de viajantes e tropeiros e foi projetada em 1814 pelo engenheiro Daniel Pedro Müller que idealizou a construção do Obelisco dos Piques (importante marco arquitetônico da cidade) e a fonte d'água que na década de 1870 foi retirada, sendo retratada, anos mais tarde, no painel figurativo historiado azulejar desenhado por Rodrigues.

Com o intuito de realizar obras que ressaltassem a importância do Largo e da história da cidade, o então prefeito da cidade, Washington Luís, promoveu o concurso público de projetos para a remodelação da praça, dando início a construção de uma série de obras destinadas às celebrações do centenário de Independência Brasileira. Os ganhadores desse concurso foram os arquitetos Victor Dubugrás e Guilherme de Almeida e o projeto teve a colaboração do artista José Wasth Rodrigues para a elaboração do painel figurativo e dos azulejos destinados aos revestimentos de muros e bancos do logradouro.

No projeto (Fig. 2), os arquitetos criaram platôs e escadarias que ligavam as três ruas e na cota intermediária do terreno posicionaram, no centro do plano, o antigo Obelisco dos Piques e o novo chafariz emoldurado por um pórtico em colunas jônicas e cujo frontão foi revestido pelo painel figurativo historiado (Fig. 3).



Figura 2. Imagem da proposta de Victor Dubugrás para a reformulação do Largo da Memória construído em 1919. Fonte: Acervo Estúdio Sarasá de Conservação e Restauro.



Figura 3. Imagem do painel historiado representando a antiga fonte d'água, tropeiros, mulheres e soldados. Fonte: Acervo Estúdio Sarasá de Conservação e Restauro.

O artista, idealizador dos motivos decorativos, usou como referência para os azulejos de repetição o recém-criado Brasão da cidade de São Paulo, projeto vencedor e idealizado por ele e Guilherme de Almeida para o concurso público de ideias de 1916 (Fig. 4). Rodrigues se inspira no desenho do próprio brasão para a criação do motivo decorativo central que, em conjunto com um segundo modelo de azulejos de inspiração floral, fez alusão às conhecidas composições tipo “tapete”, aproximando-se, desta forma, às referências da azulejaria colonial e da azulejaria portuguesa de inspiração árabe. Esse tipo de composição nasce da repetição de uma ou mais peças que, quando agrupadas, permitem a continuidade do motivo decorativo (Fig. 5).



Figura 4. Imagem do Brasão da Cidade de São Paulo projetado por José Wasth Rodrigues e Guilherme de Almeida (1916-1917) para o concurso público de ideias realizado em 1916. Fonte: Versão final do desenho do Brasão da cidade de São Paulo, publicado na capa da revista “A cigarra”, número 63, de Março de 1917 (Arquivo Público do Estado de São Paulo).



Figura 5. Imagem dos azulejos contendo como figura do centro o “brasão de São Paulo” alternando ao centro com figura floral. Fonte: Imagem criada pela autora.

No painel historiado, Wash Rodrigues constrói um cenário inspirado no antigo largo projetado por Müller e retrata a primeira fonte do local com tropeiros, viajantes, soldados e mulheres recolhendo água em potes de cerâmica. O artista se inspira nas fotografias do Largo da Memória do fotógrafo Militão Augusto de Azevedo (1837-1905) da década de 1860 para reproduzir com exatidão o modelo da primeira fonte d’água.

A solução compositiva das decorações azulejares com o uso de painéis figurativos e de azulejos no arranjo tipo “tapete” também foi usada por Dubugrás e Rodrigues nos monumentos e edifícios localizados ao longo da estrada “caminhos do mar”. Em cada um desses monumentos, a arte azulejar foi pensada de modo a representar uma etapa diferente da construção da estrada, contando e retratando nos azulejos de repetição e nos painéis historiados figurativos os diferentes momentos históricos que se sucederam ao longo da sua construção e reformulação.

Assim, a história é contada partindo da chegada dos portugueses ao litoral paulista. O Monumento “Cruzeiro Quinhentista”, caracterizado pelo símbolo da cruz cristã³, ressalta a chegada dos colonizadores a partir da representação de caravelas no mar (Figs. 6, 7 e 8) e na figura do jesuíta Padre Anchieta, assinalando os conflitos com os nativos, o processo de catequização e o desbravamento para o interior (Figs. 9, 10 e 11).

³ Ver representação do artista Victor Meirelles em 1861 na tela *A primeira Missa no Brasil*, na qual ressalta os ícones de uma brasilidade nascente. Museu Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro.



Figuras 6, 7 e 8. Imagens dos painéis de azulejos figurativos com a representação das caravelas portuguesas no mar. Fonte: Imagens geradas pela autora e pela arquiteta Mariana Ginesi (2006).



Figuras 9, 10 e 11. Painéis figurativos representando os conflitos com os nativos, o processo de catequização e o desbravamento para o interior. Fonte: imagens geradas pela autora.

O conjunto de painéis figurativos tem sua continuidade nos panos azulejares tipo tapete formados pelo uso de 3 modelos de peças de repetição: o modelo com o motivo decorativo representando o peixe estilizado; as algas como elemento central na forma de flor; e a esfera armilar, símbolo do Império brasileiro. O arranjo compositivo, neste caso, é formado pela repetição de 4 x 4 peças (Fig. 12).



Figura 12. Imagens dos 3 tipos de azulejos e como foram arranjados para formar o pano azulejar (4 x 4 peças). Fonte: imagem gerada pela autora.

Na sequência dos monumentos, observamos o Marco de Lorena, projeto em que Dubugrás desenha a porta de entrada da estrada que havia sido reformada e construída pelo governador da capitania de São Paulo, Bernardo José Maria Lorena, no século XVIII. O caminho era conhecido como “calçada de Lorena” em decorrência da construção da estrada feita com o uso de pedras retiradas do litoral. Os painéis pensados para esse monumento figuram o momento da história do Brasil em que a estrada era usada como principal meio de acesso ao planalto e por onde se transportavam as riquezas de Minas Gerais, as tropas portuguesas, os bandeirantes e escravos.

No conjunto observamos também o uso de dois tipos azulejos padronizados e de repetição inspirados nos símbolos nacionais: o primeiro modelo representa a esfera armilar, símbolo do Império, e um segundo padrão de azulejo representa algas marinhas na forma de flor no centro da peça. Ambas peças são agrupadas de forma a promover o arranjo de 2 x 2 peças e a sua repetição sequencial espelhada garante a continuidade do painel azulejar (Fig. 13).

Esses modelos foram usados tanto no Cruzeiro Quinhentista como no Marco de Lorena, e nos sugere a intencionalidade do artista de traçar relações com elementos figurativos e simbólicos da história brasileira colonial. Todavia, lembramos que, no caso do Cruzeiro Quinhentista, o arranjo compositivo se dá a partir da inclusão do terceiro azulejo representado pelo peixe estilizado como figura de centro, compondo, o jogo de 4 x 4 peças com a repetição do modelo das algas.



Figura 13. Imagem dos azulejos de repetição com figura de centro na forma de algas marinhas e com figura de centro a “esfera armilar” – composição de 4 x 4 peças. Fonte: Imagem criada pela autora.



Figura 14. Imagem dos azulejos de repetição de inspiração portuguesa – modelos “a” e “b” e padrão principal formado por 2 x 2 peças e padrão secundário formado por 4 x 4 peças. Fonte: Imagem criada pela autora.

Além dos modelos de figura avulsa, representados pela figura no centro da peça, encontramos também os azulejos formados a partir do azulejo padrão que corresponde a $\frac{1}{4}$ do desenho principal (modelo “a” e “b”). O desenho principal, neste caso, é formado pelo agrupamento de 4 peças espelhadas uma em relação a outra (Fig. 14). Neste conjunto de 2 x 2 peças, as referências decorativas vão ao encontro das tradicionais tipologias de desenhos portugueses na composição tipo tapete, muito difundidas ao longo do século XVIII e XIX.

Esses modelos decorativos são encontrados no monumento “Rancho da Maioridade” e no “Pouso Paranapiacaba” e tratam-se de peças semi-industriais produzidas a partir de cartões perfurados, também conhecidos como “estampilhas”⁴,

⁴ As estampilhas são cartões vazados cujas áreas dos desenhos eram vazadas e quando apoiadas sobre o azulejo, as tintas eram aplicadas diretamente sobre o molde, transferindo, portanto, à superfície da

que incorporavam mudanças significativas com relação a produção das antigas oficinas artesanais de azulejos decorativos. A fabricação desse tipo de modelo surge de uma produção mais estandardizada, cujo uso de máquinas e as mudanças produtivas vinham ao encontro de uma logística industrial e uma produção em série. Práticas dessa natureza foram incorporadas pelas indústrias cerâmicas nos séculos XVIII e XIX, permitindo uma ampla fabricação de modelos de azulejos na Europa, em especial, em países como Portugal, Espanha, França, Holanda e Inglaterra.

Nota-se que, com o uso de “estampilhas”, os azulejos podiam ser produzidos em diferentes cores usando o mesmo motivo decorativo e um único modelo poderia resultar em inúmeras variações cromáticas. No conjunto “Caminhos do Mar”, os azulejos aparecem com duas variações como aqueles sobre fundo branco nas cores azul e amarelo ou cinza e azul e os modelos monocromáticos nas cores cinza e marrom (Fig. 15).



Figura 15. Imagem dos azulejos de repetição nas cores cinza e azul, azul e amarelo, cinza e marrom. Fonte: Imagem criada pela autora.

Finalmente, foi no edifício “Pouso Paranapiacaba”, que os painéis azulejares retrataram a história do período de construção dos monumentos entre os anos de 1920 e 1922. A fachada principal é revestida por um grande painel azulejar representando o mapa do Estado de São Paulo com a indicação das recém construídas estradas de rodagem (Fig. 16). Esse painel tem como moldura uma sequência de folhagens com frutos e flores tropicais, seguindo as mesmas fontes de inspiração criadas para os azulejos em forma de fita presentes nos interiores do edifício “Rancho da Maioridade”.

Aqui as frutas e flores tropicais marcam a exuberância e riqueza natural brasileira amplamente descrita e exaltada na literatura romântica de José de Alencar e exibida nas exposições internacionais em que o Brasil fez parte nos finais do século XIX, como por exemplo a Exposição Universal de Paris de 1889 (Barbuy, 1996) em que se enfatizavam as riquezas naturais brasileiras a partir da criação de uma grande

peça a pintura nas áreas vazadas do molde. No caso de um maior número de cores, usava-se uma estampilha para cada cor (Alcântara, 1980).

estufa com plantas tropicais e se sublimavam as ideias do “bom selvagem” ilustradas pelas esculturas de um casal de indígenas na porta principal do edifício da exposição.



Figura 16: Imagem do painel figurativo de azulejos retratando o traçado das estradas de rodagem e moldurado nas laterais por uma barra ilustrando frutos e flores tropicais. Fonte: Imagem criada pela autora.

Os painéis azulejares de Wash Rodrigues se relacionam diretamente com as matrizes pictóricas e documentais de artistas brasileiros e estrangeiros. Devemos lembrar a importância das obras de artistas que retrataram o Brasil a partir de expedições pelo país no século XIX como foi o caso das conhecidas aquarelas feitas pelos artistas franceses Jean-Baptiste Debret e Nicolas-Antoine Taunay, além da difusão das fotografias de Militão Azevedo da cidade de São Paulo. Paralelamente a esse referencial iconográfico, o próprio Wash Rodrigues realizou expedições pelo Brasil, sob encomenda do engenheiro português Ricardo Severo, no qual identificou e retratou a arquitetura colonial brasileira. Boa parte dos desenhos produzidos nessas expedições foram publicados tardiamente no seu livro “Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil”, cuja primeira edição era de 1945.

Partindo dessas referências, observamos que Wash Rodrigues criou os modelos de azulejos de repetição para o conjunto “Caminhos do Mar” se apropriando das matrizes portuguesas identificadas por ele na azulejaria presente na arquitetura colonial em Minas Gerais e na Bahia (rodrigues, 1979, p. 224–227).

Além disso, devemos recordar a importante presença do Movimento Neocolonial Brasileiro que ganhava destaque no início do século, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Esse movimento artístico e arquitetônico tinha como objetivo resgatar as referências da tradição colonial com o intuito de criar, a partir do passado luso-brasileiro, uma nova arquitetura que expressasse a identidade cultural do país.

No contexto paulista, o engenheiro português Ricardo Severo em conjunto com o arquiteto Victor Dubugrás defendeu e promoveu a arquitetura tradicionalista

participando de inúmeros eventos, realizando importantes manifestos e construindo marcos arquitetônicos nas exposições industriais no Rio de Janeiro e São Paulo (Mello, 2007). Entretanto, foi no conjunto “Caminhos do Mar” que essa arquitetura acabou sendo emblemática na consagração do movimento. O Neocolonial foi tomado como a arquitetura oficial da nação brasileira a partir dos eventos comemorativos do centenário de independência brasileira. A ênfase dada aos referenciais da tradição luso-brasileira foi a forma nos quais esses artistas e engenheiros-arquitetos buscaram parâmetros para o desenvolvimento de uma nova maneira de construir e interligar as artes aos espaços idealizados por eles.

A inovação observada nestes conjuntos azulejares é revelada, tanto no Largo da Memória como nos monumentos dos “Caminhos do Mar”, na forma como José Wasth Rodrigues e Victor Dubugrás se apropriam de símbolos nacionais e regionais para criar os motivos decorativos usados nas obras públicas.

Esse fenômeno acontece num momento histórico brasileiro em que o cenário político e intelectual tinha como foco a construção de um discurso de afirmação das ideias de progresso e desenvolvimento político, econômico e industrial e a construção de uma nova identidade cultural. Houve, portanto, a apropriação inédita de símbolos públicos nas decorações de obras institucionais e são nas composições azulejares que podemos observar o aparecimento de motivos decorativos representativos e simbólicos da nação brasileira e dos ícones institucionais locais.

No caso do Largo da Memória, o brasão recém criado da cidade, é incorporado no desenho do motivo central nos painéis tipo tapete, fazendo uma alusão a ascensão e desenvolvimento da cidade, que rapidamente se moldava aos novos avanços técnicos e tecnológicos, sendo promovidas, inclusive, políticas de melhoramentos urbanos e a expansão das áreas destinadas à instalação das indústrias. O mesmo pode ser visualizado no “Pouso Paranapiacaba”, onde o grande painel ilustrando o traçado das novas linhas rodoviárias, recém inauguradas no Estado, revela a expansão das linhas de transporte e o interesse político em ressaltar os avanços conquistados até aquele momento.

A ênfase para a representação das exuberâncias naturais a partir da figuração de flores e frutos tropicais também revela a retomada aos modelos imagéticos de um país de grandes riquezas naturais que teria, assim, condições de alcançar um novo status em um novo contexto nacional e internacional.

Portanto, o estudo da azulejaria produzida no início daquele século nos traz novas leituras sobre como as artes decorativas aplicadas interagem com as ideias e desejos de construção de uma nação promissora que se apropriava dos símbolos

nacionais e locais para reafirmar seu local de poder e atuação. Os referenciais luso-brasileiros foram determinantes para o resgate de conceitos e imagens que reafirmavam o local de “terra prometida”, amplamente difundida durante o período de transferência da corte portuguesa no início do século XVIII e que, neste segundo momento histórico, passava a funcionar como importante elemento representativo da nova nação brasileira democrática.

Agradecimento

A autora agradece a CAPES pela bolsa de pesquisa de doutorado, no âmbito do qual foi desenvolvido o presente trabalho de pesquisa.

Referências bibliográficas

- Alcântara, D. M. S. (1980). Azulejos Portugueses em São Luís do Maranhão. In *Fundação Luiz La Saigne*. Rio de Janeiro: Editora Fontana - Fundação Luiz la Saigne.
- Alcântara, D. M. S. (1997). *Azulejos na Cultura Luso-brasileira* (Dora Monteiro e Silva (org.) ALCÂNTARA, ed.). Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ IPHAN.
- Alcântara, D. M. S. (2001). Azulejo, Documento de nossa Cultura. In Maria Cristina Vereza Lodi (Org.) DIAS (Ed.), *Patrimônio Azulejar Brasileiro: Aspectos históricos e de Conservação* (pp. 27-73). Brasília: Monumenta – BID / Ministério da Cultura.
- Arruda, J. J. A. (2008). O imperialism Britânico e o Fenômeno Brasil. *Revista Da Universidade de São Paulo*, (79), 22-33.
- Barbuy, H. (1996). O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal. *Anais Do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 4(1), 211-261. <https://doi.org/10.1590/S0101-47141996000100017>
- Bellingieri, J. C. (2005). As origens da indústria cerâmica em São Paulo. *Periódico Cerâmica Industrial*, 10(3), 19-23.
- Carvalho, M. C. W. (2000). *Ramos de Azevedo* (p. 87). p. 87. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- D’Alambert, C. (2003). *Manifestações da Arquitetura residencial paulistana entre as Grandes Guerras*. Universidade de São Paulo.
- Ficher, S. (2005). *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo* (Edusp, Ed.). São Paulo.
- Lanna, A. L. D., Peixoto, F. A., Lira, J. T. C. & Sampaio, M. R. A. (Eds.) (2011). *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda.
- Lemmen, H. V. (1993). *Tiles in Architecture*. London: Laurence King.
- Lemmen, H. V. (2013). *5000 years of Tiles*. London: The British Museum Press.
- Lemos, C. (1987). Azulejos Decora.dos na modernidade arquitetônica brasileira. *Revista Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, (20).
- Meco, J. (1985). *Azulejaria Portuguesa* (Coleção). Lisboa: Bertrand Editora.
- Mello, J. (2007). *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*. São Paulo: Annablume: Fapesp.
- Ortiz, R. (2005). *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense.

- Pereira, J. H. M. (2007). *As fábricas paulistas de louça doméstica: Estudo de tipologias arquitetônicas na área de patrimônio industrial*. Universidade de São Paulo.
- Pileggi, A. (1958). *Cerâmica no Brasil e no mundo*. São Paulo: Livraria Martins Editora.
- Ranzini, F. (1927). *Estylo Colonial Brasileiro: composições architectonicas de motivos originaes*. São Paulo: Editor Amadeu de Barros Saraiva.
- Rodrigues, J. W. (1979). *Documentário Arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil*. Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo.
- Souza, R. A. (2010). *Louça branca para a paulicéia: arqueologia histórica da Fábrica de Louças Santa Catharina / IRFIN - São aulo e a produção da faiança fina nacional (1913 - 1937)*. Universidade de São Paulo.
- Suzigan, W. (2000). *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, Editora da Unicamp.
- Toledo, B. L. (1966). O Caminho do Mar – apontamentos sobre o tema “caminhos do mar.” *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 1, 37–51.
- Toledo, B. L. (1989). *Anhangabaú*. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Lourinhã empreendedora - Da fábrica de gasosas, pirolitos e licores ao Café Avenida de Sabino José Maria¹

Sofia D' Oliveira Pina

Resumo: Em 1908, na pequena vila da Lourinhã, a Oeste de Lisboa, Sabino José Maria (1871 - 1947) embora sem saber assinar, foi um dinâmico e inovador empresário local: fundou a primeira fábrica de gasosas e pirolitos no concelho e que durante quase 40 anos forneceu todos os concelhos limítrofes chegando mesmo a fornecer cafés na capital.

Descendente em linha direta do dramaturgo Gil Vicente, a família servidora da Coroa como capitães e desembargadores, viu toda a sua estrutura de suporte económica modificada quer por casamentos segundos, quer sobretudo pela revolução liberal de Mouzinho da Silveira.

Empreendedor e visionário, Sabino José Maria lançou-se na implementação das inovações industriais que se conheciam na Europa associadas à Revolução Industrial, que tardia e lentamente entravam em Portugal. Sabino aprendeu novas técnicas e processos através de manuais que mandara vir de França, investiu no constante aumento do seu espaço fabril e na abertura de outros negócios.

Desenvolvi esta investigação histórica com um carácter muito pessoal, recorrendo a arquivos paroquiais, da administração central e municipais, lamento a carência de arquivos empresariais e a destruição de muita documentação que hoje permitiria conclusões mais assertivas. É um pequeno grande contributo para a História da Indústria em Portugal do século XIX, para a História de um empresário local – do concelho da Lourinhã, e para a salvaguarda da memória de tantos pequenos empresários visionários e empreendedores que desde sempre são a força do tecido empresarial português.

Palavras-chave: indústria, bebidas, pirolitos, Lourinhã, história local, empreendedorismo.

Abstract: In 1908, in the small village of Lourinhã, west of Lisbon, Sabino José Maria (1871-1947), although unable to sign, was a dynamic and an innovative local entrepreneur: he founded the first gazoos and lollipop factory in the municipality and for almost 40 years he supplied all bordering counties even supplying coffees in the capital.

Entrepreneur and visionary, Sabino José Maria launched himself in the implementation of the industrial innovations that were known in Europe connected to the Industrial Revolution, which slowly entered Portugal. Sabino learn new technics and process through manuals that he had sent from France and he invested in the constant increase of his manufacturing space and opening other businesses.

It's a small major contribution to the History of Industry in Portugal in the 19th century, to the local History (the municipality of Lourinhã), and to safeguard the memory of so many small visionary entrepreneurs who have always been the strength of the Portuguese business fabric.

Keywords: industry, beverages, sodas, Lourinhã, local history, entrepreneurship.

¹ N. Eds.: Por opção da autora, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico em vigor.

Sabino José Maria, um empreendedor local à frente do seu tempo

Contexto político-social

O Liberalismo marca a grande mudança política e social, com enormes alterações legislativas sobre a propriedade e os bens da igreja, refletindo um acentuado processo de mobilidade social, desaparecendo progressivamente as estruturas feudais e os morgadios. As elites rurais desintegram-se, o varão mais velho deixa de ser o único herdeiro, o que provoca a divisão das propriedades e a província perde força na condução política do país. O peso económico da agricultura transfere-se para a indústria, o que conduz à extinção das classes médias rurais e das suas elites, à perda do poder dos proprietários senhoriais como resultado indireto das mudanças legislativas de Mouzinho da Silveira.

Em Portugal, apenas com a Regeneração e a intervenção militar do Duque de Saldanha se conseguiu apontar para uma pacificação nacional e a defesa da estabilidade política necessária à defesa das instituições. Foi um período de aposta no reformismo e no desenvolvimento do país, na educação, no incremento nas comunicações e nos meios de produção.

É inegável que o processo de modernização e desenvolvimento económico que o país conheceu na sequência da política encetada pela Regeneração contribuiu para que se alargasse consideravelmente o mercado de trabalho e melhorassem (na generalidade) as condições de vida da população portuguesa durante este período.

A Carta de Lei de 28 de junho de 1888 promulga o 1º Código Comercial¹. Representa uma nova consciência perante a revolução social e económica que se sentia na Europa.

Em 1889, realiza-se em Paris o Congresso Operário Internacional que decreta o 1º de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores, um dia de luto e de luta. No ano seguinte, 1890, assinala-se por cá o 1.º de Maio, o primeiro ano da sua realização internacional. Ano também marcado pela recessão económica em Portugal, apesar do crescimento industrial, sendo a actividade agrícola ainda o principal motor da economia nacional.

As alterações qualitativas assumidas pelo sindicalismo português no fim da Monarquia e ao longo da I República transformou-se num sindicalismo reivindicativo,

¹ Arquivo Histórico - Parlamentar. Carta de Lei de 28 de junho de 1888: 1º Código Comercial

consolidado e ampliado. O 1.º de Maio adquire pela primeira vez a característica de uma ação de massas.²

A propaganda republicana tornou-se num excelente meio de ação para as críticas de fundo social que envolviam a injusta situação do proletariado. Contudo, não foi a República que abriu a era na indústria nacional, ainda que se reconheça que o sector industrial português assentou no período 1910-1926 as bases de um grande desenvolvimento. Muitas fábricas estavam em laboração na recta final da Monarquia e outras não longe de iniciar atividade fabril. O Anuário Estatístico de Portugal, refere que havia 1.034.203 operários no sector industrial no ano de 1910³. Depois do período conturbado da I Grande Guerra, a indústria continuará a desenvolver-se apresentando, aqui e ali, alguns percalços conjunturais, mas o número de estabelecimentos industriais aumentou para o dobro entre 1924 e 1930. (Mendes e Rodrigues, 1999). Estes dados demonstram que o progresso económico que se verifica na indústria, não é apenas quanto ao número de fábricas, mas também no que respeita à capacidade laboral de que dispunham.

O processo de industrialização a nível nacional no final do século XIX apresentava projectos empresariais muito distintos, no entanto, neste conjunto salientamos a pequena indústria local, com uma produção muito diversificada na qual sobressaem sectores de pequena indústria como a ourivesaria, carpintaria, panificação, oficinas de ferreiros, serralheiros⁴, entre outros.

Já no século XX, e após o golpe militar de 28 de maio de 1926, um novo quadro político foi instaurado e as dificuldades financeiras que se sentiam propiciaram a ascensão de Salazar a ministro das finanças, tendo-se iniciado um período de disciplina orçamental rigorosa, assim como, uma reforma do sistema fiscal e tributário por oposição à obtenção de empréstimos. A situação viria a estabilizar-se nos inícios da década de 1930 com o lançamento da reforma tributária e a Campanha do Trigo (de 1929 a 1936), (Pais et al. 1978). Os anos 1930 serão ainda marcados pelo lançamento de diplomas legislativos que constituem uma tentativa do novo regime de lançar as bases de uma política de controlo financeiro e desenvolvimento industrial

² Oriundo de uma família aristocrata, Sabino José Maria foi um idealista e defensor do proletariado e isso é bem patente no nome que deu ao primeiro café, que abriu no edifício da fábrica, 1º de Maio

³ INE, Portugal. Ministério das Finanças, Direção Geral da Estatística, 4ª Repartição – Estatística Demográfica e Industrial, *Anuário Estatístico de Portugal 1908, 1909 e 1910*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1914, p. 54.

⁴ Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria (1881), *Inquérito industrial 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional.

(Rosas & Brito, 1996, pp. 271-273), que não era mais do que uma apertada política de austeridade, baseada no primado financeiro sobre o económico como resposta à crise do pós-guerra, agravada pelas políticas deflacionistas.

A nossa análise centra-se numa fábrica de refrigerantes e licores fundada em 1908 no concelho da Lourinhã. À data, a vila Lourinhã era sede de um concelho rural e possuía escola primária e liceu, um cinematografo, um clube recreativo e uma comissão administrativa. O próprio tecido económico da vila era variado, composto por entidades bancárias, como a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, empresas de transportes, de aluguer de automóveis (os carros de praça), e de camionagem, de charruas. Encontramos algumas casas de pasto e um hotel, mercearias onde se vendiam todos os produtos locais, desde cereais, farinhas vinho, azeite a enxofres, tecidos, fazendas e retrosarias; havia ainda vários cafés, cervejarias e confeitarias, havia ainda fábricas de cera, de cerâmicas, de cal, de cordas e de cimento.

Contexto familiar

Em 1813, D. Maria Senhorinha Barreto de Pina e Buytrago, originária de Santa Maria, Torres Vedras, casa-se com D. Francisco Salles da Silva Ribeiro da Motta⁵, descendente de uma longa linhagem de capitães, desembargadores e juizes da Coroa Portuguesa, nascido na freguesia de Matacães, Torres Vedras. Em 1835, por segundas núpcias com o viúvo José Luíz Carvalho, D. Senhorinha instala-se no Reguengo Grande com a sua família Barreto de Pina. Assim se compreenderá que José Bruno Barreto de Pina da Motta, proprietário, nascido em outubro de 1821 na Quinta das Areias, em S. Pedro da Cadeira, Torres Vedras, se case a 27 de Fevereiro de 1843⁶ com D. Francisca de Paula, de São Domingos do Reguengo Grande, então Arcediago de Óbidos e aí estejam fixadas as raízes mais recentes deste ramo Barreto de Pina. A 10 de Fevereiro de 1848, nascia deste casamento, José Bernardo Barreto de Pina, lavrador e industrial de tanoaria, que a 7 de Novembro de 1870 se casa com D. Maria Delfina, filha do proprietário Manoel Félix de Carvalho e neta do Governador Francisco Gouveia, naturais da freguesia de São Domingos do lugar do Reguengo Grande, já concelho da Lourinhã desde 1836. Deste casamento nasceram sete filhos, sendo o primogénito, Sabino José Maria

⁵ Arquivo Nacional, Torre do Tombo. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Registo Paroquial. Certidão de casamento de Senhorinha Barreto de Pina e de José Luiz Carvalho.

⁶ Arquivo Nacional, Torre do Tombo. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas Registo Paroquial. Certidão de casamento de José Bruno Barreto de Pina e de Francisca de Paula.

Sabino José Maria (1871-1947)⁷

É complexa a análise de um contexto histórico industrial local preenchido por silêncios cuja carência de arquivos empresariais, de arquivos orais, dos documentos dos arquivos estatais não permitem desvendar. A falta das evidências não substitui a clareza da análise das fontes existentes que apontam uma certeza sustentada e credível.

Nascido e educado no ambiente burguês, regenerador e liberal, Sabino José Maria, era um jovem do seu tempo. Vivía o impulso progressista industrial, a defesa dos direitos do proletariado embora oriundo de uma família de alta burguesia que vira subtraída os seus direitos socioeconómicos com o movimento revolucionário liberal. O seu espírito reflete-se no seu legado. A residir na sede de concelho da Lourinhã pelo menos desde 1898, casando a 14 de Setembro de 1908⁸ com Elvira Pereira das Dores Casimiro (22 de Maio de 1878 - 28 de Setembro de 1950), filha do lojista Manuel Casimiro, naturais da Lourinhã, exercia a profissão de serralheiro.



Figura 1. Fotografias do casal Sabino José Maria e Elvira Pereira das Dores. Arquivo de família.

A primeira fábrica de pirolitos no concelho da Lourinhã

A 25 de Abril de 1908 era publicado no jornal local, *O Imparcial*, a notícia: “Segundo nos consta, vai ser montada nesta vila, uma fábrica de gazozas e pirolitos”⁹.

⁷ Arquivo Nacional, Torre do Tombo. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Datas retiradas do Registo Paroquial. Certidão de casamento de Sabino José Maria e de Elvira Pereira das Dores Casimiro.

⁸ Arquivo Nacional, Torre do Tombo. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas Registo Paroquial. Certidão de casamento de Sabino José Maria e de Elvira Pereira das Dores Casimiro

⁹ Cf. *O Imparcial*, 25 de Abril de 1908, s.p.

Foi assim dado a conhecer o arranque da primeira fábrica de pirolitos na vila da Lourinhã.

Em 1908, é criada na vila da Lourinhã, a primeira fábrica de gasosas e pirolitos, fundada por Sabino José Maria, no seu edifício do Largo das Aravessas, à Estrada Nacional 61, na Lourinhã, anexo ao poço com o mesmo nome, sendo o proprietário aplaudido pela imprensa local, como refere o mesmo periódico na sua edição de 12 de Julho de 1908, “*Nova Indústria - O senhor Sabino José Maria, serralheiro d’esta villa acaba de montar na Rua Grande uma fábrica de pirolitos e gazozas. É mais uma tentativa para engrandecimento da Lourinhã. Oxalá que ella floresça, dando bastantes e seguros lucros ao iniciador*”¹⁰. Todo o seu processo fabril ia da produção, ao engarrafamento à distribuição.

Temos a certeza da fonte de abastecimento de água à fábrica das Aravessas, pois são várias as referências documentais de arranjo da bomba das Aravessas por parte da tutela camarária, como é referido por exemplo, no apontamento de O Imparcial de 4 de Julho do mesmo ano: “*Câmara manda arranjar a bomba do poço das Araveças, ficando óptima*”¹¹.

À data também já vivia na Lourinhã o seu irmão mais novo, Patrício José Maria Pina, que colaborou com Sabino José Maria na instalação da fábrica, já que à época era o empresário responsável pela instalação de gasómetros, aparelhos que medem e regulam a corrente do gás, fundamental à atividade de adição de água e gás carbónico¹². Aliás, no mesmo ano [1908], Patrício José Maria Pina apresenta um requerimento ao Município, a 14 de Novembro, onde este escreve:

(...) pedindo também licença para abrir uma porta no prédio de Damião Joaquim Franco, confinante com a Travessa Nova desta vila, e bem assim para fazer depósito de materiais na mesma Travessa Nova; assim a Câmara concedeu taes licenças com a clausula de se sujeitarem ao alinhamento e demais condições que lhes forem impostos pelo condutor chefe dos trabalhos desta Câmara, ficando alem disso sujeitos a reparação de quaisquer prejuizos

¹⁰ Cf. *O Imparcial*, 12 de Julho de 1908.

¹¹ Cf. *O Imparcial*, 4 de Julho de 1908.

¹² Informação pessoal do seu sobrinho Arnaldo.

que careçam na via pública em virtude das referidas obras e depósitos de materiais¹³.

É de crer que já teria residência e loja na sede do concelho, onde ficaria até ao seu casamento em 1909, quando se muda para o Bombarral.

Neste mesmo espaço, Sabino José Maria inaugura também o Café 1º de Maio, antecessor do Café Avenida, criando assim um local para vender diretamente ao público as suas bebidas (Fig. 2).



Figura 2. Anúncios dos estabelecimentos na imprensa local *A Comarca da Lourinhã*, 1908 e 1932.

O Café Avenida será inaugurado em 1932, após a conclusão da construção da casa de habitação e loja no seu prédio do Largo Dr. António Granjo.

Na mesma altura [1908], seu pai, José Bernardo Barreto de Pina, trocará a indústria tanoeira em crise, mudando-se com a família (esposa e restantes filhos) do Reguengo Grande para a Lourinhã, seguindo os filhos mais velhos e preparando a abertura de um espaço de recreio, *O Paraíso*, como nos relata a notícia d’ “*O Imparcial*” de 13 de Junho de 1908 (Fig. 3):

¹³ Arquivo Municipal da Lourinhã, Registo de requerimento, Livro de Actas da Camara Municipal da Lourinhã, n.º 11, 1905-1911.

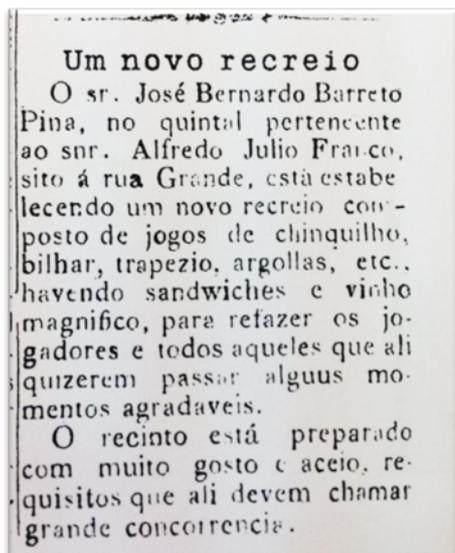


Figura 3. “Um novo recreio / O sr. José Bernardo Barreto de Pina, no quintal pertencente ao snr. Alfredo Julio Franco sito á rua Grande está estabelecendo um novo recreio, composto de jogos de chinquillo, bilhar, trapezio, argollas, etc. havendo sandwiches e vinho magnifico para refazer os jogadores e todos aqueles que ali quizerem passar alguns momentos agradaveis. O recinto está preparado com muito gosto e aceio, requisitos que ali devem chamar grande concorrência”. Fonte: *O Imparcial*, 13 de Junho de 1908.

Este novo espaço será inaugurado um mês depois, a 12 de Julho, e o mesmo jornal informa: “*Já está aberto ao público o «Paraíso», recinto de recreio, propriedade do Sr. José Bernardo e sito á rua Grande*”¹⁴.

Em face do crescimento das atividades económicas da Lourinhã o executivo municipal publica a 5 de Agosto de 1914, o Código de Posturas Municipais, onde se fixam os artigos para o comércio e indústria e referem:

Os donos de estabelecimentos comerciais ou industriais fixos são obrigados a requisitar anualmente e por cada estabelecimento, licença na secretaria da Camara, pagando as seguintes taxas anuais, sob pena da multa; identificação de estabelecimentos coletados na matriz das contribuições industriais, fanqueiros - lojas de fazendas e tecidos - ferragens, quinquilharias, venda de objetos de ouro, prata, relógios de mesa ou parede e cereais; louças, vinhos, bebidas alcoólicas, frutas e hortaliças¹⁵.

Infelizmente, no arquivo municipal não se encontram actas da Junta dos Repartidores da Contribuição Industrial, que permitiria esclarecer sobre os períodos exactos de laboração destas actividades. Encontramos sim, essas referências em

¹⁴ *O Imparcial*, 12 de Julho de 1908, s.pg.

¹⁵ Arquivo Municipal de Lourinhã - Código de Posturas Municipais, Livro de Actas da Camara Municipal da Lourinhã, n.º 12, 1911-1914.

notícias publicadas no periódico indicado, O Imparcial e numa ou outra acta da Câmara da mesma época.

Neste mesmo ano (1914), Sabino José Maria adquiriu os edifícios contíguos ao seu, como evidenciam as respectivas escrituras e o requerimento de 25 de Abril, em que solicita à Camara Municipal da Lourinhã autorização “*para proceder à reconstrução de um prédio que possui confinante com a Rua Almirante Reis e a Rua do Otão nesta vila*” apresentando uma minuciosa memória descritiva.

Não é erróneo concluir que entre 1908 e 1919, a produção fabril estaria a ser bem-sucedida, pois houve a constante necessidade de investir no aumento de espaço da fábrica.

A 24 de março de 1923, na sessão ordinária do executivo municipal, Sabino José Maria apresenta um requerimento à Câmara, pedindo licença para depositar materiais no Largo das Aravessas, destinados à reparação do poço que passa no seu prédio, confinado com este largo. “*A Comissão resolveu, para poder atender a este pedido, que o requerente lhe comunique quais as obras que pretende fazer no poço indicado, visto que existindo no mesmo largo, um poço público que pode ver prejudicado a respectiva nascente com as obras a fazer*”. Em 1931, este poço das Aravessas que abastecia a fábrica, viria a ser ligado à rede pública, como consta no Livro de Actas da Câmara.

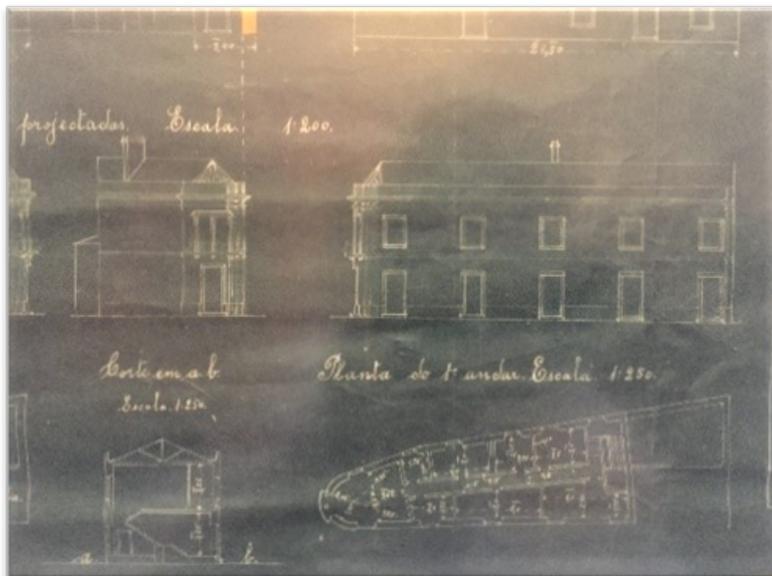


Figura 4. Planta do 1º andar e cortes a b do edifício. Fonte: Arquivo familiar. s.d.

Avaliado o projeto, a 21 de Novembro do mesmo ano, o município em sessão ordinária, concede a licença “*mantendo-se o actual alinhamento*”¹⁶, tendo sido previamente apresentadas as plantas de obras (Figs. 4 e 5), sem, contudo, haver a obrigatoriedade de abrir processo de obras.

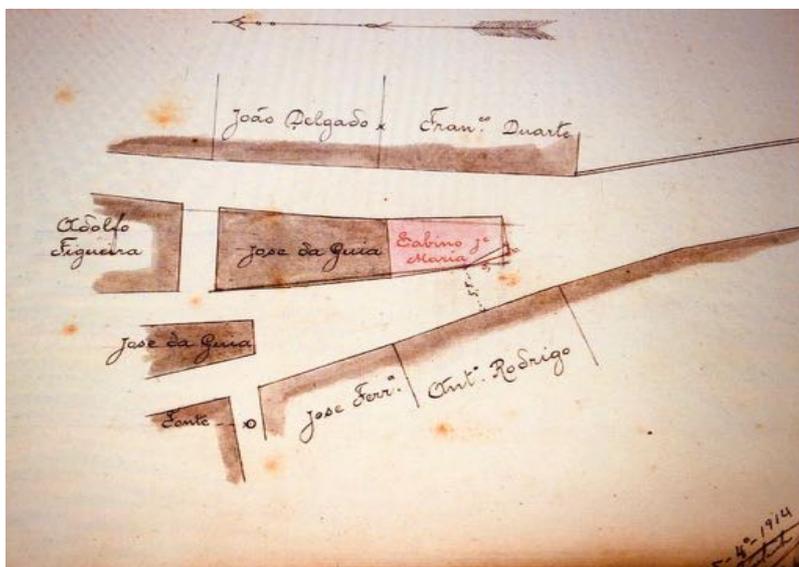


Figura 5. Planta de localização do prédio de Sabino José Maria, confrontado com edifício de José da Guia. 1914. Foi neste local que Sabino José Maria instalou a sua unidade de produção de pirolitos e gasosas. Arquivo Municipal da Lourinhã, Requerimento de 21 de Novembro de 1914.

O negócio da fábrica de gasosas e pirolitos foi bem sucedida, de tal forma que na década de 1930, encontramos vários requerimentos deferidos pelo município aos pedidos de Sabino José Maria, solicitando licenças para os seus estabelecimentos nos termos dos artigos seiscentos e seis e seiscentos e sete do Código Administrativo e este efectuava, em conformidade, os pagamentos de taxas de Comércio e Indústria, as contribuições pela compra de uma habitação, bem como solicitava as respectivas licenças para “ter as suas casas de venda abertas ate às zero horas”. Aspectos que evidenciam como o negócio prosperou. Os documentos consultados demonstram estes investimentos, nomeadamente em 1919, quando se refere:

(...) Pagou o senhor Sabino José Maria, da Lourinhã a quantia de vinte cinco escudos e trinta e um centavo de contribuição de registo e emolumentos correspondentes a trezentos escudos preço porque comprou a Lucinda da Nazaré Bento, uma morada de casas com primeiro andar sitas na Travessa do Outão desta vila, livres de foro e inscrita na matriz sob artigo cento e quarenta

¹⁶ Arquivo Municipal da Lourinhã, Livro de Actas da Camara Municipal da Lourinhã, n.º 12, 1911-1914.

e quatro com rendimento colectável de treze escudos e cinquenta centavos que fica lavrada no livro competente. (...) Lourinhã um de agosto de mil novecentos e dezanove¹⁷.

Processo de produção do pirolito

A documentação sobre o fabrico de pirolitos e de licores em Portugal é escassa e o registo das marcas e patentes também muito diminuto para a atividade industrial que por cá se exercia até meados de século XX. No que diz respeito ao desenvolvimento de bebidas gaseificadas, encontramos Johann Jacob Schwappe (Morgenthaler, 2014), um relojoeiro e cientista amador alemão, que em 1783 funda a companhia Schwappe desenvolvendo um processo de criação de água açucarada gaseificada. Em 1800 o negócio estava em ascensão, pois estas águas eram recomendadas para fins medicinais, aumentando assim a popularidade do produto. Este foi um contributo importante para nascer “o pirolito”, bebida gaseificada cuja garrafa tinha a particularidade de possuir uma esfera de vidro que servia de tampa (Fig. 6).



Figura 6. Garrafas de pirolitos da Fábrica de Pirolitos de Sabino José Maria, expostas no Museu da Lourinhã. Fotografia: Museu da Lourinhã.

¹⁷ Coleção particular, Arquivo de Sabino José Maria, Escritura de venda registada no Registo Predial e hipotecário da Comarca da Lourinhã, 5 de Dezembro de 1914.

A garrafa de pirolito, ou Garrafa de *Codd*, foi inventada pelo inglês Hiram Codd (1838-1887), que registou a patente em 1870, como “codd-neck bottle”¹⁸. A garrafa foi pensada para ser usada nas bebidas gaseificadas, reforçando o vidro da borda onde se encontrava uma arruela de borracha retida numa ranhura, formando um selo hermético. Depois de vazia a garrafa era partida e extraída a esfera de vidro, que se usava como berlinde.

O registo das patentes e das marcas em Portugal remonta à segunda metade do século XIX¹⁹, mas uma vez que eram processos dispendiosos e por esse facto muitos industriais não registavam os seus produtos. Urge um estudo sobre o aspeto de transferência das patentes industriais, até para se conhecer as associações capitalistas que geriam o cenário económico nacional na transição de regime. Curiosamente, nenhuma grande empresa se interessou por esta produção, pelo que o “pirolito” era uma bebida fabricada por centenas de pequenas fábricas regionais e consistia basicamente em água, açúcar e gás carbónico e cada fabricante produziria a sua receita em segredo.

O “pirolito” é uma bebida saturada de dióxido de carbono industrialmente puro, e é este componente que lhe confere a aparência e realça o sabor. Ora, o gás carbónico (CO₂) é incolor de odor levemente picante que adicionado à água produz o sabor ácido devido a formação do ácido carbónico. A incorporação do oxigénio na bebida acelera a deterioração do produto, por isso, são adicionados antioxidantes como o ácido ascórbico (vitamina C) e o Iso ascórbico. Já as essências de aromas conferem ou intensificam o sabor. Em geral, os aromas utilizados no fabrico de refrigerantes são obtidos através de essências/extratos alcoólicos, soluções aromáticas ou concentrados de frutas (Fig. 7). O corante é ainda utilizado para intensificar a cor do refrigerante, seja numa forma natural ou artificial.

¹⁸ Grace’s Guide to British Industrial history - Hiram Cood. Acessível em: https://www.gracesguide.co.uk/Hiram_Codd.

¹⁹ Os pedidos de registos de patentes eram em 1852 apresentados ao ministério do reino e ao governador civil do distrito. “O primeiro registo de patente de invenção do qual o INPI mantém um exemplar microfilmado integral (requerimento, memória descritiva e desenho) é o processo n.º 8, datado de 1853. Trata-se de uma máquina designada com o nome de “Gastrophete de Margaride”, aplicável a barcos a vapor e depositada por Matheus D’Almeida Margaride. In Nunes, João Paulo Avelãs (1994) Inventores, registos de patentes e de marcas, In Revista Portuguesa de História, Tomo XXIX, Faculdade de letras da Universidade de Coimbra, Instituto História Económica e Social, p. 181-212, p.190.



Figura 7. Essências aromatizantes para produção dos pirolitos, provenientes da fábrica de Sabino José Maria. Espólio pertencente à família. Fotografia: Arquivo de família.

O processo de fabrico do pirolito começa com a preparação do xarope simples, diluindo o açúcar em água quente tratada, adicionam-se os conservantes e as essências aromatizantes, compondo o sabor da bebida. Produzido o xarope composto, este recebe a água já gaseificada e transforma-se em refrigerante. Depois de produzido o “pirolito” era necessário prepará-lo para venda e, aqui o elemento mais importante de todo o processo é o engarrafamento, que à época era feito manualmente pelas funcionárias da fábrica: era a gaseificação através do gaseificador de água.

Era durante a fase de enchimento que as bebidas a armazenar podiam ser gasosas ou licorosas. No engarrafamento do “pirolito” transferia-se o refrigerante com gás sob pressão do gaseificador de água para as garrafas, que eram imediatamente tapadas com o berlinde de vidro para que o conteúdo mantivesse a pressão.



Figura 8. Máquina de enchimento de pirolitos, proveniente da fábrica de Sabino José Maria, exposta no Museu da Lourinhã. Fotografia: Museu da Lourinhã

Curioso anotar que houve uma variante produtiva: além de gasosas e pirolitos, a fábrica produzia também licores. Uma evolução financeira favorável da atividade terá permitido um aumento e uma diversificação da produção, aproveitando as matérias-primas e os meios de produção semelhantes. Certamente guiando-se pelo *Manual do distillador e licorista*, 1891, e outros tratados vinícolas, iniciou a produção de licores artesanais destilados. Sabe-se que os licores começaram a ser produzidos pelas vinícolas e eram corados artificialmente. Para a produção destes licores era necessário o alambique aos quais se adicionavam essências de fruta, fornecidas pela Fernandes e Pinto Lda. com loja na Rua Maria Andrade, 33 em Lisboa à Almirante Reis. Curiosamente, próximo da Cervejaria Portugália, de quem o Café 1º de Maio era depositário e onde abastecia para serviço no(s) café(s).

Sabino José Maria desenvolveu, assim um novo nicho de negócio, já que os licores eram também uma bebida de afirmação social. O licor caseiro era muito prestigiado nos séculos XIX e XX. A dona de casa gostava de mostrar os licores que produzia, mas em situações de cerimónia eram os licores comerciais que prevaleciam. Acreditamos que a fábrica de pirolitos e licores, além de abastecer os cafés próprios, *1º de Maio* e *Avenida*, abasteceria ainda o *Paraíso*, do pai José Bernardo.



Figura 9. Esquema da autora sobre o processo industrial do pirolito.

A rotulagem



Figura 10. Rótulo da garrafa; edição posterior à alteração de propriedade da fábrica. Coleção Museu Etnográfico da Lourinhã. Fotografia: Museu da Lourinhã.

Por falta de evidências documentais ou materiais, desconhecemos se existia e qual o rótulo das garrafas desta fábrica. É uma hipótese bastante plausível que o rótulo das garrafas tenha sido aproveitado em 1947, pelo novo proprietário José Maria de Carvalho, alterando o nome do mesmo e a referência telefónica e, esta minha conclusão é apoiada pela análise comparativa do rótulo existente e o anúncio publicado em 1928 (rever figura 2).

Sobre o fornecimento das peculiares garrafas sabemos que a indústria do vidro teve o seu berço na Marinha Grande e que alguns fabricantes marcavam as suas peças na base.

Contamos com alguns exemplares das garrafas da fábrica, uns com a identificável marca, outros sem qualquer tipo de rótulo identificador. Das peças existentes com marca, não podemos precisar a que fábrica pertenceram: se a ambos ou apenas ao segundo. Estas peças permitem-nos esclarecer que as de vidro mais grosso e tonalidade mais verde são mais pequenas embora sem marca na base. Já as peças com as respectivas marcas na base, permitem identificar dois fabricantes e fornecedores de garrafas, a fábrica Ferreira Custódio e a fábrica Santos Barosa, esta com início de atividade em 1889, localizando-se ambas na Marinha Grande. Infelizmente, os seus arquivos empresariais também estão perdidos no tempo.

Na década de 50 do século XX com novas exigências sanitárias, a legislação obrigou os fabricantes a melhoramentos. A utilização da garrafa de berlinde foi considerada prejudicial à saúde pública pela dificuldade de lavagem. Esta condicionante levou ao encerramento de muitas fábricas de pirolitos. Acredita-se que algumas fábricas terão continuado a sua produção, com outro tipo de garrafa e com tampa de carga. Na década de 70 do mesmo século houve um revitalizar da bebida numa “*codd-neck bottle*”, já sob égide das empresas multinacionais.

Considerações finais

Pelos registos estudados, podemos concluir que a produção da fábrica não se destinava apenas ao consumo local, no concelho da Lourinhã. A sua zona de distribuição fazia-se entre os concelhos da Lourinhã – Bombarral - Peniche e Torres Vedras. Podemos afirmar, após a análise dos documentos que Sabino José Maria era um empresário de sucesso, pois não só detinha a primeira fábrica de pirolitos do concelho como a manteve durante quase 40 anos. Esta produção seria exportada para os concelhos vizinhos nas décadas de 1930 e 1940, talvez devido à explosão tardia de várias pequenas fábricas de refrigerantes, licores e xaropes, nomeadamente entre Lisboa e o Bombarral. Os registos indicam novas fábricas noutros concelhos, como na Cadaval nos anos 30 e outra no Vilar, no final dos anos 40 do século XX (Museu Municipal, 2006).

Desde cedo, Sabino José Maria envolveu-se noutros negócios: uma empresa de material de construção e uma empresa de transportes, de pessoas, bens comerciais, sobretudo para a rede viária do concelho, que se expandiu nesta época.

Na edição do Anuário Comercial de 1931, Sabino José Maria surge como “*empresário local com fábrica de gazozas e licores, cervejaria e empresa de camionetes*”

em sociedade com o seu filho, José Sabino Pereira Pina e como comprovam os registos de vários pagamentos, “*pelo serviço de transportes para a administração do concelho e câmara municipal, entre os quais, transportes a Lisboa*”²⁰. Em 1936 era sócio da sociedade de transportes com o seu o filho, Arnaldo Pina.

Além da fábrica, era proprietário de dois cafés locais, o 1º de Maio, no Largo das Aravessas, e o Café Avenida. O Café Avenida, a 12 de Junho de 1945 passou para a gerência do seu filho Arnaldo Pereira Pina²¹. Porém, com a morte precoce do filho José Sabino, em Fevereiro de 1946, cessa a atividade da empresa de transportes. No início de junho 1947, com a fábrica e o café 1º de Maio ainda em atividade, o edifício da Aravessas é doado “*com reserva de usufruto a si*”²² e aos três netos herdeiros do filho José Sabino. Sabino José Maria viria a falecer nesse mesmo mês, e nessa sequência encerrou-se a fábrica.

No Portugal do início do século XX, esta iniciativa industrial de Sabino José Maria apresenta-se como singular no seio de uma comunidade de um concelho litoral e rural, numa época em que as vias de comunicação eram parcas e em mau estado. A Fábrica dos Pirolitos representa o legado de um homem com visão, sem outros recursos que não os do seu tempo, trabalho e esforço, do qual ainda hoje subsiste o nome do Café Avenida.

Poucos são os registos que salvaguardam a memória de Sabino José Maria, mas pela herança apurada, verificamos que este apostou num investimento sempre visionário, criando postos de trabalho, desenvolvendo as atividades industrial e comercial, com forte impacto na economia da região.

O sucesso empresarial é ainda sustentado pela relação de Sabino José Maria com o seu irmão Patrício Maria, outro empresário da região, responsável pela venda e instalação de gasómetros, aparelhos que medem e regulam a corrente do gás, fundamental à actividade de adição de água e gás carbónico. Todos estes fatores foram determinantes para transformar a iniciativa de Sabino José Maria num negócio rentável e pioneiro.

O negócio teve sucesso comercial local através da venda nos cafés que fundou e nos demais negócios de família, como era o “recreio” de seu pai, José Bernardo, e ainda

²⁰ Anuário Comercial de Portugal, 1931.

²¹ Arquivo Municipal da Lourinhã, Registo de requerimento, Livro de Actas da Câmara Municipal da Lourinhã, 12 de junho de 1945, Nr. 14, 1945 – 1946.

²² Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Processo de doação 5398/ 1947.

pela iniciativa de realizar uma distribuição para o mercado regional, através da empresa de camionagem que fundou e geria em sociedade com o seu filho José Sabino.

Certamente com outros recursos teria conseguido manter a fábrica na família e em laboração para lá da sua morte, mas as condições financeiras de então não tornaram possível essa continuidade.

Fontes e bibliografia

Manuscritos

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças

Processo 5398/ 1947; Doação

Arquivo Municipal da Lourinhã

Código de Posturas Municipais, Livro de Actas da Câmara Municipal da Lourinhã, Nr. ° 12, 1911- 1914.

Arquivo Nacional, Torre do Tombo (ANTT)

Registos Paroquiais: Certidão de casamento de Senhorinha Barreto de Pina e de José Luiz Carvalho; Certidão de casamento de José Bruno e de Francisca de Paula; Certidão de batismo de José Bernardo Barreto de Pina; Certidão de casamento de Jose Bernardo e Maria Delfina; Certidão de batismo de Sabin\o Jose Maria: Certidão de casamento de Sabino José Maria e de Elvira Pereira das Dores Casimiro.

Arquivo particular de Sabino José Maria

Escritura de venda registada no Registo Predial e hipotecário da Comarca da Lourinhã, 15 de Dezembro de 1914.

Fontes impressas

Arquivo Histórico Parlamentar (AHP)

Carta de Lei de 28 de junho de 1888: 1º Código Comercial.

Arquivo do Ministério da Fazenda

Portaria do Ministério dos Negócios da Fazenda, 21 janeiro 1908.

Anuário Estatístico de Portugal, Vol. I. Direcção Geral da Estatística (1908-1909-1910), Lisboa:

Imprensa Nacional, 1914. Disponível em: <https://www.ine.pt/xportal>

Inquérito Industrial, INE - Instituto Nacional de Estatística, 1930.

Periódicos

A Comarca da Lourinhã, 15 de novembro de 1928

O Imparcial, 25 Abril de 1908; 13 de Junho 1908; 4 de Julho 1908; 12 de Julho 1908.

Bibliografia

Mendes, J. A., Rodrigues, M. F. (1999). *História da Indústria Portuguesa: da Idade Média aos nossos dias*. Porto: AIP e Publicações Europa-América.

Morgenthaler, J. (2014). *The Bar Book: Elements of Cocktail Technique: Element of Cocktail Technique*. San Francisco Chronicle Books.

Nunes, João Paulo Avelãs (1994) *Inventores, registos de patentes e de marcas*, In *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXIX, Faculdade de letras da Universidade de Coimbra, Instituto História Económica e Social, pp. 181-212, p.190.

Pais, J.A.; Lima, A.; Baptista, J F.; Jesus, M.F.; Gameiro, M.M. (1978) Elementos para a história do fascismo nos campos: a «Campanha do Trigo»: 1928-38. *Análise Social*, vol. XIV (54), 1978-2. °, 321-389.

Rosas, F., Brito, J. M. B. (1996). Ditadura financeira. In Fernando Rosas & Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand, pp. 271-273. SARDICA, José Miguel. (1997) *A política e os partidos entre 1851 e 1861*. *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, Lisboa, v. 32, n. 141, p. 279-333

Webgrafia

Grace's Guide (s.d.). *Hiram Codd*. Acessível em: https://www.gracesguide.co.uk/Hiram_Codd.

Museu Municipal do Bombarral (2006). *Catálogo "Pirolitos do Cadaval"*. Acessível em;
<http://www.cm-cadaval.pt/News/newsdetail.aspx?news=8df2f4ce-5bae-4988-8ba7-b916ca796838>

Notas biográficas dos autores

Anahí Ferreyra. Alumno avanzada de Arquitectura (avance: 97.2% -Tesis de grado en desarrollo, Facultad de Arquitectura y Urbanismo-Universidad Nacional de Tucumán-Argentina). Becaria estudiantil de investigación. Reconocida por “Destacado promedio” carrera de grado FAU-UNT-2019. Beca Estudiantil EVC-CIN 2019 y Beca Estudiantil CIUNT 2019 (directora: Arqta. Ana Isabel Lozano FAU-UNT). Seminarista Preiniciación en la Docencia e Investigación en la Cat. Taller de Proyecto Arquitectónico Martorell Alonso FAU-UNT (desde mayo 2019). Seminarista Preiniciación en la Docencia e Investigación dictado en la Cat. Historia de la Arquitectura II FAU-UNT (2017).
anahiferreyra@hotmail.com

Alexandra Cristina Aguiar Alves. Animadora e produtora artística, Vice-Presidente da Direção da [Campanoo - Associação Cultural, Ambiental e Patrimonial](#), Campanhó (Mondim de Basto)
campanoo.a@gmail.com

Álvaro Pinto. IDL - Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Mestre em Geologia, Diretor Executivo da Associação Ciência Viva do Lousal.
ampinto@ciencias.ulisboa.pt

Ana Isabel Lozano. Arquitecta, Docente e Investigadora del [Instituto de Historia y Patrimonio – FAU](#), Universidad Nacional de Tucumán. Doctora en Historia del Arte por la Universidad Pablo de Olavide, Sevilla. Imparte clases en la Tecnicatura Universitaria en Diseño de Indumentaria y Textil (FAU-UNT). Integrante del proyecto “El Patrimonio Industrial Histórico como recurso para el desarrollo local turístico”. Dirigió los proyectos de intervención del Museo del Azúcar (MHN 2007/equipo 2015) y del Museo Folclórico (MHN 2008). Trabajó en el proyecto de la Casa Museo de la Ciudad (3er Premio de Patrimonio - FNA - 2018)
ailozano@herrera.unt.edu.ar

Ana Paula Clemente Gonçalves. Técnica Superior no [Museu Industrial da Baía do Tejo](#). Licenciatura em História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa e Mestre em Museologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Trabalho de Projeto: “Museu Industrial da Baía do Tejo, Barreiro: diagnóstico da exposição permanente e proposta de (re)programação expositiva”.
2007 – Erasmus – Università Degli Studi di Parma/ Lettere e Filosofia, Parma.
2003-2004 – Frequência em Artes Plásticas, 1º ano em Escultura – Faculdade de Belas Artes – Universidade de Lisboa.
a.paula@baiadotejo.pt

Cinara Isolde Koch Lewinski. Possui graduação (2004) e mestrado (2017) em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atualmente é graduanda no curso bacharelado em museologia pela UFRGS. É historiógrafa do [Museu do Trem de São Leopoldo](#). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio ferroviário, museus e ferrovia gaúcha.
cinarakoch@gmail.com

Fernanda Reis Ribeiro. Discente do curso de mestrado em Patrimônio e Preservação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasil. Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Brasília (1º/2018), com

graduação-sanduiche pela Louisiana State University (FULBRIGHT/IIE, nº 180/2014), fomentada pela CAPES. Especialista em Saneamento e Saúde Ambiental pela Escola de Engenharia Civil da Universidade Federal de Goiás (2020). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em projeto de arquitetura, teoria e história da arquitetura e património industrial.

ribeirorfernanda@gmail.com

Guilherme Silva. Licenciado em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2012–2015). Realizou o Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território na FLUP de 2015 a 2017. A sua dissertação incidiu sobre a Indústria Mineira no Distrito do Porto no final do século XIX, mais concretamente sobre a exploração do antimónio nos concelhos de Valongo e Gondomar. Fez uma pós-graduação em SIG e Ordenamento do Território na FLUP (2018–2019). Interessado nas áreas da arqueologia industrial e património mineiro, tendo participado em algumas conferências, na Biblioteca Municipal de Gondomar, e na Universidade do Porto, no Encontro de Investigação Jovem, ambas em 2018.

Sócio da APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial.

guilherme.lds200@gmail.com

Jamile Silva Silveira. Graduada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS - 2007) e Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA - 2010). Atualmente é Doutoranda no Programa de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), onde desenvolve pesquisa sobre História Social do Trabalho em Paulo Afonso - BA. Docente em regime de dedicação exclusiva da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VIII - Paulo Afonso, desde 2011, ministrando aulas nos cursos de graduação em Arqueologia, Pedagogia e Direito.

mileaps@gmail.com

Jorge Manuel Sancho Relvas. Docente e investigador do IDL - Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Doutor em Geologia, Presidente da Associação Centro Ciência Viva do Lousal.

jrelvas@ciencias.ulisboa.pt

José Carlos de Castro Amorim. Licenciado em História de Arte (2009) e 2012, Mestre em História de Arte Portuguesa (2012), sendo ambos os ciclos concluídos na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (instituição onde iniciou, no ano de 2013, o Doutoramento em História de Arte Portuguesa). É Historiador de Arte / Técnico. Superior de História da Arte no [Museu de Santa Maria de Lamas](#) desde 2010.

amorim.josecarlos@gmail.com

José Manuel Brandão. Investigador integrado do [HTC – História, Territórios, comunidades](#), NOVA- FCSH / CEF. Geólogo, doutorado em História e Filosofia da Ciência.

jbrandao@fcsb.unl.pt

Luís Filipe Pereira Licenciado em Arqueologia pela Universidade do Minho. O percurso profissional iniciou-se em 2007 tendo desempenhado vários cargos de direcção científica de trabalhos arqueológicos aprovados pelo Regulamento dos Trabalhos com experiência profissional em contexto de obras públicas e privadas, sítios arqueológicos e em monumentos nacionais. Desde 2018 tem vindo a desenvolver investigação histórica/arqueológica sobre a temática da exploração da Cal da Serra do Marão. Ligado ao movimento associativo é fundador e Presidente da Direcção da [Campanoo – Associação Cultural, Ambiental e Patrimonial](#), sediado em Campanhó (Mondim de Basto). Autor de artigos científicos da área da arqueologia e do património cultural.

Margarida Duarte de Oliveira. Licenciada em Geologia Aplicada e do Ambiente pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Atualmente encontra-se a frequentar o Mestrado em Museologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Desde 2010, é colaboradora da [Associação Centro Ciência Viva do Lousal](#) onde desempenha funções de coordenação da área de Património, no Museu Mineiro do Lousal. Autora de algumas comunicações sobre o património industrial e mineiro do Lousal.
margaridaoliveira4@gmail.com

Maria Otília Pereira Lage. Investigadora do [CITCEM-FLUP](#) (Centro Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória-Faculdade Letras Universidade Porto), membro da Direção do CEPHIS (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica Social Trás-os-Montes Alto Douro) e do Cons. Editorial da sua Revista. Licenciatura em História, Mestrado em História das Populações, Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Pós-doutoramento em Estudos Sociais e Históricos, Especialização Ciências Documentais e Administração Escolar. Docente do Ensino Superior, autora e coautora de livros, artigos, ensaios, conferências, projetos europeus e internacionais em áreas de sua formação e estudiosa de Raul Brandão, Jorge de Sena e Mécia de Sena, na fronteira história-literatura.
otilialage@sapo.pt

Renata Poliana Cezar Monezzi. Docente de Arquitetura e Urbanismo na Universidade São Francisco, Brasil. Doutoranda do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (Brasil) e pesquisadora visitante do Curso de Doutorado em História das Artes da Universidade Ca'Foscari de Veneza (UNIVE), Itália. Mestrado em História e Patrimônio Industrial - TPTI (Techniques, Patrimoine, Territoire de l'industrie) na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne (França), Università Degli Studi di Padova (Itália) e Universidade de Évora (Portugal). Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Campinas FECFAU/UNICAMP (Campinas, SP, Brasil).
renata.monezzi@gmail.com

Rubia Ana Mossi Frizzo. Jornalista, tem especialização em Gestão Pública da Cultura, autora do Livro MAESA: poema arquitetônico, atuou como Secretária da Cultura de Caxias do Sul, RS, Secretária de Turismo de Gramado, RS e gestora para a implantação do Projeto MAESA da Prefeitura de Caxias do Sul, RS, Brasil. Atualmente é membro do Colegiado Setorial de Memória e Patrimônio do Estado do RS, Brasil, Vice-coordenadora da [Câmara de Turismo do Mobi Caxias](#).
rubia@rubiafrizzo.com

Sílvia Rafaela Scapin Nunes. Arquiteta e Urbanista (UCS/RS), Especialista MBA em Gestão de Projetos (UNISINOS/RS), Mestranda em Direito Ambiental (UCS/RS) e integra os Grupos de Pesquisa Interdisciplinaridade, Cidades e Desenvolvimento: Planejamento Sustentável do Meio Ambiente e Núcleo de Estudos Urbanos (UCS/RS). Possui formação em Reabilitação Urbana em Áreas Centrais e Gestão de Projetos Urbanos pelo Ministério das Cidades, Cultural Heritage Enhancement pela Sapienza Università di Roma e Grandes Projetos Urbanos pelo [Lincoln Institute of Land Policy](#).
arq.silvianunes@live.com

Sofia D' Oliveira Pina. Mestre de Preservação Digital em Arquivos, pela Universidade de Évora. Licenciada em História, pela Universidade Lusíada de Lisboa. Data Controller e Corporate Records Manager do Grupo Benfica.
sofia.opina@gmail.com

Susana Gomes Ferreira. Licenciada em Arte e Património, Pós-graduada e Mestre em Artes Decorativas pela Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa. Em 2004, integrou a equipa da Universidade Católica Portuguesa responsável pelo projeto de requalificação do Museu de Lamas, sendo em setembro de 2005 convidada a assumir o cargo de Conservadora. Desde 2017, assume o estatuto de Diretora do [Museu de Santa Maria de Lamas](#).
geral@museudelamas.pt

Tiago Filipe Duarte Inácio. Licenciado em História pela Universidade Aberta e Mestrando em Estudos do Património na mesma Universidade. Desde 2011 que se tem dedicado ao estudo da história local, com especial foco no Património Industrial. Em 2012 lançou o livro “Mina do Azeche Património à Beira-Mar esquecido”, em 2014 o “Pataias à Descoberta” e, em 2018, “As indústrias vidreiras em Pataias”. Desde janeiro de 2018, trabalha para a [União de Freguesias de Pataias e Martingança](#) como coordenador de um trabalho de investigação sobre os fornos de cal de Pataias. Tem publicado alguns artigos científicos em revistas e livros da especialidade. É ainda professor voluntário na Universidade Sénior de Pataias.
inaciotiago@hotmail.com

